



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ADRIANO NASCIMENTO SILVA**

**TEORIA E POLÍTICA DA VIA ITALIANA PARA O  
SOCIALISMO: a obra togliattiana no segundo pós-guerra  
(1944-1964)**

**Campinas**

**2018**

**ADRIANO NASCIMENTO SILVA**

**TEORIA E POLÍTICA DA VIA ITALIANA PARA O  
SOCIALISMO: a obra togliattiana no segundo pós-guerra  
(1944-1964)**

Tese apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL TESE DE DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA DEFENDIDA PELO ALUNO ADRIANO NASCIMENTO SILVA, E ORIENTADA PELO(A) PROF. DR. ÁLVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ..

**Campinas**

**Março/2018**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** Não se aplica.

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1378-951X>

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Si38t Silva, Adriano Nascimento, 1977-  
Teoria e política da via italiana para o socialismo : a obra togliattiana no segundo pós-guerra (1944-1964) / Adriano Nascimento Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Álvaro Gabriel Bianchi Mendez.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido Comunista Italiano. 2. Democracia. 3. Socialismo. I. Bianchi, Alvaro, 1966-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Theory and politics of the italian path's to socialism : the togliattian work's in the pos-second world war (1944-1964)

**Palavras-chave em inglês:**

Italian Communist Party  
Democracy  
Socialism

**Área de concentração:** Ciência Política

**Titulação:** Doutor em Ciência Política

**Banca examinadora:**

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez [Orientador]  
Daniela Xavier Haj Mussi  
Demian Bezerra de Melo  
Leandro de Oliveira Galastri  
Rodrigo Duarte Fernando dos Passos

**Data de defesa:** 05-06-2018

**Programa de Pós-Graduação:** Ciência Política



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos Trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada no 05 de junho de 2018, considerou o candidato ADRIANO NASCIMENTO SILVA aprovado.

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Daniela Xavier Haj Mussi \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Leandro Oliveira Galastri \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo \_\_\_\_\_

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para minhas filhas, Sacha e Nicole

## AGRADECIMENTOS

Essa Tese de Doutorado não teria se realizado sem a contribuição de várias pessoas. Expresso aqui minha profunda gratidão para com aqueles que foram decisivos na sua construção.

Agradeço aos meus pais, Maria Helena e Valdemir, por todo afeto e pelo suporte decisivo que sempre me deram. Meus irmãos Daniela, Luciano, Ana Cláudia e Ana Carolina, pelos momentos felizes e divertidos que sempre passamos quando juntos. Às minhas filhas, Sacha e Nicole, por todo amor compartilhado e por preencherem minha vida de sentido e admiração.

Ao meu orientador, Álvaro Bianchi, pela leitura atenciosa do material, pelas ricas indicações bibliográficas e pelo convite para participar do Grupo de Pesquisa Estratégia de Contratempo: uma investigação sobre o conceito gramsciano de hegemonia. A participação no grupo de pesquisa e a possibilidade de diálogo e interação com jovens e talentosos pesquisadores gramscianos foram decisivas na minha trajetória intelectual. Agradeço, portanto, não apenas à aprendizagem com meu orientador, mas também aos profícuos debates com os demais pesquisadores deste grupo: Luciana Aliaga, Leandro Galastri, Daniela Mussi, Maira Bichir, Renato César Fernandes, Sabrina Areco, Rodrigo Passos, Tatiana Vargas e Paula Berbert.

Às amigas e amigos do Grupo de Pesquisa sobre Teoria das Classes Sociais do Centro de Estudo Marxistas da Unicamp: Henrique Amorim, Paula Marcelino, Elaine Amorim, Santiane Arias, Danilo Martuscelli, Leandro Galastri, Andriei Gutierrez. A convivência com vocês fez da minha experiência na Unicamp um divisor de águas na minha vida intelectual. Tenho uma profunda dívida também com os pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Estado, Direito e Capitalismo Dependente da Universidade Federal de Alagoas: Rafael Arley, Artur Bispo, Ana Maria Moura, Gabriel Magalhães, José Humberto Silva Filho, Lúcio Verçosa, Alice Mortimer, Antônio Ugá, Danilo Lucas, Franqueline Terto, Kamila Monique, Wibsson Lopes, Jéssila Belo, Thays Fidelis, Rute Pacheco, Clarissa Maranhão e Elaine Nunes. O rigor e a competência com que conduzem nossos estudos e pesquisas dão profundo sentido a minha escolha por trilhar uma trajetória acadêmica.

Na Unicamp, tive condições de conduzir meus estudos contando sempre com um formidável serviço prestado por seus quadros técnicos. Eles representam um forte libelo contra a falácia do discurso neoliberal da falta de qualidade no setor público. Aos servidores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em especial aos servidores da Pós-Graduação em Ciência Política, da Biblioteca

Octavio Ianni e do Arquivo Edgard Leuenroth, pela competência com que desempenham suas funções públicas, meu agradecimento.

Vai também aqui uma menção especial ao Bené, da Xerox do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, companheiro que sempre atendeu com presteza às inúmeras demandas.

Aos colegas do Mestrado e do Doutorado em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, em especial, ao Bruno Durães, Luiz Kessler, Francis Andrade, Bárbara Castro, Julia Moretto, Danilo Martuscelli e Andriei Gutierrez.

Aos professores do Doutorado em Ciência Política da Unicamp: Valeriano Costa, Luciana Tatagiba, Caio Navarro de Toledo, Andréia Galvão, Álvaro Bianchi, Andrei Koerner e Reginaldo Correia de Moraes, pelos ensinamentos, pelas posturas éticas em defesa da universidade pública e pela grande contribuição à ciência política brasileira.

À Banca de Qualificação desta tese, Álvaro Bianchi, Rodrigo Passos e Leandro Galastri, pelas contribuições cruciais para sua continuidade e finalização.

Um agradecimento especial a dois professores da Unicamp: ao professor Armando Boito Jr. e ao professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., dois dos maiores professores que já tive, pela profundidade teórica e pela maneira acessível e engajada com que conduzem suas atividades docentes.

Na Universidade Federal de Alagoas, recebi também fundamental apoio. Aos amigos e companheiras de lutas, em especial, à Valéria Correia, Valéria Coelho, Fabiana Selbach, Fernando Medeiros, Lucyana Cláudia, Aruã Lima e Oswaldo Maciel, um forte abraço e a certeza que outras grandes batalhas virão e estaremos juntos para enfrenta-las. Às colegas da Faculdade de Serviço Social, em especial à Clarissa Maranhão e à Elaine Nunes, por todo estímulo e por nossa amizade.

Ao Professor Marcos Mondaini, da Universidade Federal de Pernambuco, pelo generosidade em dispor de seu vasto acervo bibliográfico sobre a história do Partido Comunista Italiano e pelas cruciais indicações sobre a obra de Togliatti.

Aos meus grandes amigos Beclaute Oliveira e Ivan Luiz da Silva, pelo estímulo e suporte no início do doutoramento.

Aos amigos Mariah Monteiro, Thiago Arcanjo, Renato Santiago e Túlio Avelino, pela recepção sempre divertida e calorosa em São Paulo. Às nossas inúmeras conversas, debates e agradáveis noites paulistanas de vinho e música.

À Maria Augusta Tavares (Guga) e Zilas Nogueira (Bica), por todo apoio e amizade.

À Valentina Cuppi, por todo entusiasmo, pela divertida e enriquecedora companhia e pelos deliciosos *spaghetti alla carbonara*.

À Fabiana Grecco, pela leitura cuidadosa, pelo estímulo decisivo e por todo o suporte no momento final dessa tese.

Aos camaradas Lee e Henri, melhores companheiros para se dividir casa, sonhos e lutas.

À amiga Rafaela Leão, pela gentil acolhida e pela agradável companhia no início de minha jornada campineira.

À Renata Zambelli, por nossos dias em Campinas e por os ter transformado em leves, belos e felizes.

Aos amigos Yuri Nogueira e Rute Pacheco, porque sem vocês esse trabalho não teria existido.



## RESUMO

O objetivo central de nossa tese consiste análise do pensamento político de Palmiro Togliatti, secretário geral do Partido Comunista Italiano, mais precisamente nas suas contribuições para uma teoria processual de transição socialista, nos marcos das alternativas nacionais e democráticas, no período de 1944 à 1964.

Togliatti desempenhou papel central na topografia do PCI e na reflexão sobre a via italiana para o socialismo desde o período de estreito vínculo com a União Soviética, até o momento em que se acentuava progressivamente a evolução do partido no sentido de ruptura do cordão umbilical com o “centro dirigente do movimento comunista internacional”.

O dirigente comunista italiano foi um dos principais teóricos do que se convencionou chamar de “via italiana para o socialismo”. Para a construção do projeto e da estratégia da via italiana para o socialismo, Togliatti realizou aportes e revisões conceituais na tradição marxista, acentuando, como defenderemos neste trabalho, decisivamente o processo de socialdemocratização do Partido Comunista Italiano sobretudo quando progressivamente abandona a tradicional apologia às realizações stalinistas e ao sistema estatal soviético e assume como marcos fundamentais de suas posições políticas os seguintes pontos: a) a estratégia de conquistas parciais democráticas combinando ações parlamentares com ações das organizações de massa, privilegiando as primeiras em detrimento das segundas; b) a perspectiva de democratização da sociedade existente; c) a concepção de consolidação do movimento operário em função do peso que ocupam nas instituições; d) a concepção de democracia em geral e a aceitação, em prática e teoria, do quadro existente da democracia parlamentar; e) a visão de transição gradual e molecular para uma nova sociedade.

A aplicação de uma estratégia neorreformista, como procuramos demonstrar neste trabalho, foi a marca da atuação de Togliatti nos vinte anos analisados neste trabalho. Nesse sentido, investigamos a forma como o processo de socialdemocratização do partido se intensifica e como este processo é marcado por um processo de revisão teórica dos clássicos do marxismo.

Palavras-chaves: Socialismo; Democracia; Partido Comunista Italiano

## ABSTRACT

The main goal of our dissertation is the analysis of the political thinking of Palmiro Togliatti, General Secretary of the Italian Communist Party. We will focus on his contributions to a processual theory of socialist transition within the framework of national and democratic alternatives from 1944 to 1964.

Togliatti played a central role in the topography of the PCI and in the reflection on the Italian path to socialism since the period of close ties with the Soviet Union, until the evolution of the party was progressively intensified by the rupture with the "leading center of the international communist movement".

The Italian communist leader was one of the main theorists of what was conventionally called "Italian path to socialism". Togliatti made contributions and conceptual revisions in the Marxist tradition for the construction of the project as well as the strategy of the Italian path previously mentioned. As we will argue in this work, he did it deepening the process of social-democratization of the Italian Communist Party, especially when he gradually abandons the conventional apology to the achievements of Stalinists and the Soviet state system and assumes as his political positions' cornerstones the following points: a) the strategy of partial democratic achievements combining parliamentary actions with mass organizations' actions, favoring the former to the detriment of the latter; b) the perspective of democratization of the existing society; c) the conception of consolidation of the labor movement as a result of the weight they have in the institutions; d) the concept of democracy in general and the practical and theoretical acceptance of the existing framework of parliamentary democracy; e) the vision of gradual and molecular transition to a new society.

The application of a neo-reformist strategy, as we have tried to demonstrate in this dissertation, was the hallmark of Togliatti's performance in the years analyzed. In this sense, we research how the process of social-democratization of the party intensifies and how this process is marked by a process of theoretical revision of the classics of Marxism.

Keywords: Socialism; Democracy; Italian Communist Party

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

CGIL – *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (Confederação Geral Italiana do Trabalho)

CISL – *Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori* (Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores)

CLN – *Comitati di Liberazione Nazionale* (Comitês de Libertação Nacional).

CLNAI - *Comitati di Liberazione Alta Italia* (Comitês de Libertação Nacional Alta Itália)

COMINFORM – Centro de Informação dos Partidos Comunistas e Operários

DC – *Democrazia Cristiana* (Democracia Cristã)

FDP – *Fronte Democratico Popolare* (Frente Democrática Popular)

GAP – *Gruppi d’Azione Patriottica* (Grupos de Ação Patriótica)

IRI – *Istituto per la Ricostruzione Industriale* (Instituto para a Reconstrução Industrial)

MSI – *Movimento Sociale Italiano* (Movimento Social Italiano)

PA – *Partito d’Azione* (Partido da Ação)

PCI – *Partito Comunista Italiano* (Partido Comunista Italiano)

PNM – *Partito Nazionale Monarchico* (Partido Nacional Monárquico)

PRI – *Partito Repubblicano Italiano* (Partido Republicano Italiano)

PSIUP – *Partito Socialista Italiano di Unità Proletaria* (Partido Socialista Italiano de Unidade Operária)

PSDI - *Partito socialista democratico italiano* (Partido Socialista Democrático Italiano)

PSLI – *Partito socialista dei lavoratori italiano* (Partido Socialista dos Trabalhadores Italianos)

PSI – *Partito Socialista Italiano* (Partido Socialista Italiano)

PLI – *Partito Liberale Italiano* (Partido Liberal Italiano)

SAP – *Squadre di Azione Patriottica* (Esquadras de Ação Patriótica)

SPD – *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (Partido Social-Democrata da Alemanha)

UIL – *Unione Italiana del Lavoro* (União Italiana do Trabalho)

US – *Unità Socialista* (União Socialista)

## Sumário

<b>Introdução.</b>	p. 14
<b>Capítulo 1. A política togliattiana nos anos da resistência: governo de unidade nacional, democracia progressiva e partido novo (1944-1945)</b>	p. 20
<i>1.1. A política comunista na resistência e a “virada” de Salerno</i>	p. 20
<i>1.2. O governo de unidade nacional e a concepção togliattiana de democracia progressiva</i>	p. 35
<i>1.3. O partido novo de Togliatti</i>	p. 46
<i>1.4. O desenvolvimento da luta de libertação nacional e a insurreição final</i>	p. 54
<b>Capítulo 2. Os partidos de massa na reconstrução democrática: da unidade à ruptura (1945-1948)</b>	p. 63
<i>2.1. Conflitos de classes e partidos antifascistas na Itália libertada</i>	p. 63
<i>2.2. O governo dos partidos de massa e a assembleia constituinte</i>	p. 68
<i>2.3. A ruptura da unidade democrática</i>	p. 88
<i>2.4. As eleições de abril de 1948 e o atentado à Togliatti</i>	p. 93
<b>Capítulo 3. A teorização togliattiana nos duros anos da guerra fria (1948-1953): entre a afirmação da democracia capitalista italiana e a stalinização das democracias populares</b>	p. 111
<i>3.1. O contexto internacional: guerra fria, stalinismo e congelamento das vias nacionais</i>	p. 111
<i>3.2. O contexto interno: governo centrista, redimensionamento da luta de classes e reconstrução capitalista no segundo pós-guerra italiano</i>	p. 113
<i>3.3. O partido comunista italiano na oposição e as lutas defensivas do movimento sindical</i>	p. 146
<b>Capítulo 4. O degelo internacional e o redimensionamento da política interna do PCI (1953-1955)</b>	p. 157

<i>4.1. Desestalinização e degelo internacional: as reformas políticas e econômicas na URSS</i>	p. 170
<i>4.2. Desestalinização e o redimensionamento da política dos comunistas italianos</i>	p. 176
<b>Capítulo 5. A via italiana para o socialismo na última teorização togliattiana (1956-1964): Estado, democracia, reformas de estrutura</b>	p. 189
<i>5.1. Após o XX Congresso do PCUS: a retomada do problema da construção da via italiana para o socialismo em Togliatti</i>	p. 189
<i>5.2. Estado, socialismo e democracia na via italiana para o socialismo</i>	p. 209
<i>5.3. Atualização da Constituição e reformas de estrutura no centro da estratégia de “via italiana para o socialismo”</i>	p. 252
<b>À guisa de conclusão</b>	p. 269
<b>Referências Bibliográficas.</b>	p. 272

## **Introdução.**

Provavelmente nenhum partido comunista do mundo ocidental tenha dado contribuições tão influentes à pesquisa e à prática política de uma alternativa democrática e nacional para a edificação do socialismo como o partido comunista italiano. Tais contribuições adquiriram relevo sobretudo no pensamento político e nas ações de seu principal protagonista no segundo pós-guerra, o secretário-geral Palmiro Togliatti, o qual foi o principal responsável por desenvolver nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial uma concepção processual e neorreformista de transição socialista, pretensamente adequada a países de desenvolvimento capitalista avançado.

Desde seu retorno à Itália, em 1944, depois de um longo exílio, até o Memorial de Ialta, escrito pouco antes de sua morte em 1964, Togliatti se empenhou em oferecer respostas políticas inéditas aos diversos dilemas colocados pelo movimento comunista internacional e pela particularidade da luta antifascista, socialista e democrática em seu país. A perspectiva de uma luta de longa duração para erradicar as raízes do fascismo e o projeto de construção de uma via nacional, democrática e parlamentar para o socialismo, não mais no âmbito da luta de classes e sim na órbita das alianças entre os partidos de massa, guiaram toda sua estratégia política e foram fundamentais tanto para o desenvolvimento de novos conceitos na tradição marxista (democracia de tipo novo, democracia progressiva, partido novo, policentrismo, etc.) como para a revisão ou a reconceituação de importantes categorias desta tradição (Estado, socialismo, revolução, bloco histórico, hegemonia, etc.).

Togliatti desempenhou, portanto, papel central na topografia do partido e na reflexão sobre a via italiana para o socialismo desde o período de estreito vínculo com a União Soviética, até o momento em que se acentuava progressivamente a evolução do partido no sentido de ruptura do cordão umbilical com o “centro dirigente do movimento comunista internacional”.

Para a construção do projeto e da estratégia da via italiana para o socialismo, Togliatti realizou aportes e revisões conceituais na tradição marxista, acentuando, como defenderemos neste trabalho, decisivamente o processo de socialdemocratização do Partido Comunista Italiano sobretudo quando progressivamente abandona a tradicional apologia às realizações stalinistas e ao sistema estatal soviético e assume como marcos fundamentais de suas posições políticas os seguintes pontos: a) a estratégia de conquistas parciais democráticas

combinando ações parlamentares com ações das organizações de massa, privilegiando as primeiras em detrimento das segundas; b) a perspectiva de democratização da sociedade existente; c) a concepção de consolidação do movimento operário em função do peso que ocupam nas instituições; d) a concepção de democracia em geral e a aceitação, em prática e teoria, do quadro existente da democracia parlamentar; e) a visão de transição gradual e molecular para uma nova sociedade.

O objetivo central de nosso estudo consiste, assim, na análise do pensamento político deste autor, mais precisamente nas suas contribuições para uma teoria processual de transição socialista, nos marcos das alternativas nacionais e democráticas, no período de 1944 à 1964.

Nosso trabalho será dividido em duas partes: a primeira composta por três capítulos, que buscam explicitar a forma como a teorização togliattiana se move nos cambiantes contextos do pós-segunda guerra e, a segunda, composta por dois capítulos, analisa o campo aberto para a discussão sobre o caminho italiano para o socialismo após a morte de Stalin, em 1953, e a posterior publicação do Relatório Krushev, em 1956.

A primeira parte está centrada no período histórico que vai do retorno de Togliatti à Itália, no momento em que se anuncia a virada na política dos comunistas italianos e a composição do governo de unidade nacional como estratégia da luta de resistência, até o período do imediato pós-guerra, no qual, tanto internacionalmente como nacionalmente, se dissolvem as alianças entre as forças antinazistas e antifascistas.

Os primeiros capítulos abrangem, pois, momentos importantes da teorização togliattiana: o da construção do conceito de democracia progressiva e partido novo, no contexto de construção do governo de unidade nacional para edificar uma institucionalidade democrática como quadro para construção de alianças políticas.

Neste período, Togliatti apresenta suas primeiras teorizações relevantes para a construção de um caminho italiano para o socialismo, ao desenvolver os conceitos de democracia progressiva, partido novo e reformas de estrutura. Com efeito, o dirigente comunista italiano abandona a hipótese leninista de transição para o socialismo via ditadura do proletariado, e nos anos finais da resistência e no imediato pós-guerra, apresenta a palavra de ordem da “democracia progressiva”. A política togliattiana da democracia progressiva implicava a assunção do Estado representativo como a moldura institucional da nova república que deveria ser fundada no pós-guerra e sobre o qual deveriam se mover os comunistas italianos

na condução de suas estratégias e lutas políticas, enquanto o partido novo como sua herdeira seria o instrumento de mediação permanente entre as instituições republicanas e as lutas políticas e sociais das massas, seria o instrumento pelo qual os comunistas poderiam promover reformas indolores no sistema econômico capitalista e na forma política burguesa.

O segundo capítulo analisa o período histórico que abrange os diversos governos de unidade nacional do pós-guerra até sua ruptura nos primeiros anos da guerra fria. No imediato pós-guerra, Togliatti defendia que a possibilidade de uma insurreição socialista como acontecera na Rússia estava ausente nas condições italianas. O objetivo da política comunista para o pós-guerra era traduzir e sedimentar nas bases do partido a necessidade de se comprometer com o projeto de reconstrução nacional do país com base na estratégia de “democracia progressiva”, fundada na unidade de ação com os socialistas e no estreitamento das relações com os democratas cristãos, vistos como representantes das classes médias progressistas. Segundo Togliatti, esta coalizão seria capaz de promover uma “revolução democrática” no país por meio do enfrentamento dos interesses do grande capital monopolista e dos latifundiários italianos. Tal “revolução democrática” seria alicerçada em um Estado republicano baseado em um sistema parlamentar representativo. Na estratégia de transição processual para o socialismo, defendida por Togliatti, não haveria qualquer contradição entre democracia e socialismo, ou seja, as conquistas democráticas – liberdades civis e políticas mais direitos sociais – eram assumidas como conquistas socialistas. Neste período, jogará fundamental importância o debate sobre a Constituição. Para os comunistas, a nova Constituição republicana seria decisiva para colocar o país no caminho de um desenvolvimento social progressista. A carta constitucional italiana, mesmo não se definindo socialista, aplainava o terreno para sua construção a partir do avanço democrático.

A *via italiana*, isto é, a via nacional e democrática de transição, como discutimos no mesmo capítulo, será atenuada subitamente, não só pelo PCI mas também pelos movimentos comunistas de outros países, depois da intensa ruptura entre as grandes potências que haviam conduzido a guerra contra a Alemanha nazista e ao criar-se um clima de tensão internacional (a “guerra fria”) e a formar-se blocos políticos e militares contrapostos. A este processo de divisão do mundo a URSS reage fechando as fileiras dos países do oriente europeu, que buscavam uma construção diversa da soviética para construção do socialismo. O tenso clima da guerra fria incidirá fortemente na Itália e terá como principal resultado o fim dos governos de unidade nacional do imediato segundo pós-guerra.



O terceiro capítulo tem como tema a teorização togliattiana e as lutas políticas do PCI nos duros anos da guerra fria (1948-1953). A constituição do Kominform (*Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários*), em 1947, clamou pela reunião ainda mais estreita das forças de todos os partidos comunistas (ocidentais e orientais) em torno dos interesses da União Soviética. Isso resultou em um período de stalinização dos partidos comunistas e de congelamento das vias nacionais para o socialismo. No plano interno, a consequência da política de blocos contrapostos foi uma dura campanha anticomunista levada a cabo pela Democracia Cristã e pelos partidos liberais que colocou o PCI e o PSI em posição extremamente defensiva. O período de 1948 a 1953 não será, desse modo, um período de inovação do ponto de vista de uma estratégia neorreformista de transição democrática para o socialismo.

O início da guerra fria e a ruptura da coalizão tripartite antifascista será seguida pela derrota eleitoral da Frente Democrática Popular e pelo atentado à Togliatti em 1948. Estes fatos projetaram um cenário completamente diverso daquele do imediato pós-guerra quando se propusera a unidade nacional para a democratização do país. Toda a estratégia togliattiana era alicerçada na hipótese de uma longa colaboração entre as forças antifascistas e democráticas como alavanca para as transformações econômicas e políticas que seriam responsáveis por impossibilitar o retorno a formas autoritárias de hegemonia burguesa e por preparar o caminho da transição. Esta hipótese, que tinha na intensa atividade do proletariado seu suporte, se estagna depois do atentado à Togliatti, e, cada vez mais, se exaure a esperança das massas em uma inflexão do sistema econômico e político. Na mesma medida em que exaure a disposição do proletariado italiano, o aparato de Estado se reforça e se potencializa, colocando em sério risco o perfil democrático apresentado na Constituição.

O Partido Comunista Italiano concluirá suas ações no período mais intenso da guerra fria alardeando o crescimento do número de inscritos nas fileiras do partido e algumas conquistas eleitorais, como a derrota da *legge truffa*, em 1953. No entanto, tais anos foram marcados por uma intensa ofensiva do capital sobre os trabalhadores italianos. Mediante forte apoio do governo degasperiano, o capitalismo italiano se reestrutura às expensas dos baixos salários pagos aos trabalhadores e da forte imigração do sul em direção ao norte.

A segunda parte do nosso trabalho apresenta dois capítulos sobre a última teorização togliattiana. Nestes capítulos tratamos da retomada e ao desenvolvimento das pesquisas e teorizações sobre o caminho italiano para o socialismo.

No quarto capítulo, analisamos o período de degelo interno e internacional que se abre a partir da morte de Stalin, em 1953. O liame estreito dos partidos comunistas ocidentais com a política externa do Kremlim passa a ser contestada e será mitigada progressivamente. No plano internacional, as reformas econômicas e políticas conduzidas por Krushev na Rússia demonstrava que o socialismo russo apresentava sérios problemas e necessitava de profundas transformações. A fantasia panglossiana, de que se havia construído o socialismo na Rússia e de que a marcha para o comunismo estava em franca aceleração, não podia mais ser sustentada pela burocracia russa tampouco pelos dirigentes dos partidos comunistas dos países ocidentais. No plano interno italiano, de um lado, a tese terceiro-internacionalista do capitalismo em putrefação se demonstrava completamente equivocada: o capitalismo italiano ao invés de entrar em colapso apresentava-se extremamente robusto e preparava-se para a decolagem dos anos subsequentes, o período conhecido como “milagre econômico”; de outro lado, o movimento operário italiano se demonstrava também robusto, porém dividido e desorientado.

As diversas derrotas sofridas pelos comunistas sobretudo no plano sindical acendiam o sinal de alerta para uma necessária revisão de suas análises sobre o desenvolvimento capitalista e sobre o processo de transição nos países ocidentais.

O capítulo final da segunda parte de nosso trabalho dirige-se à análise da última teorização política de Togliatti, que se inicia em 1956 para ser interrompida apenas em 1964, com sua morte. Apenas com o movimento de *desestalinização*, aberto com o XX Congresso do PCUS, há um avanço nas pesquisas togliattianas de uma via italiana para o socialismo. Os resultados do XX Congresso levam Togliatti a assumir uma postura mais crítica em relação ao stalinismo, mesmo que esta postura seja apresentada sempre de maneira cautelosa e matizada. A principal consequência dos fatos de 1956 em seu pensamento político será a tese sobre a diversidade existente no interior do movimento comunista internacional, que cria possibilidades de se construir caminhos diversos para o socialismo e ainda de se negar peremptoriamente a universalidade do modelo soviético. Em seus termos: “são possíveis e necessárias diferentes vias de desenvolvimento do movimento revolucionário da classe operária, em diferentes situações históricas”.

Nas suas últimas contribuições, Togliatti desenvolve o conceito de policentrismo, aprofunda suas reflexões sobre os liames entre socialismo e democracia, discute de maneira mais balizada o caráter das reformas de estrutura e ainda recupera Gramsci, o apresentando como primeiro teórico do leninismo italiano a ter pensado soluções nacionais para a construção do socialismo.

Neste capítulo, investigamos a forma como o processo de socialdemocratização do partido se intensifica e como este processo é marcado por um processo de revisão teórica dos clássicos do marxismo. Antes de tudo, o conceito de ditadura do proletariado será abandonado ou se afirmará a impossibilidade de aplicação dessa “estratégia” nos países de capitalismo avançado. Seguindo a tese de que no capitalismo avançado as formas democráticas desenvolvidas ganharam relativa autonomia, se defenderá uma concepção neutra de Estado. O Estado democrático e o regime parlamentar serão vistos como vulneráveis à ação política organizada dos operários e em aliança com os demais setores sociais tendentes a se tornarem antimonopolistas. Assim, as formas de democracia de base serão, para os comunistas italianos, não mais um exercício de contrapoder ou de democracia operária, mas como forma de participação no sistema institucional pluralístico da democracia moderna. A partir daí o processo de socialização econômica, via reformas de estrutura, será colocado no centro das teorizações togliattianas. O socialismo não viria mais por meio de um processo intenso de expropriação da classe capitalista, não seria fruto da ditadura do proletariado contra seus opositores. Na perspectiva apresentada por Togliatti, o socialismo sobreviria como resultado de um amplo consenso entre as massas populares que se espelharia nas instituições parlamentares e governamentais. O projeto de transição togliattiano implicará no acolhimento de uma espécie de “socialismo da planificação”, no qual, o Estado, hegemônico pelas classes trabalhadoras em aliança com as classes médias, encetaria medidas de planejamento, nacionalização e direção da economia (reformas de estrutura) no sentido de aplacar o poder dos monopólios e preparar o terreno para uma transição ao socialismo.

...

Para realização de nossa pesquisa utilizamos documentos oficiais produzidos pelo Partido Comunista Italiano: atas de congresso e de reuniões do comitê central. Foram consultadas também as principais publicações periódicas do partido: *Lo Stato Operaio*, o *Rinascita*, o diário *L’Unità*, entre outros. Além disso foram consultados discursos e cartas de Togliatti (1944-1964), hoje publicados amplamente, e uma vasta produção bibliográfica produzida sobre o PCI e sobre seu secretário geral.

## Capítulo 1. A política togliattiana nos anos da resistência: governo de unidade nacional, democracia progressiva e partido novo.

### 1.1. A política comunista na resistência e a “virada” de Salerno

Os primeiros alicerces do caminho italiano (nacional) para o socialismo são colocados nos anos da resistência italiana, mais especificamente no momento de retorno de Palmiro Togliatti à Itália, em 1944, depois de quase duas décadas de exílio, quando se anuncia a inflexão da linha política nacional dos comunistas italianos, no evento que se convencionou chamar de a “svolta di Salerno”.

O Partido Comunista Italiano, sob a direção de Togliatti, após atravessar o VII Congresso da Comintern (1935) e a política das “frentes populares”, era um partido que buscava assumir novas vestes, as vestes de um “partido novo”, de massa, empenhado na construção de uma “democracia progressiva”, uma democracia de tipo novo que fosse capaz de eliminar as raízes do fascismo. A política democrática que será adotada pelos comunistas na resistência, segundo Togliatti, era centrada no objetivo de colocar-se no vértice de uma vasta aliança de forças populares e patrióticas, manifestamente antifascistas e antialemãs, e de não se restringir a uma estratégia classista, de modo a adquirir capacidade para impor reformas de estrutura, que estreitassem os liames entre democracia e socialismo e que portasse a classe trabalhadora à condição de classe dirigente italiana.

A estratégia política do partido encontra, no entanto, um terreno extremamente desfavorável. Diferente das expectativas comunistas, a queda de Benito Mussolini e a desagregação do regime fascista não foi resultado de um movimento de massas. Com efeito, a débâcle do regime foi resultado de uma transição tipicamente *gattopardiana*, que contava com a participação de antigos apoiadores do fascismo<sup>1</sup>, inspirada no propósito de salvar conjuntamente a monarquia e as estruturas de apoio do regime, e de impedir as forças do antifascismo de assumir um papel significativo na reorganização do Estado<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Nesse mesmo sentido, Giorgio Galli afirma que: “O projeto de liquidação de Mussolini, preparado pela monarquia e pelo Estado-maior, tinha então o apoio de toda uma ala do partido fascista (Grandi, Ciano, Bottai), que se baseia no medo da burguesia de uma maior radicalização das transformações políticas que poderia ativar as massas a realizar um posterior projeto político” (in: **Storia Del PCI: il Partito comunista italiano – Livorno 1921, Rimini 1991. Milano, Kaos Edizioni, 1993, p. 144).**

<sup>2</sup> Agosti, Aldo. **Storia del Partito Comunista Italiano (1921-1991)**. Roma-Bari, Laterza, 1999, p. 48.

Um dos principais motivos para a não presença de forças populares na derrubada do fascismo estava na ausência de uma resistência digna de menção na Itália até 1943. A resistência apenas começa a se organizar de maneira mais consistente após a queda do fascismo, e é precedida, de um lado, pelas greves em algumas cidades do Norte, em março daquele ano, e pelo decisivo avanço das forças aliadas no Sul do país. Esses dois fatores precipitam a crise no grupo dirigente e a decisão do Grande Conselho Fascista de forçar a renúncia de Mussolini, em 25 de julho. O rei Vittorio Emanuele III, que apoiara os fascistas por mais de duas décadas, liderou o golpe de Estado, prendendo Mussolini e o substituindo pelo marechal Pietro Badoglio.

Os 45 dias de governo Badoglio, como afirma Marco Mondaini, pode ser considerado “fascista sem Mussolini”<sup>3</sup>. Malgrado o povo ter saído às ruas saudando o colapso do regime e o possível fim da guerra, o poder permaneceu nas mãos da antiga classe dirigente. Nem mesmo as franquias democráticas pré-fascistas foram reestabelecidas. O governo libertava lentamente os prisioneiros dos cárceres fascistas, a liberdade de imprensa não fora restaurada, as manifestações populares e as greves eram proibidas e aqueles que delas participavam eram ameaçados de prisão ou mesmo presos. O objetivo do governo era portanto bem claro. Tratava-se “de negociar com os aliados uma paz em separado que garantisse a continuidade de um Estado semiautoritário para manter a imobilidade das massas e tutelar a ordem social”<sup>4</sup>.

Em 8 de setembro de 1943, o marechal Badoglio assina o armistício com as forças aliadas, que já ocupavam a Sicília. A Itália se preparava para passar da aliança com a Alemanha para o campo anglo-americano, mantendo a substância política e a forma institucional da monarquia. Ato contínuo, as tropas alemãs reagem cercando Roma, libertando Mussolini e o restituindo ao poder, ao colocá-lo à frente da República Social Italiana, fundada na cidade nortista de Salò. Enquanto isso, o rei e seu marechal fogem para o Sul do país ocupado pelas tropas aliadas. Como resultado da ignominiosa fuga, mais de 800 mil soldados italianos capitulam e são desarmados pelo exército nazista. O 8 de setembro entra assim para história italiana não apenas como o dia em que Badoglio anuncia o armistício com as potências aliadas,

<sup>3</sup> Mondaini, **Do stalinismo à democracia**: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo. Rio de Janeiro, Contraponto, 2011, p. 59.

<sup>4</sup> Magri, **Il sarto di Ulm**. Una possibile storia del Pci. Milano, Saggiatore, 2011, p. 57. Fernando Claudín, sobre os desideratos contra-revolucionários do golpe de 25 de julho, afirma: “Na primavera de 1943, os operários de Turim tomam a iniciativa de um vigoroso movimento grevista, que se propaga a Milão e Gênova, englobando mais de cem mil operários. A derrota alemã em Stalingrado, o desembarque anglo-americano na Sicília e as greves operárias no Norte fazem com que os círculos dirigentes da burguesia italiana compreendam que chegou a hora de se deslocarem de Mussolini e colocar-se à sombra protetora dos aliados. *Seu principal objetivo, naturalmente, é prevenir uma saída revolucionária para a crise do regime, e desde o primeiro instante o governo Badoglio revela sua face verdadeira*” (in: **A crise do movimento comunista**, 2 volumes. São Paulo, Global, 1985-1986, p. 364).

mas como o dia em que a Itália apresenta sua rendição incondicionada aos aliados e como o dia no qual os alemães ocuparam parte significativa do país<sup>5</sup>.

O Estado nacional originado no *Risorgimento* resta portanto dissolvido. A soberania da Itália fica duplamente atingida. Ao Sul, a ocupação das forças aliadas, lideradas por ingleses e norte-americanos, restringia o espaço de manobra do Reino refundado em Brindisi; no Centro-Norte, a restituição do *Duce* dá apenas formalmente a independência ao Estado fascista italiano, vez que oficialmente são as tropas alemãs da SS que controlam a área ocupada.

Nessa situação de dupla ocupação por aliados-inimigos e de demonstração de debilidade do governo Badoglio, o antifascismo adquiri força e começa a se estender dos limitados grupos políticos e intelectuais para estratos sociais mais amplos, envolvendo de modo significativo os setores populares. No mesmo diapasão, a resistência italiana se constrói mais organicamente com a formação dos *Comitati di Liberazione Nazionale* (CLN), em 9 de setembro, a que se seguiram, pouco tempo depois, os *Comitati di Liberazione Alta Italia* (CLNAI). Os CLN alcançavam a unificação de diversas forças políticas antifascistas italianas – compreendendo o Partido Comunista de Itália, o Partido Socialista Italiano de Unidade Proletária, o Partido de Ação (antigo Justiça e Liberdade), o Partido Liberal Italiano, a Democracia do Trabalho e a Democracia Cristã –, porém não conseguem definir uma perspectiva comum sobre as tarefas que deveriam cumprir durante e depois da luta de libertação.

No interior dos CLN, a postura inicial do PCI, em acordo com o propósito das outras forças políticas antifascistas de esquerda, era lutar tanto contra a ditadura fascista e a invasão alemã quanto a favor da deposição do governo Badoglio e da suspensão das prerrogativas da monarquia. Entretanto, os comunistas contavam neste momento com dois centros dirigentes (um meridional, em Roma, e outro setentrional, em Milão), e cada um deles assumia comportamentos distintos quanto à possibilidade de uma composição tática provisória com o governo Badoglio<sup>6</sup>. O centro dirigente romano – que tinha na direção, entre outros, Giorgio Amendola, Mauro Scoccimarro, Agostino Novela e Celeste Negarville – adotava um

<sup>5</sup> Barbagallo, Francesco. “La formazione dell’Italia democratica”. In: **Storia dell’Italia Republicana**. Volume primo. Torino, Einaude editori, 1994, p. 5.

<sup>6</sup> Donald Sassoon defende que os comportamentos distintos quanto à possibilidade de compromisso com o governo monárquico eram resultado do estágio em que se encontrava cada centro de dirigente na luta pela libertação. Para ele, “o centro de Milão tinha diante de si a perspectiva de uma luta militar longa e sangrenta contra os alemães e a nova república fascista de Salò. Por isso a exigência primária era uma adequada condução da guerra e o reforço da unidade de todas as forças antifascistas”. (In: **Togliatti e la via italiana al socialismo**. Il Pci dal 1944 al 1964. Torino, Einaudi Editore, 1980, pp. 20-21).

posicionamento mais rígido, lançando graves denúncias contra o rei e o marechal Badoglio, representantes do que consideravam a “plutocracia financeira”, e ainda sublinhando as responsabilidades da antiga classe dirigente tanto pelo caos econômico-social como pela imersão do país na longa noite fascista. Esse posicionamento foi expresso em carta destinada à direção do PCI em Milão, na qual Scoccimarro afirma:

Badoglio e il re, assai piú che prima del 10 di settembre, rappresentano oggi i ceti plutocratici reazionari del nostro Paese, rappresentano, cioè, quelle forze alle quali è impossibile fare qualsiasi concessione senza pregiudicare la stessa rivendicazione delle libertà democratiche, e con le quali ogni compromesso significa diventare loro prigionieri<sup>7</sup>.

A luta contra o fascismo, conforme defende o centro romano, não está, portanto, distante da luta contra a monarquia, pois o fascismo e o regime monárquico italiano tinham sustentação na mesma base, o capital financeiro. Este poderia apresentar nova roupagem “com reformas burocráticas-administrativas”, mas a luta “de fundo contra o fascismo” se faria com a “derrubada daquela ditadura do capital financeiro”, refugiada “sob a espada de Badoglio”<sup>8</sup>. Não se pode colaborar com Badoglio e o rei sobretudo porque:

L’opposizione politica tra il Comitato di liberazione nazionale e il governo Badoglio è chiara e precisa e tale deve rimanere dinanzi agli italiani per un loro sicuro orientamento politico. Ogni equivoca compromissione e patteggiamento sareberro deleteri alle sorti del paese e costituireberro un inganno delle masse popolari. Consapevole del compito e della funzione a cui deve assolvere in un momento così grave, il Comitato di liberazione nazionale rivendica a sé il governo del Paese, perché solo intorno ad esso può realizzarsi l’unità di tutte le forze sane e progressive d’Italia<sup>9</sup>.

Portanto, na linha política que defende Scoccimarro, a direção não apenas deve ser assegurada ao CLN, como ainda este deve assumir um papel para além da libertação. O CLN deveria tornar-se o “embrião do qual surgirá o novo governo da Itália” do mesmo modo que a

---

<sup>7</sup> Scoccimarro, Mauro *apud* Spriano, Paolo, in **Storia del Partito comunista italiano**. La Resistenza. Togliatti e il partito nuovo. Vol. 5. Torino, Einaude Editore, 1975, p. 116.

<sup>8</sup> Scoccimarro *apud* Spriano, **Storia del Partito comunista italiano**, cit., p. 117.

<sup>9</sup> Scoccimarro *apud* Spriano, **Storia del Partito comunista italiano**, cit., p. 112.

classe operária deveria ser a vanguarda de uma coalizão que sustentasse a bandeira da independência e da reconstrução nacionais. E mais: Scoccimarro defende a construção de uma “democracia popular” e que o caminho da hegemonia proletária passe pela luta pelas liberdades democráticas pois estas tinham particular valor para a classe operária vez que “abririam a via para o socialismo”<sup>10</sup>. A frente nacional antifascista é sim necessária, mas o caráter democrático que lhe pretende dar o centro romano a configura quase nos termos de uma frente popular.

O centro dirigente milanês – com liderança de Luigi Longo, Pietro Secchia e Girolamo Li Causi, entre outros – rechaçava a postura intransigente dos comunistas setentrionais e adotava uma linha política mais elástica, mais aberta para o compromisso com os badoglianos, defendendo que se remetesse para o pós-guerra todas as questões políticas que não tivessem relevância direta para a luta de resistência. Em resposta aos companheiros romanos, Longo questiona:

È giusto mantenere ora una linea di intransigenza assoluta, pretendendo tutto il potere com esclusione di ogni rappresentanza bagogliana? O non è piú opportuno inclinare a qualche soluzione di compromesso, cercando di assicurarsi la direzione – la piú larga possibile, s'intende – della combinazione?<sup>11</sup>

É necessário dizer que Longo não deixa de assumir uma linha crítica do governo Badoglio, no entanto advoga não ser prudente descartar uma aliança com ele, desde que a direção de tal aliança permanecesse nas mãos do CLN. Nesse sentido, assume como objetivo do partido comunista: a) a unidade de todas as forças dispostas à luta antifascista; b) a necessidade de um governo popular; c) a necessidade de que tal governo não fosse aquele de Badoglio; d) e que ainda fosse expressão das forças organizadas no CLN. Em resumo: o compromisso com Badoglio seria possível desde que resguardada a sua direção àqueles que compunham o CLN. Portanto, o objetivo, nos marcos do realismo político de Longo, era não fechar a estrada caso o evoluer dos eventos impusessem o compromisso.

As posições dos dois centros do PCI começam a confluir apenas depois do Congresso do CLN, em Bari, nos dias 28 e 29 de janeiro de 1944. O Congresso do CLN aprova a prejudicial antimonarquista, isto é, define que o governo Badoglio deve ser dissolvido e que

---

<sup>10</sup> Scoccimarro *apud* Spriano, **Storia del Partito comunista italiano**, cit., p. 113.

<sup>11</sup> Longo *apud* Spriano, **Storia del Partito comunista italiano**, cit., p. 114.



se processe a abdicação imediata do rei. Os membros dos partidos antifascistas deveriam em seguida formar um governo extraordinário que assumisse os poderes constitucionais do Estado.

A orientação enfim mais dura do CLN é tomada no momento em que a contestação ao nazifascismo assume dimensão mais ampla. As greves, como a da Fiat de Mirafiori, ainda em novembro de 1943, e a greve geral nas cidades mais industrializadas do Norte (Gênova, Turim e Milão), já em março de 1944, dá um novo curso à luta na resistência. As lutas do proletariado italiano passaram a ser endereçadas não apenas contra o inimigo aberto – a ocupação alemã e os aliados fascistas –, mas contra as condições econômico-sociais que o regime havia construído no curso da guerra, ou seja, contra o próprio domínio econômico e político da classe patronal. A classe operária, com suas lutas, começa, pois, a se impor como força social contrária ao regime de ocupação e abre uma “nova etapa na história da resistência, na posição do Partido Comunista Italiano, na relação entre classe e partido e na relação entre os partidos antifascistas”<sup>12</sup>.

Considerada o maior movimento de massa registrado nos países ocupados pelos alemães, a greve geral coloca ainda a problemática da ampliação das funções dos comitês de libertação nacional como organismos de poder popular. A importância do CLN passa a ser interpretada agora não como derivada do grau de legitimidade emprestado pelos partidos que o compõe, mas em função de sua capacidade para funcionar como instrumento de representação direta e de expressão da vontade das massas populares. É esse o novo posicionamento que, sintomaticamente, o grupo dirigente do Norte, antes mais moderado, passa a expor em suas declarações. O documento que melhor evidencia essa inflexão é a *Declaração do Partido Comunista* sobre o significado e a importância da greve geral, publicada no “La nostra lotta”, de 5-6 de março de 1944:

L'ordine nuovo che uscirà dall'insurrezione nazionale, se vuol essere vitale e non tradire le aspirazioni popolari, non può che essere democratico, nel più largo senso della parola, non può che basarsi sugli stessi organi che, già oggi, inquadrano e guidano nella lotta le masse nazionali e che, domani, le porteranno all'insurrezione e alla vittoria. Questi organi sono i comitati di libertazione nazionale e le formazioni ad essi aderenti: comitati di agitazione di fabbrica, comitati contadini, comitati di villaggio, formazioni partigiane e di patrioti, ecc.

---

<sup>12</sup> Spriano, *Storia del Partito comunista italiano*, cit., pp. 257-281.

Abbiamo detto che questi organi sono i Comitati di liberazione nazionale, ma non certo quelli che esistono attualmente, nella maggior parte dei casi, come semplici comitati di coalizione di partiti, ma come comitati di massa, che organizzino direttamente le masse nelle officine, nei rioni, nei villaggi, nelle città, e ne esprimano, in modo diretto e immediato, le aspirazioni la volontà, e siano perciò no strumenti di un governo che imponga dall'alto la sua volontà, ma organi di autogoverno della massa stessa, l'organizzazione della più larga e più diretta democrazia<sup>13</sup>.

A *Declaração* redigida por Longo demonstra que o movimento de massas antifascista, reforçado pelas greves operárias, conduz os comunistas a adotar uma linha mais próxima ao projeto de autogoverno das massas, de democracia popular, de democracia direta. Os comitês de libertação nacional, como afirma o documento, não poderiam mais funcionar como “instrumentos de um governo que impõe do alto a sua vontade”, como meros instrumentos de coalizão dos partidos fascistas; tampouco poderiam “trair as aspirações populares” e, para isso, deveriam se revestir da função de “órgãos de autogoverno das massas”, capazes de difundir-se de modo capilar nas fábricas, nos bairros das grandes cidades, nas vilas, onde nem sempre existe uma representação paritária dos partidos, mas onde os comitês de libertação nacional poderiam funcionar como “organismos de democracia direta” e de “poder popular”.

A exigência de uma democracia desde baixo, que atribuísse à classe operária a hegemonia no processo de libertação e de reconstrução nacional, será também colocada por Eugenio Curiel. Os escritos de Curiel, substancialmente internos à problemática do grupo dirigente do Norte, são caracterizados por um maior rigor teórico e por uma intransigência mais clara em relação aos compromissos dos partidos. Curiel, desenvolvendo o conceito de *democracia progressiva*, afirmava:

La democrazia che i comunisti propugnano oggi in Italia non è e non può essere semplice restaurazione di quella che ha dimostrato le sue limitazioni e le sue insufficienze comprimendo e respingendo l'iniziativa democratica delle masse, allevando nel suo seno il fascismo. Il popolo italiano deve tendere oggi, unito, tutte le sue energie, per farla finita per sempre col fascismo, per far fronte ai compiti difficili e grandiosi della guerra di liberazione e di ricostruzione. Tutte le forze del popolo debbono mobilitarsi, se l'Italia non vuol perire come nazione: e questa mobilitazione

---

<sup>13</sup> Spriano, *Storia del Partito comunista italiano*, cit., p. 278.

può essere l'opera di una democrazia nuova, di una democrazia forte e progressiva. Di una democrazia nuova, liberata non solo da ogni residuo delle istituzioni e del personale fascista, ma anche dalle impalcature istituzionali monarchiche, antidemocratiche, che già nell'Italia pre-fascista contribuivano ad inceppare ed a falsare il giuoco della sovranità popolare...

Una democrazia nuova, capace di mobilitare le masse nello sforzo e nei sacrifici della lotta di liberazione e della ricostruzione, non può essere solo il frutto ed il prodotto di un muttamento istituzionale; non può esaurirsi nel semplice meccanismo di periodiche consultazioni elettorali; deve tradursi in un atteggiamento ed in una partecipazione nuova delle masse al governo della cosa pubblica. La lotta di liberazione e l'opera della ricostruzione portano alla ribalta una nuova classe dirigente, la classe operaia, avanguardia di tutte le masse oppresse e sfruttate<sup>14</sup>.

O projeto de *democracia progressiva* de Curiel deixava nítidas as tarefas econômico-sociais dos comitês de libertação nacional e a necessária “consciência da divisão” de classes que deveria assumir o PCI em suas ações de condução do movimento de libertação. A “consciência da divisão” deveria, portanto, induzir o Partido comunista a privilegiar os interesses de classe do proletariado tanto na condução da guerra antifascista como na reconstrução estatal da Itália liberada:

La forma di lotta adeguata alle condizioni economiche e sociali non è una Società nazionale superpartito tipo 1857, ma il Comitato di liberazione nazionale al quale portano il loro contributo le diverse classi sociali nella chiara coscienza delle loro differenze e perciò nella chiara coscienza dei loro interessi comuni. Ché l'unità d'azione non si raggiunge nella romantica ed enfatica confusione dell'*embrasse nous*, ma nella coscienza della divisione.

Com efeito, a hipótese de *democracia progressiva* de Curiel vai além das tarefas imediatas da resistência para se inscrever enquanto perspectiva de um regime político transitório e intermediário entre a organização estatal burguesa e a ditadura do proletariado. A *democracia progressiva* se impõe enquanto momento de desagregação do aparato estatal da burguesia e do bloco social por ela hegemônico na direção do autogoverno das massas e da

---

<sup>14</sup> Eugenio Curiel. “La lotta dei comunisti per una democrazia progressiva”. In: **Classi e generazioni nel secondo Risorgimento**. Roma, Edizioni di cultura sociale, 1955, p. 258.

aliança política do proletariado com as classes sociais afins. É nesse sentido que Curiel fala em socialismo e revolução permanente:

Democrazia progressiva significa appunto indirizzare la grande maggioranza della nazione sulla via del progresso, sulla via del socialismo.

Perché democrazia progressiva significa non soltanto una tappa, una fase cui si giunga e nella ci si attardi a riprendere lena per marciare ancora: *la democrazia progressiva è la formulazione politica del processo sociale della rivoluzione permanente.*

La democrazia progressiva non è una condizione di equilibrio delle forze sociali: l'esistenza di una democrazia progressiva è condizionata al continuo progresso sociale, alla sempre più decisa partecipazione popolare al governo, alla sempre più matura egemonia operaia<sup>15</sup>.

A passagem de uma formação social capitalista para uma socialista faz também Curiel precisar a diferença e a relação entre a democracia progressiva e a ditadura do proletariado. O conceito de ditadura do proletariado pressupõe uma maior polarização das lutas sociais e políticas do que na democracia progressiva, além de supor uma transformação qualitativa da estrutura social. Em um texto inédito, provavelmente escrito em março de 1944, ele analisa tal relação:

*La dittatura del proletariado* è lo strumento della classe operaia per la conquista del socialismo. *La democrazia progressiva* è lo strumento della classe operaia e degli altri strati più progressivi della nazione per conquistare al paese le vie del progresso sociale. Nel concetto di democrazia progressiva c'è un contenuto più vasto che in quello di dittatura del proletariado, nel quale concetto si precisano le vie del progresso sociale e si sottolinea l'egemonia politica e sociale della classe operaia. Perciò il passaggio dall'una all'altra forma di struttura sociale pressupone il polarizzarsi delle forze progressive in un determinato strato sociale e verso un determinato obiettivo.

Le forme attraverso le quali si opera questa polarizzazione politica e sociale sono imprevedibili e, se il concetto stesso del polarizzarsi delle forze sociali e degli

---

<sup>15</sup> Eugenio Curiel, "Due tappe della storia del proletariado". In: **Scritti 1935-1945**. Vol. 2. Roma, Riuniti, 1973, p. 74.

obbiettivi politici suppone una trasformazione qualitativa della struttura sociale, e quindi una rottura nell'evoluzione sociale, non è però precisata la forma di questa rottura. /.../

Noi dobbiamo dunque pensare che, di fronte alla ricchezza della storia, ricchezza che oltrepassa ogni tentativo di previsione meccanica, non è possibile affermare il tipo della rottura che si avrà tra democrazia progressiva e dittatura del proletariato. Noi dobbiamo invece lottare perchè la democrazia progressiva si realizzi superando i limiti e gli ostacoli che le vorranno frapporre forze reazionarie, dobbiamo lottare perchè la rottura si operi nelle condizioni per noi più favorevoli, quindi in condizioni tali che tale rottura venga ad essere la meno costosa possibile per la classe operaia e per tutta la nazione<sup>16</sup>.

Como veremos na próxima seção, nada que Togliatti escreve nos anos de 1944-45 leva a uma interpretação parecida com esta. A proposta de Curiel está mais próxima a uma democracia de massas do que a noção de democracia progressiva togliattiana, circunscrita à democracia representativa e com suporte nos partidos de massa antifascistas. Ademais, nos escritos de Togliatti do período da resistência, a democracia progressiva não é considerada como uma fase de transição socialista, ele não interpreta a situação política da Itália como de uma crise revolucionária, tampouco prevê um alargamento das tarefas dos comitês de libertação nacional. O papel dos CLN em seus escritos é bastante limitado no novo Estado, cuja transformação democrática preferia deixar a cargo dos partidos de massa. A virada da linha política do partido que Togliatti operará nos decisivos dias de seu retorno à Itália é coerente com essa visão.

Por ora, vejamos o posicionamento adotado pelo dirigente comunista sobre a prejudicial antimonarquista e a política de aliança nos dias finais de seu exílio em Moscou e na véspera de retornar à Itália, para depois retornarmos à sua concepção de democracia.

Uma nova documentação proveniente dos arquivos da Internacional Comunista em Moscou<sup>17</sup> indica que a orientação política de Togliatti, de janeiro de 1944, se afinava com aquela postura mais intransigente inicial do centro romano e com a resolução do Congresso de Bari. Os dirigentes comunistas Eugenio Reale e Velio Spano, da seção napolitana do PCI, apelam a Moscou, solicitando tanto o retorno imediato de Ercoli (Palmiro Togliatti) à pátria

---

<sup>16</sup> Curiel, "La lotta dei comunisti per una democrazia progressiva", in: **Classi e generazioni nel secondo Risorgimento**, cit., p. 219.

<sup>17</sup> Narinskij. Michail M. "Togliatti, Stalin e la Svolta di Salerno". In: **Studi Storici**. Nº 33, jul-set, 1994.

como conselhos de como conduzir-se em relação à participação nas coalizões antifascistas. Atendendo a Reale e Spano, em 24 de janeiro de 1944, Dimitrov envia ao Ministro das Relações Exteriores da URSS, Mikhail Molotov, um “esboço de resposta aos companheiros italianos”, escrito em conjunto com Togliatti. O documento continha os quatro pontos que deveriam nortear a política antifascista dos comunistas italianos:

1. I comunisti non devono entrare nell’attuale governo Badoglio. In primo luogo perché esso non rappresenta un governo democratico e non conduce attivamente la guerra contro il nemico; in secondo luogo, perché la partecipazione dei comunisti all’attuale governo provocherebbe una frattura nel fronte nazionale antifascista, rafforzando di conseguenza gli elementi reazionari della cerchia del re e di Badoglio.
2. I comunisti devono dichiarare di essere favorevoli alla creazione di un governo del fronte nazionale antifascista, alla guida del quale potrebbe eventualmente andare il conte Sforza. I comunisti parteciperebbero a tale governo, capace di condurre una guerra attiva e popolare.
3. I comunisti devono appoggiare la richiesta di abdicazione immediata del re, attorno al quale si raccolgono i reazionari che ostacolano la conduzione della guerra. I comunisti potrebbero essere favorevoli ad una reggenza temporanea di Badoglio, a condizione che dopol la fine della guerra sia convocata per via democratica un’Assemblea costituente che decida del futuro assetto statale del paese.
4. I comunisti non possono rifiutarsi esplicitamente di collaborare con i comandi anglo-americani per lo svolgimento di qualsivoglia operazione al di là della linea del fronte. Essi, tuttavia, devono limitare la propria collaborazione al minimo indispensabile e soprattutto devono adottare tutte le misure possibili per evitare che agenti dello spionaggio anglo-americano si infiltrino nel partito e nei suoi reparti clandestini<sup>18</sup>.

Em síntese, Togliatti e Dimitrov defendiam, desde Moscou, que: a) os comunistas deveriam manter uma atitude negativa face ao governo Badoglio, sustentando a linha de aliança dos membros do CLN contra ele; b) os comunistas deveriam participar da construção de um governo de frente nacional antifascista alternativo, democrático e progressista; c) os comunistas deveriam lutar pela deposição imediata da monarquia, conduzindo a questão sobre a forma institucional do novo Estado para uma Assembleia Constituinte pós-guerra; d) os comunistas

---

<sup>18</sup> Narinskij, cit., pp. 659-660.

deveriam colaborar com as forças angloamericanas na luta antifascista e antigermânica, mas conduzindo com reservas as suas atuações. Nota-se, portanto, que a postura de Togliatti, em um primeiro momento, é a favor não apenas da prejudicial antimonarquista como também antibadogliana aprovada em Bari e defendida pelos seus companheiros do PCI.

O esboço de resposta de Dimitrov e Togliatti aos companheiros italianos não obteve, contudo, a aprovação do Kremlin e não é enviada a Itália. O historiador russo Michail Narinskij, de posse dos diários pessoais de Dimitrov, revela que na noite entre os dias 3 e 4 de março de 1944, na véspera do retorno de Togliatti à Itália, este é recebido por Stalin, na presença de Molotov, e uma nova orientação em relação ao governo Badoglio e à deposição do rei passa a ser assumida. O resultado deste colóquio, ainda segundo Narinskij, pode ser conhecido pelas anotações de Dimitrov de uma conversa telefônica, do dia posterior ao encontro, tida com Molotov. As notas indicam as principais teses que foram formuladas por Stalin: “1) Não pedir a imediata abdicação do rei. 2) Os comunistas podem entrar no governo Badoglio. 3) Concentrar os próprios esforços na construção e no reforço da unidade para a luta contra os alemães”<sup>19</sup>.

Após o colóquio com Stalin, Togliatti revê decisivamente sua orientação tática. O encontro colocou também sobre novas bases as relações entre os dois líderes<sup>20</sup>. Stalin, que já sacrificara a Internacional Comunista, ao dissolvê-la em maio de 1943, preparava o caminho de reconhecimento do governo monárquico do Sul, em nome da aliança militar com as democracias ocidentais. O líder soviético, como afirma Pons, era resolutamente contrário a “aventuras” na esfera ocidental que pudessem “colocar em risco a área de influência da União Soviética e as suas relações com as potências aliadas”. Ademais, buscava conquistar, cautelosamente, a garantia do envolvimento soviético nas questões da área mediterrânea, ao ver favorecida a participação dos comunistas italianos em um governo de unidade nacional antifascista. Sobre o novo curso da relação entre os dois líderes, salienta Silvio Pons:

---

<sup>19</sup>As diretivas de Stalin significavam uma profunda revisão das posições assumidas pelo PCI junto com os demais partidos antifascistas no Congresso de Bari. De um lado, alguns historiadores, como M. Narinskij, interpretam a adesão de Togliatti às tais diretivas de Stalin como prova de que a geopolítica soviética era colocada em primeiro plano em detrimento das tarefas de luta pela democracia e pelo socialismo na Itália. De outro lado, historiadores italianos, como Michele Pistillo<sup>19</sup>, defendem que a posição de Togliatti, pensada em Moscou, foi resultado de uma concreta análise da situação internacional, que se enriqueceu e se concretizou em contato com a realidade italiana. (Cf. Narinskij, M., cit., e Pistillo, M. “Togliatti e la ‘Svolta di Salerno’”. In: *Critica Marxista*. Nº5. Settembre-Ottobre, 1994, p. 79).

<sup>20</sup> Pons, Silvio. “Togliatti e Stalin”. In: Gualtieri, Roberto. **Togliatti nel suo tempo**. Roma, Carocci editore, 2007, p. 207.

L'incontro tra Stalin e Togliatti del 4 marzo 1944 deve essere visto come un nuovo fundamento del rapporto tra i due. /.../ Ora si instaurava un rapporto diretto, non più mediato da altre personalità, e anche una sintonia destinata a durare anni. Nell'ultimo, decisivo anno di guerra, Togliatti seguì una strategia strettamente dipendente dalle direttive fissate da Stalin: mantenere l'unità nazionale ed evitare una guerra civile; dare ai comunisti un ruolo di governo; restare coerente con gli interessi dell'URSS, senza appalesare troppo il proprio legame organico<sup>21</sup>.

O historiador italiano Aldo Agosti recuperou, também dos arquivos da Internacional em Moscou, outro documento togliattiano, redigido em duas versões contrastantes, intitulado *Sui compiti attuali dei comunisti italiani*, de 1º de março de 1944, que demonstra a oscilação realizada, após o encontro entre os dois líderes, da prejudicial antimonárquica para a política de unidade nacional. A poucos dias do reconhecimento soviético do governo Badoglio e de seu retorno à Itália, Togliatti afirma na primeira redação de *Sui compiti...*:

Partendo dalla risoluzione della Conferenza di Mosca ed in unione con gli altri partiti antifascisti, i comunisti chiedono la costituzione di un governo democratico *provvisorio*, al fine di organizzare e dirigere gli sforzi di guerra de Paese. Nel caso della costituzione di un tale governo, (al testa del quale può restare il conte Sforza), i comunisti non si rifiutano di parteciparvi. Essi chiedono l'abdicazione del re, inquanto complice della costituzione del regime fascista e di tutti crimini di Mussolini, e rappresenta attualmente il centro di aggregazione di tutte le forze reazionarie, semifasciste e fasciste, che si oppongono alla democratizzazione del paese e coscientemente sabotando gli sforzi militari dell'Italia. Di conseguenza (anche in caso di abdicazione ci si potrà accordare per una reggenza temporanea del maresciallo Badoglio), i comunisti devono rifiutarsi di entrare nell'attuale governo Badoglio, smascherandone la natura di ostacolo ad un'autentica partecipazione del popolo italiano alla guerra contro la Germania.

Em correções feitas de próprio punho por Togliatti, o parágrafo acima é suprimido e o documento passa a conter a seguinte redação:

---

<sup>21</sup> Idem, ibidem.



In considerazione al fatto che la situazione attuale – in cui esiste da una parte un governo che non gode della necessaria autorità e, dall'altra, un blocco di sei partiti che non partecipano al governo – indebolisce soltanto l'Italia e porta alla definitiva rovina del popolo, i comunisti sono pronto perfino a partecipare a un governo senza l'abdicazione del re, a condizione che questo governo sia attivo nel condurre la guerra per la cacciata dei tedeschi dal paese, che realizzi i sette punti della Conferenza di Mosca, e che lo stesso re accetti di convocare dopo la guerra un'Assemblea costituente alla quale spetti la decisione finale sulla questione della monarchia e del futuro del paese<sup>22</sup>.

A revisão do texto é o primeiro sinal visível da inflexão que será operada dias depois por Togliatti<sup>23</sup>. Ao invés de um governo democrático provisório, temos a aquiescência com o governo de Badoglio e o abandono da prejudicial antimonarquista. Ademais, as acusações quanto à cumplicidade da monarquia com o fascismo e com os crimes de Mussolini são retiradas e adota-se um tom mais moderado, demarcando tão somente a debilidade da situação italiana em face de uma conjuntura marcada pela falta de autoridade do governo e pela presença de um bloco de seis partidos que não ocupam posições no poder. A justificativa para a mudança de eixo para a política de unidade nacional se apresenta, portanto, nos seguintes termos: frente a uma situação em que, de um lado, quem tem poder não possui influência nem autoridade (o governo Badoglio), e, de outro, aqueles que têm autoridade e influência, não possuem poder (os partidos antifascistas), o objetivo passava ser unir tais forças e adiar a questão institucional para o pós-guerra de molde a não enfraquecer a luta antifascista e antinazista.

O pragmatismo político togliattiano avaliava também que o governo Badoglio e a própria monarquia tinham o apoio dos aliados angloamericanos. Churchill era um tenaz defensor da solução monárquica e não deixaria derrubar a monarquia tampouco o seu governo. A este dado ele associava o já próximo reconhecimento do governo italiano meridional pelos soviéticos.

Em 6 de março de 1944, Togliatti inicia seu retorno para a Itália. Uma semana depois, no dia 14, o governo Badoglio é reconhecido pelos soviéticos e se reestabeleciam entre os dois governos as relações diplomáticas. Ao desembarcar no dia 27, na cidade de Salerno,

---

<sup>22</sup> As duas versões do texto foram publicadas por Aldo Agosti, *Salerno '44: i dubbi di Togliatti*, no L'Unità, de 28 de outubro de 1991. Disponível em: <https://unitaqvhnjahzmg.onion.link/issue/1991/10/28>.

<sup>23</sup> Guerra, Adriano. **Comunismi e comunisti**. Dalle “svolte” di Togliatti e Stalin del 1944 al crollo del comunismo democratico. Bari, Edizioni Dedalo, 2005, p. 62.

após dezoito anos de exílio, o terreno já estava aplainado<sup>24</sup> para que Togliatti, após a iniciativa soviética, anunciasse a disposição para compor um governo de unidade nacional com todas as forças antifascistas.

Nos dias 30 e 31 de março de 1944, em Nápoles, Togliatti se reúne com o Conselho Nacional do próprio partido e anuncia a nova direção a ser assumida pelo PCI nos impasses com o governo Badoglio e com a monarquia. A tarefa prioritária era a derrota do nazifascismo e, para tanto, o partido deveria se abrir para a mais ampla colaboração com todas as forças políticas e não persistir nas posições que travavam os esforços de guerra na luta antifascista: a solução da questão institucional (monarquia ou república) deveria assim ser remetida para o pós-guerra. Estava, enfim, conformada a chamada “svolta di Salerno”.

As disposições de Togliatti, como assevera Sassoon, foram claras e coerentes com os seus objetivos: os quadros diretivos deveriam deixar de perder tempo com polêmicas “estéreis” e deveriam dedicar-se inteiramente à luta da resistência<sup>25</sup>. O Conselho aceitava a tese de que a fratura entre um governo privado de autoridade e partidos políticos prestigiados mais alijados do poder colocava a Itália em um impasse que comprometia a luta contra a ocupação nazista. A resolução final fixava então quatro pontos para a entrada comunista no governo:

- 1) Manter e reforçar a unidade antifascista;
- 2) Adiar o problema institucional até a convocação de uma Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal;
- 3) Criar um governo forte o bastante para conduzir a guerra;
- 4) Manter a frente antifascista o mais aberta possível e garantir a todos participantes um futuro democrático para a Itália<sup>26</sup>.

No geral, a virada togliattiana é recepcionada sem grandes atritos pelos centros dirigentes de Roma e de Milão. Neste, a aceitação é imediata, pois significava o retorno ao posicionamento anteriormente defendido. Em Roma, malgrado ter contado com o apoio da maioria de seus militantes, registra-se um dissenso mais forte apenas por parte de Mauro Scoccimarro. O quadro mais ancião do partido foi, segundo relata Amendola, o mais perplexo

---

<sup>24</sup> Mondaini, **Do stalinismo à democracia**, cit., p. 64.

<sup>25</sup> Sassoon, Donald. **Togliatti e la via italiana al socialismo: Il Pci dal 1944 al 1964**. Torino, Einaudi, 1980, p. 22.

<sup>26</sup> Sassoon, cit., p. 26.

e o mais incomodado com a inflexão política que considerava “de compromisso”<sup>27</sup>. Mas Togliatti, contando com seu enorme prestígio e com o profundo respeito pela disciplina do partido por parte do dirigente romano, consegue ver retirada todas as suas objeções. A posição de Togliatti passa assim a ser interpretada eufemisticamente como “variante tática de uma mesma estratégia”<sup>28</sup>.

### *1.2. O governo de unidade nacional e a concepção togliattiana de democracia progressiva*

Alguns dias depois, em 11 de abril de 1944, falando para os quadros da organização comunista napolitana, Togliatti expõe em relatório quais as razões da iniciativa política adotada em seu retorno e quais as novas perspectivas que deveriam mover o partido comunista. O relatório, intitulado *La politica de unità nazionale dei comunisti*, esclarece os objetivos da linha política salerniana, quando já se vislumbrava como certa a formação do primeiro governo de unidade nacional. Nesse momento, Togliatti defende mais uma vez uma unidade mais ampla das forças políticas para reconstrução nacional e para a restauração democrática. O trecho a seguir demonstra a essência da nova linha:

Il più grande risultato di questo periodo di organizzazione delle masse popolari è stato l'unità delle forze democratiche e liberali antifasciste che si è realizzata nel movimento dei comitati di liberazione nazionale e nel loro congresso di Bari. Esso non deve essere ora né perduto, né compromesso. Mentre però sembrava, all'inizio, che si potesse arrivare rapidamente e senza troppe difficoltà alla creazione democratico e antifascista di guerra, a poco a poco s'è venuta creando, in seguito, una scissione, la quale è diventata sempre più profonda, tra due campi opposti, nell'uno dei quali si trovano i partiti democratici e liberali, nell'altro vi è il governo attuale com gli elementi che lo sostengono. È nostra convinzione che se si vuole uscire dalla situazione in cui l'Italia non è in grado di fare uno sforzo di guerra ordinato e serio, bisogna superare questa scissione. Essa è esiziale al paese, essa è favorevole soltanto

---

<sup>27</sup> “Scocci – ricorda Amendola – estava muito incomodado. Recordo ainda o cigarro tremendo nervosamente em sua mão, quando o joga fora com a frase: ‘Esta política la farete vuoi’” (Amendola *apud* Gruppi, in: *Introduzione alle opere di Palmiro Togliatti*).

<sup>28</sup> Em um partido onde vigia de forma férrea o princípio do centralismo democrático, como afirma Sbarberi, o dissenso político não poderia ser interpretado de outra maneira se não como “*variantes táticas* de uma mesma estratégia” (Sbarberi, Franco. **I comunisti italiani e lo stato: 1929-1945**. Milano, Feltrinelli Editore, 1980, p. 225).

al nemico e a quegli elementi reazionari che si adoprano a mantenerla per trarne profito<sup>29</sup>.

Apesar de anunciar a disposição de compor o governo Badoglio, Togliatti não deixa de fazer ásperas críticas à instituição da monarquia. Afirma que quando a Itália precisou de uma monarquia para ser fator de equilíbrio das forças em conflito e para colocar freios aos interesses egoístas e particularistas no seio da península itálica, ela não se fez presente, sendo, em verdade, apenas mais um fator desagregador. Por outro lado, quando não se fazia mais necessária a instituição monárquica, ela se julgava importante para manter a unidade italiana. Reforça, no entanto, que há um compromisso entre as forças aliadas democráticas (Grã Bretanha, Estados Unidos e União Soviética) de que as questões institucionais só serão resolvidas ao fim das hostilidades, e, em nome desse compromisso, se posiciona: “/.../ vamos passar à resolução da verdadeira tarefa da situação presente, ou seja, a criação de um governo que faça convergir toda sua obra no esforço de por fim, o mais cedo possível, à invasão estrangeira e de liquidar todos os resíduos do regime fascista”<sup>30</sup>.

Entretanto, para a manutenção do esforço de guerra na unidade nacional e democrática, Togliatti impunha três condições: 1) que não se rompesse a unidade das forças democráticas liberais e antifascistas; 2) que uma vez libertado o povo italiano, que se instaurasse uma Assembleia Constituinte, garantindo inclusive a consulta sobre a permanência da monarquia ou instauração de um regime republicano; 3) que o novo governo democrático, que se pretende formar sobre a base de partidos de massa, tenha um “claro e nítido programa de guerra e de alívio das misérias do povo; e que comprometa todas suas forças na realização de tal programa”<sup>31</sup>.

Quanto à reconstrução pós-bélica, Togliatti esclarece no mesmo relatório que, em lugar de uma revolução proletária, o objetivo seria criar na Itália um “regime democrático e progressivo”<sup>32</sup>, fundado sobre o pluralismo dos partidos e sobre as liberdades civis e com o objetivo de extirpação das raízes do fascismo. Não se luta, portanto, pela conquista do poder por parte da classe operária, nem pelo socialismo, mas pela liberdade, pela independência, pela democracia; enfim, pelos objetivos nacionais unitários. A realização destes objetivos se daria

---

<sup>29</sup> Togliatti, Palmiro. “La politica di unità nazionale dei comunisti”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984, p. 21.

<sup>30</sup> Togliatti, “La politica di unità nazionale dei comunisti”, cit., p. 23.

<sup>31</sup> Togliatti, *ibid.*, p. 23-24.

<sup>32</sup> Togliatti, *ibid.*, p. 32.

pela proibição de qualquer reconstituição do partido fascista, pelas mudanças nas relações no campo através uma reforma agrária e pela restrição à formação de monopólios. A unidade dos partidos na resistência era assim parte de uma luta política pela expulsão do fascismo da esfera do poder político; enquanto a tarefa da reconstrução pós-bélica seria a eliminação das raízes socioeconômicas que lhe deram sustentação. Era necessário então forjar um grande bloco unitário das forças socialistas, comunistas e católicas, isto é, dos proletários, camponeses e setores médios, contra o bloco formado pelo capital financeiro e pelos grandes latifundiários.

O relatório deixa claro também, pela primeira vez, o projeto togliattiano de democracia progressiva. A noção de democracia progressiva é, em Togliatti, o fio condutor de toda sua política para construir um caminho italiano para o socialismo. Tal projeto se baliza pelos pressupostos da democracia representativa: estão no seu cerne a defesa das liberdades civis, a defesa da propriedade privada, a aceitação do pluripartidarismo e a recuperação da democracia parlamentar. O novo “regime democrático e progressivo” é delineado nos seguintes termos:

Convocata domani un'Assemblea nazionale costituente, proporremo al popolo di fare dell'Italia una repubblica democratica, con una Costituzione la quale garantisca a tutti gli italiani tutte le libertà: la libertà di pensiero e quella di parola; la libertà di stampa, di associazione e di riunione; la libertà di religione e di culto; e la libertà della piccola e della media proprietà di svilupparsi senza essere schiacciata dai gruppi avidi ed egoisti della plutocrazia, cioè del grande capitalismo monopolistico. Questo vuol dire che non proporremo affatto un regime il quale si basi sulla esistenza o sul dominio di un solo partito. In una Italia democratica e progressiva vi dovranno essere e vi saranno diversi partiti corrispondenti alle diverse correnti ideali e di interessi esistenti nella popolazione italiana; noi proporremo però che questi partiti, o che almeno quelli fra di essi che hanno una base nel popolo e un programma democratico e nazionale, mantengano la loro unità per fare fronte ad ogni tentativo di rinascita del fascismo. Non vogliamo mettere al bando della nazione né il democratici, né i liberali, ma i fascisti<sup>33</sup>.

Outra preocupação constante de Togliatti, como lembra Mondaini, é demonstrar sempre que o projeto de democracia progressiva tem como preocupação primordial a luta para extirpar pela raiz as tradições autoritárias que se estabeleceram na sociedade italiana, as quais

---

<sup>33</sup> Togliatti, “La politica di unità nazionale dei comunisti”, cit., p. 32.

encontraram no fascismo sua máxima expressão. A democracia progressiva é enfatizada também como uma luta gradual, de constante progresso, que avança com reformas sociais de estrutura, objetivando “erradicar todos seus resíduos e cortar todas as raízes de onde surgiu o fascismo”. Em discurso pronunciado no teatro Brancaccio, em Roma, no dia 9 de julho, ele afirma:

Democrazia progressiva è quella che guarda non verso il passato, ma verso l'avvenire. Democrazia progressiva è quella che non dà tregua al fascismo, ma distrugge ogni possibilità di un suo ritorno. Democrazia progressiva sarà in Italia quella che distruggerà tutti i residui feudali e risolverà il problema agrario dando la terra a chi lavora; quella che toglierà ai gruppi plutocratici ogni possibilità di tornare ancora una volta, concentrate nelle loro mani tutte le ricorse del paese, a prenderne nelle mani il governo, a distruggere le libertà popolari e a gettarci in un seguito di tragiche avventure brigantesche. Democrazia progressiva è quella che liquiderà la arretratezza economica e politica del Mezzogiorno, spazzando i gruppi reazionari che di essa sono l'espressione e vivo di essa; è quella che riconoscerà i diritti della Sicilia e della Sardegna a un reggimento autonomo in una Italia unita e indipendente. Democrazia progressiva è quella che organizzerà un governo del popolo per il popolo, e nella quale tutte le forze sane del paese avranno il loro posto, potranno affermarsi ed avanzare verso il soddisfacimento di tutte le loro aspirazioni<sup>34</sup>.

Como se nota, nas apresentações iniciais da democracia progressiva, o princípio da acumulação capitalista, o princípio econômico da exploração e opressão de classes, não é minimamente tocado<sup>35</sup>. A proposta do dirigente comunista é aceitar as diferenças políticas nacionais e absorvê-las em soluções de compromisso que se empenhem na reconstrução democrática do país. Mas nas balizas colocadas pelo seu projeto não há espaço para outras soluções que se dirijam a transformar o caráter privado das relações de propriedade. Em contrapartida, pretende apresentar-se como avançado no campo político ao defender que a democracia progressiva não poderia ser vista como uma trégua social, mas como uma luta entre o bloco das forças democráticas e progressistas contra os grupos reacionários da sociedade.

---

<sup>34</sup> Togliatti, Palmiro. “Per la libertà d'Italia, per la creazione di un vero regime democratico”. In: Idem. **Opere**. Vol. 5, p. 76.

<sup>35</sup> É inegável, como diz Sassoon, “que a base social da democracia progressiva é ainda capitalista, e o Estado no âmbito do qual ela opera é um Estado burguês e também, segundo os clássicos do marxismo, uma ditadura da burguesia” (Sassoon, cit., p. 30).

Essa luta sem tréguas, pela democracia política e pelas reformas de estrutura, é concebida como um avanço no interior de uma concepção processual de transição, que, como se explicou Carlos Nelson Coutinho, implica no abandono da ideia de transição em dois tempos – um “tempo” onde se daria as reformas democráticas, outro “tempo” no qual se daria a eclosão súbita de uma insurreição socialista. A ideia de uma transição processual vai se concretizando com o passar dos anos em seus escritos, sobretudo depois da guerra, mas já se antevê no artigo *Classe operaia e partecipazione nel governo*, publicado em 1º junho no *La Rinascita*, ainda no interior de suas preocupações com a erradicação do fascismo:

Il compito che si pone al proletariato e a tutte le altre forze progressive del paese nel momento presente è quello di distruggere tutti questi residui, e quindi chiudere definitivamente per l'Italia il vergognoso periodo fascista e aprire la strada all'avvento di un regime democratico e progressivo, nel quale il popolo possa decidere da sé dei suoi destini. Noi non crediamo che questo compito sia facile; non crediamo ch'esso possa esaurire in un breve periodo di tempo; non crediamo ch'esso riempirà di sé una tappa importantissima della vita e della storia del paese<sup>36</sup>.

A forma-partido, da qual falaremos com mais detalhes adiante, também deveria ser revista no interior deste processo de transformações propostas pelos comunistas. O partido não poderia mais, para Togliatti, assumir a postura de um núcleo restrito de militantes revolucionários com o objetivo imediato de tomada violenta do poder, pois as conjunturas internacional e nacional afastavam essa possibilidade. Deveria, em verdade, tornar-se um partido de massa, examinando os problemas do ponto de vista da nação e do Estado italiano, e funcionar como uma organização que aceitava as regras de um país livre e que trabalhava para realizar uma “revolução democrática e antifascista”.

Togliatti, dessa forma, adotava, na resistência italiana, as plataformas políticas defendidas desde as “frentes populares” do VII Congresso da Terceira Internacional: tratava-se de “desradicalizar” a proposta comunista; forjar alianças com os partidos “burgueses democráticos”, para defesa ou para restauração das liberdades civis; buscar a fusão com os partidos socialistas, para defesa das reformas econômicas e sociais; e, por fim, ele acrescenta à linha terceiro-internacionalista a necessidade do partido se constituir enquanto partido de

---

<sup>36</sup> Togliatti, Palmiro. “Classe operaia e partecipazione al governo”. In: Idem, *Opere*, Vol. 5, cit., p. 49.

massa, nacional, instrumento político privilegiado da construção de uma via alternativa em direção ao socialismo<sup>37</sup>.

Em 12 de abril, Vittorio Emanuele III divulga, finalmente, sua decisão de retirar-se para a vida privada e, tão logo Roma fosse liberada, nomear seu filho Umberto de Savóia como lugar-tenente geral do reino: a solução da questão institucional, como era da vontade dos aliados, é adiada para consulta popular com o fim da guerra. Sob essas novas condições o PCI anuncia sua entrada no governo e, nos dias seguintes, os representantes das federações do PSI comunicam a mesma decisão. Apenas a direção do Partido de Ação considera que as decisões tomadas se atêm aos interesses da Grã-Bretanha e da União Soviética sobre a questão italiana, mas não representam “os sentimentos gerais da nação”<sup>38</sup>.

Não obstante a resistência dos acionistas, na primavera de 1944, em 22 de abril, se forma o primeiro governo de unidade nacional antifascista, presidido por Badoglio e com os partidos do CLN, à exceção do Partido de Ação. Os comunistas são representados por Togliatti, como ministro sem pasta, Fausto Gullo, como ministro da Agricultura, Antonio Pesenti e Mario Palermo como subsecretários. Fazem parte também do governo o liberal Croce, o republicano Sforza, o democrata-cristão Rodinò e o socialista Mancini. No dia 4 de junho, as forças aliadas chegam a Roma e as tropas alemãs partem em retirada se refugiando acima da linha gótica. O marechal Badoglio, no dia 6 de junho, se demite e é formado o segundo governo de unidade antifascista, agora presidido pelo liberal-reformista Ivanoe Bonomi, velho expoente dos governos liberais da era pré-fascista<sup>39</sup>.

A saída de cena de Vittorio Emanuele e de seu marechal dá uma “trégua institucional” e o governo Bonomi vence a resistência dos acionistas, vez que o governo era agora expressão da iniciativa do CLN e “não tinha mais elementos de contato com a precedente

---

<sup>37</sup> Em *A crise do movimento comunista*, Claudín expõe as plataformas políticas do VII Congresso da Terceira Internacional: “No geral, as plataformas compreendiam três segmentos: reivindicações de tipo econômico-social, perfeitamente compatíveis, em princípio, com a essência dos sindicatos e partidos reformistas; reivindicações políticas, que não iam além da defesa ou da restauração das liberdades e instituições democráticas e da repressão às atividades e organizações fascistas; e a ‘luta pela paz’. Seguindo as orientações da IC, os partidos comunistas se opuseram sistematicamente a que, nas plataformas da frente única operária e da frente popular, figurassem objetivos de tipo socialista ou considerados como tais” (Claudín, cit., p. 176).

<sup>38</sup> Galli, Giorgio. **I partiti politici italiani (1943-2004)**. Milano, Rizzoli Libri, 2006, p. 37.

<sup>39</sup> A unidade na resistência antifascista é reforçada com a criação, ainda em junho de 1943, pelo Pacto de Roma, da *Confederazione generale italiana del lavoro* (CGIL), com representação dos três principais partidos antifascistas: Giuseppe di Vittorio, pelos comunistas, Achille Grandi, pelos democristãos, e, Emilio Carnevari, pelos socialistas.



experiência fascista”<sup>40</sup>. A unidade nacional de todas as forças políticas nacionais antifascistas e antinazistas, com todos os partidos que compõe os comitês de libertação, está enfim conformada.

Abre-se o caminho para que o governo Bonomi, com a leniência dos partidos do CLN, coloque em movimento o processo de reconstituição do Estado burguês. Nenhuma depuração é colocada em prática, se assegura a redenção para os vértices militares comprometidos com o fascismo e se reforça, com a ajuda dos aliados, o aparelho repressivo do Estado. Ao mesmo tempo se reorganizavam – e se legitimavam – as *novas* forças políticas das *velhas* classes dirigentes, agora sob a bandeira da solidariedade nacional. Claudín registra esta reorganização:

A união nacional se pôs em marcha. O partido comunista, duplamente aureolado – ‘partido da revolução’, ‘partido de governo’ –, começou a crescer rapidamente. E, com ritmo igualmente veloz, talvez até mais, começaram a se constituir as *novas* forças políticas das *velhas* classes dirigentes, explorando a fundo a magnífica cobertura que lhes proporcionavam as forças de esquerda, a possibilidade única que se lhes oferecia de amalgamar a ideologia tradicional, o ópio religioso, com as renovadas aspirações por liberdade e democracia e até mesmo com o socialismo (o socialismo cristão, naturalmente). Estas novas forças políticas das velhas classes dirigentes começaram a se adensar, assimilando os resíduos do fascismo, incorporando a antiga e experimentada burocracia civil e a mais antiga e mais experimentada burocracia clerical, bem como os instrumentos armados do velho Estado. Desenvolvimento paralelo exemplarmente equitativo, porque, no final das contas, o sol da união nacional, do *secondo risorgimento*, devia brilhar igualmente para todos os italianos, independentemente de suas convicções religiosas e tendências políticas (apenas os fascistas, como justo castigo pelos seus pecados, ficavam excluídos da comunidade política nacional; mas lhes restava o recurso de mudarem de pele para reingressar nela)<sup>41</sup>.

A conformação de um governo com representação dos partidos antifascistas e sem mais presença de elementos de contato com a precedente experiência fascista recoloca a discussão sobre o papel institucional a ser atribuído aos comitês de libertação nacional durante

---

<sup>40</sup> O governo moderado de Bonomi, além de acionistas, socialistas e democratas-cristãos, contará, entre os comunistas, com Togliatti e Gullo, que permanecem na condição de ministros, e com Palermo, Pesenti e agora Molinelli, na condição de subsecretários (Barbagallo, cit., p. 37.).

<sup>41</sup> Claudín, cit., p. 371.

a resistência e na reconstrução econômica e política italiana no pós-guerra. Duas alternativas políticas diametralmente opostas se apresentam: a) a concepção que entende os comitês de libertação nacional como embriões de uma democracia direta – visão defendida pelos comunistas e compartilhada com os setores mais avançados da esquerda, formada tanto por membros acionistas, socialistas como por parte dos democristãos; b) a hipótese mais moderada dos comitês de libertação nacional como coalizão provisória entre os partidos, destinada a ser substituída pelos órgãos tradicionais do Estado depois da liquidação do fascismo – posição defendida pela ala mais moderada e conservadora, formada pelos liberais, pelos monarquistas e por parte dos democristãos.

Segundo Sbarberi, desde a formação do CLN em 1943, a questão do papel dos comitês pode ser compreendida também como um embate entre as perspectivas do imperativo político da solidariedade nacional e a da reafirmação do antagonismo de classe a nível social. De um lado, o imperativo da solidariedade nacional interclassista e interpartidos, posto pelas forças moderadas e conservadoras, compreende os comitês de libertação como uma pura coalizão entre partidos e não uma estrutura alternativa do movimento de massa; de outro lado, do ponto de vista do antagonismo de classe, os comitês são considerados – sobretudo por dirigentes comunistas como Longo, Secchia e Scoccimarro – como único organismo dirigente da guerra antifascista e como possíveis instrumentos para arrancar os setores médios das influências do grande capital reacionário.

Além disso, para os setores moderados e conservadores, tratava-se de evitar o perigo de os comunistas tomarem a frente da direção política na guerra de libertação, e, para evitar tal perigo, era fundamental relega-los ao papel de meros representantes da coalizão de partidos, deixando-lhes apenas em “funções decorativas”. Já para os comunistas o perigo a ser evitado era o da formação de um bloco reacionário em torno das correntes de direita do CLN, que interromperiam o processo de radicalização das “forças sãs da nação” – entre elas compreendidas a pequena e a média burguesias – e que deixariam intactos os privilégios da indústria monopolista e do capital financeiro<sup>42</sup>.

Trocando em miúdos: o objetivo para moderados e conservadores era de se restituir o regime liberal-democrático pré-fascista, a democracia burguesa típica, e por isso os comitês não poderiam ultrapassar os limites de uma coalizão dos partidos para apoiar os esforços de guerra dos aliados. Enquanto os comunistas desejavam que os comitês extrapolassem suas

---

<sup>42</sup> Sbarberi, cit., p. 219.

funções e se desenvolvessem na direção da dualidade de poderes, como nas experiências dos soviéticos, na fase ascendente da revolução russa e nas experiências dos conselhos de fábrica do *bienio rosso* italiano.

O papel dos comitês de libertação nacional no pensamento político togliattiano diverge das duas perspectivas acima apresentadas. Eles são pensados no interior da sua concepção de democracia progressiva, ou seja, na forma particular em que Togliatti pressupõe a recuperação do Estado representativo e no interior de seu “método” ou “estratégia” de aliança entre as organizações políticas, que exige um espaço tático de manobra para as negociações entre os partidos e entre os partidos e o governo. A recuperação do regime representativo não se confunde com o regime democrático típico do Estado liberal burguês, como também não pode ser visto como alternativa política em direção à dualidade de poderes. Ademais, como fez notar Sbarberi, os comitês de libertação ocupam dois núcleos conceituais na perspectiva togliattiana: de um lado, são “expressões organizadas do arco dos partidos antifascistas” e, portanto, “não constituem um modelo institucional alternativo”; de outro, absorvem a “função de substituição da classe dirigente nacional”, enquanto representam “as exigências do corpo social na estrutura descentralizada do estado”<sup>43</sup>. Esses dois núcleos conceituais correspondem a um projeto político que recupera o sistema representativo, ao buscar cooptar no governo o pessoal administrativo que deve solidariamente garantir o desenvolvimento dos partidos de massa e, ainda, sanciona a divisão institucional entre representantes e representados, ao envolver um sistema de participação periférica da sociedade que deve estreitar os vínculos entre partido e governo.

Tal impositação togliattiana sobre o papel que deve ser desempenhado pelo CLN vem à luz nas diretivas enviadas aos comunistas italianos do Norte, em 6 de junho de 1944, desde Nápoles recém-libertada. Nos parágrafos 2, 6 e 7 das *Istruzioni per l’insurrezione di tutto il popolo*, vem consignado que a linha geral do partido para “libertação do país e para o esmagamento dos invasores alemães e traidores fascistas” é:

L’insurrezione che noi vogliamo deve essere non di un partito o di una sola del fronte antifascista, ma di tutto il popolo, di tutta la nazione. I comitati di liberazione devono essere degli organi di direzione politica del movimento. La stretta alleanza coi socialisti, il contatto coi democratici di sinistra, con le masse cattoliche, con ufficiali e soldati patriottici devono permettere ai comunisti di adempiere le loro funzioni di

---

<sup>43</sup> Sbarberi, cit., p. 225.

forza d'avanguardia nella preparazione della lotta e nella direzione di essa. Noi vogliamo unità di tutto l'antifascismo e di tutta la nazione nella lotta contro l'invasore tedesco e contro i traditori fascisti perché vediamo in questa unità la garanzia della nostra vittoria.

/.../

**Ricordarsi sempre che l'insurrezione che noi vogliamo non ha lo scopo di imporre trasformazioni sociali e politiche in senso socialista e comunista, ma ha come scopo la liberazione nazionale e la distruzione del fascismo.** Tutti gli altri problemi verranno risolti dal popolo, domani, una volta liberata tutta l'Italia, attraverso una libera consultazione popolare e l'elezione di un'Assemblea costituente.

/.../

Riuscendo a prendere nelle mani una città o una zona, costituire in esse organi di potere popolare, cioè non di partito, ma basati sulla unità di tutte le forze antifasciste unite nei comitati di liberazione, e condurre attraverso questi organi di potere popolare un'azione decisa, ma di carattere nazionale e antifascista (distruzione del fascismo e dei fascisti, continuare con tutte le forze la lotta contro i tedeschi; sovvenire ai bisogni del popolo su una base democratica, ecc.). Mantenere sempre l'unità, la disciplina e solidarietà col governo nazionale rappresentate di tutti i partiti. Collaborazione stretta e continua con gli alleati (grifos nossos)<sup>44</sup>.

Essas diretivas não estabelecem qualquer autonomia aos comitês de libertação enquanto organismos de massa na luta *partigiana*. Eles funcionam apenas como sistema periférico que fortalecem o liame entre os partidos e o governo, vez que não reservam qualquer espaço de manobra para além da colaboração “estreita e contínua” com os aliados e para além da “unidade, disciplina e solidariedade” com o governo. As instruções de Togliatti põem por terra, com efeito, quaisquer veleidades de transformações sociais e políticas no sentido socialista e comunista que pudessem ser imediatamente depositadas nos comitês de libertação. As funções do CLN e dos organismos de massa das zonas liberadas, para ele, não têm por objetivo o controle e a progressiva substituição das atividades do poder central, mas apenas o fortalecimento da presença comunista no governo no interior da coalizão política existente. No dia 8 de outubro de 1944, em um discurso em Florença, depois da libertação da cidade, deixa ainda mais evidente o papel de sustentação das medidas de governo, que deve nortear os comitês de libertação:

---

<sup>44</sup> Togliatti, Palmiro. “Istruzioni per l'insurrezione di tutto il popolo”. In: Idem. **Opere**. Vol. 5, cit., pp. 41-42.

noi dobbiamo mantenere in vita i comitati di liberazione, noi dobbiamo far funzionare i comitati di liberazione come organismi i quali fiancheggiino, sostengano, appoggino tutta la azione governativa delle organizzazioni provinciali, l'azione dei comuni, delle giunte che si ricostituiscono qua e là, finché, per lo meno, non sia possibile ricostituire questi organismi sopra una base democratica<sup>45</sup>.

As funções adjudicadas aos comitês de libertação são também expressas nas Resoluções da Direção do PCI, de 7 de janeiro de 1945. Nas resoluções eles são vistos como “os órgãos nos quais se realiza a unidade das forças democráticas e antifascistas”, “órgãos propulsores e coordenadores da atividade popular”, mas “unidos em torno do governo”, e, nas zonas libertadas, se constituem enquanto “organismos auxiliares da ação governativa”. Registra-se ainda que:

I Cln devono tendere ad estendere la loro sfera di azione, da un lato stringendo relazioni regolari con i sindacati e con le altre organizzazioni di massa, dall'altro assumendo le iniziative che si impongono nei campi principali della vita economica e politica (sforzo di guerra, volontariato, assistenza ai soldati e ai partigiani, punizione di criminali fascisti, epurazione, interessamento attivo ai problemi della scuola, dei trasporti, della lotta contro gli speculatori, sollievo urgente all miserie del popolo, ecc.)

A concepção togliattiana de democracia progressiva reintegra, portanto, os pressupostos da democracia representativa e determina uma substancial subordinação dos institutos de democracia direta aos órgãos centrais do Estado. O Estado não é mais apresentado como órgão de domínio de uma classe sobre a outra, mas como estrutura que a classe operária poderia transformar do seu interior, graças às ações dos seus representantes nas instituições. Na mesma trilha, o bloco histórico anticapitalista, composto pela aliança entre operários setentrionais e camponeses meridionais, é substituído pela aliança com o partido socialista e a democracia-cristã.

Mas o corolário inédito da concepção togliattiana de democracia progressiva, que dá outro registro à sua recuperação da democracia representativa, é a inserção no seu pensamento político, desde seus escritos de 1944, da necessidade de construção do “partido

---

<sup>45</sup> Togliatti, Palmiro. “I compiti del partito nella situazione attuale”. In: Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p. 100.

novo”. Todos os esforços políticos de Togliatti estarão envolvidos na edificação de uma organização política de novo tipo que se constituísse enquanto capaz de aderir em todas as dobras de uma sociedade civil desintegrada e deseducada politicamente depois de vinte anos de reação fascista.

### 1.3. O partido novo de Togliatti

Nos anos sucessivos à política salerniana, Togliatti irá apresentar o partido como “a democracia que se organiza” e os grandes partidos de massa como “a democracia que se afirma, que conquista posições decisivas, as quais não serão perdidas jamais”. O partido para se tornar de “novo tipo”, para se afirmar enquanto organização da democracia necessita, para Togliatti, desenvolver concomitantemente três elementos: a) ser partido nacional; b) ser partido de governo; c) e ser partido de massa (de classe e popular)<sup>46</sup>.

Vale lembrar que, para Togliatti, o fascismo não representava apenas, como na definição staliniana, “uma ditadura aberta do capital financeiro”, que se sustenta na negação das instituições democráticas e no ataque contra os direitos dos trabalhadores; mas era sobretudo um *regime reacionário de massa* que organiza em um bloco histórico a burguesia e a pequena burguesia através da ação de um “partido de tipo novo” e de uma ideologia eclética<sup>47</sup>, que coloca os interesses egoístas das classes dirigentes reacionárias em primeiro plano em detrimento dos “verdadeiros” interesses nacionais. Na Itália, o fracasso da velha classe dirigente em completar as tarefas da revolução burguesa que teria sido a causa da ascensão do fascismo e da ruína do país. Analisando a estratégia togliattiana, defende Sassoon<sup>48</sup>:

Era necessário portanto formar um novo bloco em torno da classe operária, a única em condições de se tornar classe nacional. A sua hegemonia precederia a efetiva tomada do poder, porque o período de hegemonia deveria ser um período de consolidação e de reforço. Era um período no qual a classe operária dominaria a sociedade civil, ou seja, a área de consenso sobre a qual o aparato repressivo do Estado se baseava para dominar o país.

<sup>46</sup> Togliatti, Palmiro. “I compiti del partito nella situazione attuale”. In: Idem, Opere, Vol. 5, cit., p. 86.

<sup>47</sup> Togliatti, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

<sup>48</sup> Sassoon, cit., p. 32.

Togliatti sustenta assim que o partido deveria constituir-se enquanto expressão da necessidade da classe trabalhadora se tornar classe dirigente nacional, sustentando a bandeira dos interesses nacionais, traídos pelos interesses “egoístas” das velhas classes dirigentes e pelo fascismo. A aceitação da nova função de síntese e de representação dos interesses nacionais induz o partido a tornar-se partido de governo. E em razão da necessidade de organização e de expressão concreta da vontade política da nação é necessário, para Togliatti, que o partido assuma um caráter de massa, que se torne “sujeito político” capaz de estreitar os vínculos entre a classe operária e os diversos estratos sociais.

Por partido novo – esclarece Togliatti no discurso à Federação romana do PCI, em setembro de 1944 –, deve-se entender, antes de mais nada, um partido que seja capaz de traduzir em sua política em sua organização e sua atividade de todos os dias aquela profunda mudança que ocorreu na posição da classe operária com relação aos problemas da vida nacional. A classe operária deixando de lado a posição unicamente de oposição e de crítica que teve no passado, pretende hoje assumir ela própria, ao lado de todas as forças consequentemente democráticas, uma função dirigente na luta pela libertação do país e pela construção de um regime democrático. Partido novo é o partido capaz de traduzir na prática essa nova posição da classe operária mediante sua política mediante sua atividade e, portanto, também transformando em função desse objetivo a sua própria organização. Ao mesmo tempo, o partido novo que temos em mente deve ser um partido nacional italiano, isto é, um partido que ponha e resolva os problemas da emancipação do trabalho no quadro da vida e da liberdade nacionais, tomando com suas todas as tradições progressivas da nação<sup>49</sup>.

As tarefas imediatas do partido novo deviam estar aliadas às tarefas da resistência. O seu caráter nacional seria demonstrado pela sua capacidade de recolher todas as outras forças políticas e de aplica-las na guerra. Ele deveria, posteriormente, empenhar-se na reconstrução democrática da Itália e dar suporte ao renascimento unitário do Estado italiano. Para adequar-se a essa tarefa, o partido de novo tipo não poderia restringir suas funções à agitação e propaganda, mas deveria assumir uma atuação positiva de colaboração governativa. Necessitava ainda erradicar a mentalidade sectária dos anos da clandestinidade e estar aberto ao maior número de militantes, independente de suas convicções ideológicas e religiosas, desde

---

<sup>49</sup> Togliatti Palmiro. “Il partito nuovo”. In: Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p.

que estivessem em acordo com a linha programática adotada pelo partido. E, ainda, de um lado, era fundamental construir a “estreita colaboração” e a “unidade de ação” com o partido socialista, na perspectiva da formação do partido único da classe trabalhadora italiana; e, de outro, era necessário dedicar particular atenção ao “estreitamento dos liames com as massas católicas”, através da aproximação e colaboração com a democracia-cristã<sup>50</sup>.

A aproximação desse novo sujeito político com os diversos estratos sociais não se alcançaria pela conquista das bases tradicionais de tais partidos, e sim pelas alianças com seus vértices, na medida em que o partido comunista alcance êxito em seu projeto de unidade de ação ou fusão com os socialistas e nas alianças com os democratas-cristãos. Tais alianças eram perseguidas não apenas sobre o terreno político, mas também sobre o sindical: a fundação, no início de junho de 1944, da nova CGIL unitária, demonstrava a disponibilidade dos comunistas, sancionada pelo “Pacto de Roma”, em por de lado uma concepção classista de sindicalismo a fim de envolver os democratas-cristãos na reconstrução da Confederação. A independência da nova estrutura sindical dos partidos políticos era, no entanto, apenas formal, pois seus escopos vinham explicitamente subordinados as tarefas gerais da reconstrução nacional.

Outrossim, a criação do partido novo era compreendida por Togliatti não como uma construção intelectual, de gabinete, mas como possibilidade que, dada as condições objetivas, se colocava de forma inédita aos comunistas italianos. No passado, a cisão de Livorno havia sido ditada pela necessidade histórica de uma nova linha diferente daquela reformista, sectária e fechada para a conquista dos setores médios, que fora adotada pelo partido socialista, e que abrisse, segundo ele, a estrada para a reação fascista. A unidade entre os partidos que se reclamava agora na resistência era fruto das transformações vividas também no interior do partido socialista, responsáveis por fazer com que as plataformas políticas dos dois partidos se tornassem correspondentes. À frente do partido comunista estava colocada uma época histórica, segundo Togliatti, que anunciava a possibilidade da construção de um regime democrático e progressivo, no qual a forma-partido de quadros, que os comunistas assumiram para enfrentar a situação de clandestinidade, encontrava-se ultrapassada.

La realtà è che noi comunisti in Italia, primi forse fra i comunisti di tutta l'Europa occidentale, ci troviamo di fronte ad un problema nuovo, quale non si era posto mai a noi negli anni passati, e che non si pose mai negli anni della legalità e tanto meno in quelli duri dell'illegalità e della persecuzione.

---

<sup>50</sup> Togliatti, “I compiti del partito nella situazione attuale”. In: Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., pp. 95-97.



Noi comunisti italiani, primi fra i comunisti di tutta l'Europa occidentale, ci troviamo di fronte al nuovo e grave compito di creare un partito comunista in condizioni completamente nuove, con compiti completamente nuovi e diversi da quelli che si ponevano in passato al nostro partito<sup>51</sup>.

O cientista político italiano Umberto Cerroni<sup>52</sup>, refletindo sobre a “escolha” entre partido de quadros e partidos de massas, a que foram constrangidos os comunistas italianos, sublinha com acuidade que a própria escolha entre uma das duas formas-partido não é uma “pura opção doutrinária”. Ao contrário: ela expressa uma escolha histórica que “tanto pressupõe uma análise da sociedade, quanto um tipo de sociedade”. Portanto, a escolha política dá-se, na realidade, “por um mecanismo muito mais complexo do que a pura vontade política”; dá-se “por um mecanismo histórico”. A capacidade de analisar e compreender o movimento deste mecanismo histórico é que distingue, segundo ele, o grande dirigente: “a lógica política não passa apenas através do cérebro dos dirigentes, mas, antes, os grandes dirigentes são aqueles cujo cérebro interpreta a lógica do desenvolvimento histórico”<sup>53</sup>. Conclui, portanto, ao analisar o partido novo teorizado pelo “leninista Togliatti”, que este se aproxima, involuntariamente, do ponto de vista organizativo, mais ao partido menchevique de Martov do que do partido de “revolucionários profissionais” do bolchevique Lenin.

Malgrado a forma organizativa do partido novo togliattiano se aproximar daquela da social-democracia, está correto também Sassoon<sup>54</sup> ao afirmar que ele não se confunde, pelo prisma do programa político, com o partido revolucionário segundo-internacionalista. Por um lado, o papel do partido político para a social-democracia era aquele de construir suas próprias instituições, independente da ordem social existente, e sua tarefa principal era desenvolver a propaganda e a agitação até que as condições de tomada do poder estivessem amadurecidas; por outro lado, o objetivo do partido novo é “penetrar dentro do Estado democrático”, fazer os comunistas “entrar em todos os poros da sociedade” e chegar, efetivamente, a um “controle concreto da administração e da cultura”<sup>55</sup>.

Enquanto o distanciamento programático do partido novo em relação ao partido social-democrata é evidente – e sempre declarada pelo líder comunista italiano –, o mesmo não

<sup>51</sup> Togliatti, “I compiti del partito nella situazione attuale”. In: Idem, Opere, Vol. 5, cit., p.

<sup>52</sup> Cerroni, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982, p. 39.

<sup>53</sup> Cerroni, cit., p. 40.

<sup>54</sup> Sassoon, cit., p. 33.

<sup>55</sup> Bocca, Giorgio. **Palmiro Togliatti**. Tomo secondo. Roma-Bari, Editori Laterza, 1977, p. 394.

ocorre em relação à teoria do partido revolucionário desenvolvida por Gramsci. Em um campo de interpretação, a prédica togliattiana de partido é vista por alguns estudiosos de sua obra como continuidade e ampliação da concepção gramsciana de partido; em outro campo, outros a interpretam como uma manifesta ruptura em relação aos aportes gramscianos à teoria leninista do partido. Entre os primeiros, Marco Mondaini defende que Togliatti incorporou aspectos relevantes da teoria gramsciana do partido, ao compreender o partido como responsável pela “direção de um processo de renovação político-cultural”, de “passagem do ‘nível econômico-corporativo’ para o nível ‘ético-político’”, na luta por hegemonia. Mas a ultrapassou dialeticamente já que não propõe mais o partido “como totalidade, como fato ideológico, como pré-configuração do Estado”, e sim como parte, como partido que “luta pela ampliação progressiva da democracia dentro de um sistema ‘pluralista’”<sup>56</sup>. Entre os que defendem uma ruptura entre as duas perspectivas, Franco Sbarberi compreende que a análise gramsciana de partido político era baseada no princípio da luta de classe, enquanto Togliatti abandonara o princípio da luta de classes por não estar confiante na possibilidade de criar fraturas internas no poder da burguesia, e assim assumiu como tarefa do partido novo colocar-se como momento de recomposição de um novo bloco de poder fazendo-se portador dos interesses de “todas as categorias do povo italiano”.

Para Sbarberi, o princípio da luta de classes, adotado por Gramsci, põe a necessidade histórica de destruir a todo custo a sociedade burguesa e construir uma alternativa política ao regime representativo. Nesse sentido, Gramsci vira na organização política da classe operária “um Estado em potência /.../ antagonista do Estado burguês”; enquanto para Togliatti, o objetivo maior seria de “superar as contradições entre capital e trabalho no interior das organizações do partido, na forma da coexistência entre as diversas classes sociais”<sup>57</sup>.

A tese esposada por Sbarberi nos parece a mais correta. E isso se torna mais evidente ao analisar mais detidamente as três características do partido novo defendidas por Togliatti. Senão vejamos.

A primeira característica que marca o partido novo, como afirmamos, é a de ser *expressão sintética dos interesses nacionais* traídos pelo fascismo e pelas velhas classes dirigentes. A “bandeira dos interesses nacionais” deveria então ser recolhida pelos comunistas, que deveriam ainda se esforçar para representar “os interesses e as aspirações das massas e do povo”. É importante ter presente aqui o conceito de nação que essa interpretação encerra. Na

---

<sup>56</sup> Mondaini, cit., pp. 76-77.

<sup>57</sup> Sbarberi, cit., p. 243.

acepção togliattiana de nação, em geral, entra todos os estratos sociais, com exceção daquelas frações da classe dominante que não souberam se elevar ao grau de representantes dos interesses do povo. Não estão à altura dos interesses nacionais e populares, portanto, “os grandes industriais reacionários, os grandes proprietários de terra, a classe dirigente fascista, reacionária e conservadora”. No interior dessa interpretação de nação, a análise marxista das relações de produção e da luta de classe é elidida e em seu lugar assume vez um discurso com critérios fortemente moralistas. O antagonismo agora é apresentado como embate entre os “grupos egoístas” que tentam sufocar com seus interesses mesquinhos “a sã iniciativa privada”, ou como oposição entre “forças tenebrosas que agem nas sombras” contra a “construtiva ação do movimento operário”. Nesse registro, “não é mais a classe operária a depositária, com suas instâncias e com suas lutas de emancipação econômica e política, dos interesses universais (Marx)”, que deveriam se coordenar com “os interesses não corporativos dos grupos subalternos (Gramsci)”, mas sim o princípio dos interesses nacionais que deveriam “inspirar de tempo em tempo a ação ‘responsável’ da classe operária através do partido que a representa”<sup>58</sup>.

O extravio da perspectiva da luta de classes em direção à perspectiva da colaboração entre as forças políticas de diversas conotações de classe está presente também na segunda característica do partido novo togliattiano, isto é, na *necessidade do partido tornar-se classe de governo*. Não se trata, entretanto, de afirmar que essa impositação togliattiana pretende conter o movimento de classes, como muitas vezes foram acusados os comunistas italianos, mas sim registrar que o movimento de luta da classe operária, como demonstra Sbarberi, era sempre canalizado para a direção do partido no âmbito do quadro político por ele estabelecido, quadro político que está precisamente sobre o eixo das colaborações governativas com os outros partidos. Nesse sentido, Togliatti, explicando o significado da participação no governo e as funções de governo assumidas pelo partido comunista, defende que o partido novo é aquele que “intervem na vida do país com uma atividade positiva e construtiva a qual começa nas células de fábrica e nas células das cidades e se faz chegar até aos homens que delegamos representar a classe operária e até ao partido no governo”<sup>59</sup>. E ainda assume, entre tantas outras tarefas importantes, aquela de intervir em todas as organizações de massa, como os sindicatos e as cooperativas, para reforça-las e induzi-las a promover uma ação de estímulo em direção aos órgãos do governo.

---

<sup>58</sup> Sbarberi, cit., p. 244.

<sup>59</sup> O trecho citado é do segundo discurso de Togliatti na Roma liberada, pronunciado em 24 de setembro de 1944, na *Conferência provincial da Federação romana do Partido Comunista Italiano* (Togliatti, Palmiro. “Avanti, verso a la democrazia”. In: **Critica Marxista**. Anno 22. N. 4-5. Roma, Editori Riuniti, 1982, pp. 315-348)

Tal solução de Togliatti é manifestamente contrária àquela de Gramsci apresentada nas teses ao partido comunista do Congresso de Lyon. O comunista sardo via na relação triangular entre classe, conselhos e partido o problema essencial da democracia socialista. Para ele, uma organização estatal alternativa ao parlamentarismo burguês deveria estar sempre atenta à questão do autogoverno e do protagonismo das massas, de modo que a dialética partido-massa se solucionasse em favor do verdadeiro sujeito revolucionário que são, para Gramsci, as classes subalternas e não os partidos. Entretanto, o partido assume o caráter de forma de organização superior; enquanto os conselhos operários e os sindicatos eram considerados formas intermediárias de organização. Mas é importante notar que o fato de conselhos operários e sindicatos serem considerados formas intermediárias de organização não elide a importância do controle operário no local de trabalho. Ainda nas *Teses de Lyon*, Gramsci, em polêmica com a extrema-esquerda bordiguiana, defendeu a necessidade de organização do partido no espaço produtivo. A organização autônoma do partido no local de trabalho é a célula que terá a tarefa de fornecer ao partido o instrumento para dirigir o movimento de massa da classe operária<sup>60</sup>.

Em outras palavras, em Togliatti, o postulado da colaboração entre as classes faz com que as demandas da classe operária devam chegar aos seus representantes e dirigentes que as gerem centralmente no partido e as “usam como meios de pressão sobre os aparatos de governo”<sup>61</sup>, já em Gramsci, o postulado da luta de classes acentua que a “organização autônoma do partido no local de trabalho” é “a célula que terá a tarefa de fornecer ao partido o instrumento para dirigir o movimento de massa da classe operária”. A impositação togliattiana atua no sentido de fortalecimento da democratização do país e sanciona mais uma vez a divisão clássica entre representantes e representados, entre dirigentes e dirigidos, ao invés de buscar a construção de uma unidade orgânica entre as lutas sociais da classe operária e as lutas políticas empreendidas pelo partido; a impositação gramsciana inversamente coloca a necessidade da unidade orgânica entre os órgãos de exercício direto de poder das massas e a direção partidária como fundamento da democratização socialista.

Essa mesma perspectiva orienta a terceira característica: o partido novo como organismo político de massa com *caráter de classe e de povo* pressupõe uma estratégia para ampliar a base social do partido e para se construir uma ampla política de aliança. Em tal estratégia, mais uma vez, não se coloca como primordial a luta contra a exploração e opressão

---

<sup>60</sup> Gramsci *apud* Salvadori, Massimo. **Gramsci e il problema storico della democrazia**. Torino, Einaudi Editore, 1973, p. 21.

<sup>61</sup> Sbarberi, cit., p. 245.

capitalista, mas a construção da solidariedade nacional, patrocinada pelo partido, entre as diversas classes sociais. A forma como Togliatti expressa o binômio classe-povo em seus discursos torna evidente nossa afirmação. Ao buscar reforçar a base tradicional operária do partido, ele privilegia em suas intervenções o segundo sujeito do binômio, “insistindo sempre na necessidade de inserir na organização ‘todos os elementos que são necessários para estabelecer contatos com todas as categorias do povo italiano’”<sup>62</sup>. Assim, apresentar o partido novo como “partido do povo” pressupõe uma estratégia para alcançar as camadas sociais médias. Assim Togliatti define as classes médias:

‘Ceto medio’ /.../ dovrebbe essere uno strato sociale che si colloca tra i due estremi della scala, comprendendo coloro che stanno in mezzo, fra chi è salariato e chi è proprietario di mezzi di produzione cioè capitalista /.../ La nozione di ceto medio, così spiegata, è abbastanza chiara; è ricchissima però di contenuto concreto. Tra chi è salariato e chi è capitalista si colloca infatti una gamma molto numerosa di gruppi sociali<sup>63</sup>.

Ao se dirigir às camadas médias, Togliatti mirava incorpora-las no partido ou conquistar o apoio daqueles que as compõem, como artesãos, intelectuais, setores pequeno e médio da propriedade agrícola, do comércio e da indústria, enfim, a base tradicional da democracia-cristã. A estratégia de estreitar os vínculos com as camadas médias, como assevera Sbarberi, tinha ainda uma dupla finalidade, uma *interna* e outra *externa* à organização: “a primeira aponta para sua inserção direta nas estruturas do partido; a segunda aspira garantir, nos postos de trabalho e nas instituições estatais, a sua adesão ativa à política de unidade nacional”. A preocupação primordial ao se dirigir às camadas médias era, portanto, demonstrar a homogeneidade de seus interesses não em relação aos da classe operária, mas com a política econômica defendida pelo partido<sup>64</sup>.

Tal ideia de um partido “do povo” que se abre de modo indiferenciado para os setores da pequena e média burguesia também é estranha ao pensamento político gramsciano. Como afirma Sbarberi, o pressuposto para aplicar o centralismo democrático no partido era, para Gramsci, que a diversidade de opiniões no interior do partido não fosse expressão de interesses de classe contrapostos. A homogeneidade social do partido é que garantiria que a

---

<sup>62</sup> Sbarberi, cit. P. 249.

<sup>63</sup> Togliatti *apud* Sassoon, cit., p. 57.

<sup>64</sup> Sassoon, cit., p. 58.

distinção entre dirigentes e dirigidos não reproduzisse uma divisão antagônica, mas apenas uma distinção de função no interior da própria classe. Para que a relação entre direção e base não ocorresse com nexos de exterioridade era, pois, necessário que o partido comunista, segundo Gramsci, exprimisse “as necessidades e a ideologia de apenas uma classe: o proletariado”.

Com efeito, as escolhas que a política togliattiana colocava não eram entre “revolução social ou desenvolvimento capitalista”, mas sim entre “desenvolvimento capitalista dirigido pela classe trabalhadora ou desenvolvimento capitalista dirigido pela burguesia”, como asseverou corretamente Sassoon<sup>65</sup>. As escolhas, como afirmamos, não eram colocadas a partir de uma perspectiva de classe, pois vieram sempre submetidas aos rígidos princípios e estritos compromissos da solidariedade nacional, como o próprio Togliatti esclarece no discurso de 24 de setembro de 1944, pronunciado em Roma:

Chiediamo chi i problemi economici, i problemi della vita delle masse lavoratrici e della vita economica di tutto il paese, vengano affrontati e risolti, non per creare un regime socialista o un regime comunista, ma unicamente per creare un regime de solidarietà nazionale e affinché coloro che lavorano abbiano i mezzi per poter continuare a lavorare affinché non vi sia da unaparte la spaventosa miséria dei lavoratori e dall'altra l'insultante ed abbondanza degli speculatori. Questo è quello che noi vogliamo. E nel porre questo problema noi non poniamo nessun problema particolare di classe; poniamo unicamente, esclusivamente, un problema nazionale<sup>66</sup>.

Enfim, a política de unidade nacional nas instituições do Estado e a ação do partido novo nas dobras da sociedade civil convergiam no interior de uma estratégia política de construção sólida de uma democracia que não previa solução de continuidade em direção ao socialismo. Por mais que a base de militantes comunistas empenhada na guerra de libertação nacional desejasse, o regime democrático e progressivo não poderia ser visto como o prelúdio de uma sociedade comunista.

#### *1.4. O desenvolvimento da luta de libertação nacional e a insurreição final*

---

<sup>65</sup> Sassoon, cit., p. 58.

<sup>66</sup> Togliatti, Palmiro. “Avanti, verso a la democrazia”, cit., p. 329.

A atuação do partido comunista na luta pela libertação nacional será portanto colocada sempre sobre os trilhos de seus compromissos no governo de solidariedade nacional. A resistência *partigiana*, para os dirigentes do PCI, não poderia assumir um caráter de classe; deveria se enquadrar exclusivamente no âmbito de uma luta nacional para aplacar o fascismo e expulsar os invasores nazistas. Por essa razão, o centro gravitacional das lutas deveria ser deslocado das cidades, onde se concentrava a produção fabril, para as montanhas, onde se moviam as tropas nazistas.

Tal orientação dos dirigentes comunistas para o desenvolvimento da luta armada implicou a saída para as montanhas de inteiros grupos dirigentes locais ou o isolamento de muito dos seus militantes mais combativos em grupos como os GAP's (Grupos de Ação Patriótica), os quais baseavam sua atividade em ações de sabotagem e em atentados e, assim, ficavam constringidos a viver na mais completa clandestinidade e a operarem separados do desenvolvimento do movimento de massa nas fábricas e nas cidades.

Apesar do enquadramento exclusivamente militar que os dirigentes comunistas buscavam dar a classe operária que lutava na resistência, o proletariado da cidade e do campo via ainda no colapso do fascismo o “fim mais ou menos breve do regime capitalista”<sup>67</sup>. A luta era interpretada como movimento em direção a uma “estrutura social de contornos não muito bem definidos, mas que se identificava ao socialismo, interpretado, sobretudo, como abolição da propriedade privada”<sup>68</sup>. As já citadas greves do verão de 1944 deram a esta expectativa um forte estímulo fazendo a luta na resistência assumir um caráter de massa. O apoio às greves e o empenho dos dirigentes comunistas na organização da luta armada ampliavam o prestígio do partido. De um lado, o crescimento das adesões ao partido era impetuoso, sobretudo nas zonas que iam sendo libertadas. Em novembro de 1944, os inscritos no partido contavam mais de quatrocentos e setenta mil. De outro, as brigadas Garibaldi, organizadas pelos comunistas e comandadas por expoentes como Luigi Longo e Pietro Secchia, eram as formações *partigiani* com maior número de militantes. Estima-se que dois terços dos combatentes *partigiani* compunham as brigadas, que contavam, no momento da insurreição final de abril de 1945, com cerca de cinquenta e um mil combatentes.

Os êxitos das ações na resistência que se acumulavam dia a dia e o instinto de classe do proletariado rural e urbano conduziam a maior parte dos operários militantes, mais ou menos enquadrados nas formações *partigiani* (nos SAP, nos GAP, na propaganda de fábrica e nas

---

<sup>67</sup> Galli, cit., p. 155.

<sup>68</sup> Idem, ibidem.

organizações das greves), a não abandonar a expectativa de um desenvolvimento revolucionário da guerra de libertação nacional e a imaginar como iminente a construção do comunismo. Todavia, o partido se empenhava a fundo em redimensionar toda expressão de intransigência classista, com o propósito de fazer a base aceitar uma linha política fundada no abandono da perspectiva revolucionária. Togliatti, nas suas diretivas de 6 de junho de 1944 sobre a guerra *partigiana*, foi explícito ao recomendar: “*di ricordarsi sempre che l’insurrezione che noi vogliamo non ha lo scopo di imporre trasformazioni sociali e politiche in senso socialista e comunista, ma ha come scopo la liberazione nazionale e la distruzione del fascismo*”<sup>69</sup>.

Não obstante Togliatti repetisse que o objetivo dos comunistas era exclusivamente destruir o fascismo e conquistar no país as condições de um regime democrático e progressivo e que para tanto era decisiva a aliança política com a moderada Democracia Cristã, a influência crescente dos comunistas e a disponibilidade popular de unir-se a resistência continuavam a preocupar os aliados. Na tentativa de conter essas tendências, o general Alexander, comandante das tropas aliadas na Itália, em um momento em que o avanço aliado é bloqueado na linha gótica, proclama aos *partigiani* que se estabelecesse um período de trégua, que se dissolvessem as formações e que se cessassem as operações até novas ordens<sup>70</sup>. Aos *partigiani* não restou alternativa do que a de passar mais um duro inverno nas montanhas. É nesse mesmo período que os nazifascistas tiveram a possibilidade de cometer os mais brutais massacres, como em Marzabotto (com 1500 civis mortos). Mais adiante, paralisado pela mensagem de Alexander e temeroso de transcorrer o inverno sob o assédio nazista, o CLNAI enviou uma delegação para Roma com a missão de negociar com Bonomi e com os aliados. O propósito era obter suportes econômico e militar e ter o reconhecimento do CLNAI como governo legítimo do Norte. O resultado das tratativas será um acordo com o CLNAI, assinado em 7 de setembro de 1944, em que os aliados reconhecem as formações *partigiane*, mas impuseram à frente do Corpo de Voluntários da Liberdade, que deveria organizar sob um único comando os combatentes antifascistas, um oficial italiano com declarada hostilidade para com os comunistas, o general Raffaele Cadorna. Na posição de vice-comandantes, se aceita a presença do comunista Luigi Longo e do acionista Ferruccio Parri. Os aliados e as forças moderadas e conservadoras tinham propósitos bem definidos: “*Si voleva evitare l’insurrezione popolare e la vittoria politica delle brigate partigiane, con il pericolo sempre paventato dalle forze moderate e dagli alleati*

<sup>69</sup>Togliatti, Palmiro. “Istruzioni per l’insurrezione di tutto il popolo”. In: Idem, Opere, Vol. 5, cit., p. 41.

<sup>70</sup> Cf. Galli, cit., p. 156; Barbagallo, cit., p. 46.



*dell'affermazione di un potere delle forze di sinistra sostenuto da un largo consenso popolare*<sup>71</sup>.

As aspirações e as expectativas das classes sociais e das frações de classes envolvidas no processo de libertação da Itália eram extremamente contrastantes. Os expoentes do grande capital industrial e financeiro tinham como objetivo imediato “preservar o aparato produtivo da destruição bélica e dos saques alemães” e como objetivo último “a manutenção na Itália da estrutura social na qual se baseia o seu poder, isto é, a propriedade privada dos meios de produção”<sup>72</sup>. Para alcançar o primeiro objetivo, mantiveram contatos com os alemães garantindo-lhes a produção mínima necessária para suas instalações, visando impedir o desencadeamento de uma guerra civil; e, para conseguir o segundo objetivo, estabeleceram na Suíça relações com os aliados anglo-americanos buscando a garantia que a Itália depois da guerra permanecesse sobre sua área de influência<sup>73</sup>.

A atitude do grande capital italiano nos confrontos da resistência é determinada por estes interesses de classe, por estes objetivos imediatos e mediatos. Em linhas gerais, a escolha operada na primavera de 1943 permanece naturalmente válida e a grande burguesia italiana está ainda no campo das nações unidas, mas para salvar os capitais fixos deve mover-se com cautela nos confrontos com a autoridade alemã<sup>74</sup>.

As médias burguesias urbana e rural assumem atitudes análogas a da grande burguesia. A média burguesia urbana tanto mantinha sua estreita ligação com os invasores, como operava de modo fragmentário no campo político, financiando os setores mais moderados do movimento *partigiano*. As mesmas ações eram empreendidas pela média burguesia rural, entretanto, consciente tanto de seu empenho no fascismo como da exploração que exercia no campo, se preocupava com o “fermento rebelde que se dilatava no campo” e se “mantinha atemorizada na espera que passasse a tempestade”<sup>75</sup>. Ambas mantinham a expectativa de que a reconstrução pós-bélica fosse conduzida de modo a assegurar o máximo de continuidade possível das instituições políticas e sociais existentes.

---

<sup>71</sup> Barbagallo, cit., p. 47.

<sup>72</sup> Idem, ibidem, p. 154.

<sup>73</sup> Galli, cit., p. 154.

<sup>74</sup> Galli, cit., p. 154.

<sup>75</sup> Galli, cit., p. 155.

A pequena burguesia urbana, por seu turno, extremamente afetada pelas dificuldades econômicas que sofria como consequência da guerra fascista e da invasão nazista, e mesmo temendo o extremismo revolucionário comunista, se orientava em direção a posições de esquerda, próximas aos acionistas e aos socialistas, na esperança que reformas moderadas pudessem aliviar sua situação ao invés de piorá-las. A mesma expectativa era compartilhada pela pequena burguesia rural, sobretudo os arrendatários rurais (*mezzadri*), que viam nas alterações da estrutura social uma condição para melhorar suas próprias condições, na medida em que aspiravam que maiores concessões de terra fossem feitas pelos grandes proprietários rurais. Nas regiões onde era forte a influência do clero, a pequena burguesia rural se orientava na direção da DC, mesmo que desta só obtivesse vagas promessas. Já nas regiões onde o sentimento anticlerical era predominante, como na Itália central, o PCI assume a condição de intérprete de suas reivindicações<sup>76</sup>.

Tal caleidoscópio de forças e interesses de classes centrífugas não trava o ímpeto antifascista do grande número de homens e mulheres que afluía para a luta *partigiana* e para as mobilizações populares. Os outono e inverno de 1944-1945 não foram apenas as estações em que o movimento *partigiano* assistiu ao grave enfraquecimento de sua capacidade ofensiva após a proclamação de Alexander e a contraofensiva alemã; foram também o período em que o instável equilíbrio do governo das zonas liberadas era submetido a duras provas pelas mobilizações populares e pelas constantes denúncias que lhes eram dirigidas sobretudo pelos acionistas. A pálida autoridade do governo Bonomi, apoiado apenas pelos aliados e pela indisponibilidade do PCI para romper a coalizão era constantemente questionada pelas massas meridionais, afetadas fortemente por graves problemas econômicos: para as famílias de assalariados e pensionistas a inflação se tornava um problema dramático, e nem mesmo as reformas aprovadas, como a agrária e a fiscal, cancelavam as dificuldades. A autoridade era ainda posta em xeque no campo político-institucional devido a pouca disposição do governo em conduzir o processo de depuração dos fascistas do interior das administrações judiciais, civis e militares, as quais se mantinham quase que intocadas. As crises no governo Bonomi eram constantes, na mesma medida em que eram resolutas as disposições anglo-americanas de evitar quaisquer cataclismos que abalassem a estrutura social e política estabelecida.

Ademais, as atitudes dos aliados e das forças moderadas e reacionárias que lhes apoiavam eram ainda uma pesada hipoteca para as perspectivas de liberação no Norte da Itália: os aliados não pretendiam de fato confiar ao CLN Central e ao CLN da Alta Itália as

---

<sup>76</sup> Galli, cit., p. 155.

responsabilidades administrativas nas regiões em que operava a resistência; não pretendiam colocar em discussão a continuidade da organização tradicional do Estado. Tal postura causou graves impasses para as forças de esquerda que compunham a coalizão antifascista. Os acionistas estavam convictos que apenas um governo conquistado por ação popular, e não outorgado pelas baionetas estrangeiras, poderia constituir a base para uma renovação da sociedade italiana<sup>77</sup>. Assim, apenas os comitês de libertação poderiam se constituir enquanto pedra angular da democracia italiana. Essa postura dos acionistas será logo seguida pelos socialistas, e ambos resolvem, ao verem vetada pelos aliados a substituição de Bonomi pelo conde Sforza, abandonar o governo de unidade antifascista. Os comunistas estavam também conscientes da necessária participação popular no processo de libertação e, como vimos, foi o partido, através das brigadas Garibaldi, que desempenhou o papel mais decisivo. Entretanto, se empenharam em contornar as fraturas no interior da coalizão antifascista, com o objetivo de evitar a ruptura entre o CLNAI, o governo central e os aliados. Preocupavam-lhes a possibilidade de tal ruptura “deixar espaço para a monarquia e de favorecer uma intervenção dos aliados, do tipo daquela já em curso na Grécia”<sup>78</sup>.

Para evitar a ruptura, como vimos na seção 1.2, os comunistas trataram de redimensionar o papel que atribuíam aos comitês de libertação, como instrumento de afirmação da “democracia progressiva”: os dirigentes comunistas locais se empenhavam em afirmar que a questão dos comitês de libertação como organismos de poder popular na estrutura social da Itália pós-guerra não estava colocada naquele momento. Insistem, mais uma vez, que o que se colocava na ordem do dia era a urgência de potencializar os comitês de libertação como órgãos periféricos de mobilização das massas na luta de libertação. Esse discurso buscava conter a postura mais radicalizada dos acionistas, porém mirava mais decididamente não abalar a almejada fusão com os socialistas.

Enquanto o partido comunista perseguia “os seus próprios fins políticos, seus militantes de base continuavam a jogar um papel de primeiro plano na resistência, nas brigadas das montanhas, nos GAP das cidades, e centenas foram os quadros, milhares foram os militantes que tombaram em uma guerra civil áspera e sem trégua”<sup>79</sup>. A ideia de uma insurreição revolucionária estava radicada nas bases, que não conseguiam se aclimatar a nova linha política, interpretando-a sempre como uma manobra tática de seu grande e prestigiado líder. A

---

<sup>77</sup> Spriano, cit., p. 520; Galli, cit., p. 156.

<sup>78</sup> Amendola *apud* Spriano, cit., p. 521.

<sup>79</sup> Galli, cit., p. 159.

democracia progressiva – como expressou um operário milanês, em uma frase que sintetiza o sentimento predominante na base ativa do partido – nada mais era do que “um cavalo de Troia na cidadela burguesa”<sup>80</sup>. Sobretudo nos centros industriais do Norte, entre os operários ligados ao partido, continuava a prevalecer a ideia que não seria possível evitar o acerto de contas com a burguesia cúmplice do fascismo. A expectativa do confronto final pela emancipação dos trabalhadores se nutria também da exasperação provocada pela fome e pelo frio que caracterizou o último inverno de guerra.

Nos meses decisivos da luta de libertação, entre 1944 e 1945, a agitação operária foi endêmica, apesar de não ter alcançado dimensão análoga à greve geral da última primavera. As deportações e as demissões agravavam ainda mais uma situação social já deteriorada pela inflação e pelo funcionamento precário dos serviços públicos fundamentais e acionavam os numerosos protestos locais que anteciparam as greves explosivas de Turim e Milão, em março de 1945. Todos estes problemas deixavam ainda mais claro o grande hiato que continuava a dividir o proletariado setentrional de uma burguesia, que ignorando as reivindicações operárias, não demonstrava ter a intenção de tutelar suas próprias oficinas dos constantes butins e de impedir as contantes requisições de mão de obra pelos nazistas e republiquinos<sup>81</sup>.

Ao final de março, durante uma importante agitação operária na Lombardia, o CLNAI constituiu em Milão, o Comitê Executivo Insurrecional, com o objetivo de preparar a insurreição que libertaria as grandes cidades do Norte antes da chegada das tropas aliadas. A direção do PCI para a Itália setentrional se reúne nos dias 11 e 12 de março de 1945 e lança um apelo para a iminente insurreição:

La disciplina proletaria e patriotica si manifesta nel comunista come la più alta espressione della coscienza politica nazionale. L'insurrezione che noi vogliamo, ci ha detto Ercoli, non è e non può essere l'insurrezione di una classe o di un partito. È insurrezione di tutto un popolo per l'indipendenza e per la democrazia, che si svolge sotto la bandiera del tricolore, simbolo dell'unità di tutto un popolo.

---

<sup>80</sup> Cf. Spriano, cit., p. 523.

<sup>81</sup> Spriano, cit., p. 535.

Mais uma vez, o proletariado, não disponível a lutas parciais, responde ao apelo dos comunistas<sup>82</sup>. Em Turim, no dia 18 de abril, explode a greve pré-insurrecional; entre 21 e 23, Modena, Bolonha, Ferrara e Reggio Emilia se insurgem; entre 25 e 27, Genova é libertada; e Milão no dia 25. As principais fábricas são ocupadas pelos operários e se tornam bases da ofensiva armada nas cidades contra as guarnições militares nazistas. O objetivo dos comitês de agitação era de defender os estabelecimentos para operações de guerra e usá-los como ponto de abastecimento para as ações dos GAP e dos SAP e ainda como base de apoio para as formações que desciam das montanhas: tal defesa era concebida pelos trabalhadores insurgentes como início das expropriações das fábricas, que deveriam ser, na intenção dos insurgentes, o prelúdio da futura transformação das relações sociais.

Em todas as principais insurreições do Norte ficou evidente a centralidade do protagonismo operário: os trabalhadores das grandes fábricas tinham desempenhado um papel decisivo, e, a partir de suas mobilizações nos locais de trabalho, se apropriaram do controle de vários espaços da vida econômica e social que nos vinte anos anteriores eram ocupados pelos fascistas. Apesar da direção que o partido comunista buscou sempre imprimir às suas lutas, não se pode esquecer as reais disposições da classe operária: não se lutava para subtrair o poder aos nazifascistas e restituí-lo à burguesia. A democracia para qual o proletariado se insurgira não era aquela representativa, mas sim a democracia operária.

A fase final da luta da resistência assumiu, portanto, um claro caráter de revolta popular. Os aliados chegaram apenas quando os nazistas já haviam fugido. O Norte da Itália foi libertado pelas insurreições populares e pelas lutas dos *partigiani*, que duraram até o dia 25 de abril. Nessa situação:

os poderes de fato eram exercidos, antes que pela autoridade nominal dos CLN, pelos comandantes das formações *partigiane*, enquanto as cidades eram controladas por milhares de operários armados, e nas fábricas o caráter classista de suas atitudes se traduzem no fuzilamento sumário de industriais e de dirigentes identificados como responsáveis pelo fascismo e pelas catástrofes nacionais<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> Nas belas palavras de Paolo Spriano: “Non è più tempo di lotte parziali. La classe operaia, affamata, esasperata, in guerra, è disponibile solo all’apello finale insurrezionale. Quello che la divide dalle autorità nazifasciste e dagli industriali collaborazionisti è un baratro di odio e di sangue” (Spriano, cit., p. 536).

<sup>83</sup> Galli, cit., p. 161.

Nos dias sucessivos à insurreição nacional, o PCI, junto aos demais partidos do CLNAI, se apressa em dar indicações ao proletariado de interromper as greves e retornar ao trabalho nas fábricas. Para as formações *partigiane*, a instrução é de consignar imediatamente a posse das armas aos aliados assim que o Norte fosse libertado. A chegada das tropas anglo-americanas normaliza ainda mais a situação. Nos Protocolos de Roma, firmados pelo Comitê de Libertação Nacional da Alta Itália com os aliados e o governo Bonomi, já ficava estabelecida a subordinação do movimento de libertação.

A última página das lutas na resistência oferece uma prova contundente de que, ao invés do movimento de libertação desaguar numa revolução ativa, se reconstituíam as forças políticas e econômicas das velhas classes dominantes, isto é, a Itália mais uma vez se preparava para atravessar uma fase de revolução passiva<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> Luciano Gruppi, em posição diversa da que defendemos neste trabalho, advoga que “A guerra de libertação foi, diversamente do *Risorgimento*, a primeira revolução ativa, em âmbito nacional, da história da Itália. Revolução antifascista, democrática e popular. /.../ O caráter de revolução ativa da guerra de libertação está em seu objetivo nacional e democrático” (Gruppi, cit., p. XLVIII). Todavia, páginas adiante, quando defende que os comunistas se lançaram em uma posição defensiva com a chegada da guerra fria, ele afirmará que “Apenas na Iugoslávia houve aquilo que pode ser definida como uma revolução passiva (gramscianamente falando), induzida mais por fatores internacionais do que por fatores internos” (idem, p. LXX).

## Capítulo 2. Os partidos de massa na reconstrução democrática: da unidade à ruptura (1945-1948)

### 2.1. *Conflitos de classes e partidos antifascistas na Itália libertada*

Na primavera de 1945, a situação formal da Itália depois da guerra de libertação é a de um país unido e independente. A situação real, no entanto, é a de uma sociedade extremamente dividida por fraturas que atravessam transversalmente todo o tecido social. A sociedade italiana conserva ainda uma estrutura de classe extremamente rígida, com um abismo intransponível entre burgueses e proletários e ainda com outras tantas divisões econômicas, políticas, de costumes e de tradição. A Itália era ainda um país em ruínas: o patrimônio material fora reduzido a aproximadamente um terço do que era antes da guerra; a produtividade da indústria caiu à metade; a inflação desvalorizara a moeda de dez a trinta vezes e corroera os salários; o desemprego atingira mais de dois milhões de italianos, dos quais a metade na indústria<sup>85</sup>.

A estratégia que o partido comunista adotou para enfrentar esse quadro não foi, porém, distinta do que havia anunciado durante toda a resistência. E assim a rerepresentou Togliatti em um dos seus primeiros discursos depois da guerra de libertação, em 23 de maio, para os quadros comunistas turinenses:

Abbiamo seguito sino ad ora una linea di unità nazionale; il che vuol dire di unità della classe operaia, unità dei lavoratori attorno alla classe operaia, unità delle forze democratiche progressive attorno al blocco delle classi lavoratrici. Ebbene: dobbiamo noi continuare a seguire queste linee, oppure dobbiamo fare un passo indietro e ritornare ad una politica di difesa esclusiva delle posizioni della classe operaia?

Questa è la risposta che dobbiamo darci chiaramente, perché dalla risposta dipende la soluzione di tutti i problemi della nostra politica. Dobbiamo sapere se, in questo momento, raggiunta la vittoria nazionale con la liberazione del nostro territorio dagli invasori tedeschi e con lo schiacciamento dei traditori fascisti, dobbiamo dire agli operai: ‘Adesso dovete andare avanti per una rivoluzione socialista immediata’,

---

<sup>85</sup> Galli, cit., p. 165.

oppure: Dobbiamo continuare assieme, in questo grande fronte democratico, l'azione e la lotta per una profonda trasformazione democratica e antifascista del nostro paese'.

Compagni, la direzione del nostro partito è profondamente convinta che soltanto quest'ultima è la strada giusta; ed è la strada giusta per parecchi motivi: prima di tutto per la situazione internazionale del nostro paese, e poi per la situazione interna<sup>86</sup>.

A escolha de não modificar a linha política da “svolta” de Salerno já havia sido traduzida em completa plataforma política pelos membros do Conselho Nacional do Partido, reunidos em abril de 1945, em Roma, a qual denunciava explicitamente os riscos de uma “perspectiva grega” ao passo que lançava o “terceiro tempo” da estratégia togliattiana. Com efeito, a política salerniana previa um primeiro tempo de unidade nacional com os partidos políticos antifascistas, um segundo tempo de unidade de ação e/ou de fusão com os socialistas, e, por fim, um terceiro tempo para se forjar a unidade com os democristãos como eixo das futuras coalizões de governo. Para Togliatti, “grande parte da responsabilidade do que acontecerá no futuro italiano dependerá do fato de que a Democrazia Cristã haja como verdadeiro partido democrático e não como instrumento de grupos conservadores”<sup>87</sup>.

No interior do partido, a reconstrução política segundo linhas democráticas e a disposição para construir coalizões governativas com os socialistas e os católicos foram interpretadas de maneiras diversas por duas vertentes. A primeira defendia que a política salerniana era fundada em metas políticas intermediárias e estratégicas em direção ao socialismo: democracia progressiva, reformas estruturais etc. A segunda vertente tomava a política togliattiana como manobra tática, baseada na convicção de que uma luta política em duas frentes (contra os fascistas e os alemães e contra os setores antifascistas da burguesia) deveria ser evitada a todo custo. Esta segunda posição era minoritária no partido e ganhava pouca expressão na imprensa partidária. Ademais correspondia também à tese dos adversários conservadores dos comunistas, que viam nas suas ações meros lances de astúcia política de *doppio gioco*<sup>88</sup>.

A presença dessas vertentes no partido – uma que entendia a democracia progressiva como linha estratégica e outra como manobra tática – foi chamada por Togliatti,

---

<sup>86</sup> *Apud* Gruppi, cit., pp. XLIX-L.

<sup>87</sup> Togliatti. “Il partito comunista nella lotta contro il fascismo e per la democrazia”. In: Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p. 130.

<sup>88</sup> Sassoon, cit., p. 44.



em 1956, de *doppiezza*. Tal *doppiezza* agora se manifestava em um momento diverso da história do partido. Não se tratava mais de um partido de quadros, forjado na luta clandestina. O partido agora estava envolto em outra atmosfera política e já se tornara um partido de massas, com quase dois milhões de inscritos. Essas duas linhas políticas se lançaram em um debate sobre a possibilidade ou não de uma insurreição socialista. A questão colocada nesse momento não era mais sobre como o partido havia se portado no período da resistência. Aceitava-se que naquele momento a aliança entre forças políticas antifascistas era decisiva. O que se colocava em xeque era a postura do PCI frente aos novos problemas que emergiram no período da reconstrução pós-guerra.

Entre os críticos, alguns militantes censuravam ainda a postura do partido por entendê-la como expressão do abandono da luta de classes em nome de uma estratégia colaboracionista. Outros criticavam o distanciamento quanto à linha de interpretação dos cânones do marxismo (Marx, Lênin e Stálin), lembrando que, para estes, o Estado burguês não era vulnerável a transformações profundas, portanto deveria ser abatido, eliminado. Outras críticas recorrentes se dirigiam à aliança com os católicos, lembrando a decisiva contribuição que a Igreja havia dado à ascensão do fascismo na Itália. Havia ainda reservas em relação à aliança com os socialistas, os quais teriam negligenciado os interesses dos trabalhadores “nos anos de mais odiosa exploração capitalista”.

Togliatti e os dirigentes comunistas se empenhavam em refutar todas essas teses. A política adotada não “traía” os cânones marxistas, pois a regra leninista de aliança social permanecia válida para o PCI. Porém ela era ampliada para permitir aliança entre partidos políticos. Tratava-se de construir alianças de modo que se integrassem as ações de “cima” com aquelas “de baixo”. A iniciativa de cima com as ações de baixo. A aliança com a DC, ou com as forças católicas, se justificava pela difusa presença de setores médios, agrícolas e urbanos, em suas fileiras, e por sua propensão a fazer parte da luta da classe operária contra o capital monopolista. A aliança com o PSI se justificava por ambos serem partidos que representavam a classe operária e não podiam se apresentar desunidos face à ingente tarefa da reconstrução nacional.

É preciso novamente sublinhar que a possibilidade de uma insurreição socialista como aquela russa estava ausente nas perspectivas dos dirigentes comunistas aclimatados à nova concepção de transição socialista de caráter democrático e nacional, à qual se dirigia com tons cada vez mais nítidos o pensamento político togliattiano. O objetivo agora era traduzir e sedimentar para as bases do partido, outrora de Gramsci e de Bordiga, a necessidade de se

comprometer com o projeto de uma “democracia progressiva”, fundada na coalizão dos três grandes partidos de massa italianos; de deixar claro que o caminho para a Itália não era aquele da ditadura do proletariado e sim da “revolução democrática”.

A expectativa comunista de montar um governo com base nos partidos antifascistas começa a tomar corpo em maio de 1945. Os “ventos que sopravam do norte” induziram o Partido de Ação a pedir a substituição do governo Bonomi – acusado de deter toda tendência de reforma do Estado –, que veio a se demitir no dia 13 de junho<sup>89</sup>. A esquerda apresenta a candidatura do socialista Nenni, que é vetada, à direita, pelos democratas-cristãos, representados por De Gasperi. Por unanimidade, o Comitê de Libertação Nacional Alta Itália indica então o acionista Ferruccio Parri, que foi, junto com Longo, vice-comandante do Corpo de Voluntários pela Liberdade.

Em 20 de junho, Parri forma o novo governo, o primeiro que expressava exclusivamente a composição dos partidos antifascistas. Tudo levava a crer que a resistência havia chegado ao poder. E efetivamente será o governo no qual a esquerda assumirá posições de maior prestígio. Além de presidente, Parri assumia também a função de Ministro do Interior; o socialista Nenni alcançava o posto de vice-presidente, a quem era delegado o poder para realizar as depurações dos fascistas; da parte dos comunistas, Togliatti se encarregava do Ministério da Justiça, Gullo da Agricultura e Scoccimarro das Finanças.

O governo Parri teria vida difícil. Era preciso, no campo econômico, lutar contra uma economia destruída e, no campo político, enfrentar o processo de depuração dos fascistas e, ainda, arrefecer o fermento rebelde das massas<sup>90</sup>. No primeiro governo composto por membros da resistência estavam depositadas as esperanças de rápidas soluções a todas estas demandas. As tarefas que lhes eram atribuídas eram ingentes: “agir para firmar um tratado de paz que não comprometesse de modo irreparável a independência italiana; punir os crimes fascistas e depurar o aparato estatal de elementos fascistas; conduzir uma política de reconstrução econômica que retire o país da situação econômica genuflexa que se encontrava; levar o povo rapidamente, na ordem democrática, a uma Assembleia Constituinte”<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> Galli, cit., p. 166.

<sup>90</sup> Para perseguir tais tarefas, Parri não contava mais com os CLN na condição de órgãos autogestionários e com poderes para atuar na revolução democrática –, pois, desde 2 de junho, o CLN Alta Itália havia aceitado a condição de se tornar mero órgão consultivo. Mas tinha a prerrogativa de nomear funcionários para os órgãos do Estado (prefeitos e questores), que permaneciam sendo indicados pelo CLN.

<sup>91</sup> Gruppi, cit., p. LII.

Não obstante todas suas desconfianças, ingleses e americanos apoiaram o novo governo, sob a condição de que este se comprometesse a honrar os pactos firmados, primeiro entre todos o de desarmar os *partigiani*. Aos comunistas ficava, portanto, a dura tarefa de persuadir os seus militantes de que a revolução sonhada não estava na ordem do dia. A “ilusão revolucionária”, entretanto, demorava a se esvaír e parecia cada vez mais difícil impor a disciplina partidária àquela massa de jovens rebeldes com armas nas mãos e desejosos de *vendetta*. Togliatti enfrentava tal situação exortando seus militantes à disciplina e à necessidade de se proceder com cautela. O dirigente comunista apresentava “os perigos da sobrevivência das formações armadas para a ordem democrática, para a qual sustentava a oportunidade de uma inserção dos combatentes da resistência nos organismos militares e de polícia de Estado, junto à dissolução das organizações partigianas”<sup>92</sup>. A desmobilização dos *partigiani* ocorreu rapidamente, mas o desarmamento não seguiu o mesmo ritmo: “se entregavam as velhas armas e se escondia todo o resto”<sup>93</sup>.

Outro aspecto dos confrontos políticos e sociais que sobreveio com o fim da guerra foi o controle do aparato estatal. Após as brigadas serem enfraquecidas como força autônoma, persistia como problema a quantidade de funcionários públicos – prefeitos e questores administrativos – nomeados diretamente pelo CLN. Esses homens, advindos da resistência, dificilmente se prestariam às atividades repressivas. Entre 1945 e 1946, por pressão das classes dominantes e dos aliados, todos eles serão, no entanto, afastados de seus cargos.

O novo governo começava a demonstrar não apenas incapacidade para solucionar os impasses nas depurações, mas também se mostrava frágil na solução dos problemas econômicos. A inflação era galopante e erodia o padrão de vida dos operários nas cidades. Enquanto o custo de vida subira vinte e três vezes nos anos de guerra, os salários aumentaram apenas a metade. O comunista Scoccimarro tentou enfrentar este problema substituindo com uma nova lira vinte liras antigas. A intenção era de eliminar a excessiva quantidade de dinheiro em circulação. Tal medida era, claramente, um duro golpe nos especuladores, na alta e média burguesia que havia acumulado fortunas durante a guerra. A burocracia estatal tomou todas as iniciativas para impedir que as novas medidas se efetivassem: primeiro faltou papel para imprimir as novas notas; depois fizeram desaparecer as matrizes.

Submerso em todas essas dificuldades, o governo Parri enfrenta ainda problemas no interior da própria coalizão. Os liberais atacavam duramente Ferruccio Parri, acusando-o de

---

<sup>92</sup> Barbagallo, cit., p. 60.

<sup>93</sup> Colarizzi, Simona. **Storia del novecento italiano**. Milano, RCS Libri, 2007, p. 310.

incoerência na forma de conduzir a economia e de dirigir as depurações. A crise do governo estava aberta. Parri reage às críticas dos liberais, solicitando ao CLN a substituição dos ministros. Deste modo, ele próprio questionava a forma de compromisso que fora construída pelo CLN. Os democristãos unem-se aos liberais e também reagem contra Parri, solicitando sua saída. Seis meses depois, em novembro de 1945, o seu governo de breve vida chega ao fim, com o pedido de demissão do líder acionista. Ao seu posto, os três grandes partidos (PCI, PSIUP e DC) acordam por nomear, em 10 de dezembro, Alcide De Gasperi, secretário-geral da Democracia Cristã, como novo presidente do governo de unidade nacional. O significado do fim do governo Parri é profundo: “Aquilo que cai é um governo que é a direta expressão do governo do CLN e daquela concepção de desenvolvimento da democracia na Itália. Aquele que se demite é um dos ‘líderes’ da resistência, um homem que havia empenhado toda sua vida na luta antifascista. E era, outrossim, um laico”<sup>94</sup>.

A passagem para a presidência de De Gasperi, como anota ainda Gruppi, pode ser compreendida “como mais um governo que conta com a participação de todos os partidos do CLN, mas não mais em nome da CLN”. As palavras de ordem dos socialistas – “Todo poder ao CLN” e “Governo do CLN” – viraram *flatus vocis*. Já as expectativas dos aliados e das forças moderadas e conservadoras de fazer esvanecer a democracia do CLN começam a obter êxito. A alternativa conservadora de uma democracia que reconstruísse as estruturas, as funções e a burocracia do Estado pré-fascista, demonstrava está sendo trilhada. Consciente da realização das suas expectativas, três dias depois da formação do governo De Gasperi, os aliados transferiam a administração das províncias setentrionais aos italianos. A guerra chegava ao fim.

## 2.2. O governo dos partidos de massa e a assembleia constituinte

O ano de 1946, o primeiro do pós-guerra, é aberto com um novo governo. Era um governo que nitidamente se deslocava à direita, mas no qual os partidos de esquerda ainda eram prestigiados. Por parte dos socialistas, Pietro Nenni permanece na condição de vice-presidente do Conselho; entre os comunistas, Togliatti mantém sua pasta no Ministério da Justiça, Gullo, na Agricultura, e Scoccimarro, nas Finanças. Os partidos da burguesia passavam, no entanto, a ocupar posições de maior destaque. Para o importante cargo de Ministro do Tesouro, é

---

<sup>94</sup> Gruppi, In: Togliatti, Palmiro. **Opere**, Volume V, cit., p. LII.

nomeado o liberal Epicarmo Corbino, que, subitamente, bloqueia todo tipo de proposta de reforma econômica, inclusive o tímido projeto de troca de moeda, defendida por Scoccimarro.

Para os capitalistas, um governo presidido por um democrata-cristão era visto com bons olhos. Os vinte anos fascistas haviam desacreditado completamente os liberais. O Partido Liberal não passava de um partido de elite sem vínculos de massa e totalmente incapaz de fazer frente ao apelo eleitoral que poderiam ter os comunistas e os socialistas. A DC, ao contrário, poderia construir um consenso de massa, com apoio da Igreja Católica e de ingleses e americanos, propondo um programa de compromisso interclassista, que atenderia não apenas aos interesses dos capitalistas, mas viria ao encontro dos interesses das classes médias, pauperizadas pelos anos de guerra.

A passagem do governo Parri para o governo De Gasperi foi também recebida positivamente por Togliatti. Tal mudança se enquadrava perfeitamente no seu projeto de democracia progressiva, pois, para ele, permitiria uma maior estabilidade na direção do país e ainda lançaria as bases para construção da aliança entre os três partidos de massa (PCI, PSI e DC). Vale lembrar: a sua estratégia era perseguir a formação de um governo de reconstrução nacional fundado na unidade de ação com os socialistas e no estreitamento das relações com os democristãos, vistos como representantes das “classes médias progressistas”<sup>95</sup>.

O adensamento dos partidos de esquerda era a principal baliza dessa expectativa de Togliatti, que veio a ser completamente atendida. No curso de 1945, todos os partidos antifascistas de esquerda se converteram em partidos de massa. Em dezembro, os socialistas alcançavam a cifra de 800.000 membros. Enquanto o Partido de Ação – que, como lembra Claudín, cada vez mais representava os interesses mais radicalizados da pequena-burguesia e de importantes núcleos intelectuais – tinha mais de 250.000 inscritos. Na própria Democracia Cristã, se verificava o crescimento de uma ala mais à esquerda, composta sobretudo pela juventude do partido. A esses dados, somava-se o expressivo número de 5 milhões de trabalhadores afiliados à Confederação Geral do Trabalho (Cgil), que unificava todas as tendências políticas da classe operária. O PCI, por seu turno, vê sua consolidação organizativa no seu primeiro congresso do pós-guerra, realizado de 29 de dezembro de 1945 a 6 de janeiro de 1946, no qual o partido registra a cifra de 1.770.896 membros inscritos, dos quais a ampla maioria era formada por operários (53,4%) e por camponeses (33%).

---

<sup>95</sup> O seu empenho para manter a estabilidade do governo está acima de toda prova. Togliatti, na sua condição de Ministro da Justiça de De Gasperi, concede anistia para cerca de 400 mil fascistas e republiquinos.

Com efeito, a constituição de partidos de massa antifascistas – premissa do seu projeto de democracia progressiva – era o mais auspicioso evento do pós-guerra para Togliatti, pois dava as condições “a um tipo de organização do país no qual os grandes partidos, constituídos sobre a base de ideias, de programas e de disciplina, serão a força fundamental do país”. Os partidos, em suas palavras, eram “a democracia que se organiza”, “os partidos de massa são a democracia que se afirma, que conquista posições decisivas, as quais não serão perdidas jamais”.

O projeto de partido novo – nacional e democrático, de massa e de governo – lançado nos anos da resistência parecia se concretizar. Com números de membros tão expressivos nas fileiras do partido, aumenta a confiança de Togliatti na possibilidade dos comunistas desempenharem um papel de relevo na reconstrução democrática nacional. Mas, para tanto, era necessário que o partido ganhasse credibilidade, que fosse realmente reconhecido como um partido democrático, ou seja, que a política togliattiana da democracia progressiva e do partido novo como sua herança não fosse compreendida como mera manobra tática. O maior obstáculo para que essa convicção se sedimentasse na opinião pública italiana, na visão dos dirigentes comunistas, era as ações de ilegalidade executadas ainda pelos militantes do partido e pelos indisciplinados *partigiani*. Era preciso, portanto, frear “as tendências rebeldes e insurrecionistas presentes na base do partido”; era preciso urgentemente “passar da ilegalidade à legalidade”<sup>96</sup>. Nesse sentido, o próprio Togliatti reforçará a necessidade de combater “contra toda forma de ilegalismo”, em vista da proximidade das eleições, e de “manter a ordem através de uma ação de partido”. A *doppiezza* no interior do partido deveria ser enfrentada; a disciplina deveria fazer calar na militância rebelde os objetivos do novo curso que o partido seguia.

Coube a Luigi Longo, a tarefa de conduzir o partido à normalização e eliminar as franjas extremistas, que, se não contidas, poderiam levar ao desvio da linha política que os dirigentes comunistas pretendiam ver sancionada no V Congresso – o primeiro na condição de partido legal depois de vinte anos de longa noite fascista. Na medida do possível, Longo alcança êxito. A linha política é aceita sem maiores objeções durante o Congresso.

No relatório inicial de Togliatti e nas conclusões do Congresso, vem reafirmado que a ação do partido deveria ser a de colaboração com as diversas forças democráticas, no contexto das regras parlamentares, e que, o objetivo imediato, além da exigência de reformas estruturais, era a realização de uma assembleia constituinte e a renovação institucional do país.

---

<sup>96</sup> Mondaini, **Do stalinismo à democracia**, cit., p. 82.

A aceitação da democracia representativa e a perspectiva institucional que deveriam guiar as ações dos comunistas restam sedimentadas, como esclarece o relatório de Togliatti:

Vogliamo una repubblica democratica dei lavoratori, vogliamo una repubblica organizzata sulla base di un sistema parlamentare rappresentativo, una repubblica cioè che rimanga nell'ambito della democrazia e in cui tutte le riforme di contenuto sociale siano realizzate col rispetto del metodo democratico.

/.../

Noi infatti non solo affermiamo di volere una repubblica democratica di lavoratori, non solo rivendichiamo una Costituzione che garantisca libertà di parola, di stampa, di coscienza, di organizzazione economica e politica. Noi vogliamo pure che queste conquiste democratiche siano garantite seriamente, ed appunto per questo lottiamo per l'attuazione di alcune riforme economiche destinate a distruggere le radici della reazione e del fascismo<sup>97</sup>.

Como se nota, as propostas comunistas eram caracterizadas pela recorrente recusa em adotar uma linha política que colocasse em perigo a coalizão dos partidos antifascista e a estratégia de solidariedade nacional. Mais que isso: o objetivo de construir “uma república sobre a base de um sistema parlamentar representativo”, que garantisse as liberdades civis e políticas, não era visto apenas como uma necessidade concreta e imediata de unir todas as forças políticas antifascistas no projeto de solucionar os problemas da reconstrução italiana. A reassunção de um Estado fundado sobre o sistema parlamentar representativo era interpretada como um projeto genuinamente socialista, posto que, para o dirigente comunista italiano, “entre democracia e socialismo não há contradições”<sup>98</sup>. Ou seja, as conquistas de franquias democráticas no interior do Estado capitalista são assumidas como conquistas socialistas, suportes de sua concepção processual e molecular de transição para o socialismo<sup>99</sup>.

No campo político, o relatório de Togliatti propõe também que se mantenha a concordata entre Igreja e Estado. O Tratado de Latrão encerrara definitivamente a questão das relações entre a Igreja Católica e o Estado Italiano. Aqui o dirigente comunista procura não turbar sua relação com os democristãos e, dirigindo-se aos católicos, defende ainda a mais

<sup>97</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto al V Congresso del Partito comunista italiano”. In: Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., pp. 210-211.

<sup>98</sup> Idem, *ibidem*, p. 212.

<sup>99</sup> Coutinho, Carlos Nelson. “Apresentação”. In: Togliatti, Palmiro. **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Editora Ilha, 1980, pp. 11-18.

ampla liberdade de consciência, de fé e de religião, considerando-as liberdades fundamentais<sup>100</sup>. Como sintetiza Sassoon, o relatório assevera ainda que o novo regime democrático e progressivo, no âmbito das relações internacionais, “deveria seguir uma ‘política de paz’: os comunistas se declaravam contrários aos blocos internacionais e às esferas de influência”. Os comunistas se opunham também a uma organização federal do Estado, “apenas reconhecendo a necessidade de dar à Sicília e à Sardenha autonomia regional”. Por fim, requisitava a democratização dos aparatos estatais, sobretudo “da polícia e do exército e a eleição dos juízes”<sup>101</sup>.

O programa elaborado para o congresso do partido tinha, outrossim, o propósito de apresentar a plataforma econômica dos comunistas à véspera da eleição da assembleia constituinte e do referendun sobre a forma institucional. Tal plataforma expressava os resultados que tinham alcançado na Convenção econômica do PCI, ocorrida em 23 de agosto de 1945. À realização plena da política salerniana, era fundamental a construção da solidariedade nacional em torno de um plano de reformas econômicas. No seu discurso na Convenção, Togliatti advertia:

I problemi economici non sono mai separabili dai problemi politici. Orbene, nel campo politico stiamo lottando per l'unità delle forze democratiche, per trionfare delle forze reazionarie, per non lasciare che si costituisca un blocco di forze conservatrici il quale possa schiacciare la giovane democrazia italiana, per fondare un regime democratico e progressivo. Il nostro programma economico deve essere adeguato a questa linea politica<sup>102</sup>.

Alguns meses depois, em setembro, esse programa econômico foi denominado por Togliatti, em um artigo publicado no *Rinascita*, de política econômica de “novo curso”. Qual era o “novo curso” que se pretendia imprimir à economia nacional para que esta saísse da grave situação em que se encontrava depois dos anos guerra? No seu artigo, Togliatti esclarece que por “novo curso” deve-se entender uma política econômica na qual o Estado intervenha “para reprimir todo o tipo de especulação”, que exercite a “função de guia de toda a recuperação

---

<sup>100</sup> Diz Togliatti: “Rivendichiamo e vogliamo che nella Costituzione italiana vengano sancite le liberta di coscienza, di fede, di culto, di propaganda religiosa. Consideriamo queste liberta come liberta democratiche fondamentale, che devono essere restaurate e difese contro qualunque attentato da qualunque parte venga” (Idem, *ibidem*, p. 10)

<sup>101</sup> Sassoon, **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 64.

<sup>102</sup> Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In. Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p. 173.



econômica nacional”, mas que também “deixa ampla liberdade para a iniciativa privada”<sup>103</sup>. Esta mesma posição veio reforçada em um discurso no final do mesmo mês, no Teatro Municipal da Régia Emília. Ao se defender das acusações de que os comunistas pretendiam dar a economia italiana uma direção análoga à soviética, Togliatti advoga:

Non proponiamo una ricostruzione della nostra economia secondo principi comunisti o socialisti. (...) Noi diciamo che occorre un “nuovo corso” di economia e di politica economica. Ci si accusa, quando parliamo di questo “nuovo corso”, di voler sopprimere l’iniziativa privata; ma la cosa non è vera. Noi vogliamo che venga lasciato un ampio campo allo sviluppo dell’iniziativa privata, soprattutto del piccolo e medio imprenditore. In pari tempo però chiediamo che lo Stato intervenga per dirigere tutta l’opera della ricostruzione, per coordinare le iniziative private e indirizzarle, legandole organicamente le une alle altre a seconda delle necessità nazionali, e impedendo che la sana iniziativa privata venga soffocata e alla fine distrutta dal prevalere dei gruppi plutocratici e della speculazione<sup>104</sup>.

Um “novo curso” era necessário para superar de uma vez as tensões sociais que dilaceravam o tecido social italiano. Ele era apresentado como a construção de uma aliança, de um “pacto produtivo”, entre a classe operária e a burguesia produtiva para a reconstrução do país e vinha acompanhado da referência ao *New Deal* rooseveltiano. A luta se tratava, então, “não contra o capitalismo em geral, mas contra formas particulares de rapina, de especulação e de corrupção que são próprios de determinados grupos capitalistas”<sup>105</sup>. Nota-se assim, mais uma vez, a pouca disposição para se atacar a exploração capitalista em si; apenas as formas consideradas moralmente degradantes de capitalismo é que são colocadas em questão. O capitalismo é atacado não em sua essência, por ser um modo de produção fundado na exploração do homem pelo homem e na pletera de opressões que lhe acompanha, mas apenas em suas manifestações mais aviltantes.

No V Congresso, em janeiro de 1946, Togliatti já havia delineado a linha de fundo deste programa econômico. Afirmou que o objetivo era construir uma “república democrática dos trabalhadores”, “organizada sobre a base de um sistema parlamentar representativo”, que realizasse, “com respeito ao método democrático”, “todas as reformas de conteúdo social”. Tais

---

<sup>103</sup> Togliatti, Palmiro. “Nuovo corso”. In. Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p. 234.

<sup>104</sup>

<sup>105</sup> Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In. Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p. 168.

reformas deveriam “elevar o bem-estar e o padrão de vida das classes trabalhadoras” e “destruir as raízes do fascismo”. Para alcançar tal escopo, era necessário “reorganizar gradualmente toda a produção nacional sobre a base de baixos custos de produção, de uma alta produtividade do trabalho e de altos salários”<sup>106</sup>. À linha geral do programa, Togliatti acrescenta quais seriam os pontos fundamentais a orientar a atuação comunista:

Primo punto: siamo decisamente contrari ad ogni politica e ad ogni misura che consapevolmente, porti a una soluzione catastrofica della situazione italiana. /.../ Siamo invece orientati verso soluzioni costruttive sia nel campo politico sia nel campo economico.

/.../

Secondo punto: la nostra politica deve essere una politica di produzione e non di sussidi, salvo casi eccezionali. È evidente che per determinate categorie di reduci, di danneggiati della guerra, dobbiamo intervenire anche con dei sussidi, per far fronte a situazioni di miséria, di mancanza di alloggi ecc.; ma questa non deve essere nostra linea di condotta fondamentale.

/.../

Il terzo punto riguarda la questione dell’iniziativa privata, de controllo e dei piani economici. Prima di tutto desidero dire che la rivendicazione di un piano economico nazionale in questo momento, soprattutto se posta come condizione per dare un grande sviluppo all’attività ricostruttiva del paese, secondo me è utopistica.

As propostas togliattianas demonstram a preocupação do dirigente comunista em buscar sempre soluções para consolidar as estruturas capitalistas do Estado ao invés de propor um desenvolvimento econômico alternativo e uma forma estatal de transição que lhe correspondesse. Com efeito, tratava-se de lutar pelo controle dos aparatos estatais capitalista em uma espécie de “socialismo de planejamento”: não para destruição de tais aparelhos e sim “para seu aperfeiçoamento”<sup>107</sup>. Os pontos fundamentais apresentados acima são, portanto, extremamente coerentes com seus objetivos: a) exigir que o partido tenha uma postura construtiva e não catastrófica, pois não se deseja a “bancarrota do Estado”; b) permitir uma intervenção econômica do Estado, através de subsídios, apenas de maneira provisória e conjuntural, inclusive para os trabalhadores desempregados; c) afastar qualquer versão utópica

<sup>106</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto al V Congresso del Partito comunista italiano”. In: cit., p. 210-211.

<sup>107</sup> Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In: Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p. 167.

de planificação geral da economia, se limitando a “introduzir sempre um maior número de elementos de planificação na direção econômica do país”, mas zelando para deixar “um campo vasto para a iniciativa privada tanto na produção quanto na distribuição e no comércio”<sup>108</sup>.

A crise econômica, os conflitos de classe e as contradições presentes no interior do governo, precisavam ser superados para que o pacto de solidariedade entre os partidos antifascistas não fosse rompido. A política econômica apresentada pretendia ser a base concreta para superar esses desafios. A preocupação de Togliatti também era a de que não se desperdiçasse o momento histórico favorável à aliança entre classe operária e classes médias, no qual estas últimas poderiam se hegemônicas pelo movimento operário. Caso não alcançasse êxito em se firmar organicamente essa aliança, em sua avaliação, as classes médias mais uma vez tenderiam para o campo das forças reacionárias e fascistas. Nesse sentido, o problema da inflação é visto também como um problema com consequências danosas para o pacto político que se construía:

Una politica di inflazione è contraria agli interessi delle categorie a reddito fisso, dipendenti dello stato, impiegati, funzionari, e a quelli del medio e piccolo risparmiatore; essa è dunque contraria agli interessi di una parte ingente della popolazione italiana, che, nella sua maggioranza, è orientata oggi in senso democratico e che, se venisse rovinata da una inflazione, portebbe essere gettata nelle braccia di correnti reazionarie e fasciste. Questo vuol dire che vogliamo salvare la lira da un crollo che rovinerebbe milioni di italiani e tutto il paese, mentre arricchirebbe gruppi esigui di speculatori<sup>109</sup>.

A ameaça de um caos econômico causado pelo aumento da inflação, para Togliatti, deveria ser enfrentada de duas maneiras: a) pela interrupção, quanto mais rápida, dos subsídios econômicos dados aos desempregados em favor de uma política que permitisse a plena retomada do trabalho nas fábricas; b) pelo aumento da produtividade do trabalho.

La prima cosa da farsi è, secondo me, l'appello agli operai perchè, dappertutto dove essi lavorano, aumentino il rendimento del lavoro. D'ora in avanti questo deve essere uno dei punti fondamentali della nostra agitazione. /.../ La classe operaia deve sapere che l'aumento della produttività del lavoro è una delle condizioni per riuscire

---

<sup>108</sup> Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In. Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., pp. 164-166.

<sup>109</sup> Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In. Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p. 165.

a creare in Italia un regime democratico, perché se non riusciamo oggi a risolvere i problemi economici e un andazzo di non lavorare si generalizzasse, sarebbero compromesse seriamente le sorti della Battaglia per la democrazia e daremmo partita vinta ai reazionari.

Como se nota, a proposta econômica apresentada até aqui não tangencia minimamente a questão do caráter privado das relações de propriedade. O objetivo do projeto econômico dos comunistas, como defende Sbarberi, “parece ser sempre aquele de remover os obstáculos que impedem o livre exercício das leis da concorrência”, de modo que o programa “*não é um conjunto orgânico* de propostas partidárias para se apresentar e se impor com a luta política, mas um *terreno móvel* para se precisar e se contratar no curso de uma experiência governativa ‘unitária’”<sup>110</sup>. A forma cautelosa – sempre no âmbito dos compromissos com a unidade governativa – com a qual Togliatti se posiciona sobre a questão do controle econômico e sobre a questão das nacionalizações parecem dar razão a Sbarberi. Sobre a intervenção do Estado para realizar nacionalizações, ele se pronuncia:

Io ritengo che determinate nazionalizzazioni le possiamo proporre dopo aver studiato la cosa con attenzione e senso di responsabilità, lasciando naturalmente impregiudicata la questione generale della riforma industriale, che sarà risolta dalla Costituente, e **sempre nel quadro di una politica di solidarietà nazionale**. /.../ Si vogliamo nazionalizzare un determinato complesso produttivo, dobbiamo farlo in modo che esso non perda il suo carattere industriale (negritos nossos)<sup>111</sup>.

Quanto ao controle econômico, Togliatti exclui qualquer possibilidade de tomá-lo no sentido dos soviets ou mesmo na maneira como se organizaram os conselhos de fábrica no *biennio rosso*. Tanto os soviets como os conselhos de fábrica, segundo ele, operavam no campo da luta da classe operária para conquistar o poder, era “uma reivindicação na qual o operário desejava dar um passo à frente e tomar em suas mãos a direção política e econômica do país”. Tal reivindicação não correspondia à situação italiana do momento, na qual o único caminho que se apresentava era o de organizar um “regime democrático através da colaboração de diversos partidos e grupos sociais”. Togliatti ignora assim a possibilidade de um controle do

---

<sup>110</sup> Sbarberi, cit., p. 239.

<sup>111</sup> Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In: Idem, Opere, Vol. 5, cit., p.168.

tipo soviético e nada mais oferece do que uma forma de controle nada original que no máximo se baliza pelo “progressismo keynesiano”<sup>112</sup>:

Perciò il controllo di cui si può parlare oggi non è altro che il controllo che viene introdotto in tutte le società ben ordinate quando ci si trova di fronte a situazioni di emergenza, nelle quali se lo Stato non interviene per limitare la libertà assoluta della speculazione si creano nuovi squilibri e si va verso una catastrofe. Ecco il controllo che noi chiediamo e niente più. Chiediamo un controllo della produzione e degli scambi del tipo di quello che esisteva ed esiste tuttora in Inghilterra e negli Stati Uniti. /.../ **Dobbiamo richiedere forme di intervento, di sorveglianza, di limitazione all’assoluta libertà speculativa dell’imprenditore privato quando ciò è necessario per imporre quella che noi abbiamo chiamato una linea di solidarietà nazionale.** /.../ È evidente che l’Inghilterra non ha cessato di essere un paese capitalistico, ma lo Stato è riuscito /.../ a imporre una forte limitazione della completa libertà economica, limitazione che è poi stata accompagnata da misure fiscali che arrivavano in determinati casi quasi all’espropriazione (negritos nossos)<sup>113</sup>.

As reformas econômicas propostas pelos comunistas, além de vagas e pouco originais, representavam nada mais do que uma aclimação aos objetivos acordados na coalizão tripartidária emersa da resistência. Segundo Sassoon, a plataforma oficial do CLN compreendia: 1) o aumento da produtividade; 2) o desenvolvimento da industrialização; 3) a solução da questão meridional mediante uma grande reforma agrária; 4) o pleno emprego; 5) uma equânime distribuição de renda; 6) uma reforma escolar e outra previdenciária. Nenhum passo adiante foi dado pelos comunistas em relação a tal plataforma. Alguns recuos são claros. Nada de nacionalização ou de planejamento econômico; apenas um programa modestamente reformista que mirava distribuir os custos da reconstrução e criar postos de trabalho.

O projeto de “novo curso” era, em resumo, orientado pela linha da “unidade nacional” e não de “classe contra classe”, não era voltado para construção de uma economia socialista, mas sim para introduzir elementos dirigistas no interior da economia capitalista. A relação com as classes médias era essencial nesse projeto, por isso a perspectiva de manutenção

<sup>112</sup> Sassoon, **Togliatti e la via italiana ao socialismo**, cit., p. 65.

<sup>113</sup> Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In. Idem, *Opere*, Vol. 5, cit., p. 167.

de um liame estreito com os democristãos, os quais catalisavam os interesses dessa camada social.

As propostas moderadas dos comunistas, tanto no plano econômico como no plano político, mostravam uma sólida confiança na “aliança dos três grandes partidos antifascistas” e nas suas possibilidades de êxito no interior do sistema parlamentar. A decisão do partido de sancionar no novo estatuto, aprovado no V Congresso, que o objetivo era construir uma república parlamentar e que qualquer um, independente de convicção filosófica ou religiosa, poderia se inscrever no partido, demonstra a alternativa do partido em conduzir suas lutas no terreno parlamentar-eleitoral. Ademais, em 2 de março de 1946, a secretaria do partido, às vésperas das eleições administrativas, do referendun institucional e do pleito para a assembleia constituinte, anuncia claramente tal confiança em sua palavra de ordem: “Conduzir todo o partido sobre o plano eleitoral”. Como defende Galli, começava deste modo a delinear-se uma nova característica do PCI, que o aproximava a cada dia dos partidos socialdemocratas da II Internacional: “a valorização do sufrágio como arma fundamental para conseguir transformações políticas e sociais”<sup>114</sup>. Os objetivos do PCI patentizam, portanto, o caminho da socialdemocratização pelo qual trilhava com passos cada vez mais firmes e que serão ainda mais reforçados em sua trajetória ulterior

Entre o inverno e a primavera do mesmo ano, ocorrem os congressos nacionais dos outros dois grandes partidos de massa italianos. A DC, que nascera como partido laico dos católicos, em 1943, era expressão de uma interpretação cristã da democracia e unia o catolicismo dos movimentos intelectuais e das associações organizadas com os antigos membros do Partido Popular. Com o primeiro governo De Gasperi, o partido vinha se delineando como partido central na reorganização do novo Estado italiano e como garantidor de uma passagem moderada entre o fascismo e o pós-fascismo<sup>115</sup>. O seu I Congresso apresenta uma linha política *garantista* que é dirigida, sobretudo, às classes médias e tem a preocupação de se mostrar sempre como fiador de alianças interclassistas<sup>116</sup>. Nesse sentido, o programa do partido decidiu por uma política baseada: na abolição dos monopólios industriais; pela defesa das pequena e média propriedades; pela liberdade à livre iniciativa econômica, nos campos agrícola, comercial e industrial.

---

<sup>114</sup> Galli, Giorgio. **Storia del PCI**, cit., p. 170.

<sup>115</sup> Barbagallo, Francesco. **La formazione dell'Italia democratica**, cit., p. 79.

<sup>116</sup> Gruppi, Luciano. **Introduzione**, cit., p. LXII.

Já o XXIV Congresso do PSIUP, ocorrido em Florença, entre 11 e 14 de abril, apresentou um partido dividido entre duas tendências: um grupo caracterizado por uma intransigência classista de orientação marxista, disposto sempre ao estreitamento das alianças com os comunistas; e outro liberal-socialista, aberto para alianças com os setores médios, e, portanto, com os democristãos. Em seu congresso, a questão central que dividiu o partido foi a hipótese de fusão com os comunistas. Apesar da maioria relativa (340 mil votos) recebida pela proposta de fusão (defendida por membros da esquerda do partido, como Nenni, Basso e Morandi), ela foi rejeitada pela maioria absoluta, que votou ou pela unidade de ação mas contra a fusão (proposta de Pertini) ou contrária à fusão e à unidade de ação (moção apresentada pelo anticomunista Saragat), que receberam, respectivamente, 305 mil e 100 mil votos<sup>117</sup>.

No *Rinascita* de junho de 1946, Togliatti avaliou que os números expressivos alcançados pela DC nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte eram resultado direto de tal cisão que se instalara no Congresso de Florença:

I socialisti si erano illusi, a Firenze, che il libero corso dato nel paese e persino nel loro partito all'anticomunismo potesse risolversi in un loro rafforzamento. Questo rafforzamento, invece, non vi è stato. Vi è stato, abbiamo detto, un indebolimento di determinate posizioni comuniste; ma vi è stato un indebolimento altrettanto notevole (in alcuni punti, anzi, piú notevole\_ delle posizioni socialiste. La massa elettorale che subisce l'influenza della propaganda anticomunista, no si ferma, se non in casi particolari (quando esistono particolari ragioni di tradizione o di organizzazione), a votar socialista. Vota per chi fa quella propaganda; tra l'anticomunista Saragat e l'anticomunista De Gasperi vota per quest'ultimo, di cui almeno sa che non ha un patto (di unità d'azione) con quel demonio che si tratta di combattere<sup>118</sup>.

Apesar de ver suas expectativas de fusão rejeitadas, a confiança de Togliatti na estratégia de alianças entre os três partidos de massa e no sistema parlamentar eleitoral era mantida. A maior prova de que seus desideratos não eram sem fundamentos estava, para ele, no referendun que sancionou, em 2 de junho de 1946, a vitória da república. Dos quase 90% de eleitores que compareceram às urnas, 54,3% votaram na república (12.718.641 votos) e 45,7% votaram na monarquia (10.718.502 votos).

<sup>117</sup> Gruppi, Luciano. **Introduzione**, cit., p. LXII.

<sup>118</sup> Togliatti, Palmiro. "Le elezioni alla Costituente e l'unità dei partiti operai". In: Idem, **Opere**, Vol. 5, cit., p. 230.

Entretanto, a mesma eleição, que simultaneamente deliberava pelas cadeiras na Assembleia Constituinte Nacional (ANC), deixou nos comunistas uma amarga decepção. Os votos nos comunistas estiveram muito aquém de suas expectativas. A DC se impôs como primeiro partido, com 35,2% dos votos; enquanto os socialistas do PSIUP, com seus 20,7%, despontavam como principal força eleitoral à esquerda, tendo ainda larga vitória em importantes cidades industriais como Turim e Milão. Os comunistas amargaram o terceiro lugar, com 18,9% dos sufrágios. Os outros partidos apresentaram os seguintes números: o PLI, que foi a força hegemônica da Itália pré-fascista, teve apenas 6,8% dos votos; o Partido Republicano Italiano teve 4,4%; *qualunquistas*<sup>119</sup> e monarquistas foram contemplados com 5,3% e 2,8%, respectivamente; enquanto o Partido de Ação, malgrado sua decisiva participação na guerra de libertação, constatava seu encolhimento, ao receber exíguos 1,5%<sup>120</sup>.

O referendun enfim comprovava que a monarquia estava desacreditada, não apenas para os trabalhadores, por conta de seu apoio ao fascismo, mas também para a burguesia, que a via como incapaz de defender seus interesses.

Além da preferência italiana pelo sistema republicano, as eleições demonstravam dois outros resultados importantes.

O primeiro: as urnas consagraram os democratas cristãos ao leme da nova república. Nos dias de Salerno e do governo Badoglio, a DC era apenas mais um partido na coalizão. Certamente não era o mais importante deles. Entre o governo de Badoglio e as eleições de 1946, a DC se converte no partido político mais expressivo da Itália. A pouca diferenciação da DC em relação ao PCI e ao PSI, como atesta alguns dirigentes do próprio PCI, fora uma das razões deste sucesso eleitoral da DC: “Os democratas-cristãos – observa um dirigente do PCI – apresentaram-se às eleições constituintes ‘com um programa social e de reformas estruturais

---

<sup>119</sup> O neologismo *qualunquismo* foi cunhado para indicar o movimento reacionário de protesto organizado pelo jornalista Guglielmo Giannini no imediato pós-guerra, a partir da publicação do periódico semanal *L'uomo qualunque*. O movimento tem como característica principal o desprezo geral pela política e pelos homens políticos. A indiferença política, o ceticismo, o individualismo exacerbado além de uma cultura de gueto marcavam profundamente a prática política de tal movimento. Como afirma Sandro Setta, o *qualunquismo* representou sobretudo, na Itália do imediato segundo guerra, uma revolta da pequena e média burguesia moderada contra a classe política antifascista”. Os expressivos números conquistados por Giannini nas eleições de 2 de junho devem-se sobretudo por apresentar o movimento *qualunquista* como um partido político que centrava suas críticas ao processo de depuração antifascista. O mote da campanha era o de que a Itália houvera caído “dalla padella fascista alla brace antifascista [da frigideira fascista para a brasa antifascista]” (Cf. Setta, Sandro. “*Il qualunquismo*”. In: Pasquino, Gianfranco (a cura di). *La politica italiana*: dizionario critico: 1945-95, cit., 1995, p. 368).

<sup>120</sup> Colarizi, Simona. *Storia del Novecento Italiano*, cit., p. 312.



que respondia às aspirações dos trabalhadores católicos e era *substancialmente idêntico ao dos comunistas e socialistas*<sup>121</sup>. Nisso não havia qualquer novidade, pois, como afirma Claudín:

Desde a queda de Mussolini, durante a guerra da libertação nacional, ao longo de 1945, quando o ‘vento do Norte’ agitava o país, o PCI, antes de tudo preocupado em salvaguardar a ‘união nacional’, facilitara a demagogia social do novo instrumento político das classes dominantes. E não só reduzindo o seu próprio ‘programa social’ a reformas compatíveis com a democracia burguesa, mas ainda renunciando a promover uma luta efetiva, de massas, em prol da realização daquelas reformas; renunciando, sobretudo – e isto era o decisivo –, à luta por afirmar e consolidar o novo poder democrático que a Resistência trazia em si, a partir do qual teria sido possível um avanço real para o socialismo. Numa palavra, a política do PCI facilitara que o ‘programa econômico e social’ da DC não fosse questionado em sua sinceridade pelas massas.

O segundo resultado demonstrado nas urnas foi uma nítida divisão entre o Norte e o Sul. A república prevalecera em âmbito nacional, mas no *Mezzogiorno* a monarquia se impôs com 67,4% dos votos. A tentativa de superar essa fratura foi a designação de Enrico de Nicola como presidente provisório da república. De Nicola, prestigiado liberal da Itália pré-fascista, além de napolitano, era notoriamente um monarquista. Para socialistas, comunistas e democristãos, colocar um napolitano monarquista<sup>122</sup> como presidente da república seria um forte emblema de que os monarquistas aceitavam a decisão popular.

Em julho de 1946, conhecida a vontade das urnas, foi formado o segundo governo De Gasperi, o primeiro da Itália republicana. Nele a união tripartidária foi preservada. Togliatti decidiu não compor o governo, mas os comunistas contaram com a presença de Scoccimarro, que permanecia nas Finanças, Gullo substituíra Togliatti na Justiça, Emílio Sereni era nomeado ministro da Assistência pós-bélica e Giacomo Ferrari dos Transportes. A política econômica permanecia, entretanto, nas mãos do liberal Corbino. Mas o último ato de Togliatti como ministro foi, em 23 de junho de 1946, o desonroso decreto ministerial que anistiava os crimes cometidos pelos fascistas, para que “a República pudesse dar seus primeiros passos como regime de pacificação e de reconciliação de todos os bons italianos”.

A democracia republicana, agora com suporte em uma consulta popular, representava assim o melhor sistema de controle para os capitalistas; para o qual os comunistas

<sup>121</sup> Sereni apud Claudín. **A crise do movimento comunista**, cit., p. 384.

<sup>122</sup> Em Nápoles, o referendun consignou 79,9% dos votos aos monarquistas.

estavam prontos para colaborar e os democratas cristãos demonstravam estar dispostos a serem os melhores administradores políticos, contando agora com o prestígio que o escrutínio lhe dera.

A Itália republicana se preparava então para redigir sua primeira constituição com um quadro político marcado pela seguinte correlação de forças, expressa pelo resultado eleitoral de 2 de junho:

- a) Uma esquerda de base operária, herdeira das tradições de inspiração marxista do movimento operário, mas que singrava pelo caminho da socialdemocratização, que recolhera 40% dos votos (PSIUP e PCI);
- b) Uma esquerda burguesa democrático-radical, que recolhera em torno de 7% dos votos (Pd'A e PRI);
- c) Um partido que representava a confluência dos votos católicos com os votos burgueses e que apontava um norte liberal para a política econômica, que recolhera 35% dos votos (DC);
- d) Uma direita burguesa, conservadora e monarquista, que alcançara cerca de 15% dos votos (PLI, *qualunquistas*, etc)<sup>123</sup>.

Como consequência, mesmo que o PCI buscasse sempre se orientar para as alianças mais estreitas com a DC, temos a presença de dois grandes blocos partidários: o primeiro, que tendia em sentido mais progressista, dispondo de cerca 47% das cadeiras na Assembleia Nacional Constituinte; o segundo bloco, que superava pouco mais da metade do eleitorado e portanto obtivera uma maioria estreita dos assentos na ANC, tendente a se orientar em sentido moderado ou conservador.

Não alcançando os resultados eleitorais desejados e conscientes do papel decisivo dos grupos moderados e conservadores no interior da Assembleia Nacional Constituinte, Togliatti e os demais deputados constituintes do PCI iniciam sua participação nas discussões sobre a nova constituição, buscando sempre delinear e publicizar os pontos fundamentais da estratégia da “democracia progressiva”, mas sem nunca descuidar de uma postura moderada, que não abalasse a unidade antifascista, centro do projeto político salerniano. O objetivo de suas intervenções era apresentar a Constituição como um programa capaz de dirigir o desenvolvimento progressista da democracia italiana, e, para tanto, era necessário conter

---

<sup>123</sup> Galli, Giorgio. **I partiti politici italiani**, cit., p. 53.

dispositivos normativos com conteúdos sociais cada vez mais “avançados”, que reconhecessem institucionalmente a necessidade e a possibilidade da classe trabalhadora se constituir enquanto classe dirigente nacional. A convicção de que a Constituição permitiria tais avanços estava de acordo com a ideia de mover politicamente suas lutas no terreno parlamentar e nos marcos institucionais.

Em fevereiro de 1947, vem apresentado o primeiro projeto de Constituição da República Italiana, elaborado pela comissão dos setenta e cinco<sup>124</sup>. Antes da análise dos artigos, houve um debate geral entre os partidos, no qual Togliatti, em 11 de março do mesmo ano, expôs as posições dos comunistas sobre as questões políticas e econômicas da reconstrução democrática italiana. Como eixo fundamental de suas preocupações, estava a necessidade da constituição não ser apenas afascista, mas antifascista, isto é, dar garantias para o futuro; garantias de que a barbárie fascista não tivesse mais condições de se repetir. Tal constituição não seria, como sempre deixou claro ao apresentar a política salerniana, uma constituição socialista, mas uma constituição que expressasse a unidade das forças democráticas:

Não reivindicamos uma Constituição socialista. Sabemos que a construção de um Estado socialista não é a tarefa com que se defronta hoje a nação italiana. A tarefa que devemos assumir hoje, não sei se é mais fácil ou mais difícil; sei que está certamente mais próxima. Hoje se trata de destruir, até o último vestígio, o regime da tirania fascista; trata-se de assegurar que a tirania fascista jamais possa renascer; trata-se de assegurar o advento de uma nova classe dirigente que, por sua própria natureza, garanta-nos – efetiva e realmente – que jamais o país será empurrado pelo caminho que o levou à catástrofe, à destruição. É nessa perspectiva que devem ser consideradas – e assim eu as considero – todas as questões constitucionais que estão diante de nós e que iremos debater no curso dos próximos meses<sup>125</sup>.

Inobstante os comunistas não predicarem um caráter socialista para a nova Constituição, Togliatti defendia que seus enunciados deveriam ser programáticos, isto é, que não limitassem no futuro o direito dos comunistas de propor uma transformação do sistema

---

<sup>124</sup> A *Commissione per la Costituzione* foi uma comissão composta por 75 (setenta e cinco) membros da Assembleia Nacional Constituinte Italiana responsável pela redação do ante-projeto da constituição. Tinha representação de 26 membros da DC, 13 do PCI, 7 do PSI, 6 do PSLI, 4 do PRI, 3 *qualunquistas*, 3 autonomistas (entre eles Piero Calamandrei), entre outros representantes de partidos menores.

<sup>125</sup> Togliatti, Palmiro. “Por uma constituição democrática e progressiva”. In: Idem. **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Editora Ilha, 1980, p. 77.

econômico no âmbito constitucional e que ainda permitissem institucionalmente a abertura de um caminho para a ascensão de uma nova classe dirigente nacional, a classe trabalhadora. Para ele, o debate da constituinte deveria se pautar, portanto, nesta questão: “Permanece em aberto o problema do advento de uma nova classe dirigente à liderança de toda a vida nacional. A nova Constituição deve ser de tal natureza que, pelo menos, abra caminho para a solução desse problema”<sup>126</sup>.

A noção de uma Constituição programática pode ser vista também como uma clara concessão feita pelas esquerdas às forças conservadoras, visto que restringe os poderes da Assembleia Constituinte para legislar, apenas lhe facultando a capacidade de discutir as leis fundamentais do Estado. Permanecia assim como faculdade do governo formular leis e decretos. A preocupação de De Gasperi e aliados era clara: em uma assembleia onde as esquerdas tinham quarenta por cento das cadeiras, os estímulos para aprovar leis radicais eram muito fortes. Assim, “para compensar às forças de esquerda a ausência de uma revolução, as forças de direita não se opuseram a acolher na constituição uma promessa de revolução”, como bem sublinhou o jurista Piero Calamandrei, eleito pelos acionistas para compor a ANC<sup>127</sup>.

A ideia de uma constituição programática foi duramente criticada à esquerda, por ser uma constituição tipicamente de compromisso, ou seja, os comunistas estariam mais uma vez submetendo as necessidades urgentes de transformações sociais e econômicas aos imperativos da “solidariedade nacional” e da “coalização tripartidária”. Togliatti se defende, afirmando que não se trata de compromisso, mas da construção de um campo onde as confluências ideológicas permitissem um programa comum:

Na realidade, nós não buscamos um compromisso através de meios escusos, pelo menos no que se refere à parte da Constituição em cuja elaboração tentei participar ativamente. Seria melhor dizer que tentamos chegar a uma unidade, ou seja, determinar qual poderia ser o terreno comum para onde poderiam confluir correntes ideológicas e políticas diferentes; mas um terreno comum que fosse suficientemente sólido para que sobre ele se pudesse construir uma Constituição, ou seja, um regime novo, um Estado novo; e que fosse, ademais, suficientemente amplo para ir além do

<sup>126</sup> Togliatti, Palmiro. “Por uma constituição democrática e progressiva”. In: Idem, cit., p. 76.

<sup>127</sup> *Apud* Mammarella, Giuseppe. “Il Partito comunista italiano”. In: Pasquino, Gianfranco (a cura di). **La politica italiana: Dizionario Critico (1945-1995)**. Roma-Bari, Editori Laterza, 1995, p. 290.

que podem ser os acordos políticos contingentes entre os partidos singulares que constituem ou podem constituir uma maioria parlamentar<sup>128</sup>.

Ao invés de compromisso “por meios escusos”, o dirigente comunista apresentava a nova Constituição como resultado da confluência entre duas correntes ideológicas: as ideias “solidaristas”, humanistas e sociais de comunistas e socialistas com as ideias “solidaristas” dos democristãos. Tal confluência e unidade se concretizaram, para Togliatti, nas seguintes garantias progressistas da Constituição:

Foi o caso na afirmação dos direitos do trabalho, dos chamados direitos sociais; foi o caso na nova concepção de mundo econômico, concepção não individualista nem atomista, mas fundada no princípio da solidariedade e no predomínio das forças do trabalho; foi o caso na nova concepção dos limites do direito de propriedade. A concepção /.../ da dignidade da pessoa humana como fundamento dos direitos do homem e do cidadão não podia ser obstáculo à confluência dessas duas correntes que partem de pontos ideologicamente distintos.

Togliatti, respondendo ainda aos críticos da constituição programática, advoga que a nova carta precisa conquistar uma legitimidade substancial, para além da legitimidade formal dada pelo plebiscito. Essa legitimidade substancial seria adquirida quando a república se demonstrasse “capaz de enfrentar e resolver os problemas da transformação econômica e social que o povo julga que devam ser resolvidos pelo regime republicano, e que se encontram maduros para uma solução”. Para resolver os problemas da vida econômica e social, o retorno ao liberalismo pré-fascista deveria ser bloqueado através de novos princípios que regulassem a atividade econômica. Assim, os comunistas propõem que a Constituição republicana contivesse os seguintes pontos:

- a) A necessidade de um plano econômico, que permita o Estado intervir e dirigir a atividade produtiva;

---

<sup>128</sup> Togliatti, Palmiro. “Por uma constituição democrática e progressiva”. In: Idem, cit., p. 78.

- b) O reconhecimento constitucional de formas de propriedade diferentes da propriedade privada, mais precisamente, a propriedade estatal e a propriedade coletiva;
- c) A necessidade de estatização de empresas que prestam serviços de caráter público ou que desempenham papel monopolista;
- d) A necessidade de garantia da organização de conselhos de fábrica;
- e) A necessidade que o direito de propriedade seja limitado pelo interesse social;
- f) A necessidade de uma reforma agrária, que limite a propriedade rural e que proteja e defenda a pequena e média propriedade agrícola<sup>129</sup>.

As propostas apresentadas na ANC dão relevo à planificação e à nacionalização, duas questões que não estiveram presentes nas propostas econômicas anteriores dos comunistas. Todavia, Togliatti em nenhum momento de sua atuação constituinte demonstrou um empenho explícito em oferecer soluções de como se processar o planejamento e sob quais modalidades se realizariam as nacionalizações. O caráter vago e abstrato com que apresentou as propostas de intervenção econômica do Estado em seus trabalhos na constituinte, assim como fizera na Convenção econômica do partido, explicita mais uma vez a forma como conduzia o sistema de aliança da coalizão tripartidária e ainda o fato de ver na Constituição “um documento programático, e não tanto a codificação da realidade já em ato”<sup>130</sup>.

No entanto, indiscutivelmente, alguns pontos progressistas e de conteúdo social avançado passaram a fazer parte da Constituição. Na parte dos princípios fundamentais, estão presentes os direitos ao trabalho e à igualdade, a expropriação nos limites da lei, a proibição ao trabalho de menores de dezesseis anos, o direito à livre associação dos trabalhadores, etc. Porém, nem sempre a esquerda conseguiu fazer prevalecer conteúdos progressistas como estes. O caso mais emblemático e que suscitou mais controvérsia foi a aprovação em março de 1947, do artigo 7 da Constituição, referente aos pactos lateranenses, firmados entre o Vaticano e o regime fascista<sup>131</sup>. Toda a esquerda compactuara em revogar a Concordata, que minava a igualdade religiosa dos cidadãos. A Igreja Católica e a DC lançaram suas barricadas pela validade dos pactos e o acordo entre os dois grupos parecia impossível. Para surpresa dos outros

---

<sup>129</sup> Togliatti, Palmiro. “Por uma constituição democrática e progressiva”. In: Idem, cit., p. 92-93.

<sup>130</sup> Sassoon, cit., p. 84.

<sup>131</sup> Sassoon, cit., p. 86.

partidos de esquerda e dos grupos laicos, Togliatti alinhou o grupo parlamentar comunista a favor dos pactos: “a classe operária não quer uma cisão do país por motivos religiosos”, justificou o secretário do PCI. O abandono de uma posição histórica assumida pelos comunistas é apresentado assim como uma *retirada tática*, para não por em crise o governo e o acordo entre os três partidos e para não colocar em risco as relações entre o movimento operário e as massas camponesas.

Outros compromissos também compuseram a nova carta constitucional. Os comunistas propuseram a fórmula “A Itália é uma república democrática dos trabalhadores”, que veio a ser substituída pela vaga consigna: “A Itália é uma república democrática fundada no trabalho”; direito de greve foi limitado nos seguintes termos: “O direito de greve se exercita no âmbito das leis que o regulam”; e ao mesmo tempo em que se afirmava que a propriedade devia cumprir uma função social, se reiterava que a iniciativa econômica privada goza de liberdade.

Em resumo, apesar de alguns avanços progressistas, no essencial, a Constituição permaneceu oitocentesca, como afirma Guido Quazza. De um lado, quanto à intervenção popular, vinda de baixo, dos indivíduos, dos grupos, das massas, o texto constitucional foi silente, a não ser na forma bastante tradicional de se tratar a participação, através do *referendum* e da lei de iniciativa popular. De outro, quanto à estrutura do Estado, as confluências conservadoras foram decisivas, evitando que fossem tocados em temas fundamentais da questão do poder, como por exemplo: o poder econômico, o poder burocrático, o poder de informação, o poder militar, o poder judiciário e a própria escola<sup>132</sup>.

Essa ausência de instrumentos efetivamente democráticos é decorrência do fato de que, enquanto as lutas nas fábricas, nos campos e nas praças eram bastante fortes, os partidos, inclusive o PCI, não se empenharam na construção do debate para além das subcomissões parlamentares e no sentido de envolvimento das massas e da base do partido, ou seja, não se pretendeu um programa de reformas que fosse para além dos compromissos com a democracia burguesa. De modo que, enquanto os dirigentes comunistas e socialistas aceitavam toda sorte de compromisso para manter “a unidade das forças democráticas” – aprovando a Constituição, inclusive com seu artigo mais controverso –, a DC, os outros partidos conservadores e a burguesia se preparavam para “exorcizar” os comunistas e os socialistas do governo.

---

<sup>132</sup> Quazza, Guido. **Resistenza e storia d'Italia**: problemi e ipotesi di ricerca. Milano, Feltrinelli Editore, 1978, p. 447.

Ademais, na política internacional, a ruptura entre a URSS e o bloco ocidental se aproximava e a Itália se preparava para entrar na órbita de influência dos Estados Unidos, que se erguiam sobre os destroços da guerra mundial como a única grande potência capitalista. Nos meses subsequentes aos trabalhos da Assembleia Constituinte, a intervenção do imperialismo americano através do Plano Marshall iria contribuir decisivamente para recuperar o capitalismo italiano e para afirmar a DC como partido hegemônico na sociedade. Enquanto, como veremos, a formação do Cominform congelava a política togliattiana de uma via italiana (nacional) para o socialismo.

### *2.3. A ruptura da unidade democrática*

Ao se encerrar a guerra mundial, a grande aliança antifascista entre as democracias ocidentais e o regime soviético começa a se desmanchar e a hostilidade entre as duas grandes potências que compunham a aliança começa a tomar contornos mais nítidos quando se anuncia a Guerra Fria. A situação internacional incidirá decisivamente nos acontecimentos da história italiana. O ciclo histórico da solidariedade nacional antifascista, que se iniciou na resistência, a assim chamada “primavera da democracia”, se encerra após os lançamentos da Doutrina Truman e do Plano Marshall, em março de 1947, que serão fundamentais para o fim da coalizão tripartidária, anunciada por De Gasperi, em maio.

Já afirmamos que a política de democracia progressiva e da construção de um partido novo, primeiros pressupostos da via italiana para o socialismo, era alicerçada em uma estratégia de três tempos, em que seriam necessárias: a) a unidade das forças democráticas para erradicação do fascismo (tempo em que o partido comunista se demonstrava como partido nacional); b) a unidade de ação e/ou fusão com os socialistas (tempo em que o partido se constituía enquanto partido de massa com ampla base operária); c) e, por fim, a aliança com os democristãos (tempo em que o partido se demonstrava enquanto partido de caráter popular e com disposição governativa, ao se aproximar da base social dos democristãos, as classes médias urbanas e os camponeses católicos). Os acontecimentos decisivos, em nível nacional e internacional, no primeiro semestre de 1947, conduzem o partido comunista a um terreno movediço, no qual se veem erodidos todos os fundamentos da estratégia de três tempos adotada pelos comunistas desde a resistência e, com tal erosão, o caminho italiano para o socialismo se encontra em uma encruzilhada que o paralisa.



Não nos propomos aqui reconstruir detalhadamente esses acontecimentos, mas apenas demarcar aqueles eventos que incidiram mais decisivamente para bloquear o projeto político da democracia progressiva togliattiana. O primeiro deles, não resta dúvida, foi o fim do compromisso entre os partidos democráticos erigido na resistência, com a expulsão de comunistas e socialistas do governo.

Conforme afirmou Mammarella, a decisão do segundo governo De Gasperi “de deixar ‘ampla liberdade à iniciativa privada’ na política de reconstrução econômica já criava as premissas para a exclusão de socialistas e comunistas do governo menos de um ano depois”<sup>133</sup>. As pressões para o fim do compromisso tripartidário eram tanto internas ao partido como externas, vindas da grande indústria. A perspectiva de compor um governo sem a presença de comunistas e socialistas já vinha preparada pelos democratas cristãos desde então.

No entanto, De Gasperi se movia com cautela. Apesar de as urnas terem consagrado a DC como maior partido eleitoral italiano, o líder católico temia a impopularidade que a extrema-união da esquerda poderia causar. De um lado, porque o país atravessava uma crise e ele não estava seguro de como enfrentá-la, com quais forças, com qual apoio e com quais políticas. De outro, De Gasperi temia que os partidos mais à esquerda pudessem reagir à expulsão com uma espiral de violência e de mobilização, para a qual o aparato repressivo do Estado italiano ainda não tinha recursos suficientes para enfrentar<sup>134</sup>.

A sorte do tripartidarismo começa a mudar, conforme Mammarella, por pelo menos dois elementos que, entre a primavera de 1946 e a de 1947, fizeram amadurecer a decisão de De Gasperi de romper a coalizão. O primeiro deles, certamente, foi o estreitamento das relações entre a DC e o grande capital italiano<sup>135</sup>. A confiança de De Gasperi no resultado das urnas não era tão grande ao ponto de superar sua fé inabalável no poder do grande capital, o qual apelidara de o “quarto partido”:

I voti non sono tutto. Possiamo godere, sì, della fiducia della grande maggioranza degli elettori, ma le leve di comando decisive in un momento economico così grave non sono in mano né degli elettori, né del governo /.../ Non sono i nostri milioni di elettori che possono fornire allo Stato i miliardi e la potenza economica necessaria a dominare la situazione. Oltre ai nostri partiti vi è in Italia un quarto partito

---

<sup>133</sup> Mammarella, Giuseppe. **Il Partito comunista italiano (1945/1975)**: Dalla liberazione al compromesso storico. Firenze, Vallecchi Editore, 1976, p. 35.

<sup>134</sup> Mammarella, **Il Partito comunista italiano (1945/1975)**, cit., pp. 36-37.

<sup>135</sup> Mammarella, idem, pp. 37.

che può non avere molti elettori, ma che è capace di paralizzare e di rendere vano ogni nostro sforzo, organizzando il sabotaggio del prestito e la fuga dei capitali, l'aumento dei prezzi o le campagne scandalistiche. L'esperienza mi ha insegnato che non si governa oggi l'Italia senza attrarre nella nuova formazione di governo, in una forma o nell'altra, i rappresentanti di questo quarto partito, del partito di coloro che dispongono del denaro e della forza economica<sup>136</sup>.

Havia, em verdade, uma profunda sinergia entre os interesses dos democristãos e os do grande capital. De Gasperi precisava do “quarto partido” para obter o apoio necessário para consolidar sua organização e para se manter no poder; enquanto os capitalistas, que se reconstituíam economicamente, mas não tinham politicamente prestígio para sozinhos se fazerem hegemônicos, precisavam de um grande partido político de massa, burguês e liberal, para obter uma política econômica que lhes favorecessem e para aplacar tanto o influxo das lutas sociais como a ascensão eleitoral dos partidos de esquerda. Com efeito, as eleições administrativas de 1946 tinham dado razões concretas para não confiar seu poder apenas na vontade das urnas. A DC nas eleições administrativas foi derrotada na Sicília, em abril, e a ainda perdeu parte significativa do consenso que tinha obtido em Roma, em novembro; enquanto em Nápoles seus votos foram divididos à metade em termos absolutos. Nas mesmas eleições o PCI obteve um forte sucesso eleitoral à custa do PSIUP<sup>137</sup>.

O segundo elemento, ainda segundo Mammarella, que tornou a dissolução do tripartidarismo inevitável foi também resultado do sinal dados pelas urnas nas eleições administrativas de novembro. O eleitorado natural dos democristãos, as classes médias, era cada vez mais hostil à aliança com comunistas e socialistas, e assim transfere parte de seus votos para *L'Uomo Qualunque*, criando dificuldades para De Gasperi sustentar uma coalizão com o terreno escorregando sob seus pés<sup>138</sup>.

O inverno de 1946 acentuaria ainda mais as dificuldades para o governo De Gasperi. A crise econômica se fazia mais aguda, a espiral inflacionária recrudescia sem controle. Os trabalhadores se insurgiam com greves e mobilizações de protesto por toda a Itália. Os sentimentos políticos por anos reprimidos muitas vezes se confundiam com manifestações de criminalidade. As demonstrações de insubordinação eram cada vez mais frequentes na polícia

---

<sup>136</sup> *Apud* Sassoon, cit., p. 96.

<sup>137</sup> As esquerdas socialistas e comunistas se apresentaram unidas nas eleições para a Assembleia regional siciliana como o Bloco do Povo. A mesma tática foi adotada nas eleições para a Comuna de Roma.

<sup>138</sup> Mammarella, cit., p. 38-39.

e no exército. As ocupações de terra por camponeses se estendiam pela Sicília e por todo o *mezzogiorno*. Os *partigiani*, ao norte, ameaçavam sempre retomar as armas.

Mas à exasperação e ao protesto das massas correspondia, em sentido oposto, o insistente clamor das classes médias por medidas enérgicas para que se encerrassem os distúrbios e se reestabelecesse a ordem<sup>139</sup>. A insatisfação das classes médias com as iniciativas pouco firmes do governo fará com que se reforce o sentimento anticomunista e que se atribua à presença do PCI na coalizão a tibieza no enfrentamento das manifestações. A isso se acrescenta a já citada pressão dos capitalistas para que, além de uma política econômica favorável, o governo se lançasse ao ataque de maneira mais dura nos confrontos com o movimento operário, coisa que, para eles, seria impossível com a permanência da esquerda no governo.

A burguesia e a classe média, evidentemente, não reconheciam todo o esforço que os comunistas e os sindicatos faziam para manter a luta de classe nas margens da ordem e sem perturbar a produção. Togliatti, em um discurso na Assembleia Constituinte, em fevereiro de 1947, declarou, com segurança, todo seu empenho e o dos sindicatos para agir no sentido de frear o movimento operário:

**Non ha avuto luogo negli ultimi anni in Italia nessuno sciopero politico... Siamo in un paese nel quale le organizzazioni operaie hanno firmato una tregua salariale, cioè un patto che è unico nella storia del movimento sindacale, perchè è un patto nel quale non se fissa un mínimo, ma un massimo di salário...** Questo è l'assurdo della situazione economica nella quale noi viviamo: da parte delle classi lavoratrici e dei sindacati operai si dànno tutti gli esempi e si compiono tutti gli atti necessari per mantenere la disciplina della produzione, l'ordine e la pace sociale (grifos nossos).

Não obstante as pressões do grande capital e da base social de seu partido, De Gasperi avançava moderadamente no sinuoso campo político italiano. E conduziu suas ações com cautela mesmo depois que Pio XII, em seu discurso na *Piazza San Pietro*, em dezembro de 1946, lançou sua furiosa campanha anticomunista, que condenava todos os “negadores de

---

<sup>139</sup> Mammarella interpreta o deslocamento de parte dos votos da DC para o *qualunquismo* não como expressão de uma renovação do fascismo, mas apenas como um simples modo de reação de parte da classe média, cujos hábitos mentais foram consolidados no fascismo: “ela não entende a política dos partidos, é preocupada apenas com a desordem e se encontra de frente às iniciativas de governo incertas e contraditórias” (Idem, *ibidem*, p. 41.)

Deus e profanadores das coisas divinas” e que conclamava todos a escolherem: “Ou com Cristo ou contra Cristo, ou por sua Igreja ou contra sua Igreja”<sup>140</sup>.

As ações moderadas de De Gasperi eram compreensíveis. Ele era consciente da necessidade de serem aprovados o tratado de paz e o artigo 7º da Constituição. E tais tarefas seriam irrealizáveis sem o apoio dos comunistas e dos socialistas. Mas isso não impede que, em janeiro de 1947, em sua viagem aos Estados Unidos, os termos da ruptura sejam preparados e concordados entre Washington e Roma. A contrapartida dos Estados Unidos vem com o anúncio à De Gasperi de uma tímida ajuda financeira, que seria reforçada e ampliada para outras modalidades de cooperação, inclusive militar, com o lançamento nos meses subsequentes da Doutrina Truman e do Plano Marshall, com a condição de que o “perigo comunista” fosse afastado do governo. O retorno de De Gasperi à Itália dá-se com a garantia aos americanos que seu partido, com o Vaticano às costas, faria uma política que manteria a península firmemente presa à área capitalista e de que, no momento adequado, dar-se-ia a ruptura que, como se sabe, condenou os comunistas a não exercerem, definitivamente na história do *novecento* italiano, funções de governo.

Antes que a ruptura viesse a se realizar no final da primavera, outro acontecimento abalara ainda os trincados alicerces de sustentação parlamentar da coalizão: a cisão no *Partito Socialista Italiano di Unità Proletaria*. A operação fora conduzida por Giuseppe Saragat, membro da ala socialdemocrata do partido, anticomunista manifesto e que se posicionara sempre contrário não apenas à fusão entre os partidos, mas também contra a unidade de ação. Ao final do Congresso de Florença, as tensões entre os favoráveis a unidade de ação e os desfavoráveis eram grandes. As eleições administrativas de novembro de 1946 fizeram com que os conflitos ficassem ainda mais acerbos. O fato de os comunistas no pleito terem superado os socialistas, revertendo as posições que os partidos tinham ocupado no plebiscito de junho, era, para Saragat, uma prova de que seu partido pouco se diferenciava dos comunistas e, que, os reformistas como ele estariam perdendo expressão na condução da linha política que o partido adotava. Em 3 de janeiro de 1947, ele declara: “um partido socialista que quer desenvolver uma função realmente socialista e concretamente democrática deve representar todas as correntes e frações do pensamento marxista, da reformista à leninista revolucionária”<sup>141</sup>. Em 9 de janeiro, o PSIUP se organiza extraordinariamente em congresso, e se concretiza a cisão, vindo a ala socialdemocrata do partido formar o *Partito socialista dei*

---

<sup>140</sup> Sassoon, cit., pp. 94-95.

<sup>141</sup> *Apud* Galli, **I partiti politici italiani**, cit., p. 58.

*lavoratori italiani* (PSLI), e, quatro anos mais tarde, assumir a denominação de *Partito socialista democratico italiano* (PSDI)<sup>142</sup>. As consequências da cisão para o partido socialista foram pesadas: perdem cinquenta e dois de seus cento e quinze deputados, além de um terço do partido. O PSDI nos anos seguintes rapidamente se deslocará para a órbita da DC e fará parte de vários de seus governos. O PSI, por seu turno, permanecerá próximo aos comunistas, com programas políticos idênticos.

Todavia, imediatamente após a cisão, PSI e PCI ainda se mantêm no governo, mas De Gasperi faz uma reforma ministerial, na qual demite os ministros que mudaram de partido e ainda afasta Scoccimarro e Nenni de seus importantes cargos de ministros das Finanças e do Exterior. Tem origem o terceiro governo De Gasperi, o último de unidade tripartidária. A ruptura, no entanto, é adiada, não poderia se dar nos dias subsequentes ao retorno do líder democrata cristão de Washington, para não parecer que a decisão pela ruptura era condicionada por fatores externos.

Apenas depois da iniciativa de De Gasperi de ampliar a coalizão por não se sentir confortável em governar sem o “quarto partido”, isto é, sem o apoio dos fortes interesses do capital monopolista e financeiro, é que se colocam as condições para a ruptura definitiva. A presença dos liberais no governo tornou o tom das críticas mais áspero, sobretudo por parte do PSI. Mas ambos, socialistas e comunistas, são acusados de desempenhar um *doppio gioco*: estavam no poder, mas agiam como se estivessem na oposição. Em 13 de maio, De Gasperi se demite e provoca uma breve crise, retornando no dia 31 para formar um novo ministério, com o voto de confiança das duas câmaras, e ainda com a presença do liberal Giulio Einaudi à frente da economia, como representante direto do “quarto partido”. A exclusão de comunistas e socialistas é, enfim, consumada.

Em 20 de junho de 1947, em seu discurso na Assembleia Constituinte, Togliatti analisa a ruptura do governo de unidade nacional, lembrando todo o esforço que fizeram para conter as lutas do movimento operário nos limites do projeto de solidariedade nacional:

---

<sup>142</sup> Para Saragat, a Itália e a esquerda necessitavam de um autêntico partido socialista, à altura de assumir não apenas a representação da classe trabalhadora, mas também está aberto para todas as instâncias sociais dos setores médios e da pequena burguesa. A acusação principal que ele lançava a Nenni era a de envidar esforços para construir uma anti-histórica síntese entre o velho maximalismo e o comunismo, e de sacrificar no altar da unidade da esquerda, a necessária autonomia dos socialistas. (Vide: Fornaro, Federico. **L'anomalia riformista: le occasioni perdute della sinistra italiana**. Venezia, Marsilio, 2008).

Gli operai /.../ hanno moderato il loro movimento, l'hanno frenato, l'hanno contenuto nei limiti in cui era necessario contenerlo per non turbare l'opera della ricostruzione. Hanno accettato la tregua salariale, cioè una sospensione degli aumenti salariali, senza che vi fosse la corrispondente sospensione degli aumenti di prezzi. Hanno trattato recentemente la proroga di questa tregua, cioè hanno dimostrato capacità di direzione politica ed economica nella vita del paese. **Nulla si può rimproverare agli operai, ai lavoratori e quei partiti dei lavoratori che meglio li rappresentano non possono essere l'oggetto della manovra di cui sono stati oggetto** (negritos nossos).

/.../

I nostri operai comunisti e socialisti vedranno al governo i rappresentanti del ceto ricco, dei grandi capitalisti come Pirelli, ad esempio; non vedranno gli uomini in cui essi hanno fiducia. È evidente, quindi, che la loro fiducia nel governo come tale non potrà esistere o sarà, per lo meno, una fiducia molto ridotta. Questa è la cosa che più ci preoccupa<sup>143</sup>.

A passagem para a oposição não significava, segundo os defensores da política togliattiana, uma mudança substancial na estratégia política, pelas seguintes razões: a) o caráter construtivo e propositivo do partido não seria alterado: “a via italiana para o socialismo nas formulações dadas entre 1943-1947 por Togliatti não implicava necessariamente a participação no governo”<sup>144</sup>; b) o caráter democrático do partido também não seria abalado pois a defesa da democracia progressiva representava o abandono definitivo da perspectiva insurrecional e o aporte de uma perspectiva processual de transição; c) o caráter popular e de massa se preservava, pois, agora fora do governo o partido deveria se mostrar capaz de desempenhar uma “guerra de posições”, com o objetivo principal de ampliar suas forças e de obter na sociedade italiana “um certo grau de hegemonia”<sup>145</sup> (sic!); d) o caráter nacional do partido também não se alteraria, pois, como explicou Togliatti: “Apesar de estar fora da equipe ministerial, devemos demonstrar concretamente ser um partido de governo”<sup>146</sup> que não faz apenas uma oposição estéril”; para isso, era necessário “não correr o risco de perder o nosso **caráter nacional** e nossa unidade e evitar que o nosso partido e as massas que nos segue deslizem para posições que levam à luta e à insurreição armada” (grifos nossos).

<sup>143</sup> Togliatti, Palmiro. “La rottura dell’unità democratica”. In: In: Idem, Opere, Vol. 5, cit., p. 323 e p. 332.

<sup>144</sup> Sassoon, **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 99.

<sup>145</sup> Idem, ibidem, p. 99.

<sup>146</sup> Ao ressaltar o caráter de governo do partido, Togliatti deixava claro que se moveria nas balizas da democracia burguesa e da política institucional e eleitoral.

Todavia, é justamente o caráter nacional do partido que é colocado em questão com o gradual agravamento da situação internacional e com o enrijecimento dos blocos contrapostos. De um lado, a intervenção dos americanos em sua área de influência através da Doutrina Truman e do Plano Marshall fora decisiva para redimensionar a ação dos partidos burgueses e acelerar a ruptura dos governos de unidade nacional nascidos das resistências; de outro, como reação à ofensiva americana, as posições assumidas pelos soviéticos em seus conflitos no interior da guerra fria serão determinantes na condução da política de oposição dos partidos comunistas ocidentais, inclusive do italiano, que terão que fazer uma clara correção de rota, para enquadrar sua atuação interna à linha da política externa soviética.

É nesse diapasão, e em resposta à ofensiva americana, que, em 30 de setembro de 1947, é criado em Szklarska Poreba (Polônia), pelos soviéticos, o Centro de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (Cominform). Na primeira reunião, estiveram presentes, além dos principais partidos comunistas do leste e do centro europeus, os partidos comunistas da Itália e da França. A criação do Cominform, como nota Claudín, dava-se assim por duas razões:

Em primeiro lugar, o núcleo axial da resposta staliniana à ofensiva americana era constituir um bloco monolítico sob a égide soviética, com os países de sua área de projeção – daí o convite aos partidos comunistas destes países à conferência secreta na Polônia. Em segundo lugar, o campo principal de batalha para Stalin, na situação dada, era a Europa, com dois objetivos estreitamente vinculados: assegurar a invulnerabilidade da sua área de projeção e impedir que prosperasse o plano americano de agrupar num bloco, sob a direção de Washington, os Estados europeus ocidentais /.../ - daí o convite aos dois principais partidos desta zona ao conclave na Polónia<sup>147</sup>.

Zdhanov ficou responsável por apresentar no conclave polaco a nova estratégia staliniana baseada em uma visão dicotômica da luta pelo socialismo: internacionalmente, a contraposição entre dois campos, o comunista e o imperialista; e nacionalmente, a oposição interna aos países entre o bloco operário-popular e o bloco burguês-reacionário. Segundo o relatório de Zdhanov: “a nova política expansionista e reacionária dos Estados Unidos prevê uma luta contra a União Soviética, contra o movimento dos trabalhadores de todos os países, inclusive dos Estados Unidos, e contra as forças emancipacionistas e anti-imperialistas de todos

---

<sup>147</sup> Claudín, **A crise do movimento comunista**, cit., p. 495.

os países”. Isso se reflete na construção dos objetivos estratégicos de cada campo, que, segundo as formulações de Zhdanov, seriam: a) o campo imperialista que se propõe à preparação de uma nova guerra, à luta contra o socialismo, à luta contra a democracia; b) o campo anti-imperialista que se propõe à luta pela paz, à luta pela democracia, à luta pela erradicação do fascismo, à luta contra a expansão imperialista<sup>148</sup>.

É sintomático que, nem no informe de Zhdanov, nem na Declaração conjunta dos nove partidos que compuseram a primeira reunião do Cominform, se diz qualquer palavra sobre o socialismo nos países capitalistas avançados. Ao PCI e ao PCF cabiam a tarefa particular de tão somente “tomar em suas mãos a bandeira da defesa da independência nacional e da soberania dos países”, pois, na nova diretiva, se esses partidos fossem capazes de “colocar-se à frente de todas as forças dispostas a defender a causa da honra e da independência nacional, qualquer plano de dominação da Europa seria irrealizável”<sup>149</sup>. O objetivo estratégico seria, no campo democrático dos países capitalistas avançados, reconstruir a união nacional com a fração da burguesia ameaçada pela expansão americana, criar uma frente ampla pela paz e pela independência nacional, denunciando o caráter imperialista da política americana e de seus aliados social-democratas e liberais europeus.

A estratégia anunciada por Zhdanov deixava claro que a política baseada na aliança internacional anti-hitlerista e antifascista havia mudado. Os partidos comunistas dos países de capitalismo avançado deveriam servir de apoio e base do “campo anti-imperialista”, devendo assim “encabeçar a *resistência* aos planos imperialistas de expansão e agressão”. Ao fim e ao cabo, tal *resistência* não teria outra meta senão a defesa das regras do jogo democrático, da honra nacional e de sua independência face ao imperialismo norte-americano. Sobre este redirecionamento da política staliniana, afirma Claudin:

A luta pela revolução socialista nos países capitalistas ficava naturalmente relegada a um plano secundário e, sobretudo subordinada à consideração suprema de não por em risco a paz mundial. O importante era que os partidos comunistas agrupassem em cada país os partidários da paz – a fim de contribuir para o aprofundamento das contradições entre as potências capitalistas. As duas tarefas não deviam ser dificultadas com a proposição de objetivos político-sociais internos incompatíveis com os setores patrióticos, democráticos e pacifistas das respectivas burguesias. Daí que, em suas últimas recomendações (no discurso que pronuncia no XIX Congresso

---

<sup>148</sup> Claudín, cit., p. 497.

<sup>149</sup> Claudín, cit., p. 498.



do PCUS, em outubro de 1952), Stalin não faça nenhuma referência à luta por objetivos socialistas dentro dos países capitalistas. Afirma aos chefes comunistas do Ocidente presentes ao Congresso: “Se vocês quiserem ser patriotas e se converter na força dirigente da nação, devem levantar bem alto a bandeira da independência e da soberania nacional, das liberdades democráticas burguesas e da paz”.<sup>150</sup>

A rigor, como se nota, a nova política staliniana tinha caráter claramente defensivo, pois silenciava-se sobre as guerras civis na China e na Grécia, limitava a atuação dos partidos comunistas ocidentais e objetivava apenas a consolidação das posições conquistadas pela URSS no leste e centro da Europa. Nos meios capitalistas, no entanto, a criação do Cominform e o relatório Zhdanov deram azo para reagrupar as forças conservadoras, sob a égide norte-americana, contra o “perigo comunista”.

O impacto da nova estratégia nos caminhos específicos para o socialismo, como notou Luciano Gruppi, será disruptivo, vez que a principal consequência para os partidos comunistas ocidentais era que a ideia de vias nacionais para o socialismo devia ser tacitamente abandonada:

O relatório de Zhdanov dava certamente ao movimento comunista uma nítida orientação. Mas ao mesmo tempo, com este convite a cerrar fileiras, põe um freio na pesquisa de vias autônomas, originais, de desenvolvimento da revolução democrática e socialista nos vários países. Põe um freio aquela busca de uma *via italiana* que Togliatti havia começado<sup>151</sup>.

Após a leitura do relatório de Zhdanov, a crítica mais dura feita à atuação dos comunistas italianos e franceses ficou como tarefa dos comunistas iugoslavos. O principal libelo lançado contra os dirigentes do PCI e do PCF foi por não terem sabido defender uma estratégia política idêntica aos dos modelos de democracia popular que vinham sendo construídos no centro e no leste europeus. Tal crítica anunciava que a via italiana a partir da nova orientação, como defendeu Gruppi, nada mais seria do que uma “variação nacional de um processo revolucionário comum a todos”. Como afirmou Amendola em 1968: com a constituição do Cominform e com a polêmica ideológica contra os “desvios nacionalistas”, “a

<sup>150</sup> Claudin, **A crise do movimento comunista**, cit., p. 636-637.

<sup>151</sup> Gruppi, Luciano. **Togliatti e la via italiana al socialismo**. Roma, Editori Riuniti, 1974, p. 115.

pesquisa de uma ‘via nacional’, encorajada pelo VII Congresso [da Internacional Comunista] e pela resolução da dissolução da IC, foi desencorajada e obstaculizada”<sup>152</sup>.

A nova orientação entrava em rota de colisão com que o defendera Togliatti, em janeiro de 1947. Afirmava o dirigente comunista que em cada país o “caminho para a democracia e para o socialismo assume formas particulares”, “de acordo com a diferença de desenvolvimento do capitalismo, de acordo com as tradições e características nacionais”, de modo que a tarefa do partido “é adquirir a capacidade ideológica, política e de organização” que permita encontrar “o caminho italiano, o caminho ditado pelas particularidades, tradições e condições de nosso país, o caminho de desenvolvimento da democracia e da luta pela realização das reformas democráticas mais avançadas e pelo socialismo”<sup>153</sup>. Um ano depois do discurso de Togliatti, a plataforma do VI Congresso do PCI, ocorrido em Milão, recepcionará as indicações dos soviéticos, assumindo a nova divisão dicotômica das relações internacionais, subordinando a estratégia nacional dos comunistas ao novo realinhamento dos conflitos entre as duas grandes potências, abandonando o projeto de construção teórica, política e ideológica de um caminho particular, nacional-italiano, para o socialismo e, portanto, adiando os objetivos socialistas mais uma vez para as calendas gregas. Dessa forma, o “VI Congresso do PCI – como afirma Marco Mondaini – entrou para história como sendo aquele da obediência ao Cominform, da conformação tático-estratégica à Guerra Fria /.../ do passo atrás na reflexão singular da política de Salerno”.

O relatório de Togliatti ao VI Congresso absorve todo este redimensionamento: a DC será apresentada como instrumento do imperialismo americano, será indicada a expectativa de um ciclo longo de luta contra o Plano Marshall, será aberta a possibilidade de uso da violência em situações particulares, ao mesmo tempo em que se colocará em relevo como única saída do isolamento uma “boa política de aliança”: uma aliança eleitoral entre PCI e PSI, a chamada frente democrática popular.

Em resumo, quando enfim a ruptura com da coalizão foi consumada – não apenas nos fatos, mas também na consciência política –, o abandono do antigo projeto colaboracionista não dará lugar a uma nova estratégia política centrada no antagonismo classista. Se passava da colaboração ao conflito, porém a luta de classes era reconduzida para as experiências

---

<sup>152</sup> Amendola apud Sassoon, **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 103.

<sup>153</sup> Trata-se do discurso de Togliatti, pronunciado em Florença, em 10 de janeiro de 1947, na Conferência Nacional de Organização do Partido Comunista Italiano. (Togliatti, Palmiro. “Nossa luta pela democracia e pelo socialismo”. In: Idem. **Socialismo e Democracia**, cit., pp. 66-67).

contingentes e necessidades imediatas da política stalinista e zdanovista da “luta pela paz”, em um confronto sobre o terreno dos blocos internacionais contrapostos.

#### *2.4. As eleições de abril de 1948 e o atentado à Togliatti*

As eleições de julho de 1948 conduziram para o campo eleitoral todas as tensões políticas descritas acima. O resultado das eleições era esperado, de um lado, como termômetro do grau de apelo que o redimensionamento tático-estratégico dos partidos políticos italianos havia conquistado entre as massas; e, de outro, as eleições para o primeiro parlamento republicano eram transformadas em um plebiscito pela inserção dos italianos em um dos campos do sistema bipolar recém-constituído. Por esses motivos, poucas vezes se viu uma campanha eleitoral tão disputada e nunca a participação de eleitores foi tão expressiva, como demonstrou o comparecimento de 92,2% dos cadastrados.

A burguesia se envolveu fortemente no processo eleitoral e usou de todos os meios para conseguir a vitória. Os americanos intervieram pesadamente. Nos primeiros três meses de 1948, 176 milhões de dólares foram destinados à Itália sob a forma de auxílio<sup>154</sup>. Imediatamente depois de ter sido lançado o Plano Marshall para a Itália, o governo americano se assegurou de ameaçar que, em caso de vitória comunista, todo tipo recurso seria suspenso<sup>155</sup>. Outros milhões de dólares afluíram diretamente para os democristãos para subsidiar as despesas na campanha eleitoral. E um mês antes das eleições, Estados Unidos, França e Inglaterra asseguraram aos italianos que Trieste lhes seria restituída.

A campanha da burguesia e dos democratas cristãos se desenvolveu sob o signo do mais visceral anticomunismo, para o qual o Papa contribui acusando Togliatti de ser o anticristo e ameaçando excomungar todos os comunistas. Assim, a DC explorava ao máximo o medo dos setores médios e dos camponeses e se apresentava como o único partido capaz de garantir a paz social e a reconstrução livre e democrática do país. O golpe dos soviéticos na Tchecoslováquia, em fevereiro, potencializara a força do discurso anticomunista dos democristãos que acusavam os comunistas de terem apenas a pele democrática.

---

<sup>154</sup> Guerra, **Comunismi e comunisti**, cit., p. 176.

<sup>155</sup> Mori, Giorgio. “L’economia italiana fra la fine della seconda guerra mondiale e il ‘secondo miracolo economico’ (1945-1958)”. In: Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell’Italia Reppublicana**. Volume primo. Torino, Einaudi editore, 1994, p. 199.

À esquerda, comunistas e socialistas se organizaram como um bloco unitário, expressão da estratégia da Frente Democrática Popular contra o imperialismo, pela paz e contra as forças reacionárias e obscurantistas. Quanto às ameaças dos americanos de cessar os auxílios do Plano Marshall, Togliatti a combate, não negando a necessidade da ajuda, mas a interpretando como uma ameaça à independência italiana e como futuro causador de estagnação econômica. Aos setores médios, a esquerda apresentava a alternativa entre um governo de esquerda que salvaria a Itália de uma inevitável catástrofe econômica ou um governo de direita repressivo que conduziria a Itália à uma nova guerra.

As eleições de 18 de abril decretaram a vitória de De Gasperi e dos democristãos com ruidosos 48,48% (12.712.562 votos), correspondentes a 305 cadeiras no Parlamento italiano, quase 14% a mais do que obtiveram no plebiscito de 1946. A frente democrática popular, por seu turno, alcançara 31,03% (8.137.047 votos), ocupando assim 183 cadeiras e registrando perda de quase 9% em relação à soma dos votos que PCI e PSI obtiveram em 1946. Mais à direita, que tendia a fechar decisões políticas mais próximas às posições da DC, o Bloco nacional (liberais e qualunquistas) recolheram apenas 3,8% dos votos; os republicanos do PRI de Parri, caíram de 4,4% da eleição de 1946 para 2,5%; a União Socialista, composta pela agremiação socialdemocrata de Saragat, o PSLI, e por ex-membros do Partito d'Azione, surfando na onda anticomunista, alcançou um relativo sucesso, alcançado a cifra de 7,1% (1.850.000 votos). Outrossim, uma nova direita, resíduo de Salò e de nostálgicos da Coroa italiana, também despontou nas eleições: o recém nascido MSI atingiu 2% dos votos, enquanto os monarquistas obtiveram 2,8%, ocupando juntos 8 cadeiras no Parlamento<sup>156</sup>.

Em 23 de maio de 1948, é formado o quarto governo De Gasperi, com base na aliança do quadripartido (DC, PSU, PRI e PLI). A ampla legitimidade que lhe emprestara as urnas permite que De Gasperi faça duas escolhas decisivas: inseri-la no sistema internacional de trocas liberalizadas surgido em Bretton Woods e, mais tarde, incluir a Itália no Pacto do Atlântico.

No PCI, o resultado das eleições parecia conduzir os comunistas definitivamente à condição de partido de oposição e abandonar a perspectiva de fazer-se partido de governo. A decepção era enorme para um partido que nascera revolucionário, mas que conduziria suas lutas apostando em vitórias no terreno parlamentar-eleitoral. Já o impacto da derrota no PSI foi mais avassalador. As consequências foram imediatas. No Congresso do Partido no mesmo ano, a

---

<sup>156</sup> Pombeni, Paolo. "I partiti e la politica dal 1948 al 1963". In: **Storia d'Italia**: La Repubblica. Volume 5. Roma-Bari, Editori Laterza, 1997, p. 127-128.

direção de esquerda (Nenni, Basso e Morandi) é substituída por uma direção centrista. A frente popular democrática é dissolvida, permanecendo apenas temporariamente em apenas alguns lugares do Sul, onde a frente popular teve sucesso em relação às eleições de 1946.

A avaliação do Comitê Central do PCI sobre as eleições de 18 de Abril foi de que os resultados eleitorais “foram determinados em grande parte pela intervenção do imperialismo estrangeiro, pelo terrorismo religioso, pelas ilegítimas pressões do aparato estatal e por uma vasta série de fraudes eleitorais astutamente organizadas”. Em resumo, segundo o Comunicado do CC do PCI depois da reunião de 4-6 de Maio de 1948, a vitória da Democracia Cristã foi “consequência da completa violação da liberdade eleitoral do povo italiano”<sup>157</sup>.

Togliatti, por seu turno, se posiciona em relação à derrota propondo ao partido uma linha de oposição constitucional de tipo gradualista, que mais uma vez remete claramente à versão reformista do marxismo:

Alcune illusioni di rapido successo sono cadute. Rimane nella massa lavoratrice e nelle sue vanguardie la volontà di andare avanti /.../ È un grave errore pensare che un programma di profonde riforme social quale è quello del Fronte, possa venire realizzato soltanto attraverso una azione di governo. Piccole minoranze democratiche e socialiste hanno imposto, nel passato, riforme anche più profonde a governi reazionari dichiarati. Altrettanto grave errore è il pensare che sarebbe a svantaggio della democrazia il fatto che determinate riforme venissero eventualmente strappate al governo Dc, perché ciò darebbe prestigio al partito che dirige questo governo. Noi vogliamo le riforme social per se stesse, perché liberando il Paese dall'arretratezza e facendo progredire le masse lavoratrici, esse creano condizioni migliori per la nostra politica. Il 'tanto peggio, tanto meglio' non ha niente di comune né con una politica democratica, né con una politica comunista<sup>158</sup>.

No que concerne às bases do partido, a sensação, no entanto, era a de que a democracia parlamentar não permitiria jamais que o proletariado chegasse ao poder. As repercussões da derrota eleitoral foram duramente sentidas. A desorientação das bases operárias do partido e das células organizativas demonstrará que a derrota foi um golpe difícil de assimilar, pois paralisou as iniciativas dos militantes, os impedindo de tomar decisões e direções políticas e estratégicas precisas. Já nas esferas dirigentes, como afirma Liliana Lanzardo, após

<sup>157</sup> Apud Galli, *Storia del Pci*, cit., p. 181.

<sup>158</sup> *Rinascita*, aprile-maggio 1948.

as eleições, “se colocava a exigência de radicar o partido nas fábricas, de organizar as várias associações, de construir uma estrutura mais sólida a nível produtivo; mas, nos dias posteriores as eleições, não estava ainda claro qual deveria ser as primeiras iniciativas”<sup>159</sup>. O depoimento de um responsável do PCI junto ao conselho de gestão da Fiat de Turim revela com clareza o nível de paralisia das classes dirigentes do partido e o impacto da derrota de 18 de abril sobre os operários organizados:

Em Turim, se esperava vencer as eleições políticas. Os operários se contiveram, assim como haviam feito na Libertação, projetando uma vitória pacífica através das eleições; a conquista do poder, mesmo que adiada, parecia certa. Quando se conhece a derrota em Turim, parecia que não se podia mais controlar a situação. Milhares de operários, em grande parte de todas as seções da Fiat, protestavam porque não se tomara o poder com a força e se havia prometido de toma-lo com eleições /.../. Depois de 1948, finalmente se compreendeu o significado da via democrática. Milhares se dirigiram aos escritórios dos dirigentes... A rua de Mille e a rua Andrea Doria ficaram repletas de operários. Os dirigentes permaneceram em seus escritórios a portas fechadas e nenhum tinha coragem de sair<sup>160</sup>.

As eleições assinalaram, portanto, o grande sucesso da DC e uma reduzida afirmação da Frente Democrática Popular capitaneada por comunistas e socialistas. No entanto, menos de três meses depois, em 14 de julho, o atentado de um jovem estudante neofascista siciliano ligado à máfia (Antonio Palante) contra Palmiro Togliatti, quando este deixava o Montecitorio (local da Câmara dos Deputados italianos), determina uma reação semi-insurrecional da base do partido, de milhares de operários e de uma série de quadros, sobretudo nas cidades do Centro-Norte.

Da fúria ao incêndio, foi questão de horas. Na medida em que os operários recebiam a notícia do atentado à Togliatti, reações inconformadas se registravam por toda a Itália. Uma greve geral espontânea se estendeu em uma velocidade nunca antes vista (e como nunca mais se viu)<sup>161</sup>. Em Gênova, além da ocupação de fábricas, a multidão tomou de assalto

---

<sup>159</sup> Lanzardo, Liliana. **Classe operaia e partito comunista alla Fiat: la strategia della collaborazione**. Torino, Einaudi, 1974, p. 461.

<sup>160</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>161</sup> De um lado, autores como Giorgio Galli e Liliana Lanzardo acentuam a disposição revolucionária das massas e a situação revolucionária que se descortinou com o movimento insurrecional após o atentado. A opinião de Giorgio Galli, por exemplo, é de que o partido possuía “vastos setores revolucionários”, que o núcleo duro do partido estava disposto a “lutar por uma imediata revolução de tipo socialista” e que os setores revolucionários do

viaturas policiais que haviam sido enviadas para desfazer os distúrbios; em Turim, todas as fábricas foram ocupadas, e os dirigentes da FIAT foram feitos prisioneiros pelos operários; em Roma, as autoridades municipais declaram “estado de grande perigo”, que se aplicava apenas em casos de grande calamidade pública; em Milão, fábricas foram ocupadas e os policiais foram impedidos de deixar a caserna; junto a toda ação direta nas praças e nas fábricas, bloqueios de estradas foram realizados e prédios públicos foram ocupados por toda Itália central e setentrional<sup>162</sup>. A repressão estatal seguiu também com bastante força. Um dia após o atentado, em 15 de julho, 16 pessoas já haviam sido mortas e mais de 200 feridas nos confrontos com a polícia. No dia seguinte, estas cifras subiram para 20 mortos e mais de 600 feridos<sup>163</sup>.

A repressão não intimidada, no entanto, os militantes empenhados na luta. Das cantinas, das adegas, dos buracos escavados no campo, surgiam as armas ocultadas pelos *partigiani*; barricadas eram levantadas da noite para o dia para opor-se à força pública. A tensão chegava ao culme e as massas apenas esperavam o sinal para a insurreição. Mas esse, no entanto, não chega.

Malgrado toda a disposição insurrecional, a direção do PCI, com Longo e Secchia à frente, toma como objetivo abrir uma via para solução dos conflitos que não compromettesse os elementos de fundo da política do partido: i.é., manter fortes saldos junto às massas e evitar confrontos frontais com as classes dirigentes italianas. Na reunião extraordinária do Comitê Central do partido, no dia seguinte ao atentado, os dois dirigentes que substituíram Togliatti já deixavam claro que a perspectiva de uma sublevação revolucionária não estava na ordem do dia<sup>164</sup>. Mesmo gravemente ferido e sob risco de morte, o próprio Togliatti, em seu leito do

---

partido estavam “mais que orientados em direção à colisão frontal” (In: **La sinistra italiana nel dopoguerra**, Bologna, Il Mulino, 1974, 199-202). Outros autores, como, como Marco Mondaini e Michelle Pistillo, adjudicam à recente derrota por via eleitoral do PCI e o receio de se repetir a derrota da Grécia, em caso de se insistir na via insurrecional, a comprovação de que não havia condições concretas para um enfrentamento revolucionário. Pistillo, por exemplo, considera que “Uma linha insurrecional seria uma verdadeira loucura. O movimento, que assumiu uma amplitude e uma combatividade excepcional, sem precedente na história do nosso país, tinha todos as características da espontaneidade” (Pistillo, Michelle. **Giuseppe Di Vittorio: 1944-1957**. Roma, Editori Riuniti, 1977, pp. 161-162).

<sup>162</sup> Caprara, Massimo. **L’attentato a Togliatti – 14 luglio: il PCI tra insurrezione e programma democratico**. Venezia, Marsilio Editori, 1978, pp. 34-45.

<sup>163</sup> Gruppi, **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 122.

<sup>164</sup> Na visão do historiador liberal Pietro Scoppola, a via insurrecional não era descartada pelos vices-secretários do PCI, Secchia e Longo. Segundo ele, a posição contrária à insurreição deveu-se à ausência de uma organização anterior por parte do partido, o que levaria a falta de controle sobre os seus rumos (Scoppola, Pietro. **La repubblica dei partiti: Evoluzione e crisi di un sistema politico (1945-1996)**. Bologna, Società editrice il Mulino, 2000, pp. 259-261.

Policlínico de Roma, advertiu à Scoccimarro: “Estejam calmos, não percam a cabeça. Calma, recomendo, calma, não façamos besteiras”<sup>165</sup>.

No mesmo diapasão, enquanto os grupos mais resolutos se preparam para atacar centrais elétricas e quartéis, os vértices sindicais se mobilizavam para, primeiramente, frear e, a posteriori, canalizar as insatisfações para as balizas traçadas pela política estratégica dos comunistas<sup>166</sup>. No dia 16 de julho, ao invés de clamar pela sublevação, Di Vittorio, presidente da CGIL, em pleno acordo com a direção do PCI, conclama à desmobilização e ao fim da greve<sup>167</sup>. A vaga inicial foi assim bloqueada. O apelo à revolução, no entender dos comunistas, não seria uma decisão correta em 1944-45 e muito menos ainda em 1948, em plena guerra fria. O resultado de uma “aventura” insurrecional apenas resultaria na provável expulsão dos comunistas do quadro legal, como requeria em alta voz os representantes da direita, assim interpretava os dirigentes do partido.

Vale lembrar que tampouco Stalin desejava uma situação de guerra civil nos países ocidentais. O papel que ele atribui aos partidos comunistas ocidentais era de instrumento auxiliar: “não lhe serviam partidos foras da lei, visto que uma insurreição era [na visão de Stalin] destinada ao fracasso e a URSS, por certo, não poderia correr em seu socorro”<sup>168</sup>. Ainda em dezembro de 1947, ao ser questionado por Secchia se deveria impulsionar mais a fundo a luta de classes e a oposição política ao governo da DC, ele responderá que não: “hoje não é possível”<sup>169</sup>. A mesma resposta foi dada por Molotov à Kostylev, embaixador russo em Roma, que ao ser consultado sobre a possibilidade de uma insurreição caso a DC não aceitasse o resultado de uma provável vitória eleitoral do partido, diz: “No que se refere à tomada do poder através de uma insurreição, consideramos que o PCI neste momento não pode atuar neste sentido”<sup>170</sup>.

---

<sup>165</sup> Apud Mondaini, *Do stalinismo à democracia*, cit., p. 117.

<sup>166</sup> O periódico *L'Unità*, órgão oficial do partido comunista, republica, no dia 21 de julho, um texto de Togliatti no qual ele se posiciona sobre a inviabilidade da via insurrecional: “Non abbiamo posto il problema dell'insurrezione /.../ quando un partito comunista ritiene che le circostanze obiettive e soggettive pongano all'ordine del giorno la necessità di prendere il potere con le armi, cioè una insurrezione, esso proclama questa necessità, lo disse apertamente. Così fecero i bolscevichi nel 1917 e marciarono all'insurrezione a bandeire spiegate. Così abbiamo fatto noi, a partire dal settembre 1943” (*Apud* Caprara, *L'attentato a Togliatti*, cit., p. 75).

<sup>167</sup> Caprara, Massimo. *L'attentato a Togliatti*, cit., 1978; Tobagi, Walter. *La rivoluzione impossibile: L'attentato a Togliatti: violenza politica e reazione popolare*. Milano, Il Saggiatore, 2009.

<sup>168</sup> Spriano, Paolo. *I comunisti europei e Stalin*. Torino, Einaudi Editore, 1983.

<sup>169</sup> Do arquivo de Pietro Secchia, citado por Spriano, Paolo. *I comunisti europei e Stalin*. Torino, Einaudi Editore, 1983, p. 278.

<sup>170</sup> Zaslavsky, Victor. “Le conseguenze sulla storia d'Italia della rottura tra Stalin e Tito”. In: Cicchitto, Fabrizio (a cura di). *L'influenza del comunismo nella storia d'Italia: Il PCI tra via parlamentare e lotta armata*. Roma, Rubbettino Editore, 2000, p. 97.



Com tal empenho para arrefecer os ânimos dos militantes revoltosos, o PCI se manteve no sistema, conforme era seu desiderato: a estratégia de Togliatti, em consonância com a posição de Stalin, que apostara na criação de um grande partido de massa, que atuava nos marcos legais e parlamentares, se revelava preservada. Como apontou Giorgio Galli: “A direção do PCI conseguiu assim evitar a colisão frontal, salvaguardando aquela que era a principal condição de sua existência enquanto grande partido parlamentar: a renúncia a uma ação frontal contra a classe dirigente italiana”<sup>171</sup>.

O movimento operário, dada a forma conciliatória do desfecho das jornadas de julho, após a derrota nas urnas em abril, sofreu outra derrota, agora nas fábricas e nas ruas; derrota que encerra um ciclo ascendente de comportamento coletivo, marcado por intensas reivindicações e por forte determinação para a ação direta (ciclo que se estendia desde as greves de março de 1943). O período subsequente, do qual trataremos no próximo capítulo, será caracterizado por um forte influxo e por uma sensível desarticulação da vanguarda operária em setores decisivos como o da indústria automotiva. Tal influxo será ainda maior com a ruptura do sindicalismo unitário da CGIL. Os católicos, que se opuseram ao movimento insurrecional, no outono de 1948, decidem pela dissolução da experiência unitária e pela fundação de uma nova central sindical, a CISL<sup>172</sup>. Os social-democratas seguiram seu exemplo e criaram a UIL. A ruptura da unidade sindical mudou assim profundamente a geografia sindical do país. Os novos sindicatos passaram a desempenhar um papel abertamente cisionista, operando sempre para reduzir a força da CGIL que permanecia como a maior central sindical, com mais de 5 milhões de inscritos. Mas apesar de suas menores composições, os novos sindicatos nasceram com uma considerável vantagem, vez que os patrões, com a nova atmosfera que se respirava, estavam dispostos a conceder à CISL e à UIP muito do que negavam à CGIL.

A alta intensidade dos protestos da base verificada nas jornadas de julho, em contraste com o caráter conciliatório da cúpula comunista, tornou manifesto o hiato existente entre a linha de desenvolvimento político-ideológica do partido e as expectativas da classe trabalhadora italiana, pelo menos daquela ligada aos setores mais avançados da economia. É essa, por exemplo, a avaliação de Kogan: “uma parte dos trabalhadores italianos que militavam no PCI compreendiam erroneamente que este era um partido revolucionário e, na Itália central e setentrional, assumiu o controle dos poderes locais e de alguns nós do sistema de

---

<sup>171</sup> Galli, *Storia del Pci*, cit., p. 183.

<sup>172</sup> Turone, Sergio. *Storia del sindacato in Italia: dal 1943 al crollo del comunismo*. Roma-Bari, Editori Laterza, 1992, p. 147-149.

comunicação. Mas o partido retomou rapidamente o controle da situação e desencorajou qualquer fervor revolucionário”<sup>173</sup>. Ou seja, enquanto o desenvolvimento capitalista e suas contradições agudizaram a luta de classe na Itália, as exigências expressas pelos operários nessa quadra histórica não encontraram no PCI uma linha ideológica e uma organização política que correspondesse aos seus interesses. Nas palavras de Liliana Lanzardo:

Nos primeiros anos do pós-guerra, a classe operária exprime claramente exigências de radicais transformações nas relações sociais, enquanto as organizações de esquerda são usadas pela burguesia capitalista para colocar em movimento o processo de acumulação e restaurar as estruturas políticas da democracia burguesa destruídas pelo fascismo. Esta operação é bem sucedida para a burguesia pelo simples fato de existir convergência com os dois objetivos da linha política do PCI, o qual considera como prioritário o “interesse nacional” e o realiza mobilizando todo seu prestígio e sua força organizativa adquiridos no curso da luta na Resistência, mas também utilizando a convicção difusa nas massas de uma segura modificação em curto prazo das relações sociais<sup>174</sup>.

Em substância, enquanto a estratégia da via democrática para o socialismo propugnava a colaboração organizativa com a burguesia “progressista”, através do projeto de unidade democrática, em nome da salvaguarda dos interesses nacionais como forma de erradicar os caracteres mais atrasados da sociedade italiana, a classe operária nas fábricas se movia em direção oposta à aliança com o grande capital. A vanguarda das massas, concentradas nas fábricas automotivas, como demonstra a pesquisa de Liliana Lanzardo com os operários da Fiat no período de 1945-1949, interpretava a luta pela libertação, entre 1943 e 1945, não apenas como enfrentamento da forma política fascista assumida pelo Estado burguês na Itália; mas também como momento de ruptura com a sociedade capitalista. Do mesmo modo, o transbordamento insurrecional de julho de 1948 orientava-se não apenas contra o centrismo da DC ou contra os resíduos fascistas da sociedade italiana (responsáveis por atos violentos como o atentado à Togliatti), mas opunha-se sobretudo à reafirmação do poder patronal nas fábricas, ao sistema de controle hierárquico capitalista, à reconstrução do poder político a partir da reorganização das instituições burguesas de dominação.

---

<sup>173</sup> Kogan, Norman. *L'Italia del dopoguerra: storia politica dal 1945 al 1966*. Bari, Laterza, 1968, p. 64.

<sup>174</sup> Lanzardo, *Classe operaia e partito comunista*, cit., p. 11-12.

Todavia, na análise dos comunistas, a ação direta das vanguardas operárias conduziu-se pelo caminho do extremismo infantil e do maximalismo, tentando substituir o protagonismo do partido no processo e se movendo na perspectiva equivocada da “dupla linha”. Tratava-se, em suma, de incompreensão do significado da via democrática para o socialismo, pois tais vanguardas julgavam a estratégia da via democrática apenas como uma cortina de fumaça, com a qual se escondia os verdadeiros objetivos revolucionários dos comunistas. Essa “*doppiezza*”, tantas vezes criticada pelos dirigentes comunistas, seria produto tanto da contraditória situação de contraste entre os operários dos setores mais avançados e monopolizados do capitalismo italiano em relação à classe operária e campesina das partes mais atrasadas do país, quanto da incompreensão por parte dessas vanguardas das correlações de forças nacionais e internacionais. O alto grau de “espontaneísmo” verificado pós-atentado não era concebível para um partido em cuja disciplina dos militantes depositava toda sua força<sup>175</sup>.

O vice-secretário do PCI, Pietro Secchia, em uma série de artigos nos quais analisa o atentado à Togliatti e a greve geral, publicados no *L'Unità*, avaliou tal contraste nas posições do vértice do partido em relação a algumas posturas mais radicalizadas da vanguarda operária:

Concepire lo sciopero generale politico come la soluzione magica, come il mezzo per risolvere tutto, per rovesciare un regime, per fare la rivoluzione, significa avere dello sciopero una concezione utopistica quale avevano sessant'anni or sono gli anarchici i quali pensavano che 'uno sciopero generale compatto sarebbe stato sufficiente a realizzare la rivoluzione socialista'.

/.../

In alcuni grandi centri industriali, dove peraltro il movimento è stato forte, compatto e nel complesso ben diretto, si sono manifestate in alcune fabbriche e in qualche rione, tendenze a un dualismo di direzione. Elementi pur iscritti al partito, in nome di organizzazioni di massa o rivendicando meriti acquisiti nella lotta passata e particolarmente nella lotta di liberazione nazionale, cercavano di prender la mano agli

---

<sup>175</sup> Como informa Antonio Sannino, após os episódios de julho, “os dirigentes comunistas deram início a um vasto trabalho de reorganização interna do partido procedendo a uma vasta depuração dos quadros que, em 15 e 16 de julho, não se demonstraram à altura da situação”. Esta operação teria sido acompanhada de perto pela força pública e já em 8 de agosto de 1948, a Prefeitura de Torino informou ao Ministro do Interior que “o Cominform renunciou a uma ação revolucionária na Itália, onde deve-se apenas atuar grandes agitações de massa com pretextos econômicos”. Um documento interno do PCI que fora vazado para o Scelba afirmava: “face uma minoria disciplinada e pronta para tudo, a massa operária não se comportou como o partido esperava” (Cf.: “Le forze di polizia ne secondo dopoguerra (1945-1950)”. In: *Storia Contemporanea*. Ano XVI, Nº 3. Bologna, Il Mulino, 1985, p. 467-468.

organismi responsabili del partito e pretendevano di sostituirsi ad essi. Qualche episodio del genere si è verificato a Torino, a Venezia e in qualche altra località.

/.../

Assieme ad alcune manifestazioni di estremismo infantile e di massimalismo, nei confronti delle quali le organizzazioni del partito, nel complesso, hanno saputo bene reagire, non sono mancati alcuni casi di debolezza, di oportunismo e di deficiente funzionamento degli stessi organismi dirigenti di sezioni e di qualche Federazione<sup>176</sup>.

No mesmo artigo, Secchia retoma sua posição de 1944, fazendo um paralelo com a greve de 1948 e acentuando o caráter ilusório de se atribuir à greve geral um caráter revolucionário:

Uno dei difetti venuto alla luce nel corso dello sciopero fu l'opinione abbastanza diffusa tra l'emasse operaie e la popolazione dei grandi centri industriali che lo sciopero generale aveva carattere insurrezionale, che era giunta l'ora di farla finita con i tedeschi e con i fascisti. Non sempre i compagni hanno sufficientemente reagito a queste "aspettative", non sempre si è fatto un necessario lavoro di chiarificazione. Queste idee sbagliate hanno poi creato una certa delusione in questi strati operai che avevano creduto che lo sciopero generale dovesse sboccare nell'insurrezione armata<sup>177</sup>.

A postura defensiva dos comunistas deixará o caminho aberto para uma profunda onda repressiva por parte do governo. O ministro do interior do governo De Gasperi, Mario Scelba, iniciou, do verão de 1948 até os primeiros meses de 1950, uma duríssima repressão com a utilização da força especial da polícia, o *Reparto Celere*. Scelba – fundado na noção de que o PCI fosse uma seção italiana do PCUS e que possuía um projeto insurrecional, o fantasioso “Plano K”<sup>178</sup>, supostamente montado para destruir a democracia italiana e transformar violentamente a Itália num regime comunista totalitário – reagiu com extremo rigor à onda insurrecional de julho. O reforço da Segurança Pública prosseguiu sem empecilhos e

<sup>176</sup> Secchia, Pietro. “Concezione marxista e illusioni miracolistiche”, *l'Unità*, 19 de Agosto de 1948. Disponível em: <https://unitaqqvhnjhzmg.onion.link/issue/?date=19%2F08%2F1948>.

<sup>177</sup> Secchia, Pietro. “Nostra Lotta”, n. 5-6, marzo 1944, citado em Secchia, Pietro. “Concezione marxista e illusioni miracolistiche”, *l'Unità*, 19 de agosto de 1948.

<sup>178</sup> O boato da existência de um “Plano K” foi lançado na primeira página do “Nuovo Corriere della sera” (Ver Soddu, Paolo. *L'Italia del dopoguerra (1947-1953): una democrazia precaria*. Roma, Editori Riuniti, 1998, p. 203.

sem dificuldades depois de julho<sup>179</sup>. O aparato policial foi adensado e uma violenta ofensiva foi levada a cabo entre 1948 e 1950. A repressão aos comunistas não teve similar na Europa ocidental: foram 62 trabalhadores assassinados, entre os quais 48 comunistas (na França foram 3; na Grã-Bretanha e Alemanha ocidental, 6); 3.126 trabalhadores foram feridos, dos quais 2.367 comunistas; 92.169 presos, entre os quais 73.780 comunistas; 19.306 trabalhadores, dos quais 15.429 comunistas foram condenados a um total de 7.598 anos de cárcere<sup>180</sup>.

Aqui vale à pena colocar em relevo que características importantes de um período revolucionário, segundo a concepção leninista, estavam presentes no período de 1945 a 1948 na Itália. Mas nenhuma delas foi aproveitada dada a estratégia de colaboração de classes que havia inspirado as lutas políticas do Partido Comunista Italiano. Os elementos que caracterizam uma situação revolucionária e se fizeram presentes nas jornadas de julho são: 1) de um lado, as massas ocuparam a cena política e se radicalizaram em intensa atividade política como resposta ao atentado; 2) de outro, o aparato de repressão e de controle não havia se reintegrado completamente da Segunda Guerra. Os *ex-partigiani*, como vimos, desenterraram suas armas em sinal de disposição para o enfrentamento do debilitado poder de Estado. O processo de radicalização das massas crescia desde as primaveras de 1943 e de 1945; enquanto os organismos estatais se mostravam débeis para enfrentar as iniciativas dos setores mais combativos e radicalizados da população<sup>181</sup>.

No entanto, o terceiro elemento da concepção leninista, o partido político revolucionário, estava ausente. O PCI havia se alçado a condição de partido de massa, talvez com mais capilaridade do que o partido bolchevique, porém assumia cada vez mais uma postura trêfega e defensiva: de um lado, na política interna, perfila-se na defesa da institucionalidade democrática burguesa, segundo a concepção de que a construção e a consolidação do movimento operário italiano dependeriam do peso que assumiria através de seu partido no parlamento e de seus sindicatos nos mecanismos de cogestão do sistema; de outro, na política externa, que ganhará cada vez mais peso na propaganda dos comunistas, o relevo se pusera na defesa resoluta das manobras stalinistas autoritárias, denotando uma subordinação acrítica à política do Kremlin.

Assim, constrangida, internamente, pela derrota sofrida nas eleições legislativas – que condenara o partido, por um largo período, à situação de *conventio ad excludendum*, e que

---

<sup>179</sup> Sannino, “Le forze di polizia ne secondo dopoguerra (1945-1950)”, cit., p. 427 e ss.

<sup>180</sup> Vittoria, Albertina. **Storia del PCI: 1921-1991**, Roma, Carocci, 2007, p. 68; Mondaini, **Do socialismo à democracia**, cit., p. 118; Galli, **Storia del Pci**, cit., p. 189.

<sup>181</sup> Galli, **Storia del PCI**, cit., p. 184.

o encurralou em uma posição defensiva de legalidade vigiada –, e, internacionalmente, pela exacerbação da guerra fria – que se refletia nas tentativas de enquadramento dos comunistas italianos à política ditada pelo Cominform –, a teorização togliattiana sobre a via italiana (nacional e democrática) para o socialismo viverá no período subsequente uma estação de hibernação. Nesta situação, de escassos desenvolvimentos políticos internos, o partido cederá ao primado da política internacional, que se traduziu em um absoluto alinhamento político-ideológico e propagandístico à URSS stalinista.

Tacitamente abandonada depois de 1948, a teorização de um caminho italiano apenas será retomada oficialmente depois de 1956, com os novos horizontes abertos pelo XX Congresso do PCUS. Mas o saldo inicial da estratégia da via italiana para o socialismo, do período final da resistência às eleições e aos episódios insurrecionais de julho de 1948, foi a consecução pelo PCI, enquanto partido de massa, das metas políticas internas que havia se colocado: a) controlar o movimento operário e camponês radicalizado pela resistência armada e pelas dificuldades econômicas; b) e assegurar a passagem sem grandes confrontos da forma institucional monárquica para a forma republicana.

A resposta dada pelo PCI ao 14 de julho de 1948 pode ser considerada, portanto, como o encerramento de um período que havia começado com a “svolta di Salerno”: o fechamento de um período em que as contradições sociais e políticas amadureceram ao ponto de colocar na ordem do dia a questão da transição revolucionária na Itália

### **Capítulo 3: A teorização togliattiana nos duros anos da guerra fria (1948-1953): entre a afirmação da democracia capitalista italiana e a stalinização das democracias populares**

O período de 1948 a 1953 não será, portanto, por parte dos comunistas italianos um período de inovação do ponto de vista da estratégia geral de transição democrática do capitalismo para o socialismo. A “política de Salerno” – com seus corolários na democracia progressiva, na estratégia de unidade nacional e no partido novo – é abandonada temporariamente. O início da guerra fria, a criação do Cominform, a ruptura da coalizão tripartite antifascista, a derrota da Frente Democrática Popular na eleição de 18 de abril de 1948 e o atentado à Togliatti em 14 de julho de 1948 projetam um novo cenário totalmente diverso daquele de Salerno, em que se propusera a unidade nacional e a democratização progressiva do país.

No plano interno, toda a estratégia togliattiana alicerçava-se na hipótese de uma longa colaboração entre as forças antifascistas e democráticas como alavanca para as transformações sociais e políticas que seriam responsáveis por erradicar as características mais arcaicas de seu país e impossibilitar o retorno a formas autoritárias de hegemonia burguesa<sup>182</sup>. A atividade do proletariado, fundamental para dar suporte à estratégia dos comunistas, no entanto, se estagna depois do 14 de julho, e, cada vez mais, se exaure a esperança das massas em uma inflexão do sistema econômico e político (o que torna a estratégia do PCI ainda menos exequível!).

Na mesma medida em que exaure a disposição do proletariado italiano, o aparato de Estado se reforça e se potencializa. Como afirma Galli,

de um lado, dezenas de militantes revolucionários, amargurados desiludidos, exprimem sua raiva pela forma em que operou a Direção, abandonando o partido, ou, sem romper abertamente, se colocando à margem; de outro, milhares e milhares de outros militantes, que tiveram um papel de primeiro plano nas manifestações, foram presos, encarcerados, advertidos, para que ficasse claro que o Estado era forte e podia quebra-los. De um lado, muitos das armas empunhadas em 14 de julho, foram abundanas em campo aberto, jogadas nos rios e nos mares, por seus próprios donos, os quais temiam ainda mais o risco de suas detenções, sobretudo porque a

---

<sup>182</sup> Galli, *Storia del Pci*, cit., p. 184.

possibilidade de usá-las em uma eventualidade era cada vez menos provável; de outro, a polícia sequestrou em ingentes quantidades o material bélico que muitos armazenaram nas fábricas ou nos campos e continuavam a reter<sup>183</sup>.

Ao verem seus desideratos para a política interna totalmente frustrados, Togliatti e os comunistas italianos conduzem-se cada vez mais para o caminho da subordinação acrítica à política da URSS e às duras hipotecas do stalinismo e do zdanovismo. Na medida em que os reveses na política interna se tornam cada vez mais constantes e o espaço de manobra do partido demonstra-se mais reduzido com o sucessivo acúmulo de derrotas políticas, o PCI buscava na lealdade filossoviética e na resistência à norte-americanização do Ocidente uma forma de compensar seus manifestos equívocos táticos e estratégicos<sup>184</sup>.

É com essa impostação que o PCI conduzirá sua política no período mais duro da guerra fria. A defesa da URSS será o ponto cardeal de sua atuação – em nítido contraste com a classe dirigente italiana, alinhada à política norte-americana –, o que incidirá decisivamente na condução de sua política interna, a qual assumirá um perfil cada vez mais defensivo. Tal adesão à política stalinista, outrossim, faz recuar a tematização sobre as vias nacionais para o socialismo, não apenas para o PCI e para os outros partidos comunistas ocidentais, mas, sobretudo, para os partidos comunistas dos países da Europa central e do leste. Na nova conjuntura, tratava-se de defender a posição da “pátria do socialismo”, do socialismo em um país isolado, do “socialismo realmente existente”. Essa nova estratégia vai se demonstrar extremamente danosa para o movimento socialista mundial.

Por ser fundamental para nossa discussão, vez que a teoria do socialismo em um país isolado e a construção dos assim chamados “socialismos reais” são o alicerce da teoria e da estratégica políticas stalinianas, que refletirá não apenas na política dos comunistas italianos, mas sobretudo na configuração do próprio movimento socialista mundial, faremos um rápido excuro sobre a construção desse debate e como ele é absorvido pelos comunistas italianos.

### *3.1. O contexto internacional: guerra fria, stalinismo e congelamento das vias nacionais*

---

<sup>183</sup> Galli, *Storia del Pci*, cit., p. 184.

<sup>184</sup> Esta postura adotada por Togliatti está claramente exposta no seu *Rapporto al VI Congresso del Partito Comunista Italiano*, quando saúda Stalin como “o maior de todos, nosso líder e mestre, ao qual toda a humanidade é devedora da paz conquistada pela destruição do fascismo”. In: Idem, *Opere*, Vol. 5, cit., p. 427.



Com efeito, na tradição marxista, que se estende de Marx e Engels à Lenin e Trotsky, a revolução deveria se dar em escala mundial e os terrenos firmes e férteis de fato para o socialismo avançar eram as potências industrializadas do Ocidente. A luta socialista, sem olvidar a importância do palco nacional para a conquista de posições fundamentais, deveria assumir um caráter internacionalista. Marx e Engels apresentaram esta reflexão desde a *Ideologia Alemã*, ao afirmarem que uma ordem social alternativa “só é possível como um ato dos povos dominantes de uma só vez e simultaneamente, o que pressupõe o desenvolvimento universal das forças produtivas e a inter-relação mundial a ele vinculado”. Em *Princípios básicos do comunismo*, Engels é ainda mais taxativo quanto à inviabilidade de um *socialismo nacional*:

Poderá esta revolução realizar-se apenas num único país? Não. A grande indústria, pelo fato de ter criado o mercado mundial, levou todos os povos da terra – e, nomeadamente, os civilizados – a uma tal ligação uns com os outros que cada povo está dependente daquilo que acontece a outro. Além disso, em todos os países civilizados ela igualou de tal maneira o desenvolvimento social, que em todos esses países a burguesia e o proletariado se tornaram as duas classes decisivas da sociedade e a luta entre elas a luta principal dos nossos dias. A revolução comunista não será, portanto, uma revolução simplesmente nacional; será uma revolução que se realizará simultaneamente em todos os países civilizados, isto é, pelo menos em Inglaterra, na América, em França e na Alemanha<sup>185</sup>.

A posição de que se poderia chegar a um socialismo especial em um país camponês e de indústria atrasada era uma ideia típica dos populistas russos, em relação à qual Lenin sempre se posicionou contrariamente. Inicialmente, os marxistas russos, adotando o pressuposto de que o socialismo apenas é alcançável a partir de uma sociedade capitalista que chegou a um alto grau de desenvolvimento, não concebiam para a Rússia mais do que uma revolução burguesa que acabaria com os empecilhos feudais e permitiria um rápido desenvolvimento das forças produtivas<sup>186</sup>. Mais tarde, após a Revolução de Fevereiro de 1917, como corretamente aponta Rafael Afonso da Silva, esse princípio “abstrato e fixo”, que postula

<sup>185</sup> Engels, Friedrich. “Princípios del comunismo”. In: **Del Socialismo Utopico al Cientifico**. Buenos Aires, Latauro, 1946, pp. 173-174.

<sup>186</sup> Frise-se, no entanto, que “apesar de definir a revolução como burguesa pelas tarefas que a ela estavam colocadas, Lenin descartava toda aliança com a burguesia liberal. O problema fundamental da revolução burguesa na Rússia atrasada era o da questão agrária” (Bianchi, Alvaro. “O primado da política: revolução permanente e transição”. In: **Outubro**, p. 108.

que a revolução em países atrasados não será outra coisa senão uma revolução burguesa, sofre um giro e é superado dialeticamente por Lenin, que passa a “reconhecer nas revoltas dos camponeses contra os latifundiários e nas revoltas das nacionalidades oprimidas pelo império russo as dores do parto de uma revolução social”<sup>187</sup>. Em um momento em que a guerra imperialista agudizou ao máximo tanto as contradições entre as potências imperialistas como entre as classes no interior de cada país beligerante, a tomada do poder pelo proletariado na Rússia poderia significar a fagulha que desencadearia a revolução mundial. Trocando em miúdos: a construção do socialismo exige um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, assim como um marco internacional para sua consolidação. Ao vincular o processo revolucionário russo ao que viria a acontecer no cerne da Europa, Lenin conseguira resolver uma contradição que parecia insolúvel: o proletariado e o campesinato, únicas forças na Rússia realmente capazes de levar a cabo o processo revolucionário, não poderiam consolidar-se nem no marco democrático-burguês nem consolidar o processo de construção socialista, dado o escasso desenvolvimento das forças produtivas, nas balizas do espaço nacional. Tal contradição se resolve, sem embargo, ao integrar a revolução russa ao processo revolucionário em escala mundial, que necessariamente desencadearia a guerra imperialista. Era essencialmente essa a estratégia de Lenin: “nenhuma fé na possibilidade de construir socialismo em um estado isolado e atrasado como a Rússia, mas toda esperança de que o exemplo soviético detonaria revoluções proletárias ao redor da Europa, em sociedades nas quais as condições materiais para uma livre associação dos produtores, a um elevado nível de produtividade industrial, existiram”<sup>188</sup>.

Em outras palavras, o processo revolucionário envolvia a contradição de dois imperativos: primeiro, a necessidade de seguir sozinhos como condição *imediata* para sua sobrevivência isolada; e, segundo, o imperativo de triunfo da revolução socialista mundial, como condição *mediada* e estrutural para o sucesso da transição para uma ordem social não regida pelo capital. A estratégia era clara: a Rússia iniciaria a revolução, o Ocidente deveria continua-la, o que reagiria sobre a Rússia atrasada. As potencialidades revolucionárias que a Primeira Guerra Mundial estava abrindo seriam aproveitadas pelo proletariado das outras nações que, ao conquistar o poder político, se solidarizariam com os trabalhadores russos. (A posição de Lênin, aguardando otimistamente a Revolução na Alemanha, é um emblema dessa tese).

---

<sup>187</sup> Silva, Rafael Afonso da. **Dilemas da Transição**: um estudo crítico da obra de Lenin de 1917-1923. Campinas-SP, Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH-Unicamp, 2007, p. 34.

<sup>188</sup> Anderson, Perry. “As idéias e a ação política na mudança histórica”. In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, Clacso, 2007, p. 408.

Todavia, ao contrário de uma crise terminal, o capitalismo “agonizante” dos países centrais conseguiu derrotar as forças revolucionárias internas e se recuperar economicamente a partir da adoção por alguns países do modelo taylorista-fordista de controle da força de trabalho e da cooptação de inúmeros sindicatos reformistas que controlavam um amplo contingente da classe trabalhadora. Trilhando estradas diversas, o fortalecimento do reformismo social-democrático e a ascensão do fascismo conduzirão a burguesia à vitória em países-chaves da Europa.

Sem contar, portanto, com a esperada solidariedade internacional, os revolucionários russos vêem-se enredados em um dilema dramático. Não lhes era permitido retroceder, entregando tímida e temerariamente o poder de volta às mãos do antigo regime russo; tampouco poderiam avançar em um processo de socialização da produção e instauração do trabalho associado, consciente e coletivo, posto que as limitações objetivas – leia-se o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas – eram obstáculos inarredáveis a essa alternativa.

Não havendo possibilidade para se aprofundar o processo revolucionário, instaurando o trabalho livremente associado, dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas e o isolamento em que se encontrou a Rússia devido às vitórias contra-revolucionárias no Ocidente, os soviets passaram a conviver com uma formação social híbrida, sob a regência de um *capital coletivo/não-social*<sup>189</sup>.

Evoluindo e se demarcando cada vez mais esse quadro dramático, a alternativa dos bolcheviques foi aquela de sustentar um processo de industrialização, planejado e centralizado, para atender às necessidades básicas da população e para não a frustrar no seu *ethos* revolucionário. Não é outra a motivação que faz Lênin aceitar com beneplácito a produção racionalizada à moda taylorista, denotando o travejamento *economicista* que – mesmo com toda resistência e mediações que podemos encontrar em sua obra – se constituirá em apanágio da via bolchevique.

Todavia, ainda em 1922, mesmo com o isolamento da Rússia e as frustradas tentativas revolucionárias nos países avançados, entre a oposição de esquerda capitaneada por Trotsky se mantém firme a convicção de que “as contradições na posição de um governo

---

<sup>189</sup> Vale dizer que é próprio das formações sociais nas quais o processo é regido pela lógica do capital que o trabalho vivo permaneça subsumido ao trabalho morto; enquanto, é próprio da “sociedade humana ou humanidade social” que o trabalho vivo controle consciente e coletivamente o trabalho morto. Todavia, esta transformação estrutural não ocorreu nos países pós-capitalistas.

operário num país atrasado /.../ só poderão ser resolvidas na arena da revolução mundial do proletariado”. No posfácio ao seu *Programa de Paz*, Trotsky explica claramente as razões de seu ponto de vista:

A afirmação, repetida algumas vezes no *Programa de Paz*, de que a revolução proletária não pode realizar-se vitoriosamente no contexto nacional, talvez pareça a alguns leitores desmentida pela experiência quase quinquenal de nossa República Soviética. Mas uma conclusão deste tipo seria infundada /.../. Depois de nos termos defendido vitoriosamente como Estado do ponto de vista político militar, não chegamos à criação de uma sociedade socialista e nem mesmo nos aproximamos disso. Enquanto a burguesia permanecer no poder nos outros Estados europeus, estamos obrigados, na luta contra o isolamento econômico, a buscar acordos com o mundo capitalista; ao mesmo tempo, pode-se afirmar com certeza que estes acordos podem nos ajudar, no caso mais favorável, a cicatrizar estas ou aquelas feridas econômicas, a fazer este ou aquele passo adiante; mas uma verdadeira ascensão da economia socialista na Rússia só será possível depois da vitória do proletariado nos países mais importantes da Europa.

A ideia de inviabilidade do *socialismo nacional* tinha na tradição marxista a força de um dogma e já havia sido defendida inclusive pelo próprio Stalin. Em seu opúsculo *Sobre os fundamentos do leninismo*, de 1924, ele enfaticamente se posiciona nesse sentido:

A derrubada do poder da burguesia e o estabelecimento de um governo proletário em um país não garante ainda a completa vitória do socialismo. A principal tarefa do socialismo – a organização da produção socialista – ainda está por vir. Pode esta tarefa ser completada, pode a vitória do socialismo em um só país ser alcançada, sem os esforços conjuntos do proletariado de vários países avançados? Não, isto é impossível. Para derrubar a burguesia, os esforços de um país são suficientes – a história de nossa revolução o demonstra. Para a vitória final do socialismo, para a organização da produção socialista, os esforços de um país apenas, particularmente de um país camponês como a Rússia, são insuficientes. Para isto são necessários os esforços dos proletários de vários países avançados. São esses, em linhas gerais, os traços característicos da teoria leninista da revolução proletária<sup>190</sup>.

---

<sup>190</sup>Apud Medvedev, cit., p. 61.

Na medida em que o capitalismo demonstrava se recompor da crise do pós-primeira guerra e a perspectiva de uma revolução nos países ocidentais se afastava cada vez mais, Stalin busca refundar em novos pressupostos seu projeto de transição socialista. Assim, no ano seguinte e no interior da luta com a oposição de esquerda unificada – formada entre outros por Zinoviev, Kamenev e Krupskaya (viúva de Lenin), que se aliam à Trotsky e Preobrajenski –, Stalin abandona sumariamente a fórmula original e passa a defender que no mundo capitalista havia terminado “a época das guerras e das revoluções” e por ter se iniciado um período de “estabilização temporária do capitalismo”, o que implicaria transformar a necessária defesa aos avanços do capitalismo estabilizado em um ponto virtuoso para a construção do socialismo em um só país. A sua posição pragmaticamente internacionalista de antanho é, portanto, modificada e o trecho de 1924 acima citado é suprimido das edições posteriores, passando a afirmar cínica e tautologicamente que: “o partido sempre tomou como seu ponto de partida a ideia de que a vitória do socialismo em um só país significa a possibilidade de construir o socialismo naquele país, e sua tarefa pode ser completada com as forças de um país apenas”<sup>191</sup>. Inspirado pela nova posição assumida por Stalin, o comitê moscovita do PCR(b) endereça ao comitê de Leningrado uma missiva na qual se lê<sup>192</sup>:

Não há muito tempo, os companheiros Kamenev e Zinoviev defenderam no *politburo* a ideia de que não superaríamos nossas dificuldades internas, devidas a nosso atraso econômico, se não formos salvos pela revolução internacional. Nós, pelo contrário, pensamos com a maioria do comitê central que podemos trabalhar na construção do socialismo, que o estamos construindo e que levaremos a cabo esta construção, apesar de nosso atraso técnico. Pensamos que esta construção avançará obviamente de modo muito mais lento do que nas condições de uma vitória mundial, mas a despeito disto avançamos e avançaremos. Consideramos igualmente o ponto de vista dos companheiros Kamenev e Zinoviev expressa desconfiança nas forças interiores de nossa classe operária e das massas camponesas que a seguem. Consideramos que se trata de um afastamento em relação às posições leninianas<sup>193</sup>.

---

<sup>191</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>192</sup> *Apud* Medvedev, Roi. “O socialismo num só país”. In: **História do Marxismo**: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS e a construção do socialismo. São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 60.

<sup>193</sup> *Apud* Medvedev, “O socialismo num só país”, cit., p. 61.

A concepção stalinista, de improviso, considerou assim obsoleta a outrora irrefutável teoria da revolução proletária mundial<sup>194</sup>. Passou a afirmar, de um lado, que o sistema socialista pode ser edificado em um país isolado e atrasado, mesmo cercado por potências capitalistas. Este país, precisamente a União Soviética, seria o bastião e o guia do movimento operário mundial. Assumiu, de outro lado, a defesa de que a luta do movimento operário nos países capitalistas avançados deve ser articulada com as exigências da “pátria do socialismo”, cuja edificação depende da solidariedade do movimento comunista internacional para com seus objetivos.

Essa estratégia, que, como vimos, não era o ponto central das preocupações de Stalin, ganha força sobretudo quando é acolhida com beneplácito pela sociedade russa. Isaac Deutscher analisa da seguinte forma a vitória doutrinária de Stalin e o apelo de sua tese:

A característica verdadeiramente trágica da sociedade russa nos anos 1920 consistia no anseio de estabilidade, um anseio bastante natural depois das experiências recentes. O futuro guardava pouca estabilidade para qualquer país, menos ainda para a Rússia. Mas o desejo, no mínimo, de uma suspensão longa, bem longa, das experiências arriscadas viria a ser o motivo dominante da política russa.

Deste modo, o lema do socialismo num só país, tal como praticamente interpretado até o final da década de 1920, trazia uma promessa de estabilidade ao povo russo, já extremamente desgastado pelos constantes conflitos. Por outro lado, continua Deutscher, “até o nome da teoria de Trotski, ‘revolução permanente’, soava aos ouvidos de uma geração cansada como ameaçadora advertência de que não deveria esperar nenhuma paz ou tranquilidade durante toda a vida”<sup>195</sup>.

Vale lembrar, como o faz Mészáros, que Lenin defendia para as minorias nacionais o “direito de autonomia até o ponto de secessão”. Neste sentido, criticou profundamente as posturas política de Stalin por considera-lo um “nacional-socialista” arbitrário, o “valentão da Grande Rússia”; Stalin, por seu turno, ao chegar ao poder, reduziu as minorias nacionais ao *status* de “região de fronteiras” indispensáveis para a manutenção do “poderio da Rússia”. Estava assim “a completa realização do socialismo em um só país”, em total contradição com

---

<sup>194</sup> Deutscher, Isaac. **Stalin**: uma biografia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, p 577.

<sup>195</sup> Deutscher, Isaac. **Stalin**, cit., pp. 313-314.

o princípio de que a revolução “só é possível como um ato dos povos dominantes de uma só vez e simultaneamente”.

Deve-se notar que na interpretação de Trotski, a partir do momento em que a revolução não conseguira se converter em uma *revolução permanente* e se internacionalizar, a revolução tinha como sina ser *traída* por Stalin, por seus sequazes e pela estrutura burocrática que lhes servira de arrimo para expansão do seu poder. Trotski se apoiou portanto na convicção de que o isolamento soviético conduziria a um crescente degenerescência do sistema político soviético e conseqüente envilecimento da classe dirigente staliniana. Salvadori compendia essa interpretação de Trotski nos termos seguintes: “não se pode compreender a derrota da oposição a Stalin sem introduzir como causa o fracasso da revolução internacional, que contribuiu de modo determinante para a consolidar o poder burocrático; do mesmo modo, não se pode compreender o fracasso da revolução internacional sem por sob acusação a política antiinternacionalista da burocracia”<sup>196</sup>.

Com efeito, a oposição de esquerda, após ser inicialmente marginalizada pelo rolo compressor de Stalin e seus aliados, sai depois derrotada e posteriormente liquidada na luta interna entre a defesa da “revolução permanente” e o “socialismo em um só país”, de modo que o “internacionalismo proletário”, com uma força cada vez maior, vai se reduzir a uma dimensão unilateral de aceitação e exaltação acrítica do *socialismo nacional* e na sustentação de um único centro inspirador, uma cátedra de ortodoxia. A insistência na prioridade de construção do socialismo na Rússia, portanto, deu novo sentido à discussão no interior do movimento socialista internacional. Tal concepção implicava na tese da identidade dos interesses soviéticos com os interesses da revolução mundial. Ou, nas palavras de Maurice Thorez: “O internacionalismo proletário é a solidariedade com a União Soviética”<sup>197</sup>. Os êxitos da União Soviética traduzir-se-iam em sucessos para a revolução mundial. Os interesses da razão de Estado soviética estariam indissociavelmente ligados aos interesses do movimento revolucionário mundial, como declarou Stalin, em 1926, ao comitê executivo da Internacional Comunista. O socialismo soviético, sob o comando de seu “grande guia”, não era mais o “elo mais fraco da cadeia”; passara a ser celebrado como fundamental para a constituição do socialismo em outros lugares, e não o contrário, ao passo que os partidos comunistas iam cada vez mais redefinindo e reduzindo seus papéis. Agora o fundamental era defender a União

---

<sup>196</sup> Salvadori, Massimo. “A crítica marxista ao stalinismo”. In: **História do Marxismo**: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS e a construção do socialismo. São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 311.

<sup>197</sup> *Apud* Mandel, Ernest. **Crítica do Eurocomunismo**, cit., p. 36.

Soviética e usar todas suas forças para atender às suas necessidades e aos interesses de sua conservação. O verdadeiro revolucionário passa a ser definido, como fez Stalin em 1949, como “aquele que, sem evasivas, incondicionalmente, aberta e honestamente, considera a revolução mundial como sinônimo dos interesses e da defesa da URSS”<sup>198</sup>. A sobrevivência da União Soviética passava a ser decisiva para a construção de um movimento socialista forte. Com efeito, a Revolução Russa, depois de ser vista como a primeira centelha da conflagração geral europeia, se transformara, para o movimento comunista hegemônico por Stalin, em sua grande chama<sup>199</sup>.

Esse será portanto o efeito da vitória política e doutrinária do stalinismo: a contrafação da teoria marxista, substituindo-a por um simulacro de teoria, na qual a tese central – radicalmente antimarxiana – era de que seria factível construir o socialismo em um país isolado. No curso desse processo, como afirmou Claudín, o marxismo é desnudado de sua natureza crítico-revolucionária e nas mãos dos burocratas do Partido se transforma numa mística escolástica justificadora da nova ordem social. Assim, nas palavras de Gerratana, “uma política nutrida de teoria, com a de Lenin, é substituída por uma teoria pensada e modelada como instrumento de uma política: uma política na qual, segundo os cânones da lógica decisionista, a verdade torna-se subproduto e acessório da autoridade”<sup>200</sup>.

O grande triunfo dessa lógica decisionista ocorre quando Stalin consegue impor um giro substancial na própria noção de socialismo, à qual está diretamente ligada a ideia de um “socialismo realmente existente”. Ou seja, contra aqueles que negavam ou duvidavam de que na URSS estava sendo edificado o socialismo, os burocratas e os “praticistas revolucionários” respondiam que aquele era o único socialismo existente, o “socialismo real”, legitimado ideologicamente pelo marxismo-leninismo; contra aqueles que contestavam a potencialização do caráter autoritário do Estado e o poder esmagador que havia adquirido a burocracia, invocando a teoria marxista da extinção do Estado, Stalin respondia a partir do seguinte *tour de force* no intento de acoplar a teoria à política:

Nós preconizamos a aniquilação do Estado – como asseverou Stalin em 1930, em seus discursos sobre o plano quinquenal. Somos, porém, ao mesmo tempo partidários de

<sup>198</sup> *Apud* Mandel, Ernest. **Crítica do Eurocomunismo**, cit., p. 43.

<sup>199</sup> Eley, Geoff. **Forjando a Democracia**: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 293.

<sup>200</sup> Gerratana, Valentino. “Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo”. In: Lubomír Sochor et al. **História do Marxismo**: o marxismo na época da terceira internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 253.



fortificar a ditadura do proletariado, que representa a forma mais vigorosa e mais forte de poder de todas as formas de poder estatais que existiram até hoje.

Eis a fórmula marxista: a maior extensão do poder estatal afim de preparar as condições de *degenerescência do poder estatal*. É “contraditório”! Mas é uma contradição vital que reflete integralmente a dialética marxista<sup>201</sup>.

Na sequência de seus discursos sobre os êxitos do plano quinquenal, em 1933, dando continuidade ao seu sofisma, ele defenderá que a extinção do Estado será resultado de seu máximo reforço:

A extinção do Estado não se obtém debilitando o poder estatal, mas o reforçando ao máximo, o que se faz necessário para destruir os últimos resíduos das velhas classes dominantes e organizar a defesa contra o cerco capitalista, que ainda está longe de ser eliminado, nem poderá ser eliminado tão cedo<sup>202</sup>.

Nota-se que o “socialismo” stalinista, ao invés de se caminhar para a extinção do Estado, propugnou seu fortalecimento. A tese cardeal do stalinismo era a de que a supressão das classes “parasitas” (exploradoras) por meio de uma revolução pelo alto conduziria à homogeneização da sociedade. Assim surge a “*identificação entre o reforço do Estado e o reforço do socialismo*: a dissimulação das contradições sociais combina-se então com a *apologia direta do aparelho da ditadura*”<sup>203</sup>. Isto permite que o filósofo stalinista Yudin, em 1949, defenda o deslocamento da autogestão dos trabalhadores a partir dos sovietes (dos conselhos de gestão operária) para a centralidade dos órgãos centrais do Estado como essencial para a edificação do socialismo: “O Estado soviético é a principal força, o principal instrumento de edificação do socialismo e de construção da sociedade comunista. Eis porque tanto hoje como quando dos trabalhos ulteriores de edificação da sociedade comunista, a tarefa principal é a de reforçar por todos os meios o Estado soviético”<sup>204</sup>.

<sup>201</sup> Stalin, Joseph. **Discours sur le Plan Quinquenal**: rapport politique au Comité Central du XVIIe Congrès du Parti Communiste Russe du 28 mai 1930. Paris, Librairie Valois, 1930, p. 225.

<sup>202</sup> Stalin, Joseph Apud Bettellheim, Charles & Chavance, Bernard. “O stalinismo como ideologia do capitalismo de Estado”. In: Naves, Márcio (org.). **Análise Marxista e Sociedade de Transição**. Campinas-SP, IFCH-Unicamp, 2005, p. 83.

<sup>203</sup> Bettellheim & Chavance, idem, ibidem.

<sup>204</sup> Ioudine, P. apud Bettellheim & Chavance, idem, ibidem.

Trata-se, portanto, de uma forte fetichização do Estado, o qual passa a ser visto como o instrumento mais poderoso para a edificação do socialismo, o fator decisivo para o desenvolvimento social em direção a uma sociedade homogeneizada, sem classes sociais. Para os stalinistas, o Estado alcançaria tal vitória, como aduzem Bettelheim e Chavance, a partir do desenvolvimento de dois pressupostos: a ampliação da “propriedade socialista” e o avanço na construção de uma “economia planificada”. A ampliação da “propriedade socialista” – que nada mais é do que a identificação da propriedade estatal dos meios de produção com a “propriedade social” – seria fundamental, pois na medida em que o Estado se tornasse proprietário dos meios de produção, na interpretação staliniana, a classe trabalhadora não apenas não seria privada dos seus resultados como a possuiria “em conjunto com todo o povo”. A economia planificada, por sua vez, é o corolário da noção de “propriedade socialista”, e opõe-se, na ideologia staliniana à concorrência, ao imperativo do lucro e à anarquia da produção capitalista. A conjunção da “propriedade socialista” com a “economia planejada” levará Stalin a afirmar em 1950 que o socialismo só pode ser realizado “por meio de evoluções graduais e de forma alguma por meio de revoluções”. A adesão à ideia de que na URSS se estava construindo ou já havia realizado o socialismo, como anunciado por Stalin em 1936, estimula a ideia de que seria a *propriedade* e o *controle dos meios de produção* pelo “Estado socialista” e não a *gestão* do processo produtivo pelos trabalhadores a essência do socialismo.

Nesse sentido, a crítica de Márcio Naves a perspectiva stalinista nos parece extremamente adequada. Segundo ele:

o controle do Estado pelo partido operário não assegura, por si só, o exercício do poder político pelo proletariado. Para que a classe operária (e seus aliados) possa efetivamente exercer a sua dominação de classe, é necessário que o Estado sofra transformações que possibilitem a ele servir como instrumento das massas na transição socialista. Essas transformações devem afetar particularmente o núcleo repressivo e burocrático do Estado, permitindo que as massas substituam elas próprias as forças armadas e exerçam um controle permanente sobre os quadros burocráticos. *São essas condições mínimas que garantem que o Estado não venha a continuar a servir como instrumento de dominação voltado contra as massas.* Essas transformações devem levar a um “enfraquecimento” relativo do Estado e a um reforço das organizações de massa. *Ora, esse processo depende da iniciativa e da luta dos trabalhadores, ele não pode ser resultado de medidas administrativas, de nenhuma reforma burocrática.* Na ausência desse esforço político de *revolucionarização do Estado, a forma burguesa do Estado se fortalece e se reproduz.*

Na ausência de tal *revolucionarização do Estado*, ao invés de se avançar na construção do socialismo, com a efetiva participação da classe trabalhadora, o Estado soviético decreta o socialismo como já realizado após o primeiro plano quinquenal, tentando resolver semanticamente uma contradição da realidade. Em outras palavras, o controle dos meios de produção pelo Estado passou a ser interpretado como socialismo; o governo dos trabalhadores se converteu em governo do partido. Socialismo se converte, nesse ideário, em questão meramente econômica, inspirado em princípios de estatização da produção e planejamento estatal centralizado. Deste modo, o conceito marxiano de socialismo com base na livre associação de indivíduos na produção resta descartado e é substituído por uma associação *forçada*, tendo-se assim que conceber o exercício do poder político como separado e oposto em relação aos produtores, os quais devem aceitar e realizar planos econômicos que não foram deliberados conscientemente por eles, mas pela burocracia de um regime político que se afirma proletário mesmo que conviva com a mais aguda repressão dos trabalhadores, negando a própria natureza do trabalho livre e associado, fundamento do socialismo, segundo Marx. O plano conscientemente concebido pela totalidade dos produtores associados fora substituído por um planejamento do Estado/Partido imposto aos produtores individuais.

Desse modo, o Estado mais uma vez apresentava-se como um elemento aparentemente fora e acima da sociedade, mas, efetivamente, cumpria o papel de instrumento de repressão sobre os operários e camponeses, cumpria a função de repressão e de apropriação coletiva/não social da riqueza produzida. Assim, reforçou-se no regime soviético a separação entre produtores e os proprietários dos meios de produção, vez que ao se transmutar a forma jurídica da propriedade, transferindo-a dos capitalistas para o Estado, gerido pelos burocratas dos partidos (premiados com toda sorte de sinecuras), não se eliminou o antagonismo entre as classes, apenas o moveu para outro terreno, que manteve intacta a reprodução das desigualdades sociais<sup>205</sup>.

Pouco mais de dois anos depois, no relatório sobre o projeto da Constituição Soviética de 1936, Stalin proclama já realizado o socialismo, a construção de uma sociedade socialista sem classes na União Soviética:

Nossa sociedade soviética chegou a realizar, no essencial, o socialismo; criou o regime socialista, isto é, realizou o que os marxistas chamam, com outras palavras, a primeira

---

<sup>205</sup> Tonet, Ivo & Nascimento, Adriano. **Descaminhos da Esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo, Alfa-Ômega, 2009, p. 86 e ss.

fase, ou fase inferior, do comunismo. Isso significa, que, entre nós, já se realizou, no essencial, a primeira fase do comunismo, o socialismo.

Tal concepção não se distancia apenas da noção de socialismo de Marx, como vimos, ela entra em conflito também com a própria concepção de transição socialista adotada por Lenin. O distanciamento queda, portanto, claro:

Lenin, ao largo de sua vida política, realizou vários giros importantes, mas todos com o mesmo afã de acoplar à realidade movediça e cambiantes princípios e postulados que considerava fundamentais. Modificam-se as táticas, descobrem-se novas tarefas, toma-se consciência da necessidade de percorrer etapas imprevistas, mas o fim, a meta, permanece constante: chegar ao socialismo. A transmutação stalinista consiste no que agora se altera: não é a tática, não são os meios, mas o fim em si mesmo; o que Stalin transforma é a própria ideia de socialismo. *Identifica-se socialismo com economia controlada pelo Estado, e se elimina a meta, proclamando-a alcançada*<sup>206</sup>.

A sequência ininterrupta de acontecimentos da Guerra Fria – Doutrina Truman, expulsão do PCI e PCF dos governos de coalizão, o Plano Marshall, a fundação da OTAN, a Guerra da Coreia – acenderá e dará ainda mais radicalidade à estratégia de defesa do regime soviético, com todas características conceituais que expomos acima, e reforçará drasticamente a stalinização dos partidos comunistas ocidentais e orientais, como instrumentos de defesa dos comunistas ao cerco capitalista. Assim, a política de vias “específicas”, nacionais e democráticas, para o socialismo, será substituída pela ação decidida de Stalin de conquista das “áreas de influência”, ou seja, da constituição de socialismos nacionais satélites da URSS. Stalin, assim, transporta à nova situação o seu esquema de revolução socialista mundial derivado da doutrina do “socialismo em um só país”. Assim, compreendido como construído o socialismo na URSS desde o fim do primeiro plano quinquenal, Stalin desenvolve a tese de que é perfeitamente possível construir o comunismo integral nas assim chamadas *democracias populares* (Bulgária, Tcheco-Eslováquia, Alemanha Oriental, Polônia, Romênia e Hungria), ainda que subsistam o capitalismo e o imperialismo no resto do mundo.

---

<sup>206</sup> Sotelo, Ignacio. **Del Leninismo al Estalinismo**: Modificaciones del marxismo en un medio subdesarrollado. Madrid, Editorial Tecnos, 1976, pp. 190-191.

As democracias populares, que ensaiavam suas alternativas autônomas de construção do socialismo, mudarão suas rotas e se submeterão à política staliniana, passando a adotar um regime inspirado no modelo soviético, de partido único e de partido-Estado, em um processo violento e autoritário marcado pela quebra das espinhas dorsais dos partidos agrários conservadores e pela fusão vertical dos partidos social-democratas com os partidos comunistas.

Mas a concepção vigente no imediato pós-guerra, no interlúdio de 1945-1946, com a política soviética sob a égide dos acordos de Teerã e Ialta, era diametralmente oposta. Em sua essência, a teoria da democracia popular fundava-se na hipótese de que uma vez destruída a base econômica da oligarquia financeira e agrária, através do processo de expropriações e nacionalizações, a classe operária, através de seus partidos, conseguiria construir a aliança com os camponeses e com a pequena burguesia – industrial, comercial e agrária. Essa aliança abriria o caminho para a construção progressiva do socialismo. A contínua ampliação das nacionalizações reduziria o papel do capital e os pequenos proprietários agrícolas paulatinamente iriam se unir em cooperativas, construindo assim a base para o socialismo. A luta de classes não seria elidida por decreto, mas evoluiria para formas pacíficas e no interior do sistema representativo-parlamentar. Na visão dos líderes das democracias populares<sup>207</sup>, tratava-se de construir um caminho para o socialismo diverso daquele trilhado pelos soviéticos, e tal alternativa seria facilitada pelo prestígio da União Soviética no pós-guerra e pela consolidação do socialismo naquele país. Em síntese: as democracias nascidas das frentes antifascistas que lutaram na libertação das diversas regiões do centro-leste europeu deveriam convergir para uma luta que enfatizasse as particularidades nacionais, que salvaguardasse direitos políticos e, por fim, assegurasse um ritmo gradual de reformas para superar atrasos, no

---

<sup>207</sup> Wladyslaw Gomulka, líder comunista polonês, afirmava em 1946: “Escolhemos um caminho nosso, polonês. De desenvolvimento, que chamamos de democracia popular. Ao longo desta via, em determinadas condições, não é indispensável nem constitui uma meta a ditadura da classe operária, e muito menos a ditadura de um só partido. Consideramos que o governo do país deve ser exercido por meio de um bloco de todos os partidos democráticos, que colaboram seriamente um com o outro”. Enquanto o líder tcheco-eslovaco Klement Gottwald, invocava diretamente Stalin como fiado do projeto das democracias populares: “Falei com Stalin por ocasião da última visita a Moscou. Disse-me ele, então, que, tal como foi demonstrado pela experiência e tal como ensina o marxismo-leninismo, não existe somente uma via [para o socialismo] que passa pelos soviets e pela ditadura do proletariado; em determinadas circunstâncias, pode existir também uma outra via. /.../ [Em determinadas] circunstâncias históricas, revelam-se muitas possibilidades e caminhos para o movimento socialista. Entre os países nos quais se abriu uma nova via, Stalin citou explicitamente a Tcheco-Eslováquia”. (Ambos citados por Opat, Jaroslav. “Do antifascismo aos ‘socialismos reais’: as democracias populares”. In: Hobsbawn, Eric (org.). **História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 230-231).

quadro de um ordenamento constitucional garantista. Os comunistas deveriam reafirmar sua hegemonia e seu prestígio adquirido nas lutas de libertação no interior deste quadro<sup>208</sup>.

Resta evidente que essa concepção não se distanciava daquela adotada pelos principais partidos comunistas ocidentais, o PCI e o PCF, como justificativa para participação nos governos burgueses de unidade nacional. Em verdade, de acordo com Claudín, o modelo de desenvolvimento que parecia afirmar-se no leste, sob a batuta da URSS, “era transferido para o oeste com a abstração de todos os fatores decisivos que permitiam sua afirmação. Dava-se por suposto que os partidos comunistas haviam conquistado – ou estavam preste a conquistar – a direção do Estado por meios exclusivamente democrático-parlamentares”<sup>209</sup>.

Em poucos meses, ao se lançar a guerra fria, o projeto original de uma *democracia popular* foi profundamente modificado e deu lugar ao programa de “ligação de ferro” com a URSS e de construção da área de influência staliniana e de proteção contra as ações imperialistas dos norte-americanos e aliados. Os golpes de força substituíram a intenção de construir alianças políticas e sociais. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo acelerado de nacionalizações, burocratizações, coletivizações (repetindo os planos quinquenais soviéticos) e transformações no sistema de propriedade.

O golpe final do processo de stalinização deu-se com o rompimento com a Iugoslávia de Tito, em 1948. Os êxitos dos comunistas iugoslavos e sua postura autônoma eram uma ameaça por demais perigosa aos planos expansionistas de Stalin.

Os comunistas iugoslavos demonstraram seu caráter autonomista e internacionalista, que lhes renderam, por um lado, grandes vitórias no curso da Segunda Guerra, mesmo nas condições peculiares em que se encontravam, e, por outro, um amplo prestígio no movimento comunista internacional no pós-guerra. De acordo com Opat, algumas circunstâncias explicam tais sucessos: 1) Toda a direção do partido, inclusive Tito, permanecera na Iugoslávia durante toda a ocupação, atuando decisivamente na política de organização e participando das lutas de resistências; 2) O PC iugoslavo foi o único partido de caráter nacional que deu à insurreição um programa de longo alcance, de perfil revolucionário e internacionalista. O partido foi o primeiro a dar sinal para a insurreição, logo após o ataque da Alemanha à União Soviética; 3) O partido

---

<sup>208</sup>Aqui não nos cabe julgar a justeza da aplicação dessa estratégia nos países do centro e do leste europeus, mas apenas demonstrar como no curso das mudanças políticas do acirramento da guerra fria, quaisquer propostas autônomas foram elididas.

<sup>209</sup> Claudín, **A crise do movimento comunista**, cit., p. 492.

adotou uma postura autônoma em relação à Komintern, iniciando a insurreição sem consulta prévia e mantendo sua independência durante todo o conflito.

Os movimentos independentes do Partido Comunista Iugoslavo em relação ao Kremlin os colocaram na condição de único país, entre os membros do Comitê de Informação dos Partidos Comunistas, que unira à luta antifascista uma estratégia de caráter notadamente anticapitalista. Ou seja, o partido iugoslavo, junto ao grego, fora o único europeu que não conduzira a luta na resistência como uma coalizão pelo alto com os partidos burgueses. Transformara a luta na resistência em um movimento de massas, revolucionário e socialista. Os comitês de libertação nacional iugoslavos, ao contrário daqueles italianos, tiveram participação direta das massas e dos combatentes em sua direção e não apenas dos vértices do partido. O partido comunista estimulava tal participação. A guerra de libertação tomou um caráter de guerra civil contra a burguesia e os latifundiários. As coalizões construídas pelos iugoslavos vedavam a composição não apenas com os cúmplices dos invasores, mas também com aqueles que buscavam a restauração do regime monárquico ou do sistema de democracia burguesa parlamentar. Os demais componentes, ao contrário, no escopo de conduzir suas lutas nos marcos das alianças stalinianas com os países imperialista, haviam, até o início da Guerra Fria, trilhado o caminho da construção de governos de unidade nacional e de conciliação de classe. Demarcando a diferença destas alternativas face ao perfil nitidamente anticapitalista, afirmavam os iugoslavos sobre seus camaradas italianos:

Com os camaradas italianos tivemos estreitas relações durante a guerra. Convidamo-los a estudarem a nossa experiência, o caminho que nos permitiu libertar grande parte do território e criar um exército. Mas eles se recusaram à via da insurreição. Disseram que era necessário travar a evolução revolucionária no norte para evitar a ruptura com o sul. Togliatti considerava que os comunistas só poderiam tomar o poder numa parte da Itália, com o país se dividindo e perdendo a unidade e independência<sup>210</sup>.

Como vimos no primeiro capítulo, ao invés de constituir a unidade antifascista enquanto um autêntico movimento de massa, por baixo, que integrasse as tendências dispostas a trilhar o caminho da insurreição e da luta armada, os comunistas italianos, assim como os franceses, influenciados pelas diretrizes stalinianas, construíram a coalizão antifascista pelo

---

<sup>210</sup>Apud Claudin, *A Crise do Movimento Comunista*, cit., p. 457.

alto, fundada na representação paritária junto aos partidos burgueses. No seu informe à primeira reunião do Centro de Informações dos Partidos Comunistas, Edvard Kardelj, um dos líderes da resistência iugoslava, refuta tal alternativa:

Alguns supunham que a formação dos comitês de libertação nacional e a realização das reivindicações democráticas e revolucionárias das massas populares acabariam por afastar da frente antifascista certas camadas sociais e certos grupos políticos. O Partido Comunista da Iugoslávia combateu firmemente tais concepções. Se a Frente Popular da Iugoslávia adotasse esses pontos de vista não ganharia as massas, ou, mais exatamente, as massas populares não teriam lutado, de armas na mão, com a abnegação que demonstraram. Lutaram abnegadamente porque sabiam que o faziam tanto pelas suas aspirações democráticas e sociais quanto pela libertação nacional. A prática de libertação comprovou que a estreita associação do movimento nacional com o processo da revolução democrática do povo, longe de debilitar a força combativa do levante nacional, conferia-lhe uma atração excepcional entre as massas populares<sup>211</sup>.

A ideia de construção de uma federação balcânica (que uniria a Iugoslávia, a Albânia, a Bulgária e parte da Grécia), o não apoio de Stalin as reivindicações de Tito em Trieste, a exigência de punição aos soldados do Exército Vermelho que haviam cometido crimes contra a população civil na Iugoslávia, o apoio dado aos comunistas gregos, enquanto Stalin mantinha o pacto de não-interferência acordado com Churchill, a adoção de políticas econômicas diversas das indicadas pelos dirigentes soviéticos, eram provas suficientes de que os dirigentes iugoslavos não pretendiam seguir a nova ideologia de constituição de um bloco monolítico alinhado estreitamente com a URSS<sup>212</sup>. Stalin ficara furioso com tal independência do Partido Comunista Iugoslavo (KPJ) face às diretrizes do Cominform. Era necessário, portanto, cortar pela raiz o mal, antes que contaminasse os demais partidos da área de influência soviética. A atitude autonomista iugoslava era incompatível com o plano integracionista

<sup>211</sup> *Apud* Claudín, **A Crise do Movimento Comunista**, cit., p. 457.

<sup>212</sup> Segundo Vladimir Dedijer, membro da resistência iugoslava, os conflitos entre Tito e Stalin remontam ao ano de 1943 e a política de Stalin para os iugoslavos, que era de dissolver o KPJ em nome de um governo de unidade democrática, totalmente refutada por Tito: “Stalin continuava firme na implantação de uma política baseada não nos interesses da luta pela libertação e da revolução iugoslava, mas, ao contrário, na situação imediata e no interesse tático da União Soviética. E queria forçar a revolução iugoslava a caber nesse molde. /.../ Ele considerava a revolução iugoslava, não como um processo independente, mas como algo a ser acomodado a suas próprias políticas” (In: **A batalha que Stalin perdeu**. Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1971, pp. 53 e 56, respectivamente).



staliniano e constituía-se não apenas como um risco para a realização do plano nas fronteiras iugoslavas, mas transformava-se em um perigo para o conjunto do plano de constituição do “campo socialista”.

Assim, em 28 de junho de 1948, Moscou rompe unilateralmente com Belgrado, aprovando uma resolução no Cominform que anatematiza Tito e os comunistas iugoslavos<sup>213</sup>. A partir daí o distanciamento entre os iugoslavos e os outros países membros do bloco socialista será cada vez maior. Os partidos comunistas ocidentais, também alinhados à política staliniana, farão coro a essa ruptura e lançará toda sorte de acusação aos comunistas iugoslavos. Toda uma campanha difamatória segue-se então: a Iugoslávia será acusada de servir de base imperialista nos bálcãs e na Europa central; os comunistas iugoslavos serão considerados agentes empenhados em desestabilizar os regimes socialistas do Leste; Tito será acusado de “agente do imperialismo americano”, de “carrasco de seu povo”, de “traidor”<sup>214</sup>.

O propósito fundamental da atuação soviética no episódio da ruptura com a Iugoslávia não foi outra: Stalin necessitava evidenciar que não aceitaria qualquer forma de desvio dos interesses de sua *Realpolitik*; que não comportaria no interior do movimento comunista qualquer contestação à política da “pátria do socialismo”; que não toleraria qualquer postura divergente da submissão absoluta aos interesses do centro inspirador do comunismo internacional: “era uma tentativa consciente – realizada com espírito de grande potência pelo Partido soviético e por Stalin em pessoa – de forçar os dirigentes do PC iugoslavo à obediência total”<sup>215</sup>.

O significado da ruptura com os iugoslavos foi assimilado e acatado pelos outrora postulantes das vias específicas (nacionais) para o socialismo das democracias populares. No

---

<sup>213</sup> Diz a resolução:

“I. O Cominform afirma que /.../ o Comitê Central do Partido Comunista da Iugoslávia está expulsando a si próprio e ao Partido Comunista da Iugoslávia da família dos partidos comunistas irmãos, da frente comunista unida e, portanto, das fileiras do Cominform /.../.

II. Os comunistas iugoslavos por certo não percebem, ou fingem não perceber, que esses conceitos nacionalistas só podem levar à degeneração da Iugoslávia numa república burguesa ordinária, perda da independência e transformação do país numa colônia dos países imperialistas.

III. O Cominform não duvida de que haja no Partido Comunista da Iugoslávia elementos sadios em número suficiente, leais ao marxismo-leninismo, leais às tradições internacionalistas do PC iugoslavo, leais à frente socialista.

IV. É tarefa desses elementos sadios forçar seus atuais líderes a reconhecerem seus erros aberta e honestamente e a corrigi-los, a abandonarem o nacionalismo e voltarem ao internacionalismo e, com todo o poder que têm, a consolidarem a frente socialista unida contra o imperialismo, ou – esses líderes forem incapazes disso – substituí-los e forma uma nova liderança internacionalista.

V. O Cominform não duvida de que o Partido Comunista da Iugoslávia será capaz de realizar esta honrosa tarefa”. (Citado por Dedijer, **A batalha que Stalin perdeu**, cit., pp. 118-119).

<sup>214</sup> Spriano, **I comunisti europei e Stalin**, cit., p. 293.

<sup>215</sup> Opat, **Do antifascismo aos “socialismos reais”**, cit., p. 240.

contexto de acirramento da guerra fria, não se permitiu outra alternativa para além da stalinização, para além da subordinação absoluta à política do Kremlin.

Dimitrov tratou logo de afirmar, em julho de 1948, que “se havia exagerado a peculiaridade da assim chamada via búlgara ao socialismo”. E acrescentou que “a passagem ao socialismo não pode ocorrer sem a ditadura do proletariado”, que a experiência soviética “é o único exemplo de construção do socialismo para nós e para os outros países de democracia popular”, que “não pode ser um verdadeiro marxista quem não é leninista, quem não é stalinista”.

Em dezembro de 1948, os húngaros Gerő e Rákosi escrevem no órgão do Cominform que “os traços substanciais da edificação socialista na União Soviética tem validade universal”, que “não existem vias particulares, nacionais ao socialismo”. Na Polónia, Gomulka, que resiste à expulsão da Iugoslávia e reivindica as especificidades da construção do socialismo, é aliviado de seu encargo [no Cominform]. Em ocasião da fusão entre o Partido Operário Polaco e o Partido Socialista, Bierut, que ataca as vias nacionais, torna-se secretário geral. Também o partido albanês e a SED, mesmo não fazendo parte do Cominform, condenam os comunistas iugoslavos<sup>216</sup>.

A nova orientação política staliniana emasculou toda tentativa de autonomia em face da União Soviética. Toda alternativa política e social diversa à integração total à órbita soviética seria duramente rechaçada e interrompida. Todos deveriam se aclimatar ao novo ambiente. O próprio Togliatti dirá, em 1948, que “o guia só pode ser um: no campo da doutrina, é o marxismo-leninismo; no campo das forças reais, é o país que já é socialista e onde o partido marxista-leninista, temperado por três revoluções e por duas guerras vitoriosas, tem a função de dirigente”<sup>217</sup>. Mas enquanto Togliatti e demais dirigentes comunistas saldavam o “grande-líder” e proclamaram as virtudes de se seguir o partido-guia, toda irrupção de democracia proletária nos países das democracias populares era liquidada, com base na adoção da ditadura dos partidos comunistas (mais precisamente de seus núcleos dirigentes). Enquanto os partidos comunistas do mundo capitalista apoiavam incondicionalmente as manobras de Stalin, grandes expurgos aconteciam nas democracias populares: processos e veredictos *inaudita altera pars* eram realizados; prisões, execuções e liquidações políticas liminares de comunistas respeitados por suas trajetórias revolucionárias ocorriam em todos os quadrantes; aqueles que haviam

<sup>216</sup> Spriano, **I comunisti europei e Stalin**, cit., pp. 293-294.

<sup>217</sup> Togliatti, Palmiro, “Considerazioni preliminari”, **L’Unità**, 2 de julho de 1948.

dormido como intrépidos revolucionários acordavam metamorfoseados em “espiões”, “cães do imperialismo”, “monstros fascistas” etc.

Nesse processo de stalinização e de submissão ao Estado-guia, de acordo com Geoff Eley, o pior saldo foi aquele apresentado pelo movimento comunista do leste:

No conjunto, cerca de 2,5 milhões de pessoas, ou um quarto do número total de associados, foram expulsas entre 1948 e 1952, e talvez, cerca de 250 mil tenham sido presas. Esses partidos foram destruídos como movimentos criativos e totalmente refeitos no processo, o que teve uma dimensão sociológica: na Tchecoslováquia, “de 1948 a 1953, entre 200 mil e 400 mil trabalhadores foram promovidos do chão-de-fábrica para a administração do Estado: na economia, mas mais comumente no exército e na polícia”. Em compensação, “somente em 1951 as autoridades demitiram cerca de 77 mil intelectuais que foram ‘reciclados’ para o setor industrial”. Assim, de certa forma, a classe trabalhadora teve sua revolução social. Mas a stalinização desceu sobre a Europa Oriental como uma contra-revolução política. Se o Plano Marshall tornou a democracia segura para o capitalismo, então a política soviética na Europa Oriental tornou o socialismo seguro para Stalin.

Malgrado toda a forma autoritária com que se deu o processo de stalinização das democracias populares, Togliatti, em seu informe sobre a “unidade operária”, na reunião de novembro de 1949 do Centro de Informação dos Partidos Comunistas, saúda “os êxitos históricos alcançados, no terreno da unidade operária, nos países de democracia popular”, a criação de “partidos únicos, sindicatos únicos, cooperativas únicas, organizações únicas de jovens, mulhreses etc”. Para ele, a vitória sobre os “social-democratas de direita” nas democracias populares – “denunciando-os, desmascarando-os, isolando-os, afastando-os das fileiras socialistas” – era uma enérgica demonstração da “vitória do movimento comunista”. Tal posicionamento sobre os métodos utilizados na construção do “socialismo” nas “democracias populares” denota sua adesão acrítica à *Realpolitik* soviética e sua crença em que estava na defesa do modelo soviético de socialismo a sorte do movimento operário mundial.

Em contraste, como sustenta Mandel, a adoção da teoria do socialismo em um país isolado tinha outras implicações e incidia em transformações fundamentais em toda base teórica e estratégica do movimento socialista, assim como na prática política e na estrutura organizativa dos partidos: I) o próprio conceito de revolução mundial foi revisto, com consequências na análise do problema da atualidade da revolução na época imperialista; II) como decorrência, a

defesa do “bastião” socialista passou a ser a tarefa fundamental do movimento comunista e do proletariado internacionais, o que levou a uma crescente subordinação dos interesses do proletariado e de seus partidos às políticas táticas e estratégicas da URSS e de seus planos de defesa e expansão; III) a defesa do “bastião” implicou, portanto, em um giro na postura dos partidos políticos comunistas ocidentais, que passaram de instrumento de derrubada do sistema imperialista e de suas formações sociais capitalistas particulares a fatores e propagandistas internos das contingências e oscilações da diplomacia do Kremlin; IV) a aclimação à política soviética desembocou numa espécie de “messianismo nacional” soviético (uma modalidade do nacionalismo pequeno-burguês) que serão mimetizados em outros exemplares de messianismos nacionais em relação aos líderes dos demais partidos comunistas; V) toda degerescência teórica, política e organizacional que fundamentou a defesa do “bastião” e do “partido-guia” minou as bases em que se sustentavam o programa e a existência da Internacional Comunista, de modo que, quando entra em crise o stalinismo após o relatório Krushev em 1956, nada mais natural do que o “centro único” dar origem ao policentrismo e a defesa do “bastião” desaguar na proliferação de inúmeros “nacionais-comunismos”<sup>218</sup>.

No plano interno italiano, a adesão à estratégia soviética, levará Togliatti e o PCI a uma postura marcadamente defensiva. O PCI não se serviu de seu prestígio entre a classe trabalhadora para levar a cabo as profundas transformações nas relações sociais que eram do interesse de sua base. Assim, ao não colocar em discussão a tomada do poder, mas apenas as reivindicações parciais das classes trabalhadoras, o partido assumiu uma atitude tipicamente reformista. O primado dado a uma política internacional subordinada aos interesses da *Realpolitik* stalinista e de maneira desarticulada às lutas dos trabalhadores nas fábricas e nos campos, terá graves consequências para o desenvolvimento do movimento socialista na Itália. Sobre isso assevera Dias<sup>219</sup>:

Apesar do avanço das forças comunistas [no imediato pós-guerra] a direção estalinista patrocinava a tese da necessidade de defender a “mãe pátria do socialismo”, desarmando os partidos comunistas apagando as historicidades nacionais ao subsumi-las à burocracia estalinista que cumpria rigorosamente o combinado em Yalta, assumindo uma postura geopolítica de autodefesa, abandonando os aliados à própria sorte. Exemplar foi o fechamento da fronteira com a Grécia o que permitiu aos

<sup>218</sup> Mandel, **Crítica ao Eurocomunismo**, cit., pp. 15-16.

<sup>219</sup> Dias, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo, Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012, p. 219.

ingleses procederem ao genocídio contras os comunistas helênicos. A guerra fria ocultou em grande medida dois processos concomitantes: de um lado a destruição do mito do *socialismo realmente existente*; do outro o avanço das reestruturações capitalistas mundiais.

Foi com base nessa impostação que o PCI conduziu sua política entre 1948 e 1953, nos difíceis anos da guerra fria, sempre na tentativa de compensar com temas de política externa seu completo isolamento na cena política nacional: “a sua ação [foi] prevalentemente propagandística e em função das eleições, os sucessos políticos [foram] marginais e limitados, os pontos de fricção não arranha[ram] os interesses reais da grande burguesia”<sup>220</sup>. Voltaremos à questão do impacto da adesão estreita ao stalinismo e ao modelo soviético de socialismo pelo Partido Comunista Italiano na seção 3.3 desse trabalho. Agora, para melhor compreensão do nosso tema, é necessário compreender como essa adesão a modelos abstratos impostos arbitrariamente dá-se em um momento extremamente adverso para a classe trabalhadora, justamente aquele em que se redimensionava a luta de classes e a recomposição da economia capitalista e de seu aparato estatal dava-se em rápida velocidade.

### *3.2. O contexto interno: governo centrista, redimensionamento da luta de classes e reconstrução capitalista no segundo pós-guerra italiano*

A Itália após a segunda guerra mundial apresentava-se como um país atrasado e subdesenvolvido. A situação econômica no imediato pós-guerra, como já apontado nesse trabalho, era dramática. O setor siderúrgico e o setor de infraestrutura, por exemplo, recuaram 25% e 38%, respectivamente, em relação ao início da segunda guerra. A carência de matéria-prima afetava quase todos os setores da economia. A guerra legara ainda uma inflação galopante, taxas altíssimas de desemprego no setor industrial e de subocupação no campo. A política de restrição monetária e austeridade fiscal aplicada a partir de 1947 logrou êxito no controle da inflação, mas sequer tangenciou os problemas estruturais que atingiam a sociedade italiana<sup>221</sup>. Mesmo com a recuperação industrial ao nível do pré-guerra, o consumo per capita dos italianos era ainda inferior em pelo menos 10% àquele de 1939 e o número de

<sup>220</sup> Galli, *Storia del Pci*, cit., p. 186.

<sup>221</sup> Bottiglieri, Bruno. “Tra Pella e Vanoni: la politica economia degli ultimi governi De Gasperi”. In: *Storia Contemporanea*. Anno XV. N° 4. Bologna, Il Mulino, Agosto 1984, p. 781.

desempregados subira de 1.654.872, em 1946, para 2.142.474, em 1948<sup>222</sup>, enquanto o número de subempregados aproximava da casa dos três milhões. Mesmo a grande massa de trabalhadores italianos empregados vivia em condições extremamente precárias, constrangidos a consumir menos do que deveriam consumir e a habitarem em condições primitivas.

Esses problemas, após a liberação, a reunificação do país e a fundação da república, apareciam em toda sua gravidade e requeriam por parte das classes reinantes<sup>223</sup> medidas drásticas de intervenção na frente interna da burguesia italiana, que se encontrava profundamente fraturada<sup>224</sup>. Com efeito, as condições adversas configuravam um período de crise orgânica, na qual setores da burguesia industrial constantemente se posionavam de maneira conflituosa quanto às suas necessidades na condução da política econômica<sup>225</sup>: 1) os setores têxtil e alimentício operavam na presença de um mercado interno e internacional tornado particularmente dinâmico devido à retração do período anterior de guerra e em face à desorganização produtiva de outros países que tradicionalmente eram seus concorrentes. A alta concentração financeira verificada em tais setores os colocava em situação claramente monopolista, em grau de operar especulativamente, seja aumentando artificialmente os preços de mercado, seja aproveitando-se, no mercado de capitais e divisas externas, da inflação e da necessidade de moeda de reserva para aquisição de matérias-primas. O monopólio quase absoluto que conquistara adjudicava a eles um poder econômico chave. A posição que ocupavam na divisão do trabalho os colocara como defensores intransigentes de uma política liberista por excelência, tanto no mercado interno como no mercado internacional; 2) os setores siderúrgico, químico, cimenteiro e elétrico, por sua vez, apesar de possuírem estruturas dimensionais, organizativas e tecnológicas diversas entre si, apresentavam-se com características e objetivos comuns. Esses setores saíram com pesadas marcas da experiência fascista, dado o nível de simbiose com este regime. Apesar de apresentar também um alto grau de concentração monopolística, demonstravam um forte desequilíbrio entre a forte estrutura financeira, facilitada pelo fascismo, e a débil estrutura técnico-organizativa, em razão das depurações sofridas em seus quadros técnicos superiores. Mesmo chegando fragilizados ao pós-

<sup>222</sup> Chabod, Federico. *L'Italia Contemporanea (1918-1948)*. Roma, Einaudi, 1999, p. 184.

<sup>223</sup> Aqui denominamos classe reinante o corpo de funcionários que desempanham as funções políticas mais altas no aparato de Estado, tais como: presidentes, primeiros ministros, ministros de Estado, funcionários de alto escalão.

<sup>224</sup> Provasi, Giancarlo. *Borghesia industriale e Democrazia Cristiana: sviluppo economico e mediazione politica dalla Ricostruzione agli anni '70*. Bari, De Donato editore, 1976, p. 47.

<sup>225</sup> As considerações seguintes sobre os diversos projetos das frações burguesas italianas são fundamentadas nos trabalhos de Giancarlo Provasi (Cf.: *Borghesia Industriale e Democrazia Cristiana*, cit., p. 47 e ss.) e de Bruno Bottiglieri ("Tra Pella e Vanoni: la politica economia degli ultimi governi De Gasperi", cit., p. 781 e ss).

guerra, a dimensão estratégica que ocupavam, dado o controle da indústria de transformação e de energia, os colocavam como essenciais para o desenvolvimento econômico do país. A atuação desses setores tendia, no mercado interno, à defesa de uma política liberista e, mesmo que vacilantes, em relação ao mercado externo, uma postura protecionista; 3) por fim, os setores mecânico e automobilístico, de dimensões ainda modestas, foram os que pagaram o maior preço pela desorganização econômica do pós-guerra, seja pelo aumento dos custos de produção, acrescidos pela proteção aos setores siderúrgicos e agrícola, seja pela constrição da demanda no mercado interno. A posição desses setores era também liberal. No entanto, a consciência por parte do governo da necessidade de inserir a Itália de forma diversa no mercado internacional, sobretudo na produção de bens de consumo duráveis, colocava-os na condição de exigir uma intervenção localizada para aperfeiçoamento técnico e para garantir uma melhor distribuição de matérias-primas e dos capitais necessários à retomada produtiva.

A tarefa de cimentar os interesses das classes dominantes para constituir uma *frente de poder* precisava enfrentar a não menos complexa e heterogênea situação das classes subalternas italianas: 1) sobretudo na parte setentrional do país, havia uma classe trabalhadora industrial formada por operários de ofício, forte no plano político mas sempre pressionada pela situação desfavorável do mercado de trabalho. Esses trabalhadores tendiam à estabilidade na relação de emprego devido tanto à sua capacidade de mobilização e de luta quanto à sua elevada consciência de classe e à sua tradição de organização política, se constituindo por esses motivos como espinha dorsal do movimento trabalhista; 2) já em setores mais atrasados ou periféricos da economia, encontravam-se operários subproletarizados em razão das precárias condições de trabalho e do instável estatuto salarial. Esses trabalhadores, compostos por uma força de trabalho agrícola-manual e por trabalhadores de pequenas unidades produtivas, por causa de sua situação frágil, eram condicionados no plano político ou pela situação de contingência em que viviam ou pela estratégia da classe trabalhadora estável; 3) enfim, a presença de um lumpemproletariado, de difícil contabilização estatística, foi muito forte no pós-guerra. Eram trabalhadores que viviam à margem da legalidade, utilizando-se de expedientes ilícitos ou desonestos para sobrevivência. Em momentos de crise, em que se estende o tempo de desocupação, havia uma forte tendência de que os trabalhadores subproletarizados ingressassem nas fileiras do lumpen<sup>226</sup>.

---

<sup>226</sup> Braghin, P; Mingione, E.; Trivellato, P.. “Per una analisi della struttura di classe dell’Italia contemporânea”. In: **La critica sociologica**. No. 30. Roma, s/e, 1974, p. 85 e ss. Não concordamos, no entanto, com a classificação dada pelos autores. Os trabalhadores que aqui classificamos como subproletários, devido à condição instável de suas atividades e a precariedade de seu estatuto salarial, são classificados como marginais (*marginali*); enquanto

A composição de classe heterogênea e o mosaico político italianos colocavam, portanto, desafios ingentes para os principais protagonistas da política italiana. Tanto os dirigentes democristãos como os comunistas estavam convictos que era necessário envolver as classes médias em seus projetos políticos para conseguir mediar o antagonismo entre a burguesia e a classe trabalhadora. No entanto, enquanto Togliatti atribuía à classe operária, através de seus partidos e sindicatos, o papel de força hegemônica capaz de dirigir os interesses das classes médias e camponesas para realização de uma “revolução democrática”<sup>227</sup>, De Gasperi fundava sua hipótese política diretamente nas classes médias, enquanto instrumentos de mediação das relações políticas entre burguesia e proletariado<sup>228</sup>. Em ambos os projetos, portanto, as classes médias desempenhavam um papel de proa, devido ao seu peso numérico, fundamental para se mover no terreno eleitoral, legitimador da recém-fundada república democrática.

Desse modo, dado o imbricamento de suas estratégias com o movimento das classes médias, as duas perspectivas políticas necessariamente precisariam enfrentar as condições ainda mais fluidas e instáveis desses setores. No pós-guerra, as classes médias eram prevalentemente formadas, primeiro, pela pequena-burguesia, ligada aos setores mais atrasados ou periféricos da economia (cultivadores diretos, pequenos comerciantes, artesãos etc.), e, segundo, por funcionários do setor público e privado. Tais classes viviam uma situação incerta dada à posição que ocupavam na divisão social do trabalho: constrangidas sempre, de um lado, pelo risco da proletarianização e, de outro, pela necessidade dos aportes seja sob a forma de proteção seja de privilégios políticos, o que, por consequência, favorecia a uma atitude política oscilante entre a adesão ao projeto da classe trabalhadora estável ou à conformação aos projetos populistas de governos centristas<sup>229</sup>.

Para os vértices comunistas, vale lembrar, a aliança das classes médias ligadas aos setores mais modernizados do país com a burguesia produtiva tida como mais progressista e mais dinâmica impediria um rearranjo de força dos grupos mais atrasados, compostos pela burguesia financeira-monopolista, pelas classes médias dos setores mais atrasados e pelos latifundiários meridionais. Assim, para assegurar o apoio da classe média e da burguesia, era

---

aqueles indivíduos que vivem de atividades à margem da legalidade são classificados por nós como *lumpenproletariado*, seguindo à clássica definição marxista, os autores os denominam subproletários (*sottoproletari*).

<sup>227</sup> Como já afirmamos diversas vezes no presente trabalho, a hipótese de uma revolução socialista estava distante das impostações togliattianas.

<sup>228</sup> Provasi, G., *Borghesia Industriale e Democrazia Cristiana*, cit., p. 92.

<sup>229</sup> Provasi, G., *Borghesia Industriale e Democrazia Cristiana*, cit., p. 23; Braghin, P.; Mingione, E.; Trivellato, P.. “Per una analisi della struttura di classe dell’Italia contemporanea”, cit., p. 85.



fundamental valer-se da pressão espontânea da classe operária assim como utilizar-se da posição privilegiada que possuía dentro do movimento sindical unitário, hegemônico pelos comunistas, para mobilizar a classe trabalhadora em torno de seus projetos.

Do nosso ponto de vista, a possibilidade de êxito dessa estratégia era extremamente questionável. De um lado, a classe operária, sempre utilizada no plano político-ideológico e propagandístico para evitar que o regime guinasse para a direita, no plano objetivo-econômico tornava-se cada vez mais subordinada às escolhas do grande capital. A postura defensiva que a classe trabalhadora fabril irá assumir nas lutas econômicas reverterá, paulatinamente, na redução da sua capacidade interventiva na cena política, como veremos na próxima seção. De outro, a intensa atividade de natureza estritamente política da classe operária, no contexto inicial de acirramento da guerra fria, com as ameaças e as pressões vindas das forças políticas concentradas no projeto degasperiano, levou à agregação de um bloco anti-operário que conduziu as classes médias para os braços da burguesia, vez que o líder democristão soube com extrema habilidade utilizar-se dos conflitos entre a URSS e os Estados Unidos para se posicionar como protagonista no processo galvanizador dos interesses do bloco industrial e de contenção das reivindicações das classes subalternas, utilizando-se da instabilidade e conservadorismo das classes médias como âncora para seus avanços políticos.

Para consecução do projeto político degasperiano, estava claro que o poder de barganha junto aos americanos aumentaria na proporção em que ficasse patente o esforço para debilitar a esquerda italiana e, em consequência, reduzir a presença da política soviética em seu país. Nesse sentido, De Gasperi afirmava constantemente que sua atuação na política interna deveria estar subordinada à política externa, com o evidente objetivo de obter melhores condições nos tratados de paz e em matéria de fornecimento de suprimentos e de ajuda econômica. A adesão ao Plano Marshall, em 1947, e a entrada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, eram provas indeléveis do caminho que escolhera. A confiança que conquistou junto aos americanos – se colocando, portanto, como parceiro decidido na defesa dos interesses antissoviéticos e anticomunistas – foi crucial para que os democristãos formassem uma *frente de poder* com a burguesia italiana e assumisse a liderança nos processos de reconstrução da economia e de restituição do poder econômico e político às forças tradicionalmente dominantes.

Muito do êxito conquistado pelos democristãos deve-se aos resultados imediatos da política deflacionária aplicada por Luigi Einaudi (1947-1948). A constrição monetária e creditícia aplicada pelo Ministro do Orçamento, em primeiro lugar, revalorizou a lira no

mercado interno e a desvalorizou no mercado externo em relação às moedas estrangeiras, logrando assim premiar a especulação e reduzir o pânico financeiro e, por consequência, aliviar as pressões que alguns grupos capitalistas impunham ao governo. Em segundo lugar, gerou uma crise de estabilização interna, reduzindo drasticamente a ocupação industrial (através também dos cortes nas despesas públicas), gerando mais desemprego e, por consequência, debilitando o poder contratual da classe trabalhadora industrial. Por fim, estabilizando os preços no mercado interno, conquistou credibilidade junto às classes médias e aos portadores de renda fixa, ligando-os ao bloco no poder que se configurava, fator fundamental para a vitória da DC na eleição de abril de 1948.

Com o maior aporte de ingressos do Plano Marshall na Itália a partir de 1948, a política de restrição monetária e creditícia terá seu impacto minimizado. A *Economic Cooperation Administration* (ECA), a agência autônoma responsável por gerir os recursos do Plano Marshall, investirá, entre 1948-1952, a quantia de 1,387 bilhão de dólares na Itália. No entanto, na medida em que ampliava a dotação de recursos, os americanos pressionavam para que o governo democristão assumisse uma postura mais keynesiana, reduzindo o acúmulo de reservas e aumentando os investimentos públicos, como forma de recuperar a taxa de ocupação. O financiamento da demanda e o aumento da taxa de ocupação eram questões não meramente econômicas, mas sobretudo exigências de ordem política, com o propósito de integrar os trabalhadores industriais na concertação nacional e reduzir a influência dos comunistas sobre eles. Porém ao *ethos* keynesiano do Plano Marshall se contrapunha a política liberista decidida do governo centrista que, por um lado, buscava dismantelar o caráter de dirigismo estatal da economia italiana dos anos trinta e, por outro, não conseguia imaginar uma economia italiana baseada no alto consumo e na produção em massa, devido ao atraso secular de vários setores da economia<sup>230</sup>.

O sucessor de Einaudi no Ministério do Orçamento e do Tesouro, Giuseppe Pella (1948-1954), permanecerá na mesma linha e resistirá às investidas dos americanos, acolhendo apenas algumas orientações relativas à modernização tecnocrática do sistema fiscal e da contabilidade nacional<sup>231</sup>. No mais, sua resposta às exigências de ampliação dos investimentos será com um entrelaçamento de ortodoxia financeira e dispersão burocrática das despesas públicas,

---

<sup>230</sup> Segundo afirmava jocosamente Amintore Fanfani, o Ministro do Trabalho democristão, as divergências sobre as formas de intervenção do Estado eram tão grandes que os contenedores não chegavam a um consenso nem sobre a forma de pronunciar o nome de Keynes.

<sup>231</sup> Romero, Federico. “Gli Stati Uniti in Italia: il Piano Marshall e il Patto atlantico”. In: Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell’Italia Repubblicana**. Volume primo. Torino, Einaudi editore, 1994, p. 263.

que reforçará o consenso conquistado entre as classes médias e dos grupos industriais monopolistas. O crescimento do consumo e das importações que virão em 1950 e 1951 serão resultados, assim, mais da nova abertura para as exportações a partir do *boom* coreano e menos de qualquer correção na assim chamada “linha Pella”. A rigidez antiinflacionária permanecerá intacta por todo o período de governo centrista, lançando mão sobretudo da contenção dos salários – o que dava vantagem à indústria no contexto de concorrência internacional – ,enquanto se multiplicavam as concessões dos créditos advindos do Plano Marshall para alimentar as grandes empresas em um novo ciclo de industrialização, sobretudo àquelas situadas nos setores de siderurgia, mecânica, eletricidade, indústria automobilística e petroquímica<sup>232</sup>.

Em resumo, a despesa pública italiana do governo centrista degasperiano adquiria seus traços característicos: sem dar suporte à demanda agregada, mas com ajudas destinadas à grande indústria; sem constituir um sistema de *welfare* universal, mas com a aplicação da assistência distributiva em chave clientelista para áreas e grupos específicos. Adota-se, portanto, uma estratégia de gastos públicos distinta da keynesiana e em nada de acordo com os interesses dos keynesianos americanos gestores do Plano Marshall: “se configurava um estímulo direto à oferta através da mediação entre poderes políticos, grandes grupos industriais e representações sociais selecionadas”<sup>233</sup>. A concentração dos investimentos em setores com grandes mercados europeus e com potencial de desenvolvimento doméstico, a inovação das plantas industriais com tecnologias americanas para produção em massa e a contenção dos salários permitiram um robusto crescimento da produtividade e foram a base para um ciclo posterior de alto crescimento da economia italiana, conhecido como primeiro “milagre econômico”.

Entre o fim de 1949 e o início de 1950, o resultado pretendido pelo governo centrista estava alcançado: o sistema industrial eliminara grande parte das unidades ineficientes ou não adaptadas à posição imposta ao país pela nova divisão internacional do trabalho, a produtividade econômica no conjunto havia aumentado e o movimento dos trabalhadores fora colocado na defensiva. Todavia, no início de seu sexto governo, De Gasperi passa a enfrentar no seu partido obstáculos internos para o avanço de seu projeto e para consolidação de sua

---

<sup>232</sup> Cf. Petri, Rolf. “Dalla ricostruzione al miracolo economico”. In: Sabbatucci & Vittorio (a cura di). **Storia d’Italia**. Volume 5. Roma-Bari, Editori Laterza, 1997, pp. 349-361; e Silva, Francesco. “I fattori dello sviluppo: ‘il miracolo’ economico italiano”. In: Accornero, Aris (a cura di). **Problemi del movimento sindacale in Italia (1943-1973)**. Annali. Anno Sedicesimo (1974-1975). Milano, Feltrinelli, 1977, pp. 449-468..

<sup>233</sup> Romero, Federico. “Gli Stati Uniti in Italia”, cit., p. 265.

liderança. O partido democristão dividia-se em correntes intestinas que colocavam em xeque tanto a necessidade da continuidade da linha econômica liberista adotada pelo dirigente trentino quanto à linha política formalmente republicana e democrática, que convivia com a disputa eleitoral aberta entre partidos de espectros ideológicos diversos.

À esquerda dos desgasperianos, personagens de extração sindical, como Giovanni Gronchi e Domenico Ravaioli, questionavam as condições de trabalho da classe operária e buscavam inclinar o partido para uma linha próxima ao trabalhismo inglês, enquanto outra tendência, ainda mais intervencionista, com expoentes como La Pira e Fanfani, se uniu em torno de Giuseppe Dossetti, que, através do periódico *Cronache sociali*, realizava severas críticas à linha Pella, fazendo coro às exigências americanas e questionando os custos sociais do ajuste. O propósito das críticas era a mudança de direção da política democristã para uma política institucional próxima ao *New Deal* rooseveltiano e aos objetivos primeiros do Plano Marshall, vez que os dossettianos acreditavam estarem mais de acordo com o caráter dirigista adotado pela Constituição republicana e com os princípios humanistas do cristianismo. Em substância, a esquerda da DC derivava suas propostas do pensamento keynesiano e defendia a intervenção estatal na direção da economia, associada à ampliação dos serviços sociais e à busca do pleno emprego, como caminho para conjugar modernização capitalista e melhoramento na qualidade de vida da *povera gente*<sup>234</sup> dilacerada pela guerra<sup>235</sup>.

À direita do partido, por seu turno, se posicionavam nomes como Luigi Gedda e Don Luigi Sturzo, que, com o estímulo dado tanto pela excomunhão dos comunistas por Pio XII, em 12 de julho de 1949, quanto pelo início da Guerra da Coreia, em junho de 1950, amplificaram seu anticomunismo e passaram a uma campanha sem tréguas para forçar as lideranças centristas do partido a atuar para expulsão dos comunistas do quadro legal italiano, por considera-los uma ameaça à unidade nacional e aos valores cristãos. A linha política clérico-reacionária se sustentava nos valores e interesses dos setores mais atrasados da economia italiana, ou seja, no bloco agrário do *Mezzogiorno* e na pequena-burguesia dos setores periféricos, que levantavam bandeiras antidemocráticas, no campo político, e corporativistas, no campo econômico. O caráter acentuadamente conservador dessa tendência os levou a construir alianças para eleições regionais com partidos da extrema-direita italiana, como o MSI,

---

<sup>234</sup> Os artigos do *Cronache sociali* que iniciam o debate contra a linha liberal adotada pelo governo De Gasperi são de autoria de dossettiano Giuseppe La Pira, com os títulos: “L’attesa della povera gente” e “La difesa della povera gente”.

<sup>235</sup> Chiarante, Giuseppe. **La Democrazia cristiana: Dal partito popolare agli anni del potere**. Roma, Editori Riuniti, 1980, p. 57.

o que fez receberem severas reprovações dos demais partidos que compunham a aliança do quadripartido, sustentáculos do governo democristão<sup>236</sup>. Para os demais partidos da coalizão, caso prevalecesse o tipo de atuação pregada por Gedda e Sturzo, a Itália se transformaria em uma ditadura do tipo salazariana ou franquista, interrompendo o avanço das prerrogativas democráticas da Constituição recém em vigor.

Mais uma vez, valendo-se do imenso prestígio que tinha no interior do partido, somado ao respaldo dado pelos setores monopolistas da burguesia e pelas classes médias italianas, De Gasperi soube se utilizar da sua vantagem na batalha política para se esquivar do avanço da direita dentro do partido e das duras críticas e reprovações da esquerda: primeiro, conseguiu utilizar-se da maioria que possuía para construir o isolamento de Gedda, Sturzo e seus sequazes – ao manobrar para exclusão de nomes da direita nas listas eleitorais majoritárias; por fim, acenou para os dossetianos com a possibilidade de assumir medidas mais progressistas – ao incorporar alguns membros dessa tendência em cargos importantes do governo e de seu partido, ao assumir o controle acionário de importantes empresas do setor de hidrocarbonetos e ao encampar um projeto de reforma agrária para o *Mezzogiorno*.

O maior trunfo de De Gasperi, no entanto, foi conseguir compor com Dossetti e leva-lo ao vice-secretariado da DC, de abril de 1950 a setembro de 1951<sup>237</sup>. No período de dezessete meses de sua vice-secretaria, Dossetti dá novo impulso à ação do partido e toma uma série de iniciativas reformistas no legislativo e no governo, além de atuar para uma maior intervenção do Estado na questão meridional. É nesse período que é criada, em 10 de agosto de 1950, a *Cassa del Mezzogiorno*, com o propósito de destinar recursos para a construção de estradas, diques, pontes, ferrovias, aquedutos e obras de irrigação na região, e, logo em seguida, foi aprovada no Parlamento a Lei nº 841, em 21 de outubro de 1950, que previa uma “ampla reforma agrária” com o objetivo de instituir pequenas propriedades compostas por cultivadores diretos<sup>238</sup>.

Assim, a reforma agrária, que compunha as plataformas dos democristãos desde o I Congresso do partido, em abril de 1946, mas que contava sempre com a oposição da direita do partido, não foi mais ignorada no país que saíra destruído da guerra e que havia empenhado todos os recursos disponíveis na reconstrução da indústria. Era notório que o que estava em jogo era a hegemonia da DC sobre metade do país, sobretudo devido ao cálido momento político

---

<sup>236</sup> Idem, *ibidem*, p 61.

<sup>237</sup> Após sua rápida passagem pela subsecretaria do partido, Dossetti, desiludido pelas píbias conquistas, se retira da vida política partidária.

<sup>238</sup> Smith, Mack. *Storia d'Italia dal 1861 al 1997*. Roma-Bari, Editori Laterza, 2005, p. 582.

meridional, especialmente marcado pelo aumento da tensão social, com as inúmeras ocupações de terras pelos camponeses entre 1948-1950, que constituíam por sua intensidade, como apontou Sassoon, o “equivalente meridional da Resistência”<sup>239</sup>. Era também o momento em que os comunistas, tradicionalmente fortes no Norte do país, começavam a estender sua influência na região meridional, através dos “comitês pela terra” e das “consultas populares”. Nesse sentido, que os democristãos nunca negaram que a reforma possuía uma função anticomunista e era voltada a consolidar a direção do partido da vida política em todo território italiano.

De acordo com Colarizzi, a princípio o plano de reforma agrária democristão parece funcionar: “os grandes latifúndios serão expropriados, as terras serão distribuídas em pequenos lotes aos camponeses e as obras públicas serão realizadas”<sup>240</sup>. No total, serão mais de 800 mil hectares expropriados com as leis de reforma agrária; cerca de 200 mil pequenos novos proprietários (com uma média de 1,24 hectares para cada família) serão beneficiados; enquanto mais de 1,2 bilhão de liras serão aplicados em infraestrutura pela *Cassa del Mezzogiorno*. No entanto, apesar de dar um duro golpe no “bloco agrário”, mitigando o poder do latifúndio, debilitando a arcaica estrutura sobre a qual o setor latifundiário edificou por séculos a própria fortuna parasitária, a reforma agrária não criou uma estrutura para uma agricultura moderna, em condições de concorrer com a de outros países da Europa ocidental. Segundo a análise de Castronovo:

A reforma agrária, muito tímida no seu perfil político, se revelou anacrônica do ponto de vista econômico, não apenas a agricultura italiana entrou em contato com os sistemas mais avançados da Europa ocidental e se perfilou uma demanda mais ampla e elástica do mercado interno. Com efeito, em relação a outros períodos da história italiana houve um salto qualitativo, sem precedentes, na medida em que foram removidas algumas condições tradicionais do imobilismo econômico-social do Mezzogiorno e os investimentos estatais não acabaram nas mãos dos latifundiários inadimplentes com as obrigações estatais fixadas pela lei<sup>241</sup>.

Ao não criar uma agricultura moderna e com vitalidade, a reforma encerra por não melhorar as condições de vida dos camponeses: as terras expropriadas estiveram sempre entre

---

<sup>239</sup> Sassoon, **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 123.

<sup>240</sup> Colarizzi, **Storia del Novecento Italiano**, cit., p. 337.

<sup>241</sup> Castronovo *apud* Zangheri, Renato. **Agricoltura e contadini nella storia d'Italia**: discussioni e ricerche. Torino, Einaudi editore, 1977, p. 36.

as piores<sup>242</sup>, faltaram aos camponeses tanto assistência técnica como aporte financeiro, o processo de extrema parcelização dos lotes não favoreceu o processo de modernização da estrutura agrícola e, por fim, volumes ingentes de recursos foram drenados do campo para a cidade favorecendo a criação de uma nova casta política dominante, formadas pelos *capi democristãos* locais, por burocratas dos órgãos assistenciais, especuladores fundiários e advogados que recebiam fluxos de fundos do governo central e faziam a mediação entre o Estado e os governos locais<sup>243</sup>. Ou seja, ao contrário do que eram seus objetivos manifestos, com o passar dos anos, a *Cassa per il Mezzogiorno* se transformou em “um organismo clientelista”, em um potentíssimo instrumento de poder nas mãos da Democracia Cristã. Ela acaba por se tornar o meio adequado para “romper as velhas reações de clientelas e substituir por novas ligações baseadas não mais sobre a agricultura, mas sobre o crédito, sobre a construção civil, sobre a administração pública, sobre os incentivos à indústria”<sup>244</sup>.

Assim, o *Mezzogiorno* acaba, por assim dizer, recebendo dois duros golpes, devido a forma que foi conduzida a reforma agrária: fora excluído do processo de renovação do aparelho industrial dominado pelas grandes empresas monopolistas setentrionais e, simultaneamente, fora contido seu impulso progressista, iniciado com as grandes ocupações de terras pelos camponeses. A situação dos camponeses meridionais continuou marcada, portanto, por estreiteza produtiva, miséria, fome, precariedade e desemprego. A reforma agrária, principal bandeira da esquerda do partido democristão para conter a miséria e o desemprego, não alcança os objetivos colimados. Ao contrário, com o malogro da reforma agrária, a situação restará extremamente adversa para a classe trabalhadora: ao fim de 1951, apesar da expansão conjutural coreana, os desempregados alcançavam a casa de dois milhões, como em 1949. A situação se agrava mais ainda com a intensa migração de trabalhadores meridionais. Estima-se que entre 1951 e 1961, mais de dois milhões e meio de habitantes do sul do país se encaminharam para o norte, formando um vasto exército de reserva de mão de obra a baixo preço, disposta a ceder às exigências da burguesia italiana. Nas grandes cidades, essa mão de

---

<sup>242</sup> Em *Rocco e suoi fratelli*, de Lucchino Visconti, o protagonista remete à qualidade das terras que foram destinadas aos trabalhadores do Sul: “Eu tinha um amigo na aldeia, aliás, mais de um, garotos da minha idade, mas tão pobres, que você nem pode imaginar. Então, um dia, lhes deram a ilusão de terem um pedacinho de terra para cultivar, mas uma terra que arrebatava os braços para tirar algo dela, e você levava quase meio dia para alcançá-la. Assim, um belo dia, esses coitados se rebelaram, mas os algemaram e os prenderam em Matera, em Potenza”.

<sup>243</sup> Ginsborg, Paul. **A History of Contemporary Italy: society and politics (1943-1988)**. London, Penguin Books, 1990, p. 162.

<sup>244</sup> Silva, Francesco. “I fattori dello sviluppo: ‘il miracolo’ economico italiano”. In: Accornero, Aris (a cura di). **Problemi del movimento sindacale in Italia (1943-1973)**. Annali. Anno Sedicesimo (1974-1975). Milano, Feltrinelli, 1977.

obra emigrante encontrará sobretudo trabalhos precários e será submetida a condições de vida e de moradia extremamente degradantes<sup>245</sup>, como descreve Mariarosaria Fabris<sup>246</sup>:

A jornada de trabalho nunca era inferior a dez ou doze horas, quando não atingia as cento e vinte horas semanais. Como lembra Gian Franco Venè, os sulistas eram “pedreiros de dia, artesãos à noitinha, vigias à noite, guardadores de carro aos sábados, ajudantes de pizzaria aos domingos”, para poderem ser alcançados pelas famílias e subtrair-se à solidão. Trabalhavam em empregos temporários (de três a seis meses) em pequenas fábricas ou na construção civil, onde quase nunca se obedecia às normas de segurança. Além disso, as condições de moradia eram assustadoras, pois esses trabalhadores viviam nos locais mais degradados do centro, em pensões miseráveis (quatro ou cinco pessoas em cada cômodo) ou eram confinados na extrema periferia, nas chamadas cidades-dormitório, denominadas *coree* na área metropolitana de Milão, onde os casebres surgiam clandestinamente à noite para evitar que a polícia expulsasse os moradores do terreno invadido.

Além de enfrentar condições extremamente desfavoráveis, como o adensamento do exército industrial de reserva e as altas taxas de subocupação, que incidiam para o rebaixamento do valor da força de trabalho, a classe trabalhadora italiana conviveu nos conhecidos “anos duros” com uma forte repressão estatal e patronal. As principais fábricas colocaram na ordem do dia as demissões em massa. As empresas controladas pelo Iri (Istituto per la Ricostruzione Industriale), entre 1947 e 1952, foram responsáveis por mais de 75.000 demissões. As demissões e as marginalizações atingiam sobretudo aqueles trabalhadores que eram mais conhecidos por sua combatividade e, quando a economia recuperou sua taxa de crescimento, as empresas preferiam a contratação de jovens trabalhadores não envolvidos na resistência *partigiana* e nem na luta sindical, portanto mais dispostos a se adaptarem à nova organização do trabalho e ao aumento da intensidade dos ritmos de trabalho.

---

<sup>245</sup> O Parlamento italiano organizou uma comissão parlamentar entre 1951 e 1952 para realizar uma vasta pesquisa com o objetivo de avaliar a dimensão da pobreza na Itália. O quadro descrito é impressionante. Segundo esta pesquisa: “11,8% da população (cerca de 6.200.000 pessoas) viviam em condições subumanas, uma cifra um pouco inferior vivia em condição de pobreza. Se pode afirmar, sem medo de errar, que pelo menos um quarto da população italiana vivia no início dos anos cinquenta em uma situação de pobreza” (Cf. Braghin, Paolo. “Introduzione”. In: **Inchiesta sulla miseria in Italia (1951-1952)**: Materiali della Commissione parlamentare a cura di Paolo Braghin. Torino, Einaudi editore, 1978, p. XV).

<sup>246</sup> Fabris, Mariarosaria. “Aqueles trens vindos do Sul”. In: **Revista de Italianística da USP**. Nº. 18. São Paulo, 2009, p. 9.



Foi portanto um período muito duro para os trabalhadores e suas organizações sindicais e políticas. O direito de liberdade de opinião era sistematicamente violado, a demissão por represália era uma prática difusa contra qualquer um que mostrasse propósitos políticos ou simpatia pelos partidos de esquerda. Discriminação e represália tornaram-se experiências cotidianas nas fábricas e no campo. Toda a organização estatal parecia ignorar que havia sido aprovada uma constituição que reconhecia direitos civis e políticos; a magistratura e a administração aplicavam a lei da maneira mais restrita e sempre em sentido único.

A repressão policial não foi menos acerba. Dados relativos apenas à cidade de Bolonha, levantados por Ginsborg, informam que, entre 1948 e 1954, houve 2 (duas) mortes e mais de 773 feridos em confronto com as forças policiais. Além disso, foram 13.935 processos por resistência à força pública, dos quais 7.531 foram sentenciados como culpados. Foram mais 4.729 condenados por invasão de terrenos e mais 670 condenados por ter vendido “L’Unità” nas estradas, 338 culpados por participação em reuniões e 61 por ocupações de fábrica<sup>247</sup>.

O êxodo rural, a debilidade dos sindicatos, a abundância de mão de obra, a política repressiva conduzida pelo Estado e pelo patronato, todos estes fatores conjugados serão decisivos para que nos anos 1950 o preço da força de trabalho se mantenha em baixos níveis e expliquem o *boom* econômico dessa década. Na medida em que os capitalistas reconquistaram poder e autoridade, as taxas de acumulação e os lucros irão aumentar exponencialmente, às expensas, portanto, da superexploração da força de trabalho, suporte para o “milagre econômico”, que sancionou a recuperação da indústria e a reestruturação capitalista na Itália:

sottomissione ferrea del lavoro salariato al capitale e la priorità assoluta del profitto rispetto al salario. Capitale e profitto come "variabili indipendenti" del sistema economico e architrave dell'impalcatura della società italiana: ecco una delle determinazioni regolative del "miracolo economico" italiano. La dura disciplina di fabbrica e la vigorosa compressione salariale furono il duro prezzo che la classe operaia italiana pagò al rilancio dell'economia italiana nel dopoguerra. Subordinazione del salario al profitto e sussunzione del lavoro vivo nel capitale finanziarono lo sviluppo del ciclo dell'accumulazione e ressero, quasi per intero, il peso degli "effetti perversi" della dinamica democratica italiana<sup>248</sup>.

<sup>247</sup> Ginsborg, Paul. **Storia d’Italia 1943-1996**: Famiglia, società, Stato. Torino, Einaudi editore, 1998, p. 222-223.

<sup>248</sup> Chiocchi, Antonio. “Operai e democrazia: Premesse ed effetti dell’autunno caldo”. In: **Società e Conflitto**. No 37/38. Disponível em: [http://www.cooperweb.it/societaeconflitto/operai\\_68.html](http://www.cooperweb.it/societaeconflitto/operai_68.html). 2008.

Com efeito, a mediação do governo centrista no segundo pós-guerra conseguiu assim atingir seus objetivos na conformação de um frente de poder capaz: 1) de unificar as forças da burguesia que estavam fraturadas e, com o suporte dado pelos Estados Unidos (via a aplicação extensiva do Plano Marshall na Itália), excluir no primeiro estágio os partidos de esquerda do governo, dissolvendo a unidade democrática; 2) com o terreno já aplainado, de reconfigurar um Estado de tipo liberal e oligárquico<sup>249</sup> competente para avançar com uma política econômica liberista com o escopo de fundar as bases para restauração de um processo de acumulação capitalista ancorado no crescimento da produtividade do trabalho e na contenção salarial; 3) e, por fim, de restaurar a estabilidade nas relações industriais, depois de um lustro de intensas lutas sociais, através da reestruturação de tipo fordista do parque produtivo e do sistemático enfraquecimento das organizações sindicais, sobretudo após a fratura no sindicalismo unitário (1948). Assegurados tais objetivos, os anos 1950 terão um desenvolvimento industrial de tipo extensivo, favorecido pelo mercado externo que retirava sua capacidade de expansão da grande elasticidade do mercado interno de força de trabalho.

Mesmo a crise da DC em 1953, após a derrota do governo nos seus intentos de conseguir uma ampla estabilização parlamentar com sua *legge truffa*, não abalará o processo de concentração do poder econômico nas mãos do grande capital italiano.

### 3.3. *O partido comunista italiano na oposição e as lutas defensivas do movimento sindical comunista*

O espaço conquistado na política italiana pelos democristãos e a reconstrução capitalista não modificaram a impoção política e as estratégias dos vértices do partido comunista em relação à evolução da situação italiana. Antes disso: os dirigentes comunistas, sem proposições inéditas em relação ao que já haviam postulado, reforçaram a absoluta proeminência na questão internacional do provável êxito da URSS como fundamental para o

---

<sup>249</sup> Como defende Paul Ginsborg, em áreas como o exército e a polícia, a magistratura, a burocracia ministerial, os órgãos autônomos e os entes locais, em todas essas áreas foram substancialmente falidas as depurações e permaneceu “uma forte continuidade com o Estado pré-republicano” (Ginsborg, Paul. **Storia d’Italia 1943-1996: Famiglia, società, Stato**. Torino, Einaudi editore, 1998, p. 174-175). No entanto, é necessário sublinhar, como o faz Carocci, que o Estado liberal e oligárquico da Itália no segundo pós-guerra possui diferenças em relação àquele giolittiano, tanto em razão da presença das massas na cena política quanto da intensa atividade dos partidos de esquerda: “Em substância, De Gasperi mirou criar um tipo de Estado que se avizinhasse o máximo possível ao velho Estado liberal oligárquico (naturalmente no contexto de uma realidade marcada pela presença ativa das massas)” (In: **Storia d’Italia dall’Unità ad Oggi**. Milano, Feltrinelli Editore, 1986, p. 341).

avanço da luta socialista internacional e, quanto à prospectiva de uma transição nacional ao socialismo, continuaram a apostar na ideia de uma coalizão política e na aliança de classes, devido ao peso que a classe operária como classe nacional e potencialmente dirigente poderia desempenhar. Mesmo que a primeira já houvesse se demonstrado pouco factível desde a ruptura de 1947; e a segunda, no contexto de acirramento das tensões durante a guerra fria (1948-1953), houvesse demonstrado ser uma tarefa ainda mais fútil que o trabalho de Sísifo, vez que os escolhidos para compor tal aliança com o proletariado se recusavam constantemente a participar dela.

Sem possibilidade de avançar em sua estratégia, em um contexto extremamente hostil à classe trabalhadora e suas organizações representativas, as ações do PCI e da CGIL serão extremamente defensivas: o partido colocará o acento na questão propagandística da luta pela paz, contra a expansão do imperialismo americano, contra a ameaça nuclear que representava a força bélica americana, na defesa da vitória de Mao Tsé-tung na China, na defesa da reconstrução dos países de democracias populares, no papel de contenção que a URSS representava ao avanço imperialista e como apoio às futuras vitórias populares; já a central sindical capitaneada por comunistas e socialistas, e com estreitos vínculos com o partido, na mesma chave, atuará predominantemente na tentativa de unificar os setores centrais e mais combativos da classe trabalhadora em greves de natureza política contra os empenhos do governo democristão na adesão à OTAN e no envolvimento com a Guerra da Coreia, contra o autoritarismo e a brutalidade do aparato repressivo do Estado, contra a *legge truffa* etc, além de encampar as mesmas pautas do PCI.

É notório, portanto, que as lutas se constituíram no campo estreitamente político sem a articulação com aquelas do chão da fábrica, e esse hiato será fundamental para que o poder hierárquico do capital sobre o trabalho permitisse que a acumulação de capital viesse a operar em níveis crescentes. Como sustenta Accornero, “de uma luta cerrada e incansável contra decisões políticas e expressões do *predomínio capitalista sobre o sistema social*, se acompanha uma contestação branda – não explícita, não sistemática, não articulada – do poder de *comando patronal sobre os trabalhadores no trabalho*”<sup>250</sup>. Assim, a renúncia do movimento sindical, a reboque da política conduzida pelo PCI, a agir com dureza, energia e determinação contra a ofensiva patronal no interior das fábricas era encoberta pelas vigorosas e ritualísticas greves de solidariedade política.

---

<sup>250</sup> Accornero, Aris. **Gli anni'50 in fabbrica**. Bari, De Donato editore, 1976, p. 81.

Outrossim, além da guerra fria e da escolha pela aclimatação aos interesses contingentes da *realpolitik* soviética, alguns elementos de fundo, de ordem teórico-política, ajudam a compreender a postura defensiva assumida pelos vértices comunistas do PCI e das lideranças da CGIL na quadra histórica em análise. O primeiro elemento que concorre para a desvalorização em relação aos confrontos operários no espaço produtivo é a própria teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo monopolista, que deu suporte à linha política de vasta aliança democrática em função antimonopolística. Em geral, os comunistas permaneciam convictos que o capitalismo havia entrado na fase descendente de sua parábola: “o capitalismo, ao chegar à sua fase monopolista, já teria exaurido sua força propulsora; estaria por assim dizer à espera de sua crise conclusiva”<sup>251</sup>. Essa subvalorização da capacidade de recuperação do capitalismo no pós-guerra, ou seja, a insistência na tese de que a concentração monopólica conduzia o capitalismo à putrefação levou ao desprezo pelas formas concretas de reestruturação capitalista na indústria e, ato contínuo, à passividade face à recomposição do poder e autoridade do capital sobre o trabalho. Toda a estratégia dos comunistas italianos se inscreveu na visão de que a burguesia monopolista e parasitária italiana, guiada por seus interesses egoístas, levaria a nação ao desfacelamento, e a classe operária já era potencialmente a única que podia se configurar enquanto classe nacional, no sentido de que seus interesses coincidem com os interesses de todo o país.

A fé na possibilidade de unificação das “forças sãs da nação”, organizada em uma aliança democrática contra os capitalistas monopólicos parasitários, manteve-se inabalada, mesmo em uma conjuntura adversa. Com efeito, ela foi ampliada para a ideia de que essa frente do movimento democrático nacional seria completada por outras duas frentes que formariam um bloco antiimperialista: de um lado, a União Soviética seria a condição externa que, bloqueando os norte-americanos, permitiria o avanço da frente nacional; de outro, os processos de revoluções anticoloniais contra os avanços imperialistas do capital monopolista conduziriam os países do “terceiro mundo” a construir relações amigáveis com o campo socialista. Os grandes monopólios capitalistas sempre colocariam a possibilidade da guerra, mas a esses se oporiam “uma frente sempre mais ampla formada pelas forças do bloco socialista, pelo movimento democrático antimonopolista nos países capitalistas avançados e pelos Estados do terceiro mundo que foram subtraídos do domínio imperialista”<sup>252</sup>.

---

<sup>251</sup> Magnani, Marco. “Alla ricerca di regole nelle relazioni industriali”. In: Barca, Fabrizio (a cura di). **Storia del capitalismo italiano dal dopoguerra a oggi**. Roma, Donzelli editore, 1997, p. 510.

<sup>252</sup> De Marchi, Edoardo; La Grassa, Gianfranco; Turchetto, Maria. **Per una teoria della società capitalista: La critica dell’economia politica da Marx al marxismo**. Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1994, p. 240. Os autores

Outro elemento de ordem teórico-política que limita a resposta dos comunistas e a enquadra numa postura defensiva, como sugere Ginsborg, é “a constante subordinação ao modelo de construção socialista da União Soviética”<sup>253</sup>. Tal modelo implicava na ideia de que o socialismo era construído conforme fosse salvaguardada a “propriedade socialista” e aperfeiçoado o “planejamento econômico” e, no que concerne à sua base material, consoante o incremento da produção fosse estimulado, reforçado e garantido, conforme defendemos na seção 3.1. deste trabalho.

Quanto a essas implicações, já afirmamos que “propriedade socialista” fora compreendida como propriedade estatal dos meios de produção e que “economia planificada” pressupunha planejamento consciente realizado pela burocracia do Estado-partido. (Duas noções problemáticas, vez que supõe ser o socialismo ser construído a revelia da participação efetiva dos trabalhadores e com base na apropriação e controle por parte da burocracia do sobreproduto por eles produzido). É necessário acrescentar a essas prédicas uma forte inflexão ocorrida no movimento socialista a partir da adesão ao modelo soviético: a ideia de que seria o *incremento da produção* e não o *controle operário* sobre ela a essência do socialismo, como acertadamente defende Ginsborg. A confirmação desse giro se dá através da construção de imagens como a do operário heroico e musculoso manejando pesadas máquinas, de mulheres guiando tratores, e de outros tipos de representações míticas próprias do “realismo socialista”, que nada mais expressavam do que duas características próprias do modelo: o economicismo e o obreirismo.

Ora, o economicismo, como observa Turchetto, estabelece “um nexos de ‘exterioridade’ entre as forças produtivas e as relações de produção”, desconsiderando que as forças produtivas “constituem o conteúdo concreto, a forma de existência empírica das relações de produção (que, por sua vez, conseqüentemente, não podem ser compreendidas de modo completo separadamente deste ‘conteúdo concreto’ e consideradas como pura ‘forma social’)”. Ao operar tal *nexo de exterioridade*, o economicismo tende a considerar as relações sociais capitalistas como um tipo de invólucro externo (e formal) *negativo* em relação ao conteúdo material *positivo* da produção capitalista (divisão sócio-técnica do trabalho; desenvolvimento tecnológico; etc.). As relações sociais capitalistas são, pois, reduzidas ao nível da circulação

---

lembram também que entre os defensores do “socialismo real” a ideia fundamental era a de que a União Soviética, no espaço de dois decênios, estaria em condição de superar a base técnico-material capitalista e assim construir a base para o salto em direção ao comunismo, o que demonstraria claramente a superioridade do “modo de produção socialista” em relação ao modo de produção capitalista

<sup>253</sup> Ginsborg, *Storia d’Italia*, cit., p. 228.

mercantil, de modo que uma intervenção no livre jogo do mercado através de uma planificação centralizada pelo Estado (ou, pior, de uma “programação democrática”, como defenderão *a posteriori* os comunistas italianos) seria o objetivo primordial para a edificação do socialismo. Em outras palavras, o conteúdo *positivo* é constituído pelo desenvolvimento e socialização das forças produtivas, que deve ser despido de sua *forma capitalista negativa* e revestido de uma *nova forma* pretensamente *socialista*.

O economicismo, assim, ao adotar uma concepção de neutralidade das forças produtivas sobrevaloriza o momento da luta política na “superestrutura” (sobretudo no problema do controle do Estado), com base na interpretação equivocada da famosa indicação leniana do “primado da política”. Assim, contra a apropriação capitalista do excedente produtivo se propõe uma reapropriação meramente formal, isto é, apenas a nível das transformações das relações de propriedade, em seu significado jurídico-institucional, e não por meio de uma reapropriação material, objetiva das forças sociais e do produto social pelos trabalhadores. O resultado dessa operação é a transição socialista cada vez mais ser identificada não como o controle dos trabalhadores do processo produtivo e de suas condições de reprodução – processo em que se estabelecem novas relações de produção –, e sim como uma transferência da titularidade dos meios de produção da burguesia para o Estado. Temos portanto, na síntese de Turchetto, “a redução das relações de produção a simples relações de propriedade (no sentido puramente jurídico-formal), ou o seu deslocamento tendencial para a esfera do ‘político’ (em uma operação de tipo substancialmente idealista), onde se ‘transformam’ em relações superestruturais e meramente ‘subjéctivas’ (como é o caso das abordagens preponderantemente superestruturais que representam um traço característico do marxismo italiano)”<sup>254</sup>.

Já o obreirismo funciona como o corolário do economicismo, ao tentar dar à produção e ao produtor, mesmo que submetido à divisão sócio-técnica do trabalho fundada na apropriação privada ou estatal do excedente, um valor moral superior. Ou seja, ao invés da luta para superação da divisão sócio-técnica do trabalho herdada do capitalismo, assume-a como avançada e uma conquista histórica neutra ou universal. Nessa chave, o obreirismo, assumido pelos partidos comunistas, nada mais reflete do que a *compensação imaginária* do enfraquecimento efetivo das posições políticas da classe operária, como sublinharam Bettelheim e Chavance: “em um partido que se reclama da classe operária, mais forte se tornam as concepções obreiristas quanto mais fraca é a sua combatividade revolucionária ou quanto

---

<sup>254</sup> Turchetto, Maria. “As características específicas da transição ao comunismo”. In: Naves (org.). **Análise Marxista e Sociedade de Transição**, cit., p. 10.

mais esta regride, e na medida em que o partido segue uma linha que não desenvolve uma tal combatividade. A partir de então, a existência de uma ‘base operária’ funciona como ‘garantia’ imaginária do caráter ‘revolucionário’ do partido”<sup>255</sup>. Assumindo como modelo uma mescla de emulação stackanovista e controle hierárquico taylorista<sup>256</sup>, o obreirismo oblitera o problema da transição como questão de reapropriação, advogando apenas, em caso de negação por parte dos trabalhadores de submissão à nova forma, a necessidade da “renovação moral e intelectual dos produtores”<sup>257</sup>.

O último elemento encontra suas raízes históricas na experiência das frentes populares na guerra civil espanhola, que implicava em uma acentuada desconfiança por parte dos comunistas em relação às formas de poder e de controle operário na produção, que haviam sido abraçadas por trotskistas e anarquistas. O partido de massa criado por Togliatti reforçou, ao contrário, o centralismo democrático típico dos partidos terceiro-internacionalistas, com rígido controle hierárquico, ausência de democracia interna e monolismo ideológico.

A desvalorização da fábrica pelos comunistas como *locus* privilegiado do conflito de classe será acompanhada estreitamente pela conexa escolha por um sindicato fortemente centralizado nos vértices em detrimento das políticas exercidas espontaneamente pelas bases ou através de seus conselhos de fábrica. Partido e sindicato expressavam assim profunda desconfiança em relação ao espontaneísmo que dificilmente seria controlado pelo centro, o que dificultaria a construção de frentes democráticas para enfrentamento dos setores tidos como atrasados e parasitários da sociedade italiana: “elogiavam em palavras o controle operário, a democracia direta, o ideal dos soviets, mas o poder real era concentrado nas mãos do secretário do partido e as decisões passavam do vértice à base e não do modo inverso”, de maneira que “era proibida qualquer oposição organizativa no partido e se fazia todo tipo de esforço para acentuar o caráter monolítico”<sup>258</sup>. Assim, a relação entre base e vértice, cada vez mais, passou a ser regulada com base no modelo e nos rituais dos partidos stalinistas. Para os vértices, a

---

<sup>255</sup> Bettellheim & Chavance. “O stalinismo como ideologia do capitalismo de Estado”, cit., p. 90.

<sup>256</sup> Ginsborg, *Storia d’Italia*, cit., p. 228.

<sup>257</sup> Analisando a URSS dos anos 1930, período em que o stalinismo se tornou ainda mais autoritário, afirmam Bettellheim & Chavance: “a exaltação abstrata de algumas ‘qualidades’ reais ou supostas dos operários da indústria funciona como uma *compensação imaginária* à deterioração objetiva da situação da classe operária, à queda do seu nível de vida e ao aumento da autoridade que a direção das empresas e os quadros exercem sobre os trabalhadores. Ela funciona igualmente como *meio de repressão* contra os trabalhadores, pois as qualidades reconhecidas nos operários são a disciplina e o espírito de sacrifício; a partir de então, aqueles que – segundo o critério dos funcionários do partido e dos quadros – não demonstram possuir em grau suficiente essas ‘qualidades’, podem ser denunciados como não sendo ‘verdadeiros operários’, mas elementos ‘estranhos’ ou mesmo ‘hostis’ à classe operária, em razão, por exemplo, de sua ‘origem de classe’ (especialmente se ela é camponesa). (Idem, *ibidem*, p. 90)

<sup>258</sup> Ginsborg, *Storia d’Italia*, cit., p. 238.

perspectiva revolucionária estava definitivamente superada devido ao reforço do Estado, seja interna ou externamente, como resultado da ligação entre os governos nacionais através da OTAN com os Estados Unidos.

A teoria do capitalismo monopolista em pura estagnação ou decadência e a adesão ao modelo de socialismo soviético reforçaram, portanto, a convicção entre Togliatti e os comunistas italianos de que a estratégia de acúmulo de forças e de manutenção das suas posições no interior da ordem democrático-burguesa na expectativa de transformações na conjuntura internacional não estava equivocada: “em uma linha inevitavelmente defensiva, o PCI espera que a tempestade passe e se fecha nas posições conquistadas e escava trincheiras”<sup>259</sup>. Em condições tão adversas o imperativo era resistir. O relatório de Togliatti ao VII Congresso do PCI em 1951, que trataremos em seguida, deixará evidente que esses elementos formatam sua estratégia. Mas antes de seguirmos em sua análise é necessário sublinhar como o monolitismo derivado da aclimação estreita ao stalinismo levou a considerar quaisquer tipos de contestação no interior do partido como verdadeiras traições à causa comunista. Na medida em que cada vez mais a perspectiva da transformação socialista estava ligada ao destino da União Soviética e do Exército Vermelho, a negação interna dessa linha era considerada extremamente perigosa e capaz de gerar instabilidade e crise, de modo que o partido desenvolve uma forte vigilância política e busca sufocar qualquer tipo de desvio ou tentativa de exprimir posições críticas no sentido de resolver as profundas contradições do partido, de tirá-lo de seu isolamento e de movê-lo para além de sua posição defensiva<sup>260</sup>.

A reação dos dirigentes centrais do PCI no caso dos dois dirigentes da federação da Reggio Emilia, Aldo Cucchi e Valdo Magnani<sup>261</sup>, que expressaram os seus desacordos com a burocratização do partido e seu alinhamento com a política soviética, é um emblema da forma autoritária, monolítica e dogmática assumida pelo partido. Em 19 de janeiro de 1951, no Congresso provincial da federação da Reggio Emilia, Magnani apresenta uma ordem do dia em que realiza uma severa crítica à posição dos dirigentes centrais do partido: de um lado, defendendo vigorosamente que a unidade existente no partido fora construída de maneira vertical, sem debates políticos e sem democracia interna; de outro, advogando que a trilha

<sup>259</sup> Mammarella, **Il Partito Comunista Italiano**, cit., p. 101.

<sup>260</sup> Mammarella, **Il Partito Comunista Italiano**, cit., p. 103.

<sup>261</sup> Valdo Magnani combateu na segunda guerra mundial na frente iugoslava, onde aderiu à guerra *partigiana* e participou do início do novo curso socialista naquele país. Ao retornar à Itália em 1945, foi condecorado com medalha de bronze de honra militar. Já Aldo Cucchi foi um dos protagonistas na resistência italiana na Reggio Emilia e foi condecorado com medalha de ouro por sua participação na luta anti-fascista, única condecoração do tipo dada a um *partigiano* vivo. Ambos foram eleitos como deputados na Reggio Emilia na lista do PCI com expressivas votações.



seguida pelo PCI o afastava de uma perspectiva revolucionária e aliava equivocadamente o destino da classe trabalhadora italiana à intervenção de um *deus ex macchina* representado pelas forças armadas soviéticas e das democracias populares.

A citação do extenso excerto da declaração de Magnani que reproduzimos em seguida se faz necessária pois é trazida à luz do dia, pela pena de um histórico militante, o desequilíbrio nas relações de poder que regiam a vida interna do partido e o grau de adesão ao stalinismo por parte dos dirigentes comunistas:

Le mie considerazioni partono da una constatazione intorno all'atmosfera che si è venuta sempre più determinando in questi ultimi anni nella vita del partito... Spesso anche nei documenti di partito si lamenta la poca partecipazione ai dibattiti politici... Gli interventi si limitano a dettagli di esecuzione... **La linea del partito è accettata meccanicamente, non si osa fare obiezioni, che restano però nella mente, e l'unità diventa superficiale...** Il fatto è che è assai più facile che due o tre compagni, parlando insieme, esprimano delle perplessità o addirittura delle opinioni contrarie quelle ufficialmente affermate piuttosto che tali perplessità e opinioni vengano dibattute in seno al partito. Si forma così l'opinione che ha più importanza quel che non si disse da parte di un dirigente piuttosto che quel che si disse... Si attua così un modo caporalesco di direzione e un'atmosfera che oscilla tra l'entusiasmo di massa... e l'intimidazione sul singolo nella vita interna del partito... Bisogna chiedersi se vi è una ragione politica a questo stato di cose... a mio parere vi è, ed è inerente alla situazione così grave, internazionale e nazionale... e alla chiarificazione della linea del partito di fronte a essa. **Vi è un'opinione, abbastanza diffusa tra i compagni, che la rivoluzione possa fare un passo avanti soltanto con la guerra e bisogna dire che questa opinione è bastanza tollerata nel nostro partito... La campagna per la pace sarebbe soltanto per alcuni una specie di copertura. Si pensa cioè, né più né meno, che nell'attuale fase di lotta nel mondo la rivoluzione può vincere solo sulle baionete di un esercito che oltrepassi nostre frontiere.** So bene che questi compagni pensano all'Armata Rossa o alle forze delle democrazie popolari, forze cioè che sole creano le condizioni... alle classi operaie soggette dei Paesi capitalisti di lottare vittoriosamente... Ma resta pur sempre l'opinione che la via delle frontiere nostre oltrepassate dall'Armata Rossa... rappresenti una possibile via di avanzata del movimento operaio in Italia... **Si sottovalutano le forze e le capacità della classe operaia italiana e si resta attesa soltanto di forze dall'esterno... È chiaro che è impossibile concepire una vittoria oggi dei lavoratori fuori dell'azione che internazionalmente esercita 'Unione Sovietica...** Ma noi non siamo qui a fare previsioni sulla "gran giornata della vittoria", come... si esprimono i compagni. Come e quando essa sarà, nessuno potrebbe onestamente prevedere. Noi siamo qui a

discutere la funzione del nostro partito oggi nella comunità nazionale. È la classe operaia, che eredita tutti gli elementi positivi, progressivi della nostra storia, negati oggi dal capitalismo al potere, servo dell'imperialismo americano... Là stanno i presupposti ideali della nostra azione: fusione tra rivendicazioni social delle classi oppresse, indipendenza e libertà, fusione che realizza l'unità nazionale intorno ai lavoratori, forza attiva e dirigente della storia d'Italia. **Che cosa rappresenta allora l'opinione di quei compagni che pensano a una possibile via della rivoluzione attraverso baionette straniere? È un errore politico. Noi dobbiamo allora dichiarare che... i comunisti non considerano via della loro rivoluzione democratica il passaggio delle frontiere di un esercito straniero che invada il nostro territorio, da qualunque parte esso venga, e che sono per la difesa del territorio nazionale... l'orientamento che da tale aspettativa deriva... è sbagliato; tende a rendere il partito un corpo estraneo alla vita nazionale, rende impossibile il problema fondamentale delle alleanze... considera lo sviluppo rivoluzionario come qualcosa che viene dal di fuori o non è inerente allo sviluppo dialettico della lotta di classe nel nostro Paese.**(Os negritos são nossos)

Com efeito, Magnani nessas linhas direciona suas críticas a algumas das contradições fulcrais do partido: a) o problema do autoritarismo e do monolitismo é evidenciado quando afirma que a linha política é “aceita mecanicamente” por sua base; b) a questão da elisão da perspectiva da luta de classes é revelada na medida em que o partido “desvaloriza as forças e a capacidade da classe operária italiana”; c) o problema do abandono da perspectiva revolucionária é sugerida no momento em que defende que o desenvolvimento revolucionário passou a estar subordinado à intervenção das “baionetas estrangeiras”, precisamente do Exército Vermelho, que adentre as fronteiras da Itália e não do “desenvolvimento da luta de classes” no próprio país; d) por fim, tal linha acabava por afastar o partido dos objetivos que havia se proposto, vez que transformava o PCI em um “corpo estranho à vida nacional” e tornava “impossível o problema fundamental das alianças”. A espera da “*grande giornata*” se resolve, para Magnani, na espera passiva de eventos futuros e incertos alheios à luta dos trabalhadores italianos, de modo que suas ações se circunscrevem a “longas agitações sindicais com escassos resultados”, o que tem como consequência a acentuação do “isolamento político da classe operária organizada pelo PCI”.

A heresia de Magnani (e de seu amigo Cucchi que dividia sua posição) será imediata e liminarmente punida com a expulsão do partido. A partir daí, como era de hábito no stalinismo do período da Cominform, toda sorte de acusações será lançada sobre os dois. Em 30 de janeiro de 1951, um comunicado oficial do PCI define Cucchi e Magnani como “dois

traidores”, “dois agentes do imperialismo”<sup>262</sup>. Apenas dois dias depois, o Comitê Central da Reggio Emilia avalia as posições de ambos como cisionistas e delituosas. Afirma ainda que Magnani não chegara à tal posição por convicções ideológicas, pois suas petições de princípio apenas mascaravam “sua real ação de traição”, resultado dos longos anos que passara junto aos iugoslavos, dos quais nunca teria se afastado, mantendo assim contatos constantes com “elementos titoístas”, “provocadores de traições”, “agentes das forças imperialistas” etc. Enquanto isso, Cucchi era considerado um homem “sem princípios e sem caráter”, uma “fraude,” um “agente provocador do inimigo”, um “instrumento nas mãos das forças reacionárias”<sup>263</sup>. De resto, a iniciativa de Magnani é vista ainda como “a tentativa de golpear infamemente o companheiro Togliatti, líder amado dos trabalhadores italianos, mestre prudente e guia seguro de nosso partido, que atualmente está transcorrendo um período de convalescência na URSS”<sup>264</sup>.

Em seu retorno à Itália, depois de se recuperar em Moscou do acidente automobilístico que lhe deixara gravemente ferido no ano anterior, Togliatti concede uma entrevista ao *L'Unità*, em 28 de fevereiro de 1951, e, ao ser questionado “sobre a expulsão dos renegados Cucchi e Magnani”, responde: “Liberando-se de dois tipos semelhantes o partido nada mais faz do que se reforçar. /.../ Na crina de um cavalo de corrida sempre se pode achar um ou dois piolhos”<sup>265</sup>. Em rápidas e desdenhosas palavras dois históricos e intrépidos *partigiani* são logo reduzidos à condição de ectoparasitas. Mais problemática, no entanto, do que essa declaração depreciativa e de cunho tipicamente cominformista do líder comunista será o silêncio firme e resoluto por parte dos vértices comunistas em relação às pertinentes críticas levantadas pelos doravante renegados dirigentes comunistas emilianos durante os trabalhos do VII Congresso do PCI, ocorrido em Roma entre 3 e 8 de abril de 1951. Ao contrário do enfrentamento aberto em relação às posições diversas apresentadas, a atmosfera do congresso será, ao lado de uma soberba indiferença às críticas ao filosovietismo do partido, a de exaltação apologética dos feitos da URSS. Nessa trilha, a moção aprovada no VII Congresso aprova incondicionalmente e “acolhe com entusiasmo a proposta do companheiro Togliatti por um governo de paz que impeça a nossa pátria de ser arrastada para o vórtice de uma nova guerra

<sup>262</sup> Cf. “Due agenti dell'imperialismo: documenti ufficiali delle organizzazioni del P.C.I. sull'espulsione di Magnani e Cucchi”. Disponível em: <http://badigit.comune.bologna.it/mostre/magnacucchi/2.htm>

<sup>263</sup> Galli, *Storia del Pci*, cit., pp. 192-193.

<sup>264</sup> Uma extensa documentação com as declarações de Magnani e Cucchi, com a repercussão na imprensa comunista, além das posições do Comitê Central do Partido e do Comitê da Reggio Emilia, podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <http://badigit.comune.bologna.it/mostre/magnacucchi/index.html>.

<sup>265</sup> In: “Dichiarazioni di Togliatti a l'Unità sul soggiorno nell'URSS e sulla situazione italiana”. In: *L'Unità*. Ano XXVIII, N. 49, 28 de fevereiro de 1951.

/.../ e /.../ exprime sua confiança na União Soviética, baluarte da paz, guia e exemplo para os povos de todos o mundo e no seu grande líder, o companheiro Stalin”.

Outro ponto recorrentemente defendido no VII Congresso é a necessidade de se lutar pela paz e pela defesa da constituição traída pelos democristãos e pelas classes dirigentes italianas. Mas em qual terreno os comunistas deveriam conduzir suas lutas pela paz e pela defesa da Constituição? A moção não deixa outra indicação senão: “conduzir com ímpeto a próxima campanha eleitoral, pois os votos de milhões de italianos soarão como severas punições contra os responsáveis pela crise, pela miséria e pela subordinação ao estrangeiro e aos desgraçados grupos que preparam a guerra”. As eleições administrativas de 1951 serviriam, portanto, de termômetro para demonstrar a insatisfação popular com as medidas econômicas liberais, com a política interna autoritária e com a política internacional belicosa do governo democristão; assim como deveriam prestar-se como alicerces do empenho dos comunistas na defesa da constituição republicana e na luta pela paz.

O Congresso que deveria preparar os comunistas para enfrentar os problemas e contradições ingentes da sociedade italiana, no entanto, circunscreve-se à propaganda e não tangencia a questão de fundo das relações de classe, não trata da reconstrução do poder e da autoridade do capital sobre o trabalho, não propõe uma estratégia de luta de classes para além das lutas no campo eleitoral e das lutas econômico-corporativas dos trabalhadores. O relatório do secretário geral do PCI ao VII Congresso<sup>266</sup> evidencia, por sua vez, esses problemas, que nada mais são do que a consequência da adoção de uma perspectiva que extravai a luta de classes em direção à perspectiva de transmutar a classe operária em “classe nacional” potencialmente dirigente capaz de construir a colaboração entre as forças políticas de diversas conotações de classe. Sobressai também em sua intervenção o pano de fundo de suas proposições políticas, ligadas à teoria da decadência do capitalismo monopolista e à adesão ao modelo de socialismo soviético.

Vejamos, rapidamente, como tais proposições comparece no citado relatório.

Na visão de Togliatti, a política belicista dos Estados Unidos da América em contraste com a política de paz da União Soviética atestava a decadência do capitalismo em sua fase monopolista<sup>267</sup>. As dificuldades apresentadas pelos grupos monopolistas do capitalismo

<sup>266</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto al VII Congresso del Partito Comunista Italiano”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

<sup>267</sup> Segundo Togliatti, a União Soviética conduz uma luta consequente em defesa da paz, e assim o faz por ser um país socialista, “dirigido unicamente segundo os interesses dos trabalhadores e da humanidade”. Isto derivaria, sobretudo, da orientação da economia soviética dada por planos que envolvem os interesses de toda população.

americano levavam seu governo a atuar de maneira imperialista, “intervindo na vida de outros países, submetendo estes países ao seu controle e domínio econômico”. Para Togliatti, devido às crescentes contradições apresentadas em sua economia, os grupos dirigentes americanos lutavam para impor “com todos os meios, inclusive os meios militares”, o modo de vida americano para o mundo inteiro, na tentativa de “sair de suas dificuldades econômicas, que ano após ano se tornam mais graves”<sup>268</sup>.

No que se refere aos países “satélites do imperialismo americano”, como a Itália, a tentativa de angariar aliados entre as burguesias nacionais através do Plano Marshall não teria retirado os grupos monopolistas “reacionários” e “parasitários” da sua condição de atraso, tendo servido apenas para “mascarar em parte, mas só em parte, as falhas do orçamento do Estado”, mas não prestara “para estimular a recuperação da produção” nem para operar a “reconversão da indústria de guerra em indústria de paz”. De modo que, de acordo com a visão de Togliatti, “o quadro geral [da economia italiana] é de estagnação do aparato produtivo italiano em seu conjunto, o que significa um agravamento das situações daquelas regiões nas quais foram criados determinados núcleos industriais antes da segunda guerra mundial”<sup>269</sup>. A estagnação da economia italiana, mesmo após os ingressos de divisas americanas, seria resultado, em primeiro lugar, da ausência de um “planejamento democrático” direcionado a atender os interesses da população e, conjuntamente, da opção por uma forma de “intervenção política que recolocou à testa da /.../ vida econômica os velhos grupos monopolistas, os quais não poderiam absolutamente servir-se dos recursos americanos para renovar as /.../ estruturas econômicas, mas unicamente para reforçar as suas posições de privilégio e colocar uma barreira a qualquer transformação democrática”<sup>270</sup>; e, em segundo lugar, da escolha por orientar “as trocas mercantis em direção aos países de alta industrialização, como os Estados Unidos, que procuravam enviar para a Itália a sua produção industrial excedente para afastar de si o perigo de uma crise”, quando, ao invés, deveria orientar o comércio externo para a ampliação das relações com “países que ainda estão se industrializando, como são os casos da União Soviética, os países das democracias populares, a China”<sup>271</sup>. A questão chave que surge de tal enquadramento das forças econômicas para atender motivos políticos dos setores ligados ao imperialismo é, para Togliatti:

---

<sup>268</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., p. 588.

<sup>269</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., p. 592.

<sup>270</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., pp. 593-594.

<sup>271</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., p. 593.

che i gruppi reazionari che oggi dirigono l'Italia pongono al di sopra di qualsiasi esame degli interessi e dei problemi nazionali, pongono al di sopra di qualsiasi considerazione della necessità di non acutizzare la situazione internazionalista perché di qui potrebbe venire un danno irreparabile, pongono al di sopra di tutto il loro legamente criminoso coi gruppi dirigenti della politica imperialistica americana<sup>272</sup>.

Nota-se que, em estado prático, Togliatti mantém a ideia de que o capitalismo é organicamente incapaz de desenvolvimento, não é corrigível tampouco recuperável, é apenas especulatório, parasitário, decadente. A crise capitalista é, assim, eminente e isso se deve ao caráter egoísta e particularista dos setores burgueses reacionários e à luta para satisfação de interesses imediatos entre diversos grupos monopolistas. Isto posto, a crítica ao capitalismo reduz-se à noção de que este, por natureza, possui um caráter disruptivo que impede a planificação, na medida em que é orientado por interesses egoístas, o que tornava urgente para os comunistas a defesa de uma intervenção no livre jogo do mercado através da “programação democrática” em benefício das forças sãs da nação. É com base nessa ideia que Togliatti advoga em favor do *Piano del Lavoro*, apresentado pela CGIL, o qual, segundo ele, contrapõe-se “à política econômica dos velhos grupos dirigentes, capitalistas e reacionários, e reivindicam uma nova política econômica” endereçada à satisfação dos “interesses dos trabalhadores e de todos cidadãos e, por conseguinte, das categorias de produtores não monopolistas”<sup>273</sup>. Em linhas gerais, a proposta da CGIL, aprovada no II Congresso da central sindical em 1949, fundamentalmente se articulava em torno de quatro eixos<sup>274</sup>: 1) nacionalização das empresas elétricas e constituição de um órgão nacional de eletricidade, que assumisse a gestão das empresas nacionalizadas e que desenvolvesse um programa de expansão da infraestrutura elétrica; 2) criação de um órgão nacional para recuperação das áreas agrícolas, para desenvolvimento da infraestrutura no campo e para transformação da estrutura fundiária, especialmente no Mezzogiorno; 3) criação de um órgão nacional para a habitação popular, com o objetivo de promover a construção de casas populares, escolas, hospitais, etc.; 4) realização de um vasto programa de obras públicas com o objetivo de melhorar a estrutura econômica do país e aumentar as taxas de ocupação<sup>275</sup>.

<sup>272</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., pp. 595-596.

<sup>273</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., p. 599.

<sup>274</sup> Na tentativa de tornar mais clara a avaliação que Togliatti faz, em seu Relatório ao VII Congresso, do programa apresentado pela CGIL, acrescentaremos a partir deste ponto referências ao artigo de Togliatti sobre o *Piano del Lavoro*, escrito em 1950.

<sup>275</sup> Turone, Sergio. *Storia del sindacato in Italia*, cit., p. 189.

Salta à vista a inspiração keynesiana da proposta da CGIL, mas, para Togliatti, era a própria conjuntura que ditava a abdicação da estratégia da ditadura do proletariado e a necessidade de propor um plano de reformas, pois não se deveria apresentar uma solução que estivesse distante da realidade do país e não adaptada aos desejos de cooperação entre diversos grupos sociais, entre correntes ideológicas e partidos diversos. Tem-se, portanto, que o plano não tinha a intenção de “substituir o regime capitalista por um socialista e um poder burguês por um poder proletário”<sup>276</sup>. O objetivo da proposta era o de aliviar “a miséria do povo italiano que é consequência direta das mais flagrantes injustiças, incongruências, disparates do regime econômico e da política econômica atual”, e tentar, pelo menos em parte, subtrair o processo de reconstrução do país do arbítrio da iniciativa privada, dos interesses egoístas dos grupos privilegiados italianos e da política liberista do governo democristão, impondo uma “série de modificações de substância” e “certas medidas inspiradas no interesse geral”<sup>277</sup> (sic!). Tratava-se também de, através dele, criar a base para “encontrar um acordo entre todos os homens de boa vontade que existem na Itália e que sentem a necessidade de transformações sociais no interesse do trabalho”<sup>278</sup>.

De resto, adverte com força Togliatti, que seria um erro considerar as propostas da CGIL, mesmo que avançadas, como um projeto de planificação geral da economia italiana no sentido socialista. Planificação econômica seria uma coisa superior e diversa. Ela parte, em sua visão, de pressupostos diametralmente contrários àqueles que regem a economia capitalista. Em suas palavras:

In un paese capitalistico il criterio regolatore della vita economica è l'interesse del singolo imprenditore, che ciascuno è libero di perseguire svolgendo liberamente la sua iniziativa; il bene collettivo dovrebbe risultare attraverso il soddisfacimento degli interessi individuali. Una economia pianificata è invece quella nella base quale l'utile o bene collettivo da raggiungersi è determinato in precedenza, dopo un esame della necessità social, e le attività delle singole imprese sono determinate e coordinate in modo tale che assicurino il raggiungimento di questo bene<sup>279</sup>.

---

<sup>276</sup> Togliatti, Palmiro. “Piano di lavoro”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984, p. 531.

<sup>277</sup> Togliatti, “Piano di lavoro”, cit., p. 531.

<sup>278</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., p. 599.

<sup>279</sup> Togliatti, “Piano di lavoro”, cit., p. 530.

Togliatti sustenta ainda que a planificação socialista representa uma inflexão em relação aos interesses que governam um regime capitalista. Segundo ele, enquanto na sociedade capitalista as castas dominantes privilegiadas, sendo proprietárias dos meios de produção, servem-se deles para oprimir o povo e preparar agressões contra outros povos, em sociedades socialistas, como a soviética e aquelas que se construíam nas democracias populares, “não existem mais castas dominantes privilegiadas”, e assim a economia planificada se dirige “exclusivamente segundo os interesses dos trabalhadores e da humanidade”<sup>280</sup>. Restava claro que essas condições para planificação da economia não estariam presentes na sociedade italiana, e, para tanto seria necessário “substituir o governo capitalista atual por um governo dos trabalhadores”:

È evidente a prima vista che per l'esistenza stessa di una economia pianificata richiedesi, prima di tutto, l'esistenza di un potere chi esprima la volontà e gli interessi non di classi privilegiate, ma di tutto il popolo, di tutti i lavoratori. Questa condizione non può mai essere adempiuta in un regime capitalistico, dove il potere è obbligatoriamente sempre nelle mani del ceto privilegiato, tanto che nemmeno la partecipazione al governo di partiti che sinceramente difendano gli interessi dei lavoratori non è tollerata<sup>281</sup>.

Em tal situação, em que sentido deveria se orientar, portanto, a política da classe trabalhadora e do partido “que representa seus interesses”? Antes de tudo, segundo Togliatti, é necessário reconhecer que “as condições políticas [do período da guerra fria] são diversas” em relação àquelas do período da libertação e do imediato pós-guerra, porém “as condições essenciais do programa” proposto pelos comunistas permaneciam as mesmas, dado que continuava a existir uma “crise profunda de toda sociedade italiana”, na medida em que “os grupos dirigentes da burguesia, fechados em seu próprio egoísmo, conduzidos pelo puro espírito de conservação econômica e política, não consegu[iam] mais satisfazer os interesses de todos os estratos da população”. Nessas condições que Togliatti timidamente propõe – o que é raro no período cominformista que elidira as estratégias de vias nacionais e anatematizara a própria utilização do termo – a pesquisa por um caminho italiano para o socialismo, “o qual pudesse levar *gradualmente* a uma transformação profunda das estruturas econômicas do país e em

<sup>280</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., p. 585.

<sup>281</sup> Togliatti, “Piano di lavoro”, cit., p. 530.



seguida criar um regime político novo”<sup>282</sup>, centrado novamente na classe operária que desempenha função de classe nacional “na medida que no desenvolvimento de sua própria luta ela toma consciência de todos os problemas nacionais e lhes apresenta uma solução, e é lutando por esta solução que também endossa as reivindicações dos estratos mais distantes do proletariado”, estratos que se configuram também como elementos *sãos da nação*<sup>283</sup>.

Nota-se, portanto, que, em todo o relatório, o secretário-geral se abstém, por um lado, de tratar da questão do controle operário no processo produtivo e da necessidade de se avançar em lutas extra-parlamentares em favor da redução e posterior superação do poder e autoridade do capital sobre o trabalho, e, por outro, realça o modelo soviético e das democracias populares de planificação, de incremento da produção e recuperação do aparato produtivo como a grande conquista na luta pela construção do socialismo. Todavia, o que parece mais controverso, sobretudo para o desenvolvimento da luta socialista nos países avançados, é a avaliação realizada da recuperação capitalista e a insistência na tese da estagnação econômica e da putrefação capitalista. Como observou Marx no capítulo XIII de *O Capital*, uma das características fulcrais do capitalismo é sua capacidade de revolucionamento das forças produtivas. Do mesmo modo as relações capitalistas constituem certamente um bloqueio para a plena utilização das novas forças produtivas devido ao fato de que o capital e sua autoexpansão são os únicos escopos do modo de produção capitalista. Não é, portanto, por ausência de planificação que se acentua a contradição entre desenvolvimento das forças produtivas/ampliação da produção e capacidade de consumo. Mas sim pelo caráter autoexpansivo próprio à lógica de reprodução do capital. Retirar, portanto, da capacidade ociosa gerada pelo subconsumo a tese de que na fase monopolista o capitalismo se transformou em um regime de absoluta estagnação e putrefação foi uma operação bastante equivocada. Isto porque a fase monopolista do capitalismo não é uma fase de “degeneração”, “putrefação”, etc, mas uma fase necessária, um resultado lógico inserido na própria dinâmica de sua reprodução ampliada, de modo que é simplesmente insensato pensar em um capitalismo sem os monopólios, ou, o que é pior, pensar em um capitalismo com os monopólios sendo colocados sob tutela e dispostos a operar em favor dos interesses das grandes massas populares. As previsões de crises lacerantes ignoraram flagrantemente, *ipso facto*, a fase de expansão impetuosa que no espaço de poucos anos produzirá o fenômeno do “milagre econômico”

---

<sup>282</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., p.591.

<sup>283</sup> Togliatti, “Rapporto al VII Congresso ...”, cit., pp.590-591.

italiano. Mesmo um rígido defensor da política togliattiana, como Guido Liguori, reconhece os limites de tal interpretação:

A estratégia togliattiana se baseava na hipótese de um longo período de colaboração entre os partidos democráticos, uma hipótese nascida, não só de Yalta, mas de uma análise do fascismo como fase epocal e da sociedade italiana como profundamente atrasada, o que fazia temer a possibilidade de um retorno a formas abertamente reacionárias de hegemonia burguesa. Pelo menos até a metade dos anos cinquenta, a ênfase sobre o risco involutivo é tão forte que torna os comunistas pouco sensíveis diante dos processos de modernização em curso no país. Tal comportamento também nascia de uma errada convicção básica de toda a cultura terceiro-internacionalista, segundo a qual era impossível um novo desenvolvimento do capitalismo<sup>284</sup>.

Há mais, no entanto: tal tese, que como sabemos é derivada do período terceiro-internacionalista, assume ainda que, na fase do capital monopolista, a ingerência direta do Estado para garantir as condições de reprodução do capital abraja algumas margens de manobra através do possível redirecionamento das despesas públicas e da nacionalização de alguns setores. Em paralelo, o capital monopolista – ao subordinar o Estado aos seus desígnios de ampliação dos lucros – parasita os recursos públicos contrapondo com esta operação os seus interesses àqueles das média e pequena burguesias, dos intelectuais, dos artesãos e dos camponeses. Estes, por sua vez, tornam-se potencialmente “aliados da classe operária em vista de uma política de reformas que, conquistando a maioria parlamentar e instituindo um controle democrático sobre o aparato de Estado, pode imprimir uma direção oposta à intervenção estatal, atuando a primeira fase de uma passagem pacífica ao socialismo”<sup>285</sup>. (A defesa do *Piano del lavoro*, a despeito de seu viés keynesiano, é a comprovação da assunção desses pressupostos).

Alguns problemas se impõem para a teoria da transição nos países avançados a partir do ponto até onde alcança a teorização togliattiana no período da guerra fria: projetada a primeira fase – de defesa da constituição democrática, de luta pela paz e de luta para introduzir elementos de planificação na economia italiana –, como se daria o salto qualitativo para a segunda fase da transição? Em que consistiria a segunda fase e em que se diferenciaria das reformas de cunho capitalista? O caminho da ditadura do proletariado, que não estivera na

<sup>284</sup> Liguori, Guido. “Togliatti, de Gramsci a Yalta”. In: **Estudos de Sociologia**. Araraquara, 18/19, 2005, p. 59.

<sup>285</sup> De Marchi, La Grassa, Turchetto. **Per una teoria della società capitalistica**, cit., p. 240.

ordem do dia no momento da libertação e menos ainda na conjuntura da guerra fria, em algum momento seria atualizada e substituiria a via democrático-parlamentar? Qual seria o ponto de inflexão onde se inverteria a lógica do “planejamento democrático” possível nas molduras de um regime capitalista para a almejada e superior lógica da “planificação estatal geral” própria dos regimes socialistas? Não é de se surpreender que nenhuma dessas questões sejam sequer tangenciadas em um momento no qual os comunistas derivam suas políticas da sua osbequiosa postura filossoviética e no qual seu isolamento interno o fazem se perfilarem em uma postura nitidamente defensiva. Conta também em favor da exígua teorização sobre o processo italiano de transição, o fato de que, da base aos vértices do partido, permaneciam com vigor tanto o mito de que as relações de produção estavam em acelerada mutação na União Soviética quanto a fé na superioridade do modelo de socialismo soviético (se tal superioridade ainda não era manifesta naquele momento, pelo menos como potencial para se realizar em um futuro não tão distante era certo). Esse mito e essa fé conduzem os comunistas a uma situação de paralisia ao direcionar suas energias na defesa da ideia de que a luta entre socialismo e capitalismo se resolveria em termos de uma competição pacífica, na qual o socialismo demonstraria a forma superior com a qual se constroem as relações sociais em seu interior<sup>286</sup>. No mais, a certeza que parecia calar fundo entre os comunistas italianos é a de que, na medida em que suas ações propagandísticas levassem ao conhecimento da população a superioridade do campo socialista, e assim conquistassem corações e mentes, as forças antimonopolistas (presentes não apenas entre os soviéticos e nas democracias populares, mas também nos movimentos anticolonialistas e entre as classes médias e trabalhadoras dos países avançados) se arregimentariam em favor de reformas estruturais que gradualmente arrancariam do capital monopolista e suas classes dirigentes tanto a hegemonia conquistada na sociedade civil como a alcançado controle do aparelho de Estado.

Ancorado nessa linha política, a teorização sobre uma via italiana para o socialismo, centrada na correlação de forças nacionais e na dinâmica do capitalismo italiano— e,

---

<sup>286</sup> O depoimento de Vittorio Foa, que fora secretário direto de Giuseppe di Vittorio na CGIL, nos auxilia a compreender a força dessas representações em Togliatti e entre os comunistas: “[Togliatti] era um democrático ou um terceiro-internacionalista? Eu o conheci e posso responder que era os dois. Era certamente um homem que acreditava na democracia italiana, e por essa fez muito. Ao mesmo tempo, era um homem fiel à Internacional Comunista; à sua tradição, à fé na superioridade do modelo soviético /.../. O filosovietismo respondia para ele também à necessidade de manter controle sobre a situação, quase como um guarda-chuva para não perder contato com sua ‘base’. Entre os militantes comunistas o mito russo era fortíssimo, era o mito da Revolução de outubro e da superioridade do socialismo que havia se realizado. Era também o mito da bandeira vermelha sobre o Parlamento de Hitler em 1945 em Berlim” (Foa, Vittorio. **Questo Novecento: un secolo di passione civile. La politica come responsabilità.** Torino, Einaudi editore, 2012, p. 207). Há, no entanto, nesse depoimento uma sobrevalorização da força no mito entre a base comunista e, mais ainda, uma subvalorização do papel de Togliatti para a preservação e difusão desse mito.

consequentemente, a tentativa de uma conceituação do capitalismo monopolista para além das balizas terceiro-internacionalistas e cominformistas –, apenas voltará a ser operada pelo dirigente comunista, com mais elementos e de maneira mais sistemática, a partir de 1956, em ocasião do XX Congresso do PCUS, e, um pouco mais tarde, em ocasião do VIII Congresso do PCI. Vale dizer: a elaboração da linha oficial do partido baseada na via nacional sob a perspectiva do socialismo como desenvolvimento da constituição democrática terá que aguardar, portanto, o arrefecimento do clima da guerra fria, o relativo distensionamento interno que se seguiu à formação do governo de centro-esquerda e os novos desafios colocados pela denúncia ao “culto à personalidade” apresentada no relatório Krushev.

Todavia, mesmo com a postura defensiva adotada nos cálidos anos da guerra fria, não se pode dizer pois que os comunistas não tenham alcançado algumas das metas que se propuseram. No período imediatamente posterior à libertação, como vimos, os objetivos de controlar o movimento radicalizado de operários e camponeses, para não turbar o governo de unidade nacional e as alianças internacionais da União Soviética, e de assegurar a passagem da forma monárquica para a forma constitucional republicana, foram atingidos, sobretudo devido ao imenso prestígio que o partido adquirira na luta antifascista. De maneira idêntica, o partido conseguiu manobrar e singrar nas águas turvas e turbulentas dos anos duros da guerra fria, freando aqueles elementos que mantinham o desejo resolutivo de uma revolução súbita e, ainda, mantendo sua hegemonia no principal sindicato e na cultura de vanguarda.

Do ponto de vista do êxito no campo eleitoral e organizativo, não seria equivocado afirmar que a política dos comunistas também colheu importantes vitórias. De um lado, a conquista de governos em várias cidades nas eleições administrativas de 1951 e a derrota da *legge truffa* em 1953 pode ser tributada tanto ao afastamento de setores conservadores meridionais em relação à DC devido à reforma agrária no *Mezzogiorno* quanto à resposta positiva de diversas camadas sociais à campanha pela paz e em defesa dos valores democráticos liberais presentes na Constituição republicana realizada pelos comunistas. De outro, depois da derrota da DC no seu intento de conseguir blindar a coalisão centrista através de uma ampla margem de cadeiras no parlamento com os expedientes da *legge truffa*, o partido conseguiu recolher seu maior número de inscritos na história republicana, 2.145.317, e ainda conseguiu uma confortável recuperação em relação ao decepcionante resultado de 1948, alcançando 22,7% dos votos nas eleições legislativas de 1953 e se afirmando como o principal partido da esquerda, com mais de 10% de votos do que o PSI.

Cabe questionar, todavia, se esses êxitos alcançados enquanto organização partidária que se move no campo da democracia burguesa se reverteram em ganhos para a classe trabalhadora, visto que, enquanto o PCI se reforçava no campo político-eleitoral e organizativo, o grande capital italiano conseguia conduzir sem obstáculos suas ações no campo que era de seu principal interesse: o da reestruturação produtiva e do redimensionamento da política econômica. A intenção do patronato era clara, como vimos na seção anterior deste capítulo, e seguia a clássica fórmula de privatizar os lucros e socializar as perdas, de fazer com que, primeiro, a classe trabalhadora e, depois, o Estado, isto é, todos os contribuintes pagassem a pesada carga da reconstrução do país. O proletariado tinha interesse em se envolver, pelo menos em alguma medida nesse processo, para reduzir o fardo que a reestruturação e o redimensionamento jogariam sobre seus ombros. A solução para este contraste dependia das relações de força entre as classes, da estratégia política e dos instrumentos empregados para conseguir este objetivo. Como afirma Galli, os instrumentos que a classe trabalhadora dispunha eram o PCI e a organização sindical controlada por ele. Colocava-se, portanto, para ambos a questão de como fazer face à dura ofensiva do patronato:

Depende da força de pressão das massas, da capacidade de direção do sindicato, derrubar esse plano [o plano de redimensionamento do grande capital italiano] e transformar as concessões em uma conquista, de modo a difundir confiança na base sobre seus próprios meios de luta, elevar o poder contratual da organização, condicionar a política salarial nas empresas; e, para conseguir estes resultados, é necessário se empenhar em uma luta efetiva<sup>287</sup>.

Ora, é extremamente razoável aceitar a linha oficial dos comunistas, ou seja, aquela de que o período fosse realmente intrincado e que uma luta revolucionária para a tomada do poder viria pejada de incertezas e possibilidades de insucesso. Mas entre uma greve de protesto e uma revolução há uma gama de possibilidades que podem dar origem a períodos de consequência diversos, sobretudo se se pretende construir uma linha autônoma e anticapitalista para a classe trabalhadora. Uma alternativa, como sugere Galli, para fazer face à iniciativa sempre mais resoluta dos grandes grupos industriais seria a de “impedir o fracionamento das lutas nas fábricas individualmente ameaçadas, reagindo com agitações maciças. Agitações que /.../ deveriam se estender a outras fábricas dependentes dos mesmos grupos, aqueles nos quais

---

<sup>287</sup> Galli, *Storia del PCI*, cit., p. 195.

os ciclos produtivos estavam já normalizados e, por essa razão, as greves se prestavam como meios eficazes de pressão”. Porém a escolha dos comunistas segue em sentido oposto, não apoiando tais meios de luta, pelo contrário, patrocinando “longas e estéreis ocupações de fábricas inativas, as quais deixavam indiferentes o patronato”, promovendo “breves e fragmentadas greves, que, de derrota em derrota, chegam ao ponto de fazerem greves com duração de minutos”<sup>288</sup>, enquanto isso o Estado ampliava e esbanjava provisória e estrategicamente antecipações salariais “na expectativa que a situação amadurecesse para a desmobilização e para o redimensionamento”<sup>289</sup>. Ou seja, o grupo dirigente do partido não pretendia chegar, nem mesmo no plano das reivindicações salariais imediatas, a um aberto confronto com o capitalismo italiano. Como observa Galli:

os funcionários do PCI e os ativistas de fábrica por eles influenciados argumentavam que a greve geral não deveria ser uma alternativa, porque haveria consequências de ordem política interna e mesmo internacional, porque não seria necessário dar à burguesia a ocasião que esperava para golpear de vez o movimento operário, porque se aproximam as eleições que permitiriam, essas sim, uma grande afirmação que melhoraria a situação geral...

A partir de 1951, portanto, enquanto os comunistas insistiam em fazer a classe operária acreditar que era potencialmente a nova classe dirigente, nas fábricas começavam as demissões dos militantes mais ativos, ao passo que o objeto do contraste de classe, apresentado pelos comunistas, “não era mais nem o exercício do poder, nem ao menos o parcial condicionamento do ritmo da reconversão fixado pelos industriais, mas a pura e simples redistribuição de renda”<sup>290</sup>. Inobstante a derrota da *legge truffa* em 1953, as relações de forças nos anos subsequentes se conformavam como cada vez mais desfavoráveis aos trabalhadores. A batalha eleitoral nem sequer colocou em discussão algumas questões que o capitalismo italiano estaria disposto a lutar para derrubar. Desse modo, progressivamente, o revés da classe trabalhadora se manifestará. Face a um notável desenvolvimento da produção e da produtividade, as condições dos trabalhadores continuarão estagnadas e bastante penosas. As ocupações continuarão precárias e as ameaças de demissões pairarão como a espada de Dâmocles sobre os trabalhadores. Nessas condições, o ímpeto combativo dos trabalhadores irá

---

<sup>288</sup> Cf Turone, cit., p. 214.

<sup>289</sup> Galli, *Storia del PCI*, cit., p. 187.

<sup>290</sup> Galli, *Storia del Pci*, cit., p.

dar lugar à uma excruciante letargia, ato contínuo, a CGIL assumirá uma postura progressivamente maximalista no discurso e arraigadamente colaboracionista do ponto de vista prático, não alcançando dividendos positivos sequer no que se refere ao aumento da massa salarial<sup>291</sup>. Ginsborg nos oferece uma precisa síntese do período:

Enquanto sobre o prisma político o ano de 1953, com a derrota eleitoral da *'legge truffa'*, assinalou a uma inversão de tendência [para a política institucional], no nível das fábricas os anos mais duros para a CGIL estavam por vir. As greves vinham em contínua diminuição, assim como o número de trabalhadores que delas participavam. Os operários estavam cansados dos apelos rituais à solidariedade política, enquanto o seu senso de impotência crescia na medida em que se acumulavam as derrotas. Muitos entre os novos contratados nas fábricas vinham do mundo rural ou do Veneto e se inscreviam na CSIL, e os órgãos diretivos da CGIL não pareciam muito em sintonia com as necessidades e os sentimentos da base<sup>292</sup>.

Ao renunciar a uma ação independente, ao abdicar do projeto de desenvolver e potencializar organismos de democracia desde baixo, ao negar um projeto de construção da sociedade italiana sobre bases anticapitalistas, os comunistas perderão sua força inclusive nas comissões internas de fábrica, às quais, através do controle exercido pela CGIL, funcionavam como importante instrumento de luta desde o período da libertação. Os representantes dos trabalhadores em tais comissões exercerão cada vez mais uma função inócua dado o nível de repressão às suas ações, como observa Ginsborg:

Aos membros das comissões internas era proibido deslocar-se pela fábrica durante o horário de trabalho, não recebiam qualquer licença remunerada pelas tarefas sindicais, tampouco era permitido dentro das fábricas afixarem avisos ou possuírem qualquer sala para se reunirem. Com similares limitações os representantes dos operários perderam rapidamente terreno para os capatazes, os quais tinham agora plena liberdade para resolver os problemas cotidianos. As direções se negavam a consultar ou colaborar com as comissões internas dominadas pela CGIL e introduziram ao invés “o porrete das ideias” para dialogar com os operários.

<sup>291</sup> Cf. Turone, p. 214 e ss.; Galli, *I partiti politici italiani*, cit., p. 97; Galli, *Storia del Pci*, cit., p. 194 e ss.

<sup>292</sup> Ginsborg, *Storia d'Italia*, cit., p. 229.

Apesar das derrotas da classe trabalhadora, da intensa repressão sobre os mais ativos militantes e do enfraquecimento do sindicato dominado pelos comunistas, O PCI conclui sua ação do período staliniano e da mais intensa guerra fria alardeando seu sucesso político mais importante: conseguiu se consolidar como principal partido da classe trabalhadora, adquirira importante capilaridade entre intelectuais e movimentos culturais e ainda ampliara seu contingente eleitoral. Mas o partido que exsurge da guerra fria, certamente, não era mais aquele de sua origem leninista, que se reclamava marxista revolucionário. Em verdade, ele assumirá feições tipicamente social-democráticas no campo da estratégia e stalinista no campo da prática organizativa. De um lado, o processo de tendencial socialdemocratização que estava presente no imediato pós-guerra será reforçado durante os duros anos da guerra fria e se acentuará ainda mais nos anos subsequentes. A estratégia de conquistas parciais democráticas combinando ações parlamentares com ações das organizações de massa, privilegiando as primeiras em detrimento das segundas, a concepção de consolidação do movimento operário em função do peso que ocupam nas instituições, a aceitação, em prática e teoria, do quadro existente da democracia parlamentar, a visão de transição gradual para uma sociedade socialista, todas características próprias da socialdemocracia estarão presentes nas proposições dos dirigentes comunistas. De outro, o reformismo socialdemocrático do PCI no período *caldo* da guerra fria terá características próprias que lhe darão uma fisionomia particular, dada sua adaptação à forma organizativa stalinista: “o monopolistimo burocrático, a atmosfera de inquisição, o uso congênito da mentira e da calúnia como arma de luta política em uma medida sem precedentes, o obséquio à União Soviética em retribuição ao aporte material e ao prestígio que a URSS conferia ao partido”<sup>293</sup>.

A linha do partido assim o levou a adoção consciente de um programa de conciliação entre as classes, que o conduziu, ao final, aqui não importa o quão consciente tenha sido, a uma colaboração decisiva na própria salvação do capitalismo e uma flagrante contemporização com a sociedade burguesa e com a plethora de iniquidades que esta produz.

No período subsequente, conhecido como de degelo internacional e interno, com o fim da Guerra da Coreia (iniciado em 1950 e encerrado em 1953), a morte de Stálin (1953) e a publicação do Relatório Krushev (1956), os múltiplos sinais dados pela URSS, que anunciavam uma distensão na atmosfera conflituosa da guerra fria e que permitiam acreditar na possibilidade de uma coexistência pacífica entre os dois blocos, a política e a propaganda dos comunistas italianos, como veremos, mesmo que os temas de política exterior perdessem a

---

<sup>293</sup> Galli, Giorgio. **Storia del PCI**, cit., p. 198.9



posição central nos órgãos de imprensa do partido, não conduzem o partido a adoção de uma linha mais autônoma, externamente, e à uma postura mais ofensiva e anticapitalista, internamente.

## Capítulo 4. O degelo internacional e o redimensionamento da política interna do PCI (1953-1955)

### 4.1. Desestalinização e degelo internacional: as reformas políticas e econômicas na URSS

A morte de Stalin em 5 de março de 1953, envolvida por muita comoção e consternação entre os comunistas à oeste da Cortina de Ferro, abriu um período importante para os trabalhadores e dissidentes do leste europeu: a ausência do “grande guia” e da sombra que ele projetava permitirão uma abertura para a confrontação de seu legado e de suas práticas. A rigor, o *spolium* deixado pelo “pai tão amado” para seus auxiliares mais próximos era extremamente pesado e lhes deixavam em uma desconfortável situação de partilha. Na visão staliniana, como vimos, o socialismo há jávia sido construído na União Soviética e a marcha triunfante no sentido de alcançar o comunismo era algo para se esperar para um período não tão distante. Porém, como aponta Claudín, por detrás dessa “fachada panglossiana”, se escondiam graves problemas econômicos e se agudizavam as contradições sociais:

A crise da agricultura, fenômeno crônico desde a coletivização forçada, se havia agravado nos últimos anos de Stalin, chegando ao extremo de que a produção de trigo em 1953 fosse inferior à de 1913. No setor industrial se multiplicavam os desajustes caóticos e os incalculáveis desperdícios, provocados por uma planificação ultracentralizada e burocrática. Nem a indústria leve nem a agricultura podiam satisfazer a demanda por artigos de primeira necessidade. O problema da habitação continuava sendo o pesadelo de grande parte da população. No plano internacional continuava a guerra fria, e o desmedido orçamento militar do regime pesava terrivelmente sobre a economia do país. Por último – e sem que a enumeração seja evidentemente exaustiva –, a inquietante herança deixada por Stalin incluía o problema da repressão em massa, instrumento fundamental, há décadas, da conservação e da reprodução do sistema<sup>294</sup>.

A confrontação a essas contradições tem sua primeira demonstração de força no levante dos trabalhadores de Berlim, na primavera de 1953, que marca o fim do programa de industrialização forçada nos países do bloco soviético. O mesmo descontentamento, embora de maneira mais tímida, será demonstrado imediatamente na Tchecoslováquia e em outros países

---

<sup>294</sup> Claudín, Fernando. **A oposição no “socialismo real”**, cit., p. 3.

do leste europeu. Os trabalhadores, indignados com os cortes salariais (camuflados pela propaganda oficial como “normas de trabalho mais elevadas”), contestavam e renegavam o regime que tanto os emulavam e os glorificavam. A severa disciplina do trabalho vigente na fase “heroica” do stalinismo era colocada em questão e a necessidade de uma postura mais conciliatória entrava na ordem do dia.

Nesse sentido, como afirma Giorgio Galli<sup>295</sup>:

L’ostacolo principale nel quale la classe dirigente russa si imbatte è precisamente questo che è fenomeno tipicamente economico: a un certo punto i risultati di lavoro conseguibili con mezzi puramente coercitivi non compensano il costo che richiedono, e questo vale tanto per lo scienziato cui il timore vieta di pensare liberamente, quanto per l’operaio il cui único incentivo è la minaccia delle misure disciplinari. A un certo grado del suo sviluppo anche il capitalismo occidentale, sia pure condizioni molto diverse, si trovò di fronte a questo problema per quanto concerneva la produttività del lavoro. Se una società agli inizi del processo di trasformazione tecnologica può basarsi su un massimo di coerzione e su un mínimo di consenso per garantire il ritmo produttivo, una società, nella quale questo processo sai avanzato deve modificare il rapporto tra i due elementi.

O ocaso da fase “heroica”do stalinismo colocava, portanto, o problema da desestalinização (política e econômica). Os comunistas do leste e do oeste precisavam enfrentar com urgência as novas demandas que lhes eram colocadas. Com isso, uma luta acerbada desenrola na disputa pela sucessão no topo da pirâmide burocrática soviética e os vértices comunistas hesitavam sobre como o partido reagiria à desestalinização. Abre-se aí um debate interno ao partido soviético. De um lado, liberalizadores apontavam que as contestações populares que passavam a ganhar capilaridade e força demonstrando a necessidade de mudanças mais sentidas e que medidas de distensão acompanhadas por reformas políticas para redimensionar o aparato repressivo, expurgando seus excessos, seriam necessárias; de outro, os stalinistas mais ortodoxos replicavam e apresentavam as contestações como sinais de pânico estimuladas por cisões que vinham acontecendo na cúpula do partido após a morte de Stalin. À frente dos liberalizadores havia figuras poderosas, como era o caso de Krushev, que, mais

---

<sup>295</sup> Galli, Giorgio. **Storia del Pci**, cit., p. 201.

adiante, em 1955, anuncia publicamente a ideia de retomada de “vários caminhos para o socialismo” e acena para a reconciliação com a Iugoslávia de Tito.

A execução da pena de morte de Lavrentiy Beria, em 23 de dezembro de 1953, marcara a ascensão do grupo dos liberalizadores. Beria, principal figura dos processos de expurgos dos anos 1930, um dos poucos homens de confiança de Stalin, e recém-nomeado ministro do Interior, fora preso e acusado de ser responsável pelo assassinato de Zdanov e de ter preparado o assassinato de outros dirigentes leninistas. Fora responsabilizado também por liderar um complô contra o poder soviético e de colaborar com o imperialismo americano.

A rigor, ao adjudicar os erros e desvios à Beria, a um único indivíduo, procurava-se deixar sã e salva a classe dirigente russa, também corresponsável pelos expurgos dos anos 1930 e pela estrutura policialesca do Estado, mas que ainda ocupavam postos de comando no partido. A sua liquidação representava a derrota de um possível governo formado no triunvirato Malenkov-Molotov-Beria. O desiderato desse grupo, de efetuar uma passagem sem sobressaltos da ditadura pessoal de Stalin a um poder mais distribuído, definido como de “direção coletiva”, resta assim frustrado.

Os anos de 1953 a 1955 parecem, com isso, anunciar que os substitutos de Stalin estavam dispostos a conduzir transformações decisivas não apenas nas suas relações internas (tanto na sua política econômica como no regime político) como também na política internacional.

No plano internacional, uma política de arrefecimento do conflito com os Estados Unidos e seus aliados europeus começa a ser colocada em movimento. Após a cristalização política dos anos duros da guerra-fria, a partir de 1953, vários sinais da distensão começam a se multiplicar. Na primavera de 1953, a URSS retira suas reivindicações territoriais na fronteira turca. Em janeiro-fevereiro de 1954, reunidos na Conferência de Berlim, os ministros do exterior da URSS (Vyacheslav Molotov), EUA (John Foster Dulles), França (Georges Bidault) e Grã-Bretanha (Anthony Eden), concordaram em convocar uma conferência mais ampla para solução da questão coreana e indochinesa, que ocorrerá em abril do mesmo ano em Genebra. Ainda em Berlim, a URSS acorda em se retirar da Áustria, desde que esta se tornasse um país neutro. Esse rearranjo nas relações diplomáticas fazia Krushev confiar na possibilidade de uma “coexistência pacífica” e crer que poderia encontrar no tabuleiro político internacional uma situação favorável para a condução do processo de desestalinização das estruturas política e econômica soviéticas.

Ao empreender o novo curso, a URSS mudou assim sua posição de força, mesmo que suas posturas sejam muitas vezes cambiantes. De todo modo, o sistema colonial, de fato, estava se transformando e alguns dos principais conflitos relacionados a este processo estavam terminando: em julho de 1953, a Guerra da Coreia acabou, enquanto em maio de 1954 o Viet Minh do comandante Giap havia derrotado os franceses em Dien Bien Phu, e em julho foram assinados os acordos de paz, com a divisão em dois Vietnams, tendo como linha divisória o paralelo 17. A retomada das reuniões diplomáticas nos mais altos níveis e a organização de conferências internacionais como as de Berlim e Genebra citadas acima atesta o clima político mundial alterado.

Os próprios Estados Unidos alternavam das abordagens mais agressivas, como as ameaças de *rollback* de J.F. Dulles às posições mais conciliadoras tomadas pelo próprio Eisenhower e às vezes pelo próprio Dulles. As posições soviéticas também não eram unívocas: enquanto Vysinskij na ONU propôs a interdição da bomba H, Molotov derrubou no ano seguinte tal reivindicação, alegando que uma guerra nuclear não traria o fim da civilização, mas apenas do capitalismo "em putrefação". De todo modo, o confronto entre os dois blocos da Guerra Fria entrou em uma fase mais estruturada, cujos pontos cardeais foram fixados em maio de 1955, com a assinatura do tratado de paz com a Áustria e a retirada das tropas soviéticas daquele país, com a recuperação da soberania total da Alemanha Ocidental e sua entrada na OTAN e com o estabelecimento do Pacto de Varsóvia.

No campo interno, por seu turno, os novos dirigentes propõem uma série de programas que visava a ampliação da produção agrícola e a aceleração da produção dos bens de consumo. Ademais, poucos dias após a morte de Stalin, se revisa o código penal e suprime a responsabilidade criminal por "delitos econômicos", no sentido de diminuir a disciplina de caserna que recaía sobre os operários das fábricas e sobre os kolkhosianos. A descriminalização dos "delitos econômicos" e o fim da obrigatoriedade de fornecimento de alimentos para o Estado tinha o objetivo de reduzir o caráter coercitivo excessivo, claramente extra-econômico, e arbitrário, legado pelo regime de Stalin. Outrossim, a gradual substituição do salário por peça pelo salário por hora demonstra a disposição do novo regime para aplacar as formas mais abusivas de apropriação do sobreproduto.

No entanto, o foco principal das transformações econômicas estava na agricultura. Medidas econômicas que visavam reduzir o descontentamento camponês, tais como a diminuição dos tributos pagos pelos kolkhozes e a extinção nas cotas obrigatórias de entrega de produtos, se fizeram seguir por aumento do preço dos produtos agrícolas e, junto a isso, o Estado

passou a comprar os produtos alimentares necessários ao abastecimento das cidades. O Estado também garantiu o aumento do salário dos kolkhozianos, que passaram a ser pagos em dinheiro, além da ampliação de crédito para compra de máquinas, que deixavam de ser produtos do Estado<sup>296</sup>.

Ademais, Krushev diminui fortemente os gastos com defesa e com o orçamento militar. Tomou a decisão pessoal de reduzir em um milhão e duzentos mil homens o contingente do exército. Ao mesmo tempo, reduziu as pensões dos oficiais da KGB e decidiu depurar e reorganizar os serviços policiais, submetendo-os aos organismos do partido. Tais reformas buscavam limitar os traços excessivos e os aspectos mais arbitrários do regime soviético. Todavia, na prática, não acabava como o caráter repressivo do regime, mas buscava submeter as forças armadas e sobretudo a polícia política – a qual exercia o terror sobre a população e aos dissidentes considerados “inimigos do povo” – ao controle do partido. O caráter autárquico que a polícia política detinha passa a ser mitigado. Os tribunais de exceção conduzidos por ela são desestruturados e passa-se a defender o que se chamou à época de *legalidade socialista*, renunciando a tônica que será adotada três anos depois no XX Congresso do PCUS.

Como afirma Roy Medvedev, após os acontecimentos de 1953, o partido “conseguiu estabelecer o controle real sobre os organismos de segurança do Estado; seus efetivos e suas funções foram consideravelmente amputadas”<sup>297</sup>. Nesse sentido, Rodrigues ressalta algumas outras medidas que foram tomadas para retirar o caráter ditatorial do Estado. Dentre elas:

Concedeu-se anistia aos condenados com menos de 5 anos de prisão, o que deu liberdade à grande maioria da população das colônias de trabalho (ITK's), além da redução pela metade das penas maiores, atingindo o conjunto dos presos políticos detidos nos campos de trabalho (ITL's).

A par dessas medidas, como um prelúdio das denúncias que serão feitas três anos depois, o partido começou a contestar a direção unipessoal, afirmando o caráter coletivo da direção política. O respeito à *legalidade socialista*, uma espécie de *rule of law* soviético, vai se

---

<sup>296</sup> Rodrigues, Robério. **O colapso da URSS: um estudo das causas**. São Paulo, Tese de Doutorado – USP, 2006, pp. 128 e ss.

<sup>297</sup> Medvedev, Roy. *Staline et le stalinisme*. Paris, Edition Albin Michel, 1979, p. 227.

tornar discurso oficial do partido. As leis deveriam ser aplicadas por tribunais e não mais com a excepcionalidade própria da polícia política.

Tais medidas, todavia, estavam longe de representar uma efetiva democratização da sociedade soviética. É fato que o terror e o poder arbitrário da polícia política foram rompidos, que os imensos campos de concentração foram dissolvidos (mesmo que não completamente, como denunciado posteriormente), que o antigo código draconiano de trabalho na indústria fora abolido, que fora estabelecido uma sorte de *New Deal* ao campesinato kolkhose<sup>298</sup>. Inobstante, a repressão e o controle policial não cessaram; apenas passaram a ser monitorados pelo partido e tornaram-se mais seletivos do que no regime de terror e de férrea ditadura de Stalin.

Em síntese: o Estado ditatorial e policial havia sido desmontado, mas muitas de suas estruturas permaneceram. A questão para os novos dirigentes, vale dizer, não era, portanto, transformar, qualitativamente, de um lado, as estruturas econômicas, transferindo para operários e camponeses o controle das fábricas e da produção no campo, e de outro, as estruturas políticas, democratizando as decisões políticas. O escopo era tão somente limpar essas estruturas de “algumas excrescências”<sup>299</sup>. Isto porque a URSS já havia mudado completamente a direção do Estado e do partido em relação aos caminhos dados nos primeiros anos da Revolução de Outubro. Do mesmo modo, a direção do partido e do Estado da URSS não tinha o mesmo caráter que possuíam os revolucionários bolcheviques. A direção, revolucionária nos primeiros anos, se convertera, progressivamente, durante o regime social e político arquitetado por Stalin, em uma nova classe dominante. Não se tratava mais de um regime socialista, tampouco de um regime de transição socialista, pela simples razão de que as experiências democráticas do início da revolução foram todas liquidadas. É fato também não se tratar de um regime social e político do tipo do capitalismo ocidental. Mas dada a manutenção de um regime dividido entre classes dominantes (burocracia do Estado e do partido) e dominadas (operários e camponeses subordinados), mesmo que não seja do tipo capitalista, as contradições e conflitos que surgem não podem ser suprimidos.

A destruição de todo germe de democracia socialista impossibilitou que os trabalhadores se tornassem progressivamente proprietários dos meios de produção e gestores efetivos das instituições econômicas, políticas e sociais. Os projetos e ações reformadores da

---

<sup>298</sup> Deutscher, Isaac. **Ironias da História**: Ensaios sobre o comunismo contemporâneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 151.

<sup>299</sup> Claudín, Fernando. **A oposição no “socialismo real”**, cit., p. 7.

classe dirigente soviética em nenhum momento apontavam para uma democratização desde baixo; não apontavam nem mesmo para o exercício da ditadura democrática dos trabalhadores e, mesmo que mistificadamente se proclamasse socialista ou comunista, não ultrapassava a função de ditadura de uma nova classe sobre a classe trabalhadora.

#### *4.2. Desestalinização e o redimensionamento da política dos comunistas italianos*

Os ventos reformadores da desestalinização que sopravam desde Moscou pareciam começar a fazer efeito nos comunistas italianos. O impacto do processo de renovação do PCUS e do regime que comandava será imediato na Itália e a necessidade de transformação na linha política calará fundos no PCI.

Vale dizer, no entanto, que os dirigentes comunistas italianos herdaram do PCUS não apenas os juízos descabidos sobre o significado da figura de Stálin e sobre a construção do socialismo na URSS. A mesma adoração acrítica à figura de Stálin e ao regime soviético havia sido adotada em relação à Togliatti. Não raramente, seu papel na construção inicial do partido era sobrevalorizada assim como suas obras e as de Gramsci eram citadas e apresentadas quase como “textos bíblicos que deveriam servir para as prédicas dominicais”<sup>300</sup>. Outro aspecto fundamental transferido do PCUS para a Itália foi a organização hierárquica do partido e a ausência de democracia interna. O partido de massa criado por Togliatti adotara a versão do centralismo democrático própria dos partidos da Terceira Internacional. Era comum no partido a defesa do ideal dos soviéticos, do controle operário, da democracia direta, mas, na prática, o que se tinha era o poder real concentrado nas mãos do secretário-geral e as decisões passando do vértice para a base e não o contrário, como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho.

Essa conformação do partido passa a ser contestada, mesmo que de maneira controlada. Com efeito, seguiu-se ao degelo internacional acenado por Krushev, um redimensionamento da política do partido no que se refere à sua organização interna e à composição dos vértices do PCI. A velha guarda do PCI vai sendo colocada de lado, como foi o caso do segundo grande expoente do partido, Pietro Secchia, designado para a célula regional da Lombardia, e emergem com cada vez mais prestígio e maior autoridade os chamados “jovens” da segunda geração: como Giorgio Amendola, Pietro Ingrao, Mario Alicata, Luigi

---

<sup>300</sup> Ginsporg, Paul, *Storia d'Italia*, cit., p. 237.



Longo e Giancarlo Pajetta. Togliatti permanece como o mais prestigiado e indiscutível líder do partido, mas o culto à personalidade que havia sido forte na agremiação política italiana passa a ser afastado, sobretudo nas páginas do *L'Unità* e do *Rinascita*.

Em um artigo publicado no *Rinascita*, em 1953, sobre os problemas a serem enfrentados pela direção do partido, Edoardo D'Onofrio, destacado quadro da direção do partido e que havia desempenhado papel ativo na constituinte italiana, traduz essa tendência de renovação com uma dura crítica ao espírito rígido e personalista herdado dos *ex-partigiani*. Segundo ele, certos métodos e mentalidades como aqueles dos *ex-partigiani* “levaram e transferiram para nossa organização o seu espírito combativo, sua ordem e sua disciplina, o que é, sem dúvida, algo benéfico, porém trouxeram também um ponto de vista e de funcionamento extremamente rígido e um método de direção extremamente personalista”. Do mesmo modo, aqueles quadros formados no cárcere e no confinamento transferiram “para a vida do partido e das organizações de massa o seu maior conhecimento da doutrina marxista e leninista, porém, muitas vezes, trouxeram também uma certa limitação de movimento político e um método de direção personalista e opressor”<sup>301</sup>. Às críticas de D'Onofrio, seguem na mesma esteira os anátemas lançados por Giorgio Amendola, em dezembro de 1954, no mesmo órgão de imprensa. Amendola, em ocasião da preparação para a IV Conferência Nacional do PCI, acusa o partido por ter recaído em “incrustações burocráticas”, de ter construído “métodos de direção pelo alto”, lamenta “a existência no partido de zonas de passividade” que ignoravam o fato de não existir “ocasiões históricas que não sejam criadas pelo povo”<sup>302</sup>.

A linha seguida por D'Onofrio e Amendola refletia, no entanto, as novas diretrizes dadas pelo secretário-geral e a marca que ele queria imprimir no partido, aberta a fase de degelo. Nos órgãos de imprensa do partido, temas como os de política internacional vão se tornar cada vez mais raros ou redesenhados. A defesa da URSS e os ataques contra a OTAN, como exigidos pelo Cominform, passam a ser atenuados. Outros temas passam a emergir a partir de então. Assumem cada vez mais destaque discussões como as relativas à questão

---

<sup>301</sup> D'Onofrio, Edoardo. “Il problema della direzione collegiale nel PCI”, in *Rinascita*, n. 10, 1953, pp. 628-632.

<sup>302</sup> Amendola apud Mammarella, *Il partito comunista italiano*, cit., p. 112.

meridional e ao problema da terra<sup>303</sup> assim como aquelas relativas à ação operária na fábrica e sobre novas formas de organização sindical<sup>304</sup>.

Outro ponto no qual avançará a estratégia do partido será o da política de alianças, renunciando a retomada da busca pela via italiana para construção do socialismo que Togliatti realizará em 1956. D’Onofrio, que já iniciara o degelo interno com a discussão sobre a democracia interna no partido, retomará a discussão sobre a questão das alianças:

La estensione delle alleanze oggettivamente possibili intorno alla classe operaia è determinata dall’obiettivo stesso, dallo scopo che le forze democratiche si pongono nel nostro paese. In altri termini: se lo scopo è di isolare il nemico comune (i *trusts*, i grandi agrari alleati, gli imperialisti stranieri), tutti gli altri ceti le altre classi social sono oggettivamente alleati possibili delle forze avanzate che dirigono la lotta contro il nemico<sup>305</sup>.

Motivados pela vitória eleitoral contra a *legge truffa* e pelo início do distencionamento internacional com o reordenamento kruscheviano da política internacional após a morte de Stálin, os comunistas italianos retomam assim o conchama para uma política de aliança com o escopo de conquistar sobretudo a base da DC. Em um dos textos mais significativos do período, intitulado *Per un accordo tra comunisti e cattolici per salvare la civiltà umana*, Togliatti convida comunistas e católicos a construir uma “política de paz”. A edificação de um alicerce comum para tal aliança, segundo Togliatti, estaria no combate à ameaça da destruição da humanidade por uma guerra termonuclear, que teria como palco justamente as zonas mais populosas do planeta:

Le zone minacciate di questa fine, poi sono effettivamente le zone più popolate del mondo, quelle dove la civiltà è andata più avanti, sono cioè le zone degli Stati Uniti d’America, delle isole inglesi, dell’Europa occidentale, le parti più popolate e

---

<sup>303</sup> As eleições de 1953, que representaram um importante crescimento nos votos no partido, trouxeram um deslocamento geográfico de sua composição. O PCI passava a ganhar relativa força no Sul enquanto via desidrar os votos na Itália setentrional (Cf. Galli, Giorgio, *Storia del Pci*, cit., p. 208).

<sup>304</sup> O enfraquecimento da CGIL e o crescimento tanto dos sindicatos católicos como dos patronais acendiam o sinal de alerta exigindo uma nova abordagem face a questões ligadas às relações de trabalho e à organização sindical.

<sup>305</sup> D’Onofrio apud Mammarella, *Il partito comunista italiano*, cit., p. 112.

progredite del continente asiatico, il bacino mediterraneo, e così via. Si trata dela sede, in una parola, dela odierna civiltà<sup>306</sup>.

A ameaça representada pelo que chamou de a “estrada americana”, ou seja, o caminho da destruição nuclear da humanidade que representavam os Estados Unidos da América com seu potencial nuclear, seria o campo comum que poderia colocar em diálogo e reunir na mesma luta ideologias diversas, comunistas e católicos.

Como postula Sassoon, Togliatti ao propor uma coalizão interna para a luta antinuclear, tomava uma posição que julgava ser aceitável por um amplo setor da opinião pública, uma posição que não coincidia imediatamente com aquela adotada pela URSS – já nos referimos a postura pendular de Vysinskij e Malotov – e, nesse sentido, seria capaz de angariar simpatizantes de outros campos político-ideológicos. Assim, acreditava ser possível apresentar o partido novamente como “consciência do povo italiano, como partido que colocava a nação à frente da política de partes, como partido da unidade e da reconciliação do povo italiano, como o partido ‘nacional’”<sup>307</sup>. Buscava assim colocar o partido no leito de uma política nacional, ao passo que denotava “a intenção de Togliatti de fazer todos os membros do partido compreender que pensar uma revolução na Itália contra as massas católicas era um sonho perigoso”<sup>308</sup>. Em *I problemi di fondo*, publicado em fevereiro de 1955 no *Rinascita*, advoga o secretário-geral que:

A noi sembra evidente – e lo abbiamo sempre detto e dimostrato – che sarebbe impossibile e persino assurdo voler escludere dalla vita e direzione politica quelle masse della popolazione lavoratrice che sono di orientamento cattolico. Per questo abbiamo sempre detto, non solo che a queste masse devono essere chiariti, con paziente lavoro di persuasione, i termini reali dei problemi sociali e politici internazionali e italiani, ma anche un rinnovamento sociale del nostro paese non possono oggi essere attuati seriamente se non da un raggruppamento che si fondi sulla intesa e collaborazione tra queste masse e quelle che già seguono i grandi partiti dei lavoratori, comunista e socialista. Altrettanto evidente è, d'altra parte, che per realizzare il monopolio politico clericale era invece necessario fare delle masse di orientamento cattolico il sostegno elettorale (e quindi parlamentare) di governi conservatori e

---

<sup>306</sup> Togliatti, Palmiro. “Per un accordo tra comunisti e cattolici per salvare la civiltà umana”. In: Idem. **Opere**. Vol. V., cit., p. 835.

<sup>307</sup> Sassoon, Donald. **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 153.

<sup>308</sup> Sassoon, Donald. **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 153.

reazionari di grande borghesia il cui consenso ed appoggio era indispensabile ai clericali per diventare i padroni del paese<sup>309</sup>.

A transformação social e econômica na Itália seria possível apenas alicerçada em uma aliança entre as massas comunista e socialista e as massas católicas, vez que Togliatti as diferenciava dos dirigentes católicos, procurando assim separar as bases progressistas de suas elites tradicionais e em alguns casos até mesmo reacionárias.

Está claro que Togliatti tinha como objetivo a retomada da unidade democrática antifascista que defendera no pós-guerra. Desiludido, todavia, com a cúpula da *Democrazia Cristiana*, compreendida como conservadora e reacionária, buscava dialogar com a base do partido católico e fomentava a mesma atitude nos militantes de seu partido. O sensível tema da destruição em massa da humanidade era a forma de trazer a política bélica internacional para o cotidiano do povo italiano. Já no que se refere aos problemas políticos e econômicos internos, insiste na tese do colapso do capitalismo italiano e na necessidade de um tipo de Estado que fosse capaz de controlar a sanha dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais.

Em seu diagnóstico sobre a economia italiana dos anos 1950, realizado em *Per un nuovo indirizzo della politica italiana*, ele permanece na defesa de que o capitalismo italiano sofria de estreiteza orgânica e permanente de seu mercado interno e não existiria mais possibilidades de saídas por meio de aventuras imperialistas como no passado. Esta estreiteza orgânica era tributada “ao desenvolvimento insuficiente da agricultura e aos baixos salários industriais e agrícolas e, devido a isso, à pobreza difusa em largas zonas do país; aos graves e insuperáveis desequilíbrios regionais; aos preços dos monopólios, que oprimem não apenas aos consumidores, como também aos pequenos e médios produtores”. A razão para a Itália se encontrar nessa situação estava no fato de ter o capitalismo italiano chegado precocemente à fase monopólica, tanto da produção como do crédito, sem passar pela fase intermediária de potente desenvolvimento industrial, como acontecera como os demais países avançados. Esse processo de desenvolvimento constituiu uma estrutura das classes dominantes na Itália na qual se apresentavam “velhas e novas castas privilegiadas, egoístas e fechadas, que se tornaram proprietárias de modo monopolístico” e assim se “apropriavam das grandes fontes da riqueza nacional”<sup>310</sup>.

---

<sup>309</sup> Togliatti, Palmiro. “*I problemi di fondo*”. In: Idem. **Opere**. Vol. V., cit., p. 913.

<sup>310</sup> Togliatti, Palmiro. “*Per un nuovo indirizzo della politica italiana*”. In: Idem. **Opere**. Vol. V., cit., p. 773.

O novo endereço que a política italiana deveria adotar caso buscasse sair dessa condição não se distancia daquelas já defendidas no *VII Congresso* do PCI, portanto, não se distingue da alternativa keynesiana contida no *Piano del Lavoro* apresentado pela CGIL em 1950. Vejamos:

Questo nuovo corso deve tendere essenzialmente e con misure appropriate a una estensione del mercato interno, degli investimenti e di tutta l'attività produttiva. Ma questo non potrà ottenersi se non, da un lato, con misure di controllo del grande capitale monopolistico e di limitazione dei suoi diritti assoluti e d'altro con misure dirette a migliorare decisamente la situazione dei lavoratori delle città e delle campagne.

/.../

Il nuovo corso di politica economica che noi rivendichiamo richiede una azione di guida da parte degli organismi del governo collegati strettamente con gli organismi in cui sono raccolte le grande masse dei lavoratori. Una parte del nostro apparato produttivo di fatto è oggi nelle mani dello Stato, ma il governo lascia che questa parte venga gestita da monopolisti privati, nel loro proprio interesse. Questa situazione deve essere modificata, così come deve essere modificata la situazione per cui gli organismi governativi di solito, aprendosi un conflitto di lavoro, considerano vitate soltanto la difesa degli interessi di una delle parti, quella dei grandi capitalisti monopolistici, trascurando, e alle volte persino cercando di mettere al bando, le grandi organizzazioni dei lavoratori, che invece raccolgono la forza via, produttiva della nazione<sup>311</sup>.

Isto porque, para Togliatti, mais uma vez, a Itália não se encontrava “em uma situação na qual se devesse requerer a transição para uma economia direta, isto é, para uma economia de tipo socialista”<sup>312</sup>. Nota-se que o que está em questão na teorização togliattiana não são os meios que devem ser encontradas para superar a apropriação privada da produção social, ou seja, as formas de controle operário da produção e da distribuição da riqueza coletiva. É colocada tão somente a necessidade de se controlar os grandes monopólios, de se difundir mecanismos para defesa do salário dos operários e criar formas de se garantir créditos e preços agrícolas satisfatórios para os camponeses, tudo isso sobre a direção de “organismos de governos coligados com organismos da massa trabalhadora”.

<sup>311</sup> Togliatti, Palmiro. “*Per un nuovo indirizzo della politica italiana*”, cit., pp. 776-777.

<sup>312</sup> Togliatti, Palmiro. “*Per un nuovo indirizzo della politica italiana*”, cit., pp. 776.

Como se coligariam os interesses dos organismos de governo com os organismos da classe trabalhadora cidadina e camponesa na estratégia de Togliatti para dar um novo curso à política econômica italiana? Qual o *locus* do encontro desses dois interesses? Fiel à sua concepção de transição democrática-parlamentar, Togliatti defende novamente o parlamento como instrumento de transformação e como campo privilegiado para que tais interesses fossem unidos:

Se vogliamo evitare i pericoli che ho indicato è necessario che sia abbiamo notevoli successi nella azione che abbiamo iniziata per un nuovo indirizzo della politica italiana in tutti i campi. **Questa azione si deve sviluppare nel parlamento, dove noi dobbiamo essere continuamente presenti e attivi per chiedere che vengano approvate quelle misure che possano contribuire a creare un nuovo indirizzo politico.** Da qualunque parte vengano proposte, noi approveremo queste misure, e se avessimo davanti un governo che si muovesse consapevolmente in quella direzione, contribuiremmo a mantenerlo in piedi<sup>313</sup>.

O evolucionismo democrático parlamentar togliattiano o afasta, assim, da visão leninista do parlamento como uma tribuna de luta da oposição revolucionária. O que para Lenin era instrumento tático, para Togliatti se transforma em estratégia. Isto põe em causa, de um lado, o conceito e a necessidade histórica da ditadura do proletariado e, de outro, supõe uma concepção de socialismo parlamentar, como defendemos ao longo deste trabalho. (Ao desenvolver de maneira mais orgânica, entre 1956 e 1964, sua concepção de via italiana para o socialismo, a elisão do conceito de ditadura do proletariado – ou pelo menos sua não aplicação em países de capitalismo avançado – e a assunção dos pressupostos do socialismo democrático parlamentar, se tornarão ainda mais evidente).

As formas diretas de exercício democrático, que começavam a partir do controle operário da produção, e alcançavam a função de direção para a qual à classe trabalhadora ia se forjando na luta contra os adversários de classe, perdem portanto o sentido na visão togliattiana. A democracia representativa, ancorada em um movimento de massa robusto conduzido pelo partido, era o horizonte de sua estratégia. A aproximação buscada com a base católica, substituindo o apelo classista pelo recurso à preservação da humanidade, pretendia fazer o partido singrar em melhores condições nas águas turvas e sempre revoltas do parlamento

---

<sup>313</sup> Togliatti, Palmiro. “*Per un nuovo indirizzo della politica italiana*”, cit., pp. 785.

italiano até conduzir os comunistas ao porto seguro das instituições do governo central. Ou seja, o partido comunista italiano, já alçado à condição de partido de massa e de partido nacional, voltava a se apresentar em condições de se erguer à condição de partido de governo. A concepção de partido novo parecia encontrar novamente condições favoráveis para se concretizar.

Esse ponto de vista lhe conduz a erros ingentes. A derrota da *legge truffa* (lei trapaça) em 1953 e, ato contínuo, as mudanças na direção da DC após a morte de De Gasperi, em 18 de agosto de 1954, fazem-no acreditar na possibilidade de uma “abertura à esquerda” e da presença dos comunistas em uma aliança governativa. As vitórias da indicação de Giovanni Gronchi ao invés de Cesare Merzagora para a presidência da República e a designação de Antonio Segni no lugar de Mario Scelba para presidência do Conselho de Ministros, ambos da ala mais progressistas da DC, foram apresentadas como exemplos de sucesso da ação política do PCI nas eleições que sinalizavam para uma possível concertação.

Todavia, as contradições internas à DC permitiam a mudança de nomes sem qualquer transformação em sua fórmula de governar, em consequência, o entusiasmo com a vitória eleitoral e com a possibilidade de uma guinada à esquerda dos democratas-cristãos será frustrado com as constantes derrotas movimento sindical comunista. Se com os apelos aos católicos, Togliatti desejava reforçar o PCI como organização de massa, o resultado veio na contracorrente.

Entre 1953 e 1954, o grande capital italiano não se abalou com a derrota no plano político, isto é, não se vergou ao contratempo representado pela não aprovação da lei majoritária. Neste período, o capitalismo italiano, antes que se precipitar para o abismo, entrava em uma fase de adequação tecnológica, nos setores de maior relevo, que demandava tranquilidade nas fábricas e maior disciplina por parte dos trabalhadores. Isso faz com que os empresários, no verão de 1953, empreendam um duro ataque em relação às posições ocupadas pelos militantes comunistas nas empresas.

A primeira grande derrota do movimento operário ocorrerá em 8 de maio de 1953. As três maiores organizações sindicais (CGIL, UIL e CISL) firmaram um acordo com a Cofindustria sobre o funcionamento interno das comissões de fábrica. Por esse acordo, em prática, os componentes das comissões internas subordinavam suas atuações à autorização da direção das empresas. A CGIL se esforçou em explicar que tal acordo não prejudicaria a atividades das comissões internas, mas, em 6 de agosto do mesmo ano, a direção da Fiat não permitiu o afastamento dos delegados das comissões internas para realizar atividades sindicais,

algo possível antes do acordo. Todas as greves no ano terminaram com derrotas ou vitórias pífiyas, inclusive a greve geral do dia 24 de setembro. Nos anos seguintes, as derrotas e a perda de prestígio da CGIL se tornou ainda mais acentuadas. Em março de 1955, a Fiom/CGIL, nas eleições para representantes de fábrica da FIAT, despencou de 63% para a casa dos 36%, enquanto a católica CISL ergueu sua participação para 41%, superando pela primeira vez a representação comunista, enquanto a social-democrata UIL alcançou 23%.

Nas semanas sucessivas, a CGIL perde também eleições para comissões de fábrica em outras importantes empresas tidas como fortalezas dos comunistas, como a Falck (metalurgia), a Innocenti (motocicletas) e as Officine Meccaniche (automóveis). Resta claro assim que a vitória na luta política (lei majoritária) não viera acompanhada de êxitos na luta econômica no chão da fábrica.

A generalização do fenômeno passa a preocupar a direção comunista que pensava poder sempre contar com a base operária do partido e que passava a ver na perda de seu prestígio nas fábricas um sinal de possível enfraquecimento de seu poder político. A secretaria do PCI, em 5 de maio de 1955, recebe da Federação Turinense um diagnóstico sobre os motivos do enfraquecimento. As causas eram atribuídas, como de costume, às táticas do inimigo: à perseguição, à discriminação e ao *divide et impera*, aplicados pela direção da FIAT, mas, à contragosto, se admitia também alguns de seus próprios erros: “Ad un certo punto si è perso il contato con i problemi più sentiti che sorrevano nella fabbrica, e la lotta è stata continuata prevalentemente sulla base di impostazioni generali, nazionali, non più corrispondenti appieno alle concrete condizioni della Fiat”.<sup>314</sup>

Di Vittorio, em sua análise, mantém o mesmo *modus operandi* da direção turinense do partido. Em princípio, no L’Unità, em março de 1955, lança sua crítica ao que entende como uma atuação terrorista do monopólio automobilístico italiano: para ele, na FIAT vencera “a violência, a chantagem, o terror patronal com o espectro do desemprego e da fome”. Defende que oscilações tão bruscas na composição da representação poderia ser razoável em campanhas eleitorais, entre uma legislatura e outra, porém “sem se verificar nenhum fato clamoroso que se explique uma mudança tão espontânea na orientação de um número tão grande de trabalhadores, nenhuma pessoa racional pode crer que tal fato se deu sem uma intervenção terrorista do monopólio FIAT”<sup>315</sup>. Contudo, o declínio do prestígio e o abalo na confiança em relação à atuação dos comunistas entre os operários da zona mais industrializada da Europa rendem, no

<sup>314</sup> Apud Sassoon, Donald. **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 154.

<sup>315</sup> Apud Galli, Giorgio, **Storia del PCI**, cit., p. 211



mês seguinte, uma autocrítica pelo dirigente sindical comunista. Em abril de 1955, falando em uma convenção interna do sindicato, ele busca lançar luz sobre a trajetória equivocada assumida tanto pelo PCI como pela CGIL: “Na realidade, não fizemos um exame minucioso das mudanças que ocorreram nas empresas, em relação aos diferentes aspectos da vida produtiva, à organização técnica e à estrutura dos salários. Temos pecado em generalismo e esquematismo, aplicamos fórmulas e linhas inadequadas e insistimos, mesmo quando a realidade particular da fábrica tomou novas formas, e se tornaram novos os métodos e as armas que o inimigo começou a usar contra nós”<sup>316</sup>.

Luciano Gruppi, um dos principais teóricos defensores da proposição togliattiana da “via italiana para o socialismo”, duas décadas depois, interpreta de maneira ainda mais matizada esse processo:

Una realtà nuova si va manifestando nelle fabbriche ma non certo positiva. Il PCI aveva continuato, anche dopo il '53, a parlare di stagnazione dell'economia italiana, e non si era reso conto invece che, proprio in quegli anni, andava manifestandosi un impetuoso sviluppo economico, guidato da monopoli, caratterizzato in modo capitalistico, tale dunque da aggravare tutte le contraddizioni, ma tale anche da introdurre nell'economia nazionale un dinamismo nuovo. Anche nelle fabbriche molto era mutato. Si erano viste solo le persecuzioni contro i comunisti e gli attivisti sindacali più combattivi, ma intanto, mentre lasciava le fabbriche – anche per limiti di età – la generazione della Resistenza, entravano nuovi operai, reclutati nelle campagne, assunti in modo politicamente discriminato, sulla base delle informazioni dei parroci e dei carabinieri. Il rinnovamento tecnologico era stato impetuoso, e ciò aveva mutato in notevole misura i termini del rapporto tra il lavoratore e il processo produttivo, messo in crisi la distinzione tradizionale delle categorie, poste nuove rivendicazioni sindacali, che non erano state colte. A ciò si aggiungeva l'opera dei sindacati CISL e UIL; la discriminazione operata nelle trattative della CGIL. Si determinò un certo distacco tra la politica della CGIL, la politica del partito comunista anche, e la realtà operaia<sup>317</sup>.

Com efeito, o desenvolvimento capitalista italiano entre 1951 e 1963 foi o maior de toda sua história. Os indicadores de crescimento são de duas a três vezes maiores do que os do

---

<sup>316</sup> Di Vittorio apud Turone, **Sergio. Storia del sindacato in Italia**, cit., p. 212. (A fala de Di Vittorio foi transcrita e lida no Congresso da CGIL, em fevereiro-março de 1956).

<sup>317</sup> Gruppi, Luciano. **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 135.

período da unificação italiana, noventa anos antes. Apontam um crescimento quase duas vezes superior ao do período giolittiano (1900-1910) tido até então como o de maior incremento econômico. A população italiana passou de 36 milhões (1911) para 50 milhões (1961). A força de trabalho empregada na indústria amplia, entre 1951 e 1963, de 5.803.000 unidades para 7.646.000, passando a representar 37,4% da população economicamente ativa. Neste período, a taxa de crescimento real do PIB chegou em média aos 5,8%, com acelerações em 1953, 1955, oscilando, entre 1959 e 1962 em torno dos 7%. Entre os países comparáveis em dimensões e estrutura, apenas o Japão e a Alemanha superaram a Itália em crescimento econômico. A taxa média de investimento em maquinário e meios de transporte girava em torno de 10%, enquanto os investimentos na construção civil chegavam a 12%. O estoque de capital produtivo no setor privado cresceu à média de 10,5% anual<sup>318</sup>.

O principal partido político da classe trabalhadora italiana apenas tardiamente deu-se conta de que estava em curso o “milagre econômico” e de que suas análises sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico da Itália estavam, portanto, equivocadas e de que a política interna de submissão aos ditames da política externa soviética lhes rendera uma forma de ação que lhes desvinculou das lutas internas de sua classe trabalhadora.

A atitude eleitoral da classe operária em relação ao PCI é um emblema da deficiência dos comunistas em captar tais mudanças. A perda de influência nas zonas industriais veio expresso no resultado das eleições: na Liguria, o percentual de votos comunistas caiu de 28,4% para 25,8%, entre 1946 e 1953, na Lombardia a queda foi de 20,1% para 17,8%, mantendo-se apenas estável no Piemonte. Em Milão, a tendência ao declínio foi constante: em 1946, 24,91 por cento, em 1951, 22,65 por cento, até chegar a 20,54 por cento em 1953. Depois de anos de sucessivas desilusões, a crença do proletariado urbano na direção comunista vinha sendo quebrada e a falência da linha sindical da CGIL nas políticas salariais e paradas de 1954 e 1955 terá consequências decisivas.

Deste modo, o PCI se encontrava em uma de suas encruzilhadas mais difíceis desde o fim da segunda guerra mundial. De um lado, o aceno positivo da desestalinização vindo do Kremlin colocava-lhe a possibilidade da reorganização de sua estrutura interna e da revisão de seu alinhamento férreo à política externa soviética. O ingresso dos “jovens” da segunda geração na direção central do partido apontava para uma importante renovação dos quadros e para o realinhamento da estratégia do partido. Esperava-se que Amendola, Longo, Alicata, Pajetta,

---

<sup>318</sup> Petri, Rolf. “Dalla ricostruzione al miracolo economico”. In: Sabatucci & Vidotto. **Storia d'Italia: La repubblica**, cit., p. 361.

Ingrao, entre outros, cumprissem as importantes tarefas da renovação. Togliatti, por sua vez, demonstrava retomar o embate teórico e político para construção de uma via italiana ao socialismo. Todavia, de outro lado, a conjuntura era desfavorável e os desafios eram colossais: desagregação sindical e enfraquecimento da CGIL, afastamento (não apenas eleitoral) dos operários da zona industrial mais avançada das fileiras do PCI, debandada de diversos intelectuais militantes ou próximos ao partido após os eventos do “inesquecível” 1956, análises vetusta da dinâmica do capitalismo mundial e caduca do desenvolvimento capitalista italiano, ausência de democracia interna no partido, entre outros.

Como pano de fundo, dois grandes equívocos teóricos com desdobramentos para a estratégia e luta política se perfilavam e deveriam ser enfrentados ao ser aberta a temporada da desestalinização e ao se perquirir sobre a “via italiana para o socialismo”. Primeiro: como buscamos demonstrar na esteira das análises de Claudín, os partidos comunistas ocidentais foram moldados por uma ideologia pseudomarxista que defendia estar sendo construída uma sociedade socialista na União Soviética e nas democracias populares, mesmo que estas apresentassem formas antediluvianas de exploração da força de trabalho e de extração do excedente produtivo e que tivessem construído monstruosos sistemas repressivos baseados em campos de concentração, na liquidação da forma política democrática dos soviets, na realização de processos perscrutórios e inquisitoriais e na efetivação de uma relação de subordinação tipicamente imperialista entre a URSS e os demais países do campo socialista. Segundo: como procuramos defender, na trilha de autores como Galli e Sassoon, o capitalismo internacional demonstrou um dinamismo que refutou todos os prognósticos sobre sua derrocada e putrefação. O capitalismo italiano, em particular, demonstrou-se capaz de reestruturação e expansão e de fazer frente a um movimento operário robusto, porém dividido e desorientado, revelando não ter aquele caráter “malthusiano e paleocapitalista”<sup>319</sup> que os comunistas lhe atribuíam.

É com esta conjuntura desfavorável na relação de forças internas e com a necessidade de suplantar tais equívocos teóricos que Togliatti e os dirigentes comunistas italianos enfrentarão um dos períodos mais dramáticos da história não apenas do PCI como de todo o movimento comunista internacional: a fase crucial que se descortina com a novidade das revelações dos crimes de Stalin e do stalinismo por Krushev no XX Congresso do PCUS, em 1956.

---

<sup>319</sup> Sassoon, Donald. **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 155.

O espectro do *Hic Rhodus, hic salta!* colocado por Marx se tornava patente. O problema para os comunistas italianos estava em como enfrenta-lo no cerne da estratégia togliattiana de “via italiana (democrática e nacional) para o socialismo.

## Capítulo 5. A via italiana para o socialismo na última teorização togliattiana (1956-1964): Estado, democracia, reformas de estrutura

### 5.1. O XX Congresso do PCUS e o VIII Congresso do PCI: a retomada do problema da construção da via italiana para o socialismo em Togliatti

Em fevereiro de 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o então secretário-geral Nikita Krushev, em uma sessão secreta, vale-se do encontro para apresentar aos membros dirigentes do partido e aos delegados representantes das “democracias populares” um relatório sobre o período stalinista que entrou para história como um divisor de águas na trajetória do movimento comunista internacional. O relatório, com ásperas críticas à Stalin, projeta um colapso não apenas no stalinismo que já vinha em *debacle* desde a morte do “grande líder” e dos relativos *desgelo* e *distensão* que a seguira, mas sobretudo nos partidos comunistas tanto ocidentais como orientais, que haviam vinculado suas trajetórias às vicissitudes do “centro difusor do comunismo”.

No “informe secreto”<sup>320</sup>, Krushev, de um lado, denunciava as ações tirânicas de Stalin, o uso indiscriminado, por ele e pelo regime que capitaneava, do autoritarismo, da violência, da perseguição política, dos expurgos, das execuções e de processos fraudulentos contra seus adversários, violando assim a “legalidade socialista”; de outro, procurava renunciar a responsabilidade dos demais dirigentes, ao defender que “a maioria dos membros do Bureau Político não conhecia, nesse tempo, todas as circunstâncias do caso e, portanto, não poderiam intervir”; de um lado, denunciava o “culto à personalidade”, construído por Stalin em torno de sua pessoa, como responsável pelas “deformações” e “desvios” de importantes objetivos socialistas, mas de outro, reconhecia o papel positivo “de Stalin na preparação e execução da revolução socialista, na guerra civil, na luta pela construção do socialismo”. Em resumo, Krushev apresentava o que considerava as consequências práticas “derivadas do culto ao indivíduo” e o grande dano “causado pelo fato de que se haja violado o princípio da direção colegiada no Partido, concentrando um poder ilimitado nas mãos de uma pessoa”. Iniciava-se, assim, a crítica ao “culto à personalidade”, conceito que servirá para explicar todos os males do passado, eludindo a análise de suas raízes.

---

<sup>320</sup> Krushev, Nikita. “Informe Secreto al XX Congreso del PCUS”. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/khrushchev/1956/febrero25.htm>. Acesso em 03/07/2015.

A rigor, a crítica presente no relatório Krushev é, obviamente, insuficiente e limitava a problemática do stalinismo a questões de ordem superestruturais, mais precisamente, “reduz questões históricas de largo fôlego a condicionamentos psicossociais”<sup>321</sup>. Mais que isso: como afirma com vigor Massimo Salvadori, a formulação krusheviana pode ser considerada “intelectual e metodologicamente tosca” pois separava o crescimento da sociedade soviética do poder staliniano, quer dizer, desconhecia a essência da tarefa histórica de Stalin, que consistira em ter encontrado a Rússia trabalhando com o arado de madeira e a deixara equipada com centrais atômicas, como recorda o insuspeito Isaac Deutscher, mas que cumprira tal tarefa de desenvolvimento econômico “mediante um sistema de sujeição das massas trabalhadoras despojadas de poder político, e que, portanto, o terror, as violências, as ilegalidades do tipo das indicadas pelo próprio Krushev não constituíam uma violação das regras do sistema soviético, mas, ao contrário, a expressão da metodologia da gestão do poder”<sup>322</sup>.

É preciso ter presente, portanto, que o stalinismo é mais do que uma “deformação”, ocasionada no nível superestrutural, em virtude da submissão acrítica à patologia psíquica de um líder autoritário. As causas para compreensão dos fenômenos superestruturais (polícia todopoderosa, terror estatal, dogmatismo ideológico, monolitismo, ditadura de um líder, etc) devem ser procuradas, sobretudo, no imbricamento de tais manifestações fenomênicas com o conjunto essencial de *relações sociais* e de *relações de produção características*:

ausência de autogestão dos produtores, ausência de autoadministração dos cidadãos e de controle destes sobre a administração política e econômica, planificação burocraticamente centralizada, apropriação e distribuição do sobreproduto social pelo Estado, fora de todo o controle dos produtores, regime de diretor único e todopoderoso no seio da empresa, manutenção da estrutura hierárquica desta, sistema de remuneração assegurador de chorudos privilégios para os altos funcionários, submetendo uma boa parte do proletariado aos horrores do trabalho à peça, etc<sup>323</sup>.

O stalinismo não pode ser resumido, portanto, a uma “deformação do Estado socialista”, a um “abuso flagrante da legalidade socialista”, a uma “violação da legalidade marxista-leninista”, como buscara fazer acreditar Krushev; o stalinismo, com efeito, é o

---

<sup>321</sup> Netto, José Paulo. “Stalin: elementos para uma aproximação crítica”. In: Stalin, Joseph. **Política**. Organizador da coletânea José Paulo Netto. São Paulo, Ática, 1982.

<sup>322</sup> Salvadori, Massimo. “A crítica marxista ao stalinismo”, cit., p. 285.

<sup>323</sup> Mandel, Ernest, **Crítica ao eurocomunismo**, cit., p. 78-79.

“conjunto das orientações políticas, das estruturas de poder, dos métodos de governo e planificação que exprimem o monopólio de poder da burocracia soviética e a salvaguarda dos seus privilégios”<sup>324</sup>.

Portanto, o relatório não alcançava a quintessência do significado do stalinismo, e, conscientemente, buscava impedir que a investigação sobre as causas da degenerescência do regime levasse a legitimar as críticas realizadas por comunistas<sup>325</sup> que não se perfilaram na defesa do “socialismo em um país isolado” e do “socialismo realmente existente”, investigações que “para além de todas as diferenças, consistia precisamente em considerar Stalin, seus métodos de direção, seu ‘culto’, como expressão orgânica de todo um contexto social e político”<sup>326</sup>.

No entanto, é importante frisar, como o faz Márek, que os fundamentos do stalinismo já haviam sido erodidos tempos antes do relatório vir à luz e nos seguintes sentidos: 1) a estabilidade relativa do capitalismo alcançada a partir dos anos 1950 invalidara o prognóstico pessimista de Stalin, que mesmo em sua última obra, *Problemas econômicos do socialismo na URSS*, escrita em 1952, ainda bradava sobre o aprofundamento da crise geral do sistema capitalista mundial e sua degeneração; 2) a fragilidade do monolitismo já havia sido demonstrada no conflito com a Iugoslávia e ganhara ainda mais força com a criação da República Popular da China que “dobrara finados por tal monolitismo”, na medida em que a existência de diversos Estados que se reivindicavam marxistas e não se alinhavam a Moscou colocava a possibilidade do confronto entre várias razões de Estado na afirmação de suas soberanias; 3) já a partir de 1953, as contradições da adesão ao regime soviético explodira na Alemanha Oriental e iriam explodir com ainda mais intensidade um pouco mais tarde nas revoltas populares na Polônia e na Hungria impulsionadas e ainda mais legitimadas pelo colapso do mito.

A revelação dos crimes de Stalin e do caráter autocrático do regime por ele conduzido implodirá o mito e a fé no “grande líder” e deixará em suspeição os êxitos do “socialismo real” entre os militantes de base. O “inesquecível ano de 1956”, como a ele se referiu Pietro Ingrao, será para milhões de comunistas, sobretudo para aqueles do lado ocidental da cortina de ferro, o ano do desmoronamento das convicções de sempre, “a crise de um modelo

---

<sup>324</sup> Mandel, Ernest, *Crítica ao eurocomunismo*, cit., p. 82.

<sup>325</sup> Conforme Salvadori: “Antes de qualquer outro, o fantasma que a ‘desestalinização’ pelo alto devia rechaçar era o de Lev Davidovitch Trotski, para que a viúva Natália solicitou então a Krushev uma plena reabilitação”

<sup>326</sup> Salvadori, “A crítica marxista ao stalinismo”, cit., p. 286.

e de todo um mundo ideológico”<sup>327</sup>. Todavia, para tantos outros, que há quase uma década viviam nos países do assim chamado socialismo real, abriu-se um efêmero período de ingentes ilusões – ilusão sobre a necessidade de “desenvolver a democracia socialista”, ilusão sobre a admissão de “vias diferentes” para o socialismo, ilusão sobre a renúncia do PCUS de seu papel de partido “guia” -, todas induzidas pelo aceno de desestalinização contido no informe kruschevista, mas logo desfeitas com os desfechos dados às insurreições polonesa e húngara. Portanto, malgrado o caráter limitado e superficial que apontamos acima, quando mais tarde chega ao público as notícias sobre o conteúdo do relatório, certezas serão abaladas, graves traumas serão causados, esperanças fugazes serão tolhidas, enfim, onde antes reinava o mito e a fé se instalará a perplexidade e a dúvida, como assentou Márek<sup>328</sup>.

No que tange aos dirigentes comunistas italianos, a reação inicial ao informe kruscheviano será inicialmente de reserva, grande cautela e certa reticência. Era uma tarefa difícil reconfigurar o discurso e a propaganda comunista para aqueles que construíram suas carreiras políticas ligados, etapa por etapa, à ascensão e ao mito de Stalin. Togliatti, que tivera acesso ao relatório em primeira mão tendo o lido na ocasião do XX Congresso em Moscou, e do qual informara os dirigentes italianos, não faz qualquer referência a ele nem na reunião do Comitê Central do partido em março nem na reunião do Conselho Nacional em abril, como informam Agosti e Sassoon. Apenas com a publicação do relatório, em 1º de junho pelo jornal americano New York Times, que o silêncio de toda uma primavera será quebrado por Togliatti, através de uma entrevista dada à uma revista próxima ao PCI, a *Nuovi Argomenti*<sup>329</sup>.

A linha que Togliatti dará em sua célebre entrevista buscará, entretanto, corrigir a formulação “intelectual e metodologicamente tosca” de Kruschev tentar dar uma resposta menos simplista, no escopo de enfatizar os fenômenos sociais, as situações histórico-políticas que estavam na raiz e não se centrar apenas na superficial noção do *culto à personalidade*. Em outras palavras, para o secretário-geral do PCI, seria necessário oferecer outras causas, para além das psicossociais, sem recorrer em “arbitrárias e falsas generalizações”, do porquê de o regime soviético ter se degenerado em um sistema marcado pela limitação de aspectos democráticos outrora presentes na sociedade soviética. Devido a isso, a crítica implícita ao

<sup>327</sup> Liguori, “Togliatti, de Gramsci a Yalta”, cit., p. 59.

<sup>328</sup> Diz Márek: “Onde durante mil anos reinou a fé, agora reina a dúvida, diz-se no *Galileu* de Brecht: onde durante décadas dominou o mito, agora se instalara a dúvida. Emergiam problemas que havia sido deixados de lado, e que se referiam ao caráter dos Estados cujos dirigentes reivindicava o marxismo, à economia desses Estados, às suas relações recíprocas” (Márek, Franz. “A desagregação do stalinismo”. In: Badaloni, Nicola et al.. **História do Marxismo**: de Gramsci à crise do stalinismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 307).

<sup>329</sup> Togliatti, Palmiro. “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.



reducionismo da tese do culto à personalidade por parte de Togliatti não deixará de ser dura, como se nota no excerto seguinte<sup>330</sup>:

E qui bisogna riconoscere, apertamente e senza esitazione, che, mentre il XX Congresso ha dato un contributo enorme alla impostazione e soluzione di molti seri e nuovi problemi del movimento democratico e socialista, mentre segna una tappa importantissima nello sviluppo della società sovietica, **non si può invece venire considerata soddisfacente la posizione che è stata presa al congresso** e che oggi viene ampiamente sviluppata nella stampa sovietica per quanto riguarda gli errori di Stalin e le cause e condizioni che li resero possibili.

**La causa di tutto starebbe nel “culto della personalità”**, e nel culto di una persona che aveva determinati e gravi difetti, mancava di modestia, tendeva al potere personale e alle volte sbagliava per incompetenza, non era leale nelle relazioni con gli altri dirigenti, aveva una smania di grandezza e un eccessivo amore di se stesso /.../.

Sino a che ci si limita, in sostanza, a denunciare, come causa di tutto, i difetti personali di Stalin, si rimane nell’ambito del “culto della personalità”. **Prima, tutto il bene era dovuto alle sovrumane qualità positive di un uomo; ora, tutto il male viene attribuito agli altrettanto eccezionali e persino sbalorditivi suoi difetti.** Tanto in un caso quanto nell’altro siamo fuori del criterio di giudizio che è proprio del marxismo. **Sfuggono i problemi veri, che sono del modo e del perché la società sovietica pote giugere e giuse a certe forme di allontanamento dalla vita democratica e dalla legalità che si era tracciata, e persino di degenerazione.**

Essa retificação metodológica, procurava compreender o ponto fraco da rota traçada pelo grupo dirigente do PCUS, e fazia-se seguir por uma explicação mais voltada à compreensão do acumular-se de fenômenos de autoritarismo, de violação da legalidade socialista, de estagnação e também, parcialmente, de degeneração de aspectos democráticos da sociedade soviética<sup>331</sup> e, por conseguinte, mais voltada para a compreensão da trajetória política e estratégica da construção do socialismo na União Soviética e de seus desvios. A partir dessa trilha que intenta seguir, a resposta que Togliatti encontra para os erros de Stalin está em ter sancionado um “excessivo aumento do peso dos aparelhos burocráticos na vida econômica e política soviética, e talvez, em primeiro lugar, na vida do Partido”<sup>332</sup>, que teve como

<sup>330</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., pp. 136-137.

<sup>331</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., p. 127.

<sup>332</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., p. 114.

consequência ter “freado, limitado, comprimido o pensamento criador dentro do Partido, a atividade das massas, o funcionamento democrático do Estado”<sup>333</sup>.

Togliatti, no entanto, ao invés de buscar uma compreensão do fenômeno da burocratização nas características das relações sociais e de produção estabelecidas na União Soviética a partir da ascensão de Stalin e do grupo dirigente aliado no poder, permanece defendendo o caráter superior e democrático da construção do socialismo soviético, que não teria sido negado inobstante os equívocos de Stalin:

Non si dimentichi, poi, che, anche quando si stabilí questo suo potere, i successi della società sovietica non mancarono. Vi furono nel campo econômico, in quello politico, in quello culturale, in quello militare, in quello dei rapporti internazionali. Nessuno potrà negare che l’Unione Sovietica del 1953 era incomparabilmente piú forte, piú sviluppata in tutte le direzioni, piú solida e piú altorevole di fronte all’esterno di quanto non fosse, per esempio, all’epoca del primo piano quinquennale<sup>334</sup>.

Togliatti mantém-se firme na convicção de que, do ponto de vista econômico, havia enormes avanços no sentido da construção das bases materiais do socialismo. Sem embargo das dificuldades, problemas e defeitos. Afinal, para ele, a estatização da economia havia eliminado a propriedade privada dos meios de produção e as classes sociais na sociedade soviética. Ao mesmo tempo, o planejamento centralizado pelo Estado evitava a irracionalidade do sistema produtivo capitalista. E, além disso, o próprio planejamento permitia orientar a produção no sentido de estar voltada para o atendimento das necessidades básicas da maioria da população.

Os erros de Stalin, assim, não teriam destruído os lineamentos fundamentais da sociedade soviética, que permaneciam “democráticos e socialistas” e que tornariam “essa sociedade – por suas qualidades – superior às modernas sociedades capitalistas”. Togliatti conclui sua defesa do socialismo pretensamente construído na União Soviética afirmando que “a substância do regime socialista não se perdeu, já que não se perdeu nenhuma das conquistas precedentes, nem sobretudo, a adesão ao regime das massas de operários, camponeses, intelectuais que formam a sociedade soviética” e, para ele, essa adesão era “a prova que, apesar

---

<sup>333</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’, cit., p. 118.

<sup>334</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’, cit., p. 140.

de tudo, essa sociedade mantinha o seu caráter democrático fundamental”<sup>335</sup>. Em suma, para Togliatti, assim como seria um equívoco desprezar a o caráter ilusório da democracia burguesa<sup>336</sup>, a natureza socialista e democrática da sociedade soviética não poderia ser colocada em questão.

É importante notar que embora o “informe secreto”, efetivamente, proporcionasse dados mais do que suficientes para a conclusão de que o regime político edificado sobre a férrea ditadura de Stalin nada tinha a ver com socialismo, ao não conter os elementos fundamentais de uma sociedade socialista (poder democrático dos trabalhadores, posse de fato e de direito dos meios de produção por estes e gestão efetiva por parte dos trabalhadores das instituições econômicas, políticas e sociais), Togliatti insiste no caráter democrático e socialista daquele regime. Aqui seu equívoco é manifesto, pois, a eliminação de lineamentos fundamentais de uma sociedade democrática e socialista não era algo circunstancial do regime e episódico a ele, mas compunha sua própria matriz. O Estado soviético não perdera alguns matizes democráticos e socialistas; em verdade ele se soerguera com base em princípios de centralização e de cooptação, que funcionavam para eliminar absolutamente quaisquer canais de participação democrática, e com o escopo de integrar a totalidade das relações sociais e, em primeiro lugar, as relações de produção, em um mecanismo único, totalitário de gestão do poder social. O que se havia criado, isto posto, era um Estado ditatorial e policialesco.

Ao não encontrar nas relações de produção existentes na sociedade soviética a base material que explica as profundas deformações do regime – relações ancoradas no monopólio administrativo (e controle) dos meios de produção e do sobreproduto social nas mãos da burocracia –, a crítica à simplificação contida na tese do culto à personalidade não supera completamente as sequelas das interpretações subjetivistas e oferece como chave interpretativa uma outra imposição marcada pela centralidade dada as composições superestruturais. Isto comparece claramente na sugestão feita por Togliatti para que se investigue dois momentos históricos como marcos decisivos para o processo de agudização do sistema de poder burocratizado: o primeiro era aquele das relações de poder, interna e internacional, dos anos 1920, anos tanto da guerra civil como das intervenções estrangeiras, nos quais, teria sido necessário “tanto o máximo de centralização do poder, quanto a adoção de medidas repressivas

---

<sup>335</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., p. 141.

<sup>336</sup> Nos anos 1970, os eurocomunistas retomarão esta fórmula e defenderão que o grande equívoco dos dirigentes soviéticos foi ter avançado no sentido de socialização da economia sem dar a mesma atenção à socialização do poder político, de modo que a ausência desta última socialização acaba por comprometer a primeira, determinando em vários campos o próprio evoluir atrofico da economia.

radicais para esmagar a contrarrevolução”<sup>337</sup>. Fora nesse período que Stalin jogou, segundo Togliatti, um papel extremamente positivo ao conseguir reunir em torno dele “as forças sãs do Partido”. A burocratização se precipita quando essas “forças sãs” que se unira em torno do dirigente georgino aceitaram as modificações nos aparatos diretivos do partido e do Estado, modificações que implicavam em uma nova função na qual os aparelhos eram dirigidos pelo alto. Segundo Togliatti, quando a contrarrevolução e a intervenção estrangeira tivessem sido inteiramente derrotadas, era necessária uma reviravolta nessas funções pelo alto para que não provocasse a degenerescência da democracia socialista. O segundo momento em que a tendência à burocratização se afirma é o período do primeiro plano quinquenal e da coletivização da agricultura<sup>338</sup>. Após considerar os êxitos na implementação da grande indústria socialista e da transformação da estrutura social do campo – os quais considera “a clamorosa confirmação da vitória da revolução de outubro e da justa linha política defendida contra opositores e inimigos de todo tipo” –, Togliatti condena a pressa excessiva e a tendência a hipostasiar os avanços atingidos, de modo até propagandístico, por parte dos dirigentes comunistas soviéticos, os quais davam como superadas as contradições objetivas, cuja ultrapassagem não poderia se dar vez que “as próprias massas operárias e trabalhadoras não eram convocadas a enfrenta-las e resolve-las com seu trabalho, com sua obra criadora”.

Segundo Togliatti, duas consequências deletérias derivaram da solução centralizadora e burocrática dada pelos dirigentes soviéticos nesses momentos decisivos: a primeira consequência foi o processo de *esterilização das atividades de massas*, nos locais e nos organismos (de partido, sindicais, de fábrica, soviéticos) onde as novas dificuldades da situação deveriam ter sido enfrentadas, e tal *esterilização* teria levado ao enfraquecimento das instituições socialistas e democráticas herdadas da revolução soviética e junto a isso “a própria atividade das massas começou a se reduzir, passando a ser movida mais por diretrizes provenientes de cima do que por estímulo próprio”<sup>339</sup>. A segunda consequência, até mais grave, na interpretação do dirigente comunista italiano, foi a tendência a considerar que todos os desequilíbrios, toda parasilia na aplicação do plano, toda dificuldade no abastecimento, enfim, todos obstáculos ao incremento da produção industrial e agrícola, frutos das contradições objetivas aventadas, eram, na verdade, devido “à sabotagem, à ação do inimigo de classe, de grupos contrarrevolucionários agindo clandestinamente”<sup>340</sup>.

<sup>337</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., pp. 137-138.

<sup>338</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., pp. 137-138.

<sup>339</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., p. 139.

<sup>340</sup> Togliatti, “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., pp. 139-140.

Porém, mesmo que tacitamente tenha tornado clara sua discordância geral com o “informe secreto”, Togliatti reconhece um papel importante da crítica feita ao stalinismo pelos dirigentes soviéticos, reproduzindo termos do próprio relatório:

Dalle critiche a Stalin risulta un problema generale comune a tutto il movimento, il problema dei pericoli di degenerazione burocrática, di confusione tra la forza rivoluzionaria costruttiva e la distruzione della legalità rivoluzionaria, di distacco della direzione economia e politica dalla vita, dalla iniziativa, dalla critica e dall'attività della creativa delle masse. Noi saluteremo il fato che tra i partiti comunisti che sono al potere si stabilisca una emulazione circa il modo migliore di evitare per sempre questi pericoli.

Na análise dos erros que conduziram à ampla burocratização do regime soviético, como se nota, não há nenhum traço de argumentação, a rigor, que leve em consideração as novas condições de apropriação do sobreproduto social nas quais se fundavam o poder político desmedido e quase incontrollável dos burocratas russos. Togliatti não compreende assim que o Estado soviético, mesmo desempenhando funções que permitiram o desenvolvimento econômico, industrial e técnico – tarefa cumprida outrossim pelo Estado capitalista –, apresentava-se como um elemento aparentemente *fora e acima* da sociedade, mas, efetivamente, cumpria o papel de instrumento de repressão sobre a classe trabalhadora, cumpria a função de coerção no sentido de apropriação coletiva/não social da riqueza produzida. A camada burocrática ao leme desse Estado, por sua vez, assumia-se “como depositária da missão social das classes trabalhadoras e considerava-se a personificação da ditadura do proletariado”, mas que, com vantagens e sinecuras advindas da situação de poder exercida, efetivamente, radicava-se profundamente nos aparatos estatais de controle, “consolidando os seus próprios interesses e movendo-se em função de mecanismos e leis objetivas próprias”<sup>341</sup>.

Ao ampliar o problema dos desvios e degenerescência do regime soviético para a corresponsabilidade do grupo dirigente soviético pelo processo de burocratização e stalinização das relações de poder no interior do PCUS e dos aparatos estatais, Togliatti, mesmo oferecendo pistas mais ricas e uma análise mais multifacetada do fenômeno stalinista em relação ao Relatório de Krushev, não se afasta, como está claro na entrevista, de uma explicação não dialética e fortemente superestrutural das causas do fenômeno stalinista. Para Togliatti, no

---

<sup>341</sup> Mandel, **Crítica ao eurocomunismo**, cit., p. 98.

mesmo diapasão de Krushev, o stalinismo consistira, unicamente, nos aspectos mais monstruosos e aberrantes do sistema. Uma vez eliminados, o socialismo poderia prosseguir sua marcha triunfal. A questão não era transformar qualitativamente as estruturas econômicas e políticas, e sim limpá-las de algumas excrescências. Em suma, o socialismo seria tudo aquilo que construira o regime soviético menos os erros stalinistas.

Mesmo não considerando como “metodológica e intelectualmente tosca” a interpretação do dirigente italiano, como se referira ao “informe secreto”, Salvadori é claro quanto aos pontos comuns entre as duas análises:

Portanto, é preciso ter presente que aquilo que Krushev e Togliatti, apesar das relativas diferenças de formulação na análise do stalinismo, tinham em comum era precisamente a recusa total da quintessência das interpretações marxistas anti-stalinistas, ou seja, a tese de que o stalinismo era um sistema de sujeição das massas trabalhadoras despojadas de poder político, e que, portanto, o terror, as violências, as ilegalidades do tipo das indicadas pelo próprio Krushev não constituíam uma violação das regras do sistema soviético, mas, ao contrário, a expressão da metodologia da gestão do poder<sup>342</sup>.

Mas o aspecto importante da entrevista, pelo menos politicamente mais relevante na estratégia dos comunistas italianos de um caminho democrático para o socialismo, foi o surgimento do tema do “poli-centrismo”, isto é, a convicção de que, após o XX Congresso, uma página da história do movimento comunista internacional estava sendo virada e uma nova estaria sendo escrita com a possibilidade de retomar as pesquisas por caminhos diversos de construção do socialismo:

**La struttura politica interna del movimento comunista mondiale è oggi cambiata. /.../ Il modello sovietico non può e non deve più essere obbligatorio.**

In ogni paese governato dai comunisti possono e debbono influire in modo diverso le condizioni oggettive e soggettive, le tradizioni, le forme di organizzazione del movimento. Nel resto del mondo, vi sono paesi dove ci si vuole avviare al socialismo senza che i comunisti siano il partito dirigente. In altri paesi ancora, la marcia verso il socialismo è un obiettivo per il quale se concentrano sforzi che partono

---

<sup>342</sup> Salvadori, Massimo. “A crítica marxista ao stalinismo”, cit., p. 285.

da movimenti diversi, che però spesso non hanno ancora raggiunto né un accordo né una comprensione reciproca. **Il complesso del sistema diventa policentrico e nello stesso movimento comunista non si può parlare di una guida unica, bensì di un progresso che si compie seguendo strade spesso diverse.**

E a noi toccherà elaborare il metodo e la via mostra, per essere noi pure garantiti da pericoli di stagnazione e burocratizzazione, per saper risolvere assieme i problemi della libertà per le masse lavoratrici e della giustizia sociale, e conquistarci quindi tra l' emasse stesse un prestigio e un seguito sempre più grandi<sup>343</sup>.

Alguns dias após a publicação de sua entrevista, em uma reunião do Comitê Central (24 de junho), Togliatti esclarece o que seria o sistema policêntrico ao qual aludira pela primeira vez na entrevista:

Si creano così diversi punti o centri di orientamento e di sviluppo. **Si crea quello che ho chiamato, nell'intervista che avete letto, un sistema policentrico, corrispondente alla situazione nuova, al mutamento delle strutture del mondo e delle strutture stesse dei movimenti operai, e a questo sistema corrispondono anche nuove forme di relazioni tra i partiti comunisti stessi.** La soluzione che oggi, probabilmente, più corrisponde a questa situazione nuova, può essere quella della piena autonomia dei singoli movimenti e partiti comunisti e dei rapporti bilaterali tra di essi, allo scopo di creare una completa, reciproca comprensione e una completa, reciproca fiducia, condizioni per una collaborazione e condizioni per dar eredità allo stesso movimento comunista e a tutto il movimento progressivo della classe operaia<sup>344</sup> (grifos nossos).

Um sistema policêntrico denota assim a ausência de um partido guia e de uma única nação guia. Com efeito, à luz dos posicionamentos de Togliatti, não era apenas o movimento comunista que se tornaria policêntrico, mas todo o sistema mundial, que se completa com cada país seguindo caminhos diversos. O fato de que não se pode falar em “guia único”, de que se deve quebrar o monolitismo, é determinado por fatores objetivos e não apenas ideológicos, segundo defende. Como pano de fundo, estava a noção crescente de que o sistema da guerra fria, a divisão do mundo em dois blocos, estava com os dias contados, que as diferenças entre os países capitalistas avançados estavam se tornando cada vez maiores, que o processo de

<sup>343</sup> Togliatti, “L'intervista a ‘Nuovi argomenti’”, cit., pp. 146-147.

<sup>344</sup> Togliatti apud Sassoon, **La via italiana al socialismo**, cit., p. 182.

descolonização levaria novas nações a se tornarem protagonistas no tabuleiro internacional, em suma, o mundo estava se tornando “policêntrico”. Além disso, o fim do sistema de um único centro parecia estar sendo sancionada quando, em abril de 1956, a Cominform é oficialmente dissolvida.

A nova configuração internacional – vislumbrada por Togliatti e exposta em 24 de junho de 1956, na reunião do comitê central do partido – apresentava três elementos fundamentais para se construir a tese do policentrismo: 1) a constatação de que se criou no mundo um sistema de Estados socialistas: “não existe mais apenas um só Estado onde a classe operária esteja no poder e tenha conseguido construir uma sociedade socialista, mas existe um amplo sistema de Estados socialistas”; 2) a constatação do colapso do colonialismo como sistema de domínio no mundo, “submetido a um pequeno punhado de nações imperialistas”; 3) em consequência dos dois elementos anteriores: “a tendência de novos povos e Estados que escaparam do domínio do imperialismo no sentido de não mais seguirem, em seu desenvolvimento econômico, político e social, o caminho do capitalismo” e, assim, a tendência “a uma aproximação entre esses países e os países já socialistas”<sup>345</sup>. Esta conjuntura lhe parece tão favorável ao desenvolvimento do socialismo que ele chega a afirmar que nessa nova situação:

Si possono cioè ottenere determinati e grandi risultati nella marcia verso il socialismo senza abbandonare questo metodo democratico, seguendo vie diverse da quelle che sono state batute e quasi obbligatorie nel passato, evitando le rotture e le asprezze che allora furono necessarie.

/.../

Da questa situazione discende una maggiore chiarezza e un modo nuovo nel porre la questione delle diverse strade di avviamento al socialismo e di costruzione di una economia e di una società socialiste.

/.../

La dottrina della diversità delle vie di sviluppo verso il socialismo richiede però, oggi, una più profonda elaborazione, in relazione appunto con le modificazioni delle strutture oggettive della società e degli indirizzi del movimento che tende trasformala. Anche qui è necessario partire dall'esame dell' sviluppo delle forze produttive , da cui viene una spinta oggettiva verso il socialismo. Questa spinta si

---

<sup>345</sup> Togliatti, Palmiro. “La via italiana al socialismo”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984, pp. 153-154.



manifesta in un determinato modo nei paesi a economia altamente sviluppata, si manifesta in altro modo in paesi di a economia non pienamente sviluppata<sup>346</sup>.

Tem-se portanto os traços fundamentais para o desenvolvimento de novos caminhos para o socialismo: o método democrático, a doutrina da diversidade dos desenvolvimentos capitalistas que requerem novos caminhos de transição e a necessidade de se compreender a particularidade da evolução das forças produtivas de cada desenvolvimento capitalista nacional para se escolher qual caminho seguir.

Como se nota na entrevista a *Nuovi Argomenti* e no Relatório ao Comitê Central do PCI, o relatório kruscheviano, portanto, vem dar oportunidade para ressurgir discussões políticas caras aos partidos comunistas do capitalismo avançado que haviam sido recalçadas pela direção stalinista no período duro da guerra fria e que já se renunciava no interior do movimento socialista na distensão que se iniciara em 1953, quais sejam: a autonomia em relação à União Soviética, o socialismo como realização e desenvolvimento da democracia, o reconhecimento do sistema pluralista, a possibilidade de vias específicas e nacionais de construção do socialismo diversos do modelo soviético, etc.

O impacto político do relatório não pode encobrir, porém, a tibieza da crítica centrada no culto à personalidade e a comprovação da pouca disponibilidade da burocracia soviética em processar mudanças substantivas em suas práticas autoritárias e abrir mão de suas posições estratégicas conquistadas nas chamadas democracias populares. Tal indisposição torna-se evidente com a solução dada às insurreições na Polônia e na Hungria no mesmo ano de 1956. Na primeira, em junho daquele ano, os operários de Poznan, um dos maiores centros urbanos e industriais da República Popular da Polônia, insurgiram-se, inicialmente, contra o aumento nas cotas de trabalhos requeridos e, posteriormente, pelo direito de uma linha mais independente de “socialismo local, nacional”, através de eleições livres e a partir da evacuação das tropas soviéticas estacionadas no país. Os operários discutiam, portanto, desde as reivindicações mais imediatas até a própria concepção de socialismo<sup>347</sup>. Entre 28-30 de junho, mais de 100.000 manifestantes concentraram-se na Praça Adam Mickiewicz, solicitando imediatamente preços mais baixos para os alimentos, aumentos salariais e redução nas cotas de trabalho. A repressão aos manifestantes será imediata e contará com uma procissão de mais de

---

<sup>346</sup> Togliatti, Palmiro. “La via italiana al socialismo”, cit., p. 155-156.

<sup>347</sup> Claudín, Fernando. **A oposição no “socialismo real”**: União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-Eslováquia (1953-1980). Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983, pp. 154 e ss.

10.300 soldados, 400 tanques blindados, centenas de canhões, etc, etc. A baixa entre os manifestantes será em torno de 100 mortos, mais de 700 presos e quase 600 feridos, em sua maioria composta por trabalhadores das zonas industriais. Vale dizer, que a revolta foi domada com a direção de generais soviéticos, que se apressaram em afirmar que as manifestações teriam sido organizadas por “provocadores imperialistas alemães”. Ainda no curso dos eventos, o primeiro-ministro polonês demonstrou na estação radiofônica local a disposição para responder violentamente aos atos de dissidência no interior do regime, ao bradar que “qualquer provocador ou lunático que levantar a mão contra o governo do povo, podia ter certeza que esta mão seria cortada”.

A segunda insurreição desse “inesquecível 1956” ocorreu a partir de final de outubro e início de novembro e terá ainda mais fôlego do que sua congênere polaca, contando com mais de dois meses de extraordinária resistência operária. Em 22 de outubro, um grupo de mais de cinco mil estudantes e intelectuais húngaros, reunidos no chamado Círculo Petofi, organizaram uma manifestação em solidariedade aos trabalhadores polacos e assim acenderam o rastilho que detonaria manifestações por toda Budapeste. Em uma grandiosa demonstração de não conformidade do povo húngaro com o autoritarismo do regime e com a presença de tropas soviéticas no país, operários dos bairros periféricos cruzaram o Danúbio e somaram-se aos milhares de estudantes e intelectuais que se reuniam no centro de Budapeste em torno do edifício do Parlamento húngaro. A política secreta húngara reage as manifestações apagando o fogo com gasolina: atira na direção dos manifestantes e transforma imediatamente uma manifestação animada, porém pacífica, em uma profunda revolta que culmina com a tomada de vários prédios da administração filossoviética húngara. A ocupação da cidade pelos tanques soviéticos que a circundavam ocorre ato contínuo. Enquanto nas estreitas ruas de Budapeste a resistência intemorata húngara se lançava contra os tanques soviéticos com fuzis obsoletos, metralhadoras antiquadas e coquetéis *molotovs*, surgiam em diversos bairros de Budapeste, conselhos operários e também comitês revolucionários que assumiam a autoridade governamental local e convocavam greves gerais contra o governo e a ocupação soviética. A reação soviética mais dura a toda essa demonstração de insubordinação virá no dia 4 de novembro: tanques soviéticos invadem não apenas Budapeste como outras cidades importantes da Húngria. O contingente militar utilizado pelos soviéticos para sufocar o ensaio revolucionário húngaro impressiona pelos números: mais de 31.150 soldados e de 1.130 tanques foram envolvidos na operação. Segundo dados oficiais húngaros, o conflito armado provocou a morte de cerca de 3.000 civis, 2.000 húngaros foram executados, 21.000 foram presos e

enviados para campos de concentração, enquanto mais 200.000 se refugiaram em outros países. A questão a saber é quais as reivindicações dos insurgentes causaram uma repressão com tal envergadura? O conselho central dos operários de Budapeste, para cessar a greve geral, mesmo após o esmagamento da resistência armada, mantinha suas reivindicações primeiras: retirada das tropas soviéticas, eleições livres com sufrágio universal, fim do regime de partido único e liberdade para os partidos que *reconheçam o regime econômico*, ou seja, os operários não exigiam a volta ao capitalismo, mas apenas queriam um outro tipo de socialismo<sup>348</sup>.

A dura repressão aos outubros polaco e húngaro deixava claro qual o limite tolerável de desestalinização aceito por Moscou:

A crise de 1953-1956, e em particular seu episódio mais avançado, o outubro polonês e húngaro, constitui até 1968 a experiência que marca mais profundamente a evolução das ‘democracias populares’ e das correntes de oposição das mesmas. A Polônia havia mostrado o limite máximo tolerado por Moscou. Quando este é ultrapassado na Hungria, os chefes soviéticos não vacilam em recorrer ao seu poderio militar para esmagar as aspirações democráticas e nacionais, socialistas em sua essência, de todo um povo. Era primeira vez, depois da ruptura soviético-iugoslava, que um teste semelhante acontecia. /.../ Mas em 1956 o incremento do poderio militar soviético, já de posse das armas atômicas, permitia que Moscou esmagasse impunemente os operários e estudantes húngaros, mal armados e sem organização militar. Mostrava assim aos movimentos oposicionistas nos outros países de sua área de influência o destino que os esperava se ousassem chegar ao enfrentamento aberto com o grande gendarme<sup>349</sup>.

As crises húngaras e polonesas fizeram empalidecer o ideal “democrático” do relatório face à realidade autoritária do regime soviético e serviram para revelar os limites do processo de desestalinização kruschevista. Ao buscarem romper com os aparatos autoritários do Estado, a fórmula do partido único (partido-guia) e a subordinação passiva à política soviética, afirmando formas democráticas alternativas, ancoradas nos conselhos operários, no pluralismo de partidos, na independência nacional, poloneses e húngaros foram massacrados por Krushev, que, à guisa stalinista, ordenou que o exército soviético esmagasse

---

<sup>348</sup> Claudín, Fernando. **A oposição no “socialismo real”**, cit., p. 161.

<sup>349</sup> Claudín, Fernando. **A oposição no “socialismo real”**, cit., p. 165.

implacavelmente qualquer movimento autônomo da classe trabalhadora da área de influência da União Soviética. O hiato entre a intenção e o gesto restou bastante claro nesses episódios:

O XX Congresso e resoluções posteriores haviam proclamado que o PCUS renunciava a ser o ‘guia’ dos outros partidos comunistas, que podia haver diversos caminhos para o socialismo, e que Moscou respeitaria integralmente a independência de cada ‘país socialista’. Todas essas declarações solenes foram pisoteadas sem escrúpulos quando húngaros e poloneses tentaram colocá-las em prática. E a partir desse momento a desestalinização, inclusive em sua estreita concepção kruschevita, começa a recuar em todos os Estados do bloco soviético<sup>350</sup>.

O XX Congresso do PCUS havia servido para precipitar os acontecimentos na Polônia e na Hungria, vez que as resoluções do Congresso anunciavam a necessidade de “desenvolver a democracia socialista”, admitira a construção de “vias diferentes para o socialismo”, acenavam para a possibilidade de conviverem com posições críticas externas e internas aos partidos comunistas no leste. Porém, como anotou Claudín, justamente quando a classe trabalhadora entrou na cena política e buscou avançar em relação as proposições do Congresso, houve imediatamente o choque com os limites da desestalinização que as resoluções buscavam obliterar: o “democrático” não poderia ser compreendido ao ponto de colocar em questão “o monopólio efetivo do poder pelo partido comunista”; assim como o “nacional”, não poderia jamais transpor as balizas da subordinação à Moscou. “Quando estes limites são ultrapassados entram em ação os tanques soviéticos”<sup>351</sup>.

O Relatório Krushev, que abrisse brechas para a crítica à herança stalinista e ao regime totalitário soviético e que acenara para um processo de desestalinização, com a crise das democracias populares, demonstrou-se não passar de uma *petitio principii*. Na realidade, a burocracia do PCUS não cogitava enfrentar a crise do stalinismo de outra maneira senão através de reformas pelo alto, fazendo algumas concessões em sua política econômica, mas sem permitir qualquer transformação na forma de exercício do poder.

A crise de 1953-1956 nas “democracias populares” havia colocado em evidência o esgotamento da via estalinista clássica, assim como o perigo que uma

<sup>350</sup> Claudín, Fernando. **A oposição no “socialismo real”**, cit., p. 8.

<sup>351</sup> Claudín, Fernando. **A oposição no “socialismo real”**, cit., p. 153,

desestalinização autêntica traria para o regime. Em todas elas se segue a mesma tática depois do outubro polonês e húngaro: por um lado, fazer algumas concessões naqueles aspectos da política econômica que mais afetam o nível de vida das massas (normas, salários, aposentadorias, habitação) mas sem ceder parcelas do poder aos trabalhadores. Por outro lado, lançam uma ofensiva em profundidade contra o ‘revisionismo’ ideológico e as reivindicações políticas democratizadoras /.../.

A maior evidência que se desprendia do informe de Krushev era de que ali não havia nem um átomo de democracia, mas as resoluções do XX Congresso não se propunham a instaurá-las, e sim ‘desenvolve-la’: desenvolver o inexistente. E os dirigentes do PCUS não admitiam a mais leve crítica que duvidasse de sua interpretação do fenômeno stalinista<sup>352</sup>.

Togliatti que, como vimos, havia afirmado que na marcha para o socialismo “não se pode falar de uma guia único, mas de um progresso que se realiza segundo caminhos frequentemente diversos” e que anunciava a necessidade de avançar para uma noção “policêntrica” de composição política, chegando a admitir a possibilidade de caminhar para o socialismo sem necessariamente ter no partido comunista o partido dirigente no processo de transição, assume face aos acontecimentos na Polônia e na Hungria uma postura que contradizia manifestamente sua posição na entrevista para a *Nouvi Argomenti* e que deixava claro sua adesão ao processo de reformas pelo alto da burocracia soviética. Em seu *Rapporto all’VIII Congresso del Partito comunista italiano*<sup>353</sup>, lança seu libelo contra o processo de insurreição na Hungria e defende a intervenção soviética como necessária dado a pouca maturidade da construção do socialismo nos países de “democracias populares”:

L’agitazione del famoso circolo Petöfi, diventava la premessa della controrivoluzione, perché nel vuoto che si veniva aprendo doveva inevitabilmente inserirsi l’azione del nemico di classe e di ogni sorta di avversari, puntanto apertamente sulla possibilità di travolgere il nuovo regime attraverso un movimento insurrezionale armato. I regimi di democrazia popolare non esistono da tanto tempo quanto il regime sovietico. Le vecchie classi dirigenti razionarie vi conservano, soprattutto in alcuni paesi, una forza e basi di organizzazione; hanno l’incondizionato appoggio dell’imperialismo occidente e un appoggio nella forma del continuo appello alla rivolta e del concreto contributo alla organizzazione di essa.

<sup>352</sup> Fernando Claudín, **Oposição no “socialismo real”**, pp. 7-8.

<sup>353</sup> Os trabalhos do VIII Congresso nacional do PCI ocorreram em Roma, de 8 a 14 de dezembro de 1956.

O secretário-geral do PCI, em 3 de julho de 1956<sup>354</sup>, no *L'Unità*, em um editorial intitulado *A presença do inimigo*, já se posicionara sobre Poznan, considerando a insurreição como obra da presença de inimigos internos ao Estado socialista polonês: “O inimigo existe. É forte, é ativo, é sem piedade. É até hoje mais potente fora do nosso campo, e não tem falta e de força e de pontos de apoio mesmo no nosso campo. Ai de nós se esquecermos disso. Os fatos acontecidos em Poznan nos recordam isso, e nos recordam isso com particular energia”<sup>355</sup>. No mesmo veículo, sobre os fatos da Hungria, considerou que “um protesto deveria ter sido feito contra a União Soviética apenas se ela não tivesse intervindo em nome da solidariedade que deve unir todos os povos em defesa da civilização”. Outros membros do PCI, “jovens” da segunda geração, se posicionaram no mesmo sentido. Giorgio Napolitano, responsável pela comissão meridional do Comitê Central do PCI, condenou como contrarrevolucionários os insurretos húngaros. Luigi Longo, que mais tarde substituiria Togliatti na secretaria-geral do PCI, sustentou também a tese de um levante fascista e defendeu a invasão das tropas soviéticas considerando-a necessária para “reestabelecer a ordem turbada pelo movimento contrarrevolucionário com o escopo de destruir e anular as conquistas dos trabalhadores”. O *L'Unità* – que sobre Poznan havia declarado que “o sangue derramado recai sobre um grupo de desprezíveis provocadores que se aproveitaram de uma temporária situação de desestabilidade que passavam Poznan e a Polônia” – classificou o massacre na Hungria como um elemento de “estabilização internacional” e uma “contribuição para a paz no mundo”. Assim, mais uma vez, os movimentos de adversários e de críticos do regime soviético e de sua política externa no leste eram desqualificados com o uso de expressões como “forças contrarrevolucionárias”, “fascistas”, “aventureiros reacionários”, “agentes da anarquia”, “terror branco”, “restauração capitalista”, “provocadores imperialistas” etc<sup>356</sup>.

Togliatti e seu partido perderam assim uma oportunidade histórica de fazer avançar com credibilidade seu projeto de “via italiana para o socialismo”. Diante dos fatos na Hungria, o *L'Unità*, em 5 de novembro de 1956, traz na primeira página, além de uma série de artigos (escritos por Longo, Pajetta, Sereni, entre outros) saudando a invasão soviética, a indecorosa lide: “As tropas soviéticas intervêm na Hungria para por fim à anarquia e ao terror branco:

---

<sup>354</sup> O artigo no *L'Unità* é publicado dez dias após Togliatti ter afirmado, no Relatório ao Comitê Central do partido, que: “Si possono cioè ottenere determinati e grandi risultati nella marcia verso il socialismo senza abbandonare questo metodo democratico, seguendo vie diverse da quelle che sono state battute e quase obbligatorie nel passato, evitando le rotture e le spreze che allora furono necessarie”, como citamos acima.

<sup>355</sup> Mondaini, *Do Stalinismo à Democracia*, cit., p. 154.

<sup>356</sup> Mondaini, *Do Stalinismo à Democracia*, cit., p. 154.

barrada a estrada da contrarrevolução as ameaças de provocação internacional”<sup>357</sup>. Como defendeu Santomassimo, “entre pular a barricada e aceitar o fato consumado, existia uma infinidade de posições intermediárias”, com consequências provavelmente “tormentosas, mas possivelmente muito mais fecundas”:

Va detto che ostavano non solo le tanto spesso invocate «condizioni oggettive», ma anche, e in primo luogo, quelle «soggettive»: nel senso che non solo a Togliatti ma anche a gran parte del quadro dirigente e delle masse comuniste appariva improponibile per cultura, mentalità, sentimenti profondi, una scelta che si sarebbe tradotta in un «passaggio di campo» di fatto obbligato. Ma tra salto della barricata e accettazione del fatto compiuto esisteva un'infinità di sfumature intermedie /.../ che avrebbero potuto essere acquisite. Fedeltà obbligata al campo «socialista» e accentuazione della critica alle connotazioni di quello che negli anni a venire sarebbe stato definito «socialismo reale» erano esigenze che potevano convivere, in maniera tormentata ma probabilmente feconda<sup>358</sup>.

A defesa da invasão soviética em Poznan e em Budapeste, entretanto, não foi unânime entre os comunistas. Além do posicionamento de diversos intelectuais contra as operações do Kremlim, Di Vittorio, corajosamente, se manifestou contrário ao desfecho que se anunciava em um comunicado escrito em nome da direção da CGIL. Em suas palavras:

A secretaria confederal indica nestes ltuosos acontecimentos a condenação histórica e definitiva dos métodos antidemocráticos de governo e de direção política, que determinam a separação entre dirigentes e massas populares. O progresso social e a construção de uma sociedade na qual o trabalho seja libertado da exploração capitalista são possíveis apenas com o consenso e a participação ativa da classe operária e das massas populares, garantia da mais ampla afirmação dos direitos de liberdade, de democracia e de independência nacional. O desenrolar positivo da situação na Polônia demonstrou que apenas sobre a via do desenvolvimento democrático se realiza uma ligação efetiva, vivente e criadora entre as massas trabalhadoras e o Estado popular.

A CGIL deseja que cesse o mais rápido possível na Hungria o derramamento de sangue e que a nação húngra encontre em uma renovada concórdia a força para

<sup>357</sup> L'Unità, 05/11/1956. Disponível em: <https://unitaqqvhnjahzmg.onion.link/issue/1956/11/05>.

<sup>358</sup> Santomassimo, Giuseppe. “La virtù repubblicana di Togliatti”. In: **Il Manifesto**, 31 ago.2004.

superar a dramática crise atual, isolando os elementos reacionários que nesta crise se inseriram com o propósito de restabelecer um regime de exploração e de opressão. Ao mesmo tempo, a CGIL, fiel ao princípio da não intervenção de um Estado nos negócios internos de um outro Estado, deplora que tenha sido solicitado e se tenha verificado na Hungria a intervenção de tropas estrangeiras. De frente aos trágicos fatos da Hungria e à justificada comoção que suscitaram no povo italiano, forças reacionárias tentam encenar especulações objetivando a perpetuação da divisão entre os trabalhadores, a criação de desorientação nas suas filas, a geração de desconfiança ante as suas organizações, a fim de enfraquecer a capacidade de ação na defesa dos seus interesses econômicos e sociais.

A CGIL chama os trabalhadores italianos a refutar decisivamente estas especulações e a levar adiante o processo unitário em curso no país, para o triunfo dos comuns ideais de progresso social, de liberdade e de paz.

A Secretaria da CGIL<sup>359</sup>

O comunicado da CGIL torna evidente que uma posição de independência em relação aos fatos da Polônia e da Hungria poderia ser tomada. Estava de acordo inclusive com o fim das ideias de “Estado-guia”, “partido-guia” e “sindicato como correia de transmissão”, plataformas reivindicadas no VIII Congresso do Partido, realizado entre 8 e 14 de dezembro do mesmo ano.

Mas sua posição se revelou absolutamente minoritária no interior do PCI, que escolheu os tanques soviéticos contra os trabalhadores. O argumento desenvolvido por Di Vittorio centrou-se nos graves limites de direção e de degeneração que foram introduzidos e que não diziam respeito apenas à URSS de Stalin, mas também aos outros países das democracias populares, marcados por processos de burocratização e de ossificação dos organismos dos trabalhadores.

O policentrismo, fundamental a noção de via italiana ao socialismo, fora assim colocado em prova meses depois de ser anunciado por Togliatti, como sublinha Liguori:

A Polônia, primeiro, e sobretudo a Hungria, depois, deram indicações bem diferentes quanto à vontade ou não dos soviéticos de assumir uma ótica “policêntrica”. Togliatti – diante da tempestade – cedeu também ao reflexo defensivo filossoviético de uma ampla parte do seu partido, um reflexo que, com toda a probabilidade, era

---

<sup>359</sup> Apud Mondaini, **Do stalinismo à democracia**, cit., pp. 151-152.



também o seu. Segundo muitos, foi aqui que o PCI perdeu uma oportunidade histórica para propor um modelo diferente de comunismo, distanciando-se ainda mais da URSS, acelerando o ritmo de uma consciência crítica que alcançasse todo o partido<sup>360</sup>.

A convicção de que na União Soviética e nas democracias populares estivessem em marcha a construção de uma sociedade socialista, que apenas necessitaria passar por reformas políticas controladas pela burocracia, fizeram os comunistas italianos se posicionarem de maneira até mesmo entusiasmada em relação às medidas autocráticas adotadas por Moscou face às manifestações democráticas e populares polacas e magiares<sup>361</sup>. Mais uma vez, portanto, Togliatti e a direção do PCI cederam ao seu lineamento filossoviético e assumiram a política classificada acertadamente pelos seus adversários de *doppia lealtà* (dupla lealdade) ou de *doppiezza* (duplicidade). A perspectiva de uma democracia proletária, ou seja, uma democracia controlada pelos trabalhadores, como outrora defendera seu conterrâneo Gramsci, é completamente negada por ele. A centralidade que coloca no Estado e no controle exercido pelos vértices do partido sobre as demandas da classe trabalhadora, será sua marca, como veremos nas próximas seções.

## 5.2. Estado, socialismo e democracia na via italiana para o socialismo

Como procuramos demonstrar nos capítulos precedentes, no período entre 1948 e 1956, o Partido comunista italiano permaneceu um partido sem claras proposições estratégicas, preso, de um lado, às contradições gerais do crescimento do capitalismo internacional e italiano e à progressiva perda de seus militantes na zona fabril do país, e, de outro, constringido pela persistente solidariedade política e ideológica ao regime soviético. O ano de 1956, no entanto, teve uma importância decisiva para a história do PCI.

---

<sup>360</sup> Liguori, Guido. “Togliatti: de Gramsci a Yalta”. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, 51-65, 2005, p. 61.

<sup>361</sup> Segundo Togliatti, no Relatório ao Comitê Central: “Il socialismo si presenta agli uomini come una imponente forza reale in sviluppo, che avanza, che tende a estendere sempre più la sfera del proprio dominio. Le forze produttive sono in sviluppo tanto nel mondo capitalistico quanto nei paesi socialisti. Nei paesi socialisti, però, lo sviluppo delle forze produttive non è in contrasto mai in armonia con le forme di organizzazione della vita economica. Esso infatti si accompagna per lo meno all’inizio di un processo unitario di coordinamento degli sviluppi economici in differenti parti del mondo. È dai paesi socialisti che oggi viene proclamata la necessità, non dico ancora di unire il mondo, ma per lo meno di creare fra i diversi popoli un grado superiore di cooperazione per risolvere i grandi problemi che stanno davanti all’umanità” (In: Togliatti, Palmiro. “La via italiana al socialismo”, cit., p. 154-155).

Mesmo que ainda prestasse sua solidariedade ao regime soviético, como nos acontecimentos da Polônia e da Hungria, a crise do modelo soviético, a partir de então, coloca as premissas para o avanço na proposição da via italiana para o socialismo no âmbito de uma estratégia neorreformista que culmina com as “reformas de estrutura”.

No centro da estratégia neorreformista dos comunistas será colocada a necessidade de se realizar a reflexão sobre o liame entre socialismo e democracia. Os comunistas italianos deveriam assim dar soluções diversas daquelas oferecidas pelo regime soviético e pensar a transição socialista de maneira adequada aos países de capitalismo avançado, como defendeu Sassoon:

il rapporto fra socialismo e democrazia, che non è separabile dalla ricerca di una via nazionale, perchè il rifiuto del modello sovietico implicava un rifiuto della soluzione sovietica che aveva fatto coincidere il principio del centralismo democratico nel partito d'avanguardia con l'organizzazione della società: questa doveva essere organizzata come un partito politico, mentre allo Stato si applicava il principio del monolitismo. Un metodo di governo fondamentalmente basato sulla coercizione amministrativa era diventato il metodo principale di direzione dello Stato sovietico.

/.../

i comunisti italiani si trovarono a dover proporre una nuova definizione del rapporto fra socialismo e democrazia, partendo principalmente dalle considerazioni di Togliatti sulla ‘democrazia progressiva’, che il Pci non era stato in grado di perseguire in seguito agli effetti provocati in Italia dalla divisione dell’Europa in due sfere d’influenza. Il 1956 fornì le condizioni per la crescita e lo sviluppo della concezione togliattiana<sup>362</sup>.

A crise do regime soviético e o processo de desestalinização conclamavam para a construção de uma nova estratégia e esta exigia dos comunistas italianos o enfrentamento de suas antigas teorizações assim como dos credos ossificados. As alternativas que se colocavam evidentemente passavam por uma releitura da trajetória do movimento comunista internacional, suas vitórias e vicissitudes. Não poderiam mirar de maneira oblíqua a tradição teórica e as prédicas que ajudaram a pavimentar seus caminhos. Para tanto, a revisão ou a reconceituação de importantes categorias da tradição marxista (Estado, socialismo, democracia, bloco histórico, ditadura do proletariado, hegemonia, etc.), serão fundamentais.

---

<sup>362</sup> Sassoon, Donald. **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., pp. 204-205.

*Socialismo e democracia: ditadura do proletariado e democracia parlamentar*

Entre os conceitos que primeiro passaram por uma revisão está o de ditadura do proletariado. Togliatti e os comunistas italianos se esforçaram para tentar matizar e atenuar o conceito leninista e demonstrar sua aplicação apenas em situações críticas, de contrarrevolução e/ou de guerra civil, não aplicável portanto em países avançados nos quais as instituições democráticas – como o parlamento e o sufrágio universal – já se encontram em estágio avançado.

Nesta operação Togliatti recupera a célebre frase de Gramsci: “Todo Estado é uma ditadura”, o que significa dizer que o Estado, mesmo dirigido pela classe burguesa ou hegemônico pelos trabalhadores, será sempre um estado de classe. Togliatti reafirma assim com clareza, ou astúcia, a tese leninista da natureza de classe de todo Estado. Isto implica que no período de transição, o Estado estará nas mãos da classe trabalhadora e de seus aliados, mas não terá sua natureza alterada. Não tendo sua natureza alterada, onde residiria o traço “mais democrático” desse tipo de Estado? O traço democrático desse Estado é dado em razão do fato de que este será um governo da imensa maioria, que é a classe trabalhadora, em detrimento da minoria, a classe dominante. Segundo ele, a ditadura proletária é, em linha de princípio, uma extensão da democracia. Essa ocorre quando advém à direção da sociedade uma nova classe dirigente, a classe operária unida às grandes massas trabalhadoras, com a finalidade de utilizar as riquezas sociais nos interesses de todos e não mais de uma pequena casta de privilegiados, de colocar fim, portanto, à exploração do homem e assegurar a todos uma vida digna<sup>363</sup>.

Em um texto escrito na ocasião do simpósio sobre Gramsci, realizado entre 11 e 13 de janeiro de 1958, o retorno a Lenin e sua posterior vinculação a Gramsci é o viés escolhido para defender a tradição que provinha da revolução russa e assim salvaguardar o que considerava como conquistas do modelo soviético<sup>364</sup>. Gramsci seria nesse sentido o principal intérprete do leninismo, visto que ele “abre o caminho para o estudo das diferentes formas que a própria ditadura da classe operária assume nas suas diferentes fases e pode assumir em países

---

<sup>363</sup> Togliatti, Palmiro. “A proposito di socialismo e democrazia”. In: **Togliatti da Salerno a Yalta: vent’anni di lotta politica negli articoli di Rinascita**. Editrice L’Unità, 1984.

<sup>364</sup> Cf. Liguori, Guido. “Togliatti: o intérprete e o tradutor”. In: **Roteiros para Gramsci**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

diferentes. É um novo capítulo do leninismo que se discute, aquele em cuja elaboração completa está hoje trabalhando o movimento operário internacional”<sup>365</sup>.

Como se nota, a operação de Togliatti era extremamente hábil. Ele recupera Lênin como principal teórico revolucionário que soube interpretar as condições subjetivas e objetivas de seu país e desenvolver o conceito de ditadura do proletariado, enquanto “estratégia” para construção do socialismo na Rússia. Não esquece, porém, de frisar que é o próprio Lênin – o grande revolucionário do partido bolchevique, da vitoriosa revolução russa – que defenderá que países com condições objetivas e subjetivas distintas exigiriam respostas revolucionárias diversas, não indicando o caminho vitorioso dos soviets como modelo universal. Em seguida, vincula o pensamento de Lênin ao de Gramsci, demonstrando como o marxista sardo foi capaz de apreender as *principais doutrinas* do revolucionário russo, aclimatando-as à vida econômica e política da Itália<sup>366</sup>.

Da doutrina do imperialismo, Gramsci teria recolhido o material heurístico para interpretar o desenvolvimento econômico da sociedade italiana e, da concepção leninista da revolução, Gramsci absorvera o método de análise para se avaliar a situação política italiana e as condições de desenvolvimento da revolução em seu país. Gramsci teria conseguido captar o necessário protagonismo da classe operária na transformação da sociedade italiana e a necessidade dessa classe estabelecer alianças para compor um bloco histórico revolucionário. Ele teria ainda interpretado de maneira positiva o papel do proletariado enquanto organizador de uma vontade coletiva capaz de guiar a vida nacional nas transformações estruturais da sociedade italiana. Para cumprir tal papel, o proletariado deveria se organizar sobre a forma de partido político, fortalecendo as instituições democráticas para garantir a evolução para o socialismo. Em suas palavras:

A via de saída é a que indicou Antonio Gramsci. /.../ Não há uma via diferente desta para conseguir isolar o grande capital monopolista, que actualmente se encontra no bloco burguês, opondo-lhe um outro bloco, no qual diversos grupos sociais sejam orientados pela acção da classe operária e guiados por ela no caminho da democracia, rumo ao socialismo. A nossa luta pela unidade das forças populares e democráticas não é ditada por habilidades tácticas, mas é uma exigência histórica, tanto para manter

---

<sup>365</sup> Togliatti, Palmiro. “O leninismo no pensamento e na ação de Gramsci”. In: Idem. **Socialismo e Democracia**, cit., 1980, p. 181.

<sup>366</sup> As principais doutrinas seriam: a) uma doutrina do imperialismo como fase superior do capitalismo; b) uma doutrina da natureza do estado burguês e da revolução; c) uma doutrina do partido.

aquilo que já foi conquistado, para defender e salvar a democracia, como para a desenvolver<sup>367</sup>.

A generalização da fórmula da ditadura do proletariado, portanto, seria um equívoco, como o próprio Lenin teria acenado. Nisto reside a revisão togliattiana que atua, assim, em duas chaves. Em primeiro lugar, ele advoga que a ditadura do proletariado operou como fato de força, como ato de violência, em períodos de guerra civil, correspondente a um período de ruptura revolucionária, para impedir o ascenso das forças contrarrevolucionárias que atacavam de todos os lados o poder proletário que se estabelecia. Essa primeira revisão do modelo é abertamente defendida por Togliatti no relatório apresentado em 24 de junho ao Comitê central do partido:

Primo Marx ed Engels e in seguito Lenin nello sviluppare questa teoria [da ditadura do proletariado] affermano che l'apparato dello Stato borghese non può servire per costruire una società socialista. Questo apparato deve essere dalla classe operaia spezzato e distrutto, sostituito dall'apparato dello Stato proletario, cioè dello Stato diretto dalla classe operaia stessa. Questa non era la posizione originaria di Marx ed Engels: fu la posizione cui essi giunsero dopo la esperienza della Comune di Parigi e fu particolarmente sviluppata da Lenin. Questa posizione rimane pienamente valida, oggi? Ecco un tema di discussione. **Quando noi, infatti, affermiamo che è possibile una via di avanzata verso il socialismo non solo sul terreno democratico, ma anche utilizzando le forme parlamentari, è evidente che correggiamo qualche cosa in questa posizione, tenendo conto delle trasformazioni che hanno avuto luogo e che si stanno ancora compiendo nel mondo.**

/.../

Lenin disse chiaramente, all'inizio, che le forme di organizzazione che la dittatura del proletariato prendeva nella Russia no sarebbero state obbligatorie in tutti gli altri paesi. **Possiamo noi oggi, sottolineando in modo particolare questa affermazione, dare ad essa una certa estensione, per giungere alla conclusione che anche per quanto riguarda l'esercizio del potere le affermazioni fatte da Lenin nei primi anni di esistenza della Repubblica sovietica corrispondevano a quella situazione, a una situazione di rottura rivoluzionaria, di guerra civile di sviluppo di un potere che doveva essere difeso con tutti i mezzi e ad ogni costo contro gli attacchi che venivano da ogni parte,** ma possono non corrispondere a

---

<sup>367</sup> Togliatti, Palmiro. "Gramsci e o Leninismo". In: **Antonio Gramsci (Seleção de textos e organização de Ernesto Ragioneri)**. Editora Seara Nova, Lisboa: 1975, p. 188.

situazioni diverse? **A me sembra evidente che, in situazioni diverse, quelle affermazioni non sono valide. E qui se presenta la questione della esistenza di diversi partiti in una società socialista e del contributo che diversi partiti possono dare alla marcia verso al socialismo.** È inutile e persino sciocco ci vadano ricantando che la nostra esaltazione della vittoria della Rivoluzione di ottobre e la nostra solidarietà di decenni col Partito comunista dell'Unione Sovietica significhino che noi riteniamo che in tutto il mondo e in qualsiasi situazione debbano essere obbligatoriamente fatte le stesse cose che si son fatte in Russia. Ciò che si è fatto nell'Unione Sovietica non è il modello – e in questo campo in modo particolare – di ciò che potrà e dovrà essere fatto in altri paesi, a seconda delle condizioni ivi esistenti<sup>368</sup> (grifos nossos).

Em segundo lugar, ele defende que uma retificação dos princípios gerais é determinada pelas circunstâncias históricas, isto é, por uma dada relação entre sociedade civil e sociedade política, entre estrutura e superestrutura de uma dada sociedade. Na sua interpretação sobre as *Notas sobre Maquiavel* escrita por Gramsci, o marxista sardo teria demonstrado uma diferença não orgânica, mas metodológica entre os termos de sociedade civil e de sociedade política, assim como entre os conceitos de hegemonia e de ditadura. O conceito de hegemonia não poderia ser formalmente oposto ao de ditadura, do mesmo modo que não seria possível contrapor sociedade civil à sociedade política. Contudo, é indiscutível para Togliatti, que o termo hegemonia é mais amplo que o de ditadura por englobar a direção sobre a sociedade civil:

O que interessa sobretudo é a forma como Gramsci considera o problema do poder, isto é, do exercício da autoridade dirigente por parte de determinados grupos sociais. Introduz aqui o conceito de hegemonia, mas esse conceito não pode ser formalmente oposto ao de ditadura, da mesma forma que se não podem opor formalmente ao conceito de sociedade civil e sociedade política como se indicassem coisas organicamente diferentes. A diferença não é orgânica mas de método<sup>369</sup>.

---

<sup>368</sup> Togliatti, Palmiro. “La via italiana al socialismo”, cit., pp. 167-168.

<sup>369</sup> Togliatti, Palmiro. “Gramsci e o Leninismo”, cit., p. 245.

Togliatti insere ainda sobre a questão da luta pela conquista do poder a distinção trazida por Gramsci entre “guerra de movimento” e “guerra de posição”. Segundo ele,

o primeiro termo designava, em essência, o ataque revolucionário pela conquista do poder. Com o segundo designava a luta de classes que amadurece, sob a direção do partido revolucionário, quando o ataque revolucionário não é possível ou, antes disso, para o preparar. Também neste segundo caso é orientada uma acção que tende a revolucionar as estruturas e o bloco histórico dominante. Não há paz, portanto, mas a guerra travada tem um carácter completamente diferente do ataque directo<sup>370</sup>.

Há, para Togliatti, porém, relações pluricausais e determinantes entre as relações estabelecidas entre a sociedade civil e a sociedade política, de modo que no interior de uma dada sociedade pode-se estabelecer formas multívocas e contraditórias de sociedade política: “a sociedade política, porém, pode assumir uma forma de extremo rigor ditatorial, quando – em função dos contrastes entre estrutura e superestrutura – cria-se uma separação entre a sociedade civil e a sociedade política, ou se abre melhor dizendo, uma das grandes crises revolucionárias da história”<sup>371</sup>. Com efeito, do mesmo modo que podem ser exercidas diversas formas de ditadura do proletariado, a ditadura de classe da burguesia pode dar origem às mais diversas formas políticas, desde a plena supressão dos institutos e das liberdades democráticas, como na ditadura fascista, até admitir em maior ou menor grau de extensão as liberdades democráticas e a presença daqueles institutos de alavancagem ao poder, como nas repúblicas democráticas<sup>372</sup>.

Nesse sentido, que o problema do parlamentarismo deve ser visto na situação concreta dos países capitalistas avançados de maneira diversa àquela da Rússia de 1917:

In questa luce deve essere visto il problema del parlamentarismo. Era assurdo chiedere alla rivolzuione proletaria di dare vita a un regime parlamentare, proprio in un paese dove non era mai esistito un parlamentarismo. Ma in altri paesi, dove il parlamento sai riuscito ad avere un contenuto di democraticità, come forma di consultazione ed espressione della volontà popolare, anche a mezzo di esso si può

<sup>370</sup> Togliatti, Palmiro. “Gramsci e o Leninismo”, cit., p. 246.

<sup>371</sup> Togliatti, Palmiro. “O leninismo no pensamento e na acção de Gramsci”. In: Idem. **Antonio Gramsci**. Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 215.

<sup>372</sup> Togliatti, Palmiro. “A proposito di socialismo e democrazia”. In: **Togliatti da Salerno a Yalta: vent’anni di lotta politica negli articoli di Rinascita**. Editrice L’Unità, 1984, p. 126.

risolvere il problema di far accedere le masse lavoratrici, non solo all'espressione della loro volontà, ma ad una partecipazione attiva alla direzione della vita economica e della vita politica, pur restando fermo che l'accesso al potere della classe operaia significa sempre una estensione delle forme di democrazia diretta<sup>373</sup>.

Togliatti desenvolve seu argumento sobre a ditadura do proletariado portando em três linhas: a) como fizeram os clássicos do marxismo, assume a natureza de classe do Estado; b) em seguida, na tentativa de manter-se na linha clássica da tradição revolucionária marxista, advoga a necessidade da ditadura do proletariado, mas apenas em situações extremas de contrarrevolução e guerra civil; c) por fim, admite o caráter episódico e circunstancial desta ditadura, elidindo sua necessária aplicação em países onde as instituições democráticas se encontrem avançadas, como seria o caso italiano.

A revisão da teoria da ditadura do proletariado e a necessária construção de uma via democrática para o socialismo, no entanto, segundo Togliatti, não significam a assunção de uma via parlamentar estreita. Segundo ele, o Parlamento italiano apresentava limitações que precisavam ser superadas por meio de lutas de massa e por ações democráticas consequentes. O trecho a seguir condensa sua posição acerca do parlamentarismo:

Come dobbiamo ulteriormente sviluppare la linea del nostro partito? Dobbiamo continuare nella ricerca e attuazione di una via nostra, di una via italiana di sviluppo verso il socialismo. Ma vorrei correggere quei compagni i quali hanno detto – come se fosse senz'altro cosa pacifica – che via italiana di sviluppo verso il socialismo vuol dire via parlamentare e nulla più. Questo non è vero. **Chi ha detto 'via italiana' voglia dire via parlamentare? Via italiana è una via di sviluppo verso il socialismo che tiene conto delle condizioni già realizzate e delle vittorie già conseguite. Siccome queste vittorie hanno creato una larga base di sviluppo democratico, la via italiana è una via la quale prevede uno sviluppo sul terreno democratico e di una sua evoluzione verso determinate, profonde riforme sociali.** Se non si pone la questione in questo modo, se si fa una sommaria identificazione esteriore fra 'via italiana' e 'via parlamentare' si possono creare da un lato ilusione pericolose, mentre dall'altro si possono avere anche gravi desillusioni. Il compagno che lavora nelle fabbriche, che as quale è il peso del potere del padrone, il cittadino il quale è giunto a conoscere quale è la natura e quale il peso del potere delle classi dirigenti capitalistiche nella attuale società e dal'altra parte vede che cosa è oggi il

---

<sup>373</sup> Togliatti apud Sassoon, **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p. 218.



nostro Parlamento, può arrivare alla conclusione che per questa strada non si arriverà mai a un rivolgimento radicale. Bisogna dunque porre giustamente la questione. La via seguita finora da noi è una via conseguentemente democratica.

/.../

**La utilizzazione del Parlamento è una delle possibilità di sviluppo di un'azione conseguentemente democratica per ottenere delle profonde riforme di struttura. Perché questa possibilità possa realizzarsi occorrono però determinate condizioni. Ocorre un Parlamento che sia veramente specchio del paese, occorre un Parlamento che funzioni e occorre un grande movimento popolare che faccia sorgere dal paese quelle esigenze che poi possano esse soddisfatte da un Parlamento in cui le forze popolari abbiano ottenuto la rappresentanza abbastanza forte.**

/.../

**Dobbiamo poi riconoscere che il funzionamento del Parlamento italiano, soprattutto da qualche anno in qua, è deficiente, limitato, tale che impedisce al Parlamento di adempiere le funzioni che gli spettano. Il Parlamento oggi non adempie quasi in nessun modo la funzione di controllo sugli atti del potere esecutivo. Questo vuol dire che anche di questo problema del funzionamento del Parlamento dobbiamo farne oggetto di dibattito, di azione e di lotta nel paese. Infine, per la efficace utilizzazione della possibilità parlamentari ai fini di un rinnovamento democratico e socialista si richiede un grande movimento popolare di massa da cui escano forti gruppi parlamentari, legati alle masse lavoratrici, capaci di esigere dal Parlamento la soddisfazione delle richieste rivendicazioni popolari. Vorrei poi anche ricordare che, quando si tratta la questione di una via italiana verso il socialismo, bisogna evitare di credere che si tratta la questione di un tema da risolversi a tavolino, attraverso la elaborazione di formule più o meno nuove, dovute all'acutezza e originalità dell'uno o dell'altro dirigente (grifos nossos)<sup>374</sup>.**

A conclusão de sua revisão do conceito de ditadura do proletariado implica, como se observa, em um *aggiornamento* da função estratégica do Parlamento. O parlamentarismo na via italiana leva em consideração três aspectos no circunlóquio togliattiano: a) em primeiro lugar, o dirigente comunista italiano intenta afastar aquilo que para ele seria uma visão estreita da via italiana ao socialismo, isto é, via italiana é diversa de via parlamentar; b) em seguida, realiza a crítica ao parlamentarismo italiano, por ser limitado e deficiente, não traduzindo os

---

<sup>374</sup> Togliatti, Palmiro. "La via italiana al socialismo", cit., pp. 172-173.

anseios da população italiana; c) por fim, após negar inicialmente que a via italiana seja uma espécie de via parlamentar, propõe uma participação popular bastante forte e democraticamente consequente para que, *através do parlamento*, possa se encetar as reformas de estrutura necessárias à construção do socialismo.

A frase fundamental que sustenta esta última assertiva (alínea “c”) no último trecho citado é a de que o Parlamento deve ser o “espelho do país”. Isto quer dizer que o Parlamento deve refletir o equilíbrio de forças existente na nação. Para Togliatti, portanto, o Parlamento não pode ser compreendido como um instrumento de uma classe ou de uma fração de classe. A posição de classe do Parlamento mudará, portanto, na medida em que a relação de forças no seio da sociedade mudar. Deste modo, pode-se afirmar, como veremos em seguida, que Togliatti assume a mesma posição de Kautsky, para quem o Parlamento pode se tornar um instrumento neutro. Diferente da posição do social-democrata alemão, no entanto, o dirigente comunista italiano, ao defender o regime parlamentar enquanto espelho, se posiciona no sentido da necessidade de uma luta, isto é, de uma luta de classes que reforme o Estado.

Nestas elaborações assumem certamente uma importância fundamental as saídas eleitorais e as vitórias parlamentares que o movimento operário consegue obter. Ao superar seus “limites e deficiências” tradicionais, as conexões reais que o Parlamento estabelece com a população serão o que lhe conduzirá à função de instrumento efetivo para transição ao socialismo. Não é o parlamentarismo que está sendo colocado em xeque ou tendo seu valor ameaçado: o que se questiona é o parlamentarismo estreito dominado pelas classes dirigentes italianas e que precisa ser renovado através de uma participação popular massiva.

A *Declaração Programática* aprovada pelos membros do Partido Comunista Italiano em seu VIII Congresso, em 1956, reflete essa visão positiva sobre o Parlamento. O regime parlamentar, segundo a *Declaração*, seria fundamental não apenas para conduzir as necessárias reformas econômicas e sociais, mas seria crucial também para a própria construção do socialismo:

Il regime parlamentare, il rispetto del principio della maggioranza liberamente espressa, il metodo definito dalla Costituzione per assicurare che le maggioranze si formino in modo libero e democratico sono non soltanto compatibili con l’attuazione di profonde riforme sociali e con la costruzione di una società socialista, ma agevolano e assicurano, nelle condizioni di oggi, la conquista della maggioranza da parte dei partiti della classe operaia, il contatto e la collaborazione di altre forze

sociali e politiche, l'avvento di una nuova classe dirigente, in seno alla quale la classe operaia sia la forza determinante. Il Parlamento può e deve esercitare una funzione attiva sia per la trasformazione in senso democratico e socialista del paese, sia in una nuova società socialista, a condizione che accanto ad esso possano e debbano svilupparsi forme di democrazia diretta che assicurino gli ulteriori sviluppi e la superiorità della democrazia socialista<sup>375</sup>.

O documento coloca ainda a questão da tomada do poder através dos meios democráticos. Nele se afirma que “os comunistas sabem que uma completa transformação das estruturas em sentido socialista só pode ser realizada com a conquista do poder político por parte da classe operária e de seus aliados”, porém tal conquista não se dará por métodos explosivos:

Isto porque o Partido comunista desde o princípio declarou que não compreende a defesa Constituição republicana como um expediente para utilizar os instrumentos da democracia burguesa até o momento de uma insurreição armada para a conquista do Estado e para sua transformação em um Estado socialista, mas sim como um pacto unitário, livremente acordado pela grande maioria do povo italiano e firmado com base no desenvolvimento orgânico da vida nacional por todo um período histórico<sup>376</sup>.

Luciano Gruppi, em seus comentários à *Declaração Programática*, considera que os comunistas colocaram a questão do poder de maneira dialeticamente articulada e à luz das reflexões que Togliatti desenvolvera sobre a obra gramsciana. A conquista do poder não se apresenta mais enquanto *guerra de movimento*, inadequada para países de democracia avançada como a Itália, mas como um processo gradual de luta, de realização de novas alianças por parte da classe operária, capazes de aplacar o poder político e econômico das classes dominantes, abatendo as estruturas mais atrasadas pelo caminho das transformações democráticas e socialistas que Gramsci definira como estratégia de *guerra de posições*<sup>377</sup>.

---

<sup>375</sup> VV. AA. **La via italiana al socialismo**: estratti dai rapporti e dalle tesi dai Congressi del PCI (1945-1979). Varese, Aurora, 1982, p. 122.

<sup>376</sup> VV. AA. **La via italiana al socialismo**: estratti dai rapporti e dalle tesi dai Congressi del PCI (1945-1979). Varese, Aurora, 1982, p. 121.

<sup>377</sup> Gruppi, Luciano. **Socialismo e Democrazia**, cit., pp. 680-681.

É possível constatar que não se trata de uma simples revisão das teorizações de Lenin (e até mesmo de Marx, Engels e Gramsci) acerca da ditadura do proletariado, do papel do regime parlamentar e da democracia: desvela-se na construção togliattiana e dos comunistas italianos o próprio extravio de tais conceitos.

Um breve excursão sobre o desenvolvimento dos conceitos de ditadura do proletariado e de democracia na tradição marxista faz-se necessária para balizar nossa tese. Vejamos.

Lenin e os bolcheviques haviam advogado a necessidade do movimento operário lutar pelo regime parlamentar, mas também de superá-lo. A passagem para a fase socialista implicava no encerramento das instituições parlamentares como condição *sine qua non* para efetuar a transição para o regime socialista. O encerramento das instituições parlamentares, em Lenin, não implica menor grau de democracia, como veremos adiante.

Antes de tudo, vale dizer, a interpretação de Lenin deriva daquelas já realizadas por Marx e Engels tanto no *Manifesto do Partido Comunista* quanto em suas análises sobre a Comuna de Paris. A ideia de ditadura do proletariado já está presente, portanto, desde 1848 na obra marx-engelseniana:

A primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas.

Isso naturalmente só poderá ser realizado, a princípio, por intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção.

Essas medidas, é claro, serão diferentes nos diferentes países<sup>378</sup>.

---

<sup>378</sup> Marx, Karl & Engels, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005, p. 58.

Essas duas frases do *Manifesto* compendiam a noção de ditadura do proletariado de Marx e Engels: 1) “O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado”; 2) “Isso naturalmente só poderá ser realizado, a princípio, por intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas”. A burguesia e seu modo de produção portanto não desaparecem por decreto, mas no curso do movimento, pela aplicação de medidas que parecerão “insuficientes e insustentáveis”, mas que serão necessárias para quebrar o poder político da classe dominante.

Eles não se detêm, no entanto, nessas colocações. Após indicarem as medidas necessárias a serem realizadas nos países de capitalismo avançado, a ideia de revolução como um ato de força segue na seguinte conclusão:

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. **O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe**<sup>379</sup>.

Não se observa nesta citação que o uso da violência revolucionária – os fatos de força – seja algo episódico ou variável segundo as condições de cada país. Marx e Engels tinham em consideração, não só pelos estudos sobre a revolução francesa, mas também pela própria experiência das insurreições do século XIX, como as de 1848-1849, que o Estado burguês se estrutura e se organiza enquanto um órgão de opressão para garantir a extração do sobreproduto social e para sua acumulação privada. Seria ingenuidade acreditar que o poder burguês não resistiria com o uso da força e com outras formas de exercício de poder político à ação de desapropriação dos meios de produção.

Essas mesmas noções serão desenvolvidas ulteriormente tanto por Marx como por Engels em suas considerações sobre a Comuna de Paris. Engels, em sua *Introdução* de 1891 à

---

<sup>379</sup> Marx, Karl & Engels, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**, cit., p. 59.

*Guerra Civil na França* escrita por Marx, anotou que, segundo a representação filosófica, “o Estado é a ‘efetivação da ideia’ /.../, o âmbito em que a verdade e a justiça se efetivam ou devem se efetivar”, na realidade, porém, o “Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia”<sup>380</sup>. Os *comunards* precisaram enfrentar essa verdade, de modo que, desde sua instauração, “a Comuna teve de reconhecer que a classe trabalhadora, uma vez no poder, não podia continuar a operar com a velha máquina estatal; que essa classe trabalhadora, para não tornar a perder o poder que acabara de conquistar, tinha de, por um lado, eliminar a velha maquinaria opressora até então usada contra ela, enquanto, por outro lado, tinha de proteger-se de seus próprios delegados e funcionários, declarando-os, sem qualquer exceção, como substituíveis a qualquer momento”<sup>381</sup>. Ao final de sua análise, conclui provocativamente:

E eis que o filisteu alemão foi novamente tomado de um saudável terror com as palavras: ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado.

A Comuna de Paris, como defendeu Martorano<sup>382</sup>, traz, para Marx e Engels, um sentido mais amplo para a ditadura do proletariado. Em *O Manifesto do Partido Comunista* e em *As lutas de classes na França*, de 1850, a conotação da ditadura do proletariado era substancialmente negativa e surgia como oposição à ditadura burguesa: a *ditadura classista* do proletariado era compreendida “como ponto de transição necessário para *abolição de todas as diferenças de classe*, para a abolição da totalidade das relações de produção em que estão baseadas, para a abolição da totalidade das relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a convulsão da totalidade das ideias, que se originam dessas relações sociais”<sup>383</sup>.

Na análise dos eventos de 1871, Marx propõe, por sua vez, uma visão não apenas negativa, mas sobretudo positiva da ditadura do proletariado, se aceitamo-na no sentido expresso na *Introdução* de Engels (Comuna de Paris = Ditadura do Proletariado). A Comuna,

---

<sup>380</sup> Engels, Friedrich. “Introdução à Guerra Civil na França (1891)”. In: Marx, Karl. **Guerra Civil na França**. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 196-197.

<sup>381</sup> Engels, Friedrich. “Introdução à Guerra Civil na França (1891)”, cit., pp. 195-196.

<sup>382</sup> Martorano, Luciano. *Burocracia e Socialismo*. Campinas, Dissertação de Mestrado – IFCH – Unicamp, 2001, p. 67.

<sup>383</sup> Marx, Karl. **As Lutas de Classe na França**. São Paulo, Boitempo, 2012, p. 102.

como defende Marx, antes de sua derrota, demonstrou o caminho de uma efetiva revolução contra o Estado burguês, destruindo os órgãos que constituíam a máquina estatal (exército, clero, magistratura, burocracia, polícia, etc.). Mas não apenas isso. A Comuna representou “a reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjagam, constituindo sua própria força em vez da força organizadora sua supressão”. A Comuna foi responsável não apenas pela supressão do aparelho estatal burguês; ela significou para as massas trabalhadoras “a forma política de sua emancipação social”. Ao invés de uma força social alienada, de uma “força artificial (apropriada por seus opressores)”, ela é a “forma política” que expressa “sua própria força oposta e organizada” contra a sociedade “erguida por seus inimigos para sua opressão”<sup>384</sup>. Em suma, o segredo da Comuna para Marx era ser fundamentalmente “um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, **a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho**” (grifos nossos)<sup>385</sup>. É a substituição da república democrática burguesa pela “república social” que “desapropria o capital e a classe dos proprietários rurais da máquina estatal para que esta seja assumida pela comuna, que declara francamente que a ‘emancipação social’ é o grande objetivo da República, e, assim, garante esta transformação social pela organização comunal”<sup>386</sup>.

Como consequência de sua atuação, a Comuna assumiu o papel fundamental para todos aqueles que, depois dela, descenderam ao terreno da luta por uma democracia proletária contra a democracia burguesa, ou, nos termos de Marx, da luta por *uma república social em substituição da república burguesa*. Ao refletir os interesses sociais das massas, destruiu a anterior máquina do Estado. Para tanto: foi necessário destruir o monopólio das decisões transferindo-as ao governo das massas; foi preciso converter o funcionário em um técnico sem vínculos de fidelidade com a minoria no poder estatal, estabelecendo sobre ele um controle das massas através da eleição e da revogabilidade; foi necessário impedir que as desigualdades salariais abrissem o caminho para um novo bloco de poder entre governo e burocracia, e para consegui-lo o meio mais seguro foi impedir a formação de interesses distintos das massas, conferindo a todos funcionários públicos, começando pelos dirigentes da Comuna, salário não privilegiados. Se afirmava desse modo o princípio de que a elevação do padrão de vida seria um fato coletivo e não mais individual.

---

<sup>384</sup> Marx, Karl. **Guerra Civil na França – Primeiro Rascunho**. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 131.

<sup>385</sup> Marx, Karl. **Guerra Civil na França**. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 61.

<sup>386</sup> Marx, Karl. **Guerra Civil na França – Primeiro Rascunho**. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 139.

Por mais que não se tenha um desenvolvimento sistemático da questão da ditadura do proletariado, por ainda se encontrar em *estado prático*, resta claro que em Marx e Engels podemos notar os lineamentos fundamentais para sua teorização. A ditadura do proletariado, pela experiência das comunas, não se conforma enquanto uma possibilidade a partir das circunstâncias concretas variáveis de cada país. Em Marx e Engels, a ditadura democrática da classe trabalhadora eleva-se à condição de forma política enfim descoberta “para se levar a efeito a emancipação econômica da classe trabalhadora”. Na obra de Lenin, tal questão recebe matizes ainda mais fortes e mais avançados.

Não é o caso aqui de fazer uma explanação do texto fundamental de Lenin sobre o problema estatal, a saber: *Estado e Revolução*. Vamos apenas sumariar alguns lineamentos de base para discutirmos o trato que ele dá à questão da ditadura do proletariado.

O primeiro aspecto a destacar é a *natureza de classe* do Estado. Como vimos, Togliatti afirma não se afastar dessa noção crucial. Para Lenin, o Estado não possui qualquer fim nobre: como justiça, bem comum, realização da liberdade e da igualdade, desenvolvimento social, etc., etc. O Estado se define ontologicamente pela dominação de uma classe sobre a outra. Este é o ponto chave da teoria marxista do Estado, segundo Lenin: “Para Marx, o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *submissão* de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes”<sup>387</sup>.

O segundo aspecto a ressaltar é que, na obra leniniana, todo o tipo de Estado, não importa sua forma institucional, é sempre e essencialmente uma *ditadura de classe*: “As formas dos Estados burgueses são as mais variáveis, mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à *ditadura da burguesia*”<sup>388</sup>.

Em síntese: todo Estado possui como função social a dominação de uma classe sobre a outra. Nesse sentido, todo Estado é uma forma de ditadura. Dada essas duas premissas, para Lenin, a transição do capitalismo para o socialismo poderá suscitar formas políticas diversas, porém, ele não vacila em asseverar o terceiro aspecto de sua formulação: nenhuma das formas que assumir a transição política da classe trabalhadora deixará de ser inevitavelmente: *a ditadura do proletariado*<sup>389</sup>. Conclui assim que:

---

<sup>387</sup> Lenin, V. I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo, Editora Hucitec, 1979, p. 10.

<sup>388</sup> Lenin, V. I. **O Estado e a Revolução**, cit., p. 44.

<sup>389</sup> Lenin, V. I. **O Estado e a Revolução**, cit., p. 44.



A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada. /.../ Em virtude de seu papel econômico na grande produção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de todas as massas que, embora tão exploradas, escravizadas e esmagadas quanto ele, e mesmo mais do que ele, não são aptas para lutar *independentemente por sua emancipação*.

A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz fatalmente a reconhecer *a supremacia política*, a ditadura do proletariado, isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas. O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em *classe dominante*, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar *todas* as massas laboriosas exploradas para um novo regime econômico.

O proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e *dirigir* a massa enorme da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários – na ‘edificação’ da economia socialista<sup>390</sup>.

Não há outro caminho senão o da ditadura caso o proletariado colime alcançar o socialismo. Lenin estava convencido que apenas através de um novo tipo de Estado, uma nova forma política, cuja forma de governo não é a parlamentar, que se poderia avançar na transição socialista. O socialismo jamais seria alcançado pela utilização “do velho Estado parlamentar democrático-burguês”. Por isso a ditadura do proletariado é *conditio sine qua non* para que o proletariado possa cumprir sua função histórica.

Ao contrário do que pretendia Togliatti e os comunistas italianos em suas revisões do conceito de ditadura do proletariado, Lenin não o trata como um modelo, como um programa ou uma consigna, como uma estratégia ou como uma tática. Como frisou Etienne Balibar:

Ni tactique ni stratégie qu’il s’agirait *d’appliquer* après les avoir inventées, la dictature du prolétariat est d’abord *une réalité*, aussi objective que la lutte de classes même, dont elle procede. C’est une réalité que Lénine cherche à étudier

---

<sup>390</sup> Lenin, V. I. **O Estado e a Revolução**, cit., pp. 32-33.

scientifiquement, à mesure qu'elle se manifeste dans la pratique, pour pouvoir s'y orienter

/.../

C'est la réalité d'une tendance historique, soumise à d'incessantes transformations, qu'il est impossible d'enfermer dans le cadre de telle forme de gouvernement, de tel système d'institutions, même révolutionnaires, établi une fois pour toutes. Une tendance ne cesse pas d'exister parce qu'elle rencontre des obstacles, parce qu'elle corrige son orientation sous l'effet des conditions historiques. Au contraire, c'est précisément ainsi qu'elle existe et se développe<sup>391</sup>.

É necessário frisar que a instauração da ditadura do proletariado, como *realidade de uma tendência histórica*, implicava, em Lenin, diferente do que defenderão posteriormente os comunistas italianos, portanto, não apenas uma alternativa ao restrito funcionamento do Parlamento na Rússia. A crítica lançada ao parlamentarismo não se resume ao seu incipiente e precário funcionamento em sociedades atrasadas. Sua crítica, pode-se afirmar, é de princípio e se aplica enquanto elemento objetivo de crítica geral ao instituto do Parlamento.

Apesar de se apresentar sempre lúcido quanto às limitações das conquistas soviéticas e as diversas contradições que a construção do socialismo em um país atrasado carregavam, Lenin tinha consciência da superioridade democrática do aparelho estatal que se construía na Rússia, exatamente porque criavam as condições para a educação política da classe trabalhadora, isto é, criavam as condições para que as classes trabalhadoras aprendessem a governar, a exercer funções administrativas e de governo, a atuar efetivamente nas condições de gestão das suas vidas econômico-sociais. Nesse sentido, o Parlamento era por ele compreendido como uma forma democrática limitada, baseada na separação entre executivo e legislativo, e por isso precisava ser substituído por formas mais avançadas de democracia de base, a democracia dos soviets:

A organização soviética desenvolveu de modo incomparavelmente mais extenso e mais profundo o *aspecto da democracia burguesa que historicamente representa o grande progresso da mesma em relação ao sistema medieval, isto é, a participação do povo na eleição dos altos funcionários*. Em nenhum momento dos Estados burgueses mais democráticos as massas trabalhadoras puderam gozar dos direitos eleitorais que a burguesia formalmente lhes outorgava, mas sim dos que em

<sup>391</sup> Balibar, Étienne. **Sur la dictature du prolétariat**. Paris, François Maspero, 1976, pp. 136-137.

realidade as privava: o direito de eleger os seus representantes em medida tão ampla, tão frequente, tão geral, fácil e simples como sob o poder soviético. *Mas ao mesmo tempo o poder soviético acabou com os aspectos negativos da democracia burguesa, uma supressão que já havia sido começada pela Comuna de Paris, a saber, o parlamentarismo, ou a separação entre o poder legislativo e o executivo, cuja natureza estreita e limitada o marxismo vinha assinalando desde muito tempo. Ao fundir ambos poderes, os soviets aproximam o aparelho do Estado das massas trabalhadoras e eliminam a barreira do parlamento burguês que engana as massas com rótulos hipócritas e encobre as manobras financeiras e bolsistas dos homens de negócios do parlamento, garantindo a intangibilidade do aparelho burguês da administração do Estado.*

Somente graças à organização soviética do Estado, a revolução proletária pode aplastar de um só golpe e destruir até seus fundamentos, o velho aparelho estatal burguês sem o que, teria sido impossível empreender a construção do socialismo<sup>392</sup>.

A crítica à ditadura do proletariado, compreendida enquanto método ou modelo de tomada do poder, antes da sua revisão pelos comunistas italianos dos anos 1950, fora realizada duramente por Kautsky, ainda em 1918. Kautsky funda sua crítica na oposição de dois métodos para a conquista do poder: o método *democrático* e o método *ditatorial*. Segundo ele, renunciando os argumentos togliattianos, a “ditadura, como supressão da democracia, só pode ser uma saída em situações excepcionais, sempre que a ocorrência de circunstâncias extraordinárias favoráveis permita a um partido proletário tomar o poder<sup>393</sup>”.

Contudo, para o social-democrata alemão, se o socialismo é um regime baseado em um amplo apoio das massas, portanto, na maioria da população, não há razão para se atentar contra a democracia: “um regime que conta com o apoio das massas, só empregará a força para *defender* a democracia, e não para *aniquilá-la*. Ele cometeria verdadeiro suicídio, se quisesse destruir seu fundamento mais seguro: o sufrágio universal, fonte profunda de poderosa autoridade moral<sup>394</sup>. Nesse sentido que, para ele, a “democracia constitui a base indispensável para a construção de um modo de produção socialista. É somente graças aos efeitos da democracia que o proletariado alcança a maturidade para a realização do socialismo<sup>395</sup>”.

<sup>392</sup> Apud Bambilra, Vania. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 103.

<sup>393</sup> Kautsky, Karl. “A ditadura do proletariado”. In: Kautsky, Karl/Lenin, Vladimir. **A ditadura do proletariado. A revolução proletária e o renegado Kautsky**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 32.

<sup>394</sup> Kautsky, Karl. “A ditadura do proletariado”, cit., p. 32.

<sup>395</sup> Kautsky, Karl. “A ditadura do proletariado”, cit., p. 29.

Kautsky rechaça ainda a ditadura por compreender que jamais se manifesta enquanto uma ditadura de uma classe, seja burguesa ou proletária, se constituindo sempre enquanto um regime de governo e enquanto tal será sempre supressão dos direitos da oposição. Sendo assim, jamais se pode falar em ditadura do proletariado. No limite, o que se tem é a ditadura de um partido proletário que exerce a violência e a força em relação aos demais partidos: “o problema complica-se logo que o proletariado se divide em muitos partidos. A ditadura de um desses partidos não é, obviamente, a ditadura do proletariado, mas a ditadura de uma fração do proletariado sobre a outra”. Surge então o que seria a questão crucial: “Por que motivo a dominação do proletariado há de revestir-se necessariamente de uma forma incompatível com a democracia?”<sup>396</sup>. A resposta vem sob a forma evolucionista de sua já conhecida transição gradual, progressiva e democrática para o socialismo, erguida sobre o primado do desenvolvimento das forças produtivas e sobre a ampliação dos institutos e franquias democráticos:

A necessidade da ditadura pressupõe que uma minoria da população tenha o poder do Estado. Minoria composta de não-proprietários. Mas, a grande arma dos proletários é seu número. Em tempo normal, só podem conquistar o poder de Estado porque são maioria. Minoritários, não poderiam apoderar-se da direção do Estado, a não ser quando houvesse uma coincidência de acontecimentos excepcionais, de catástrofes, quando o poder de Estado vigente desmorona, arrastando na queda o Estado que definha.

O socialismo, isto é, o bem-estar geral da civilização, só se torna possível pelo imenso desenvolvimento das forças produtivas provocado pelo capitalismo, pelas enormes riquezas criadas por ele, e concentradas em mãos da classe capitalista. Um sistema estatal que desperdiça essas riquezas imensas numa política insensata – por exemplo, uma guerra inútil – não oferece um começo favorável a um progresso rápido para o bem-estar de todas as camadas da população.

E, quando este não é regime democrático, mais regime ditatorial que se apresenta como herdeiro do poder do Estado que derrubou, concorre para agravar a situação, posto que a consequência lógica será a guerra civil. O que resta dos meios materiais é destruído pela anarquia.

Finalmente, o bem-estar para todos significa o desenvolvimento ininterrupto da produção. A destruição do capitalismo não é ainda o socialismo. Onde a produção capitalista não puder imediatamente ser transformada em produção socialista, deve

---

<sup>396</sup> Kautsky, Karl. “A ditadura do proletariado”, cit., p. 31.

continuar, pois, se assim não ocorrer, o processo de produção será interrompido e as condições da miséria das massas estarão criadas, miséria que tanto receiam os proletários modernos.

/.../

Em um país pouco desenvolvido do ponto de vista econômico, e onde o proletariado constitui apenas minoria, não se pode esperar muita maturidade do proletariado<sup>397</sup>.

Na visão reformista de Kautsky, a tarefa histórica do movimento socialista era conquistar a máquina estatal através do cerco democrático ao Estado através de eleições e do progressivo controle do Parlamento. Para evitar todo equívoco defende ainda que é preferível substituir o termo *ditadura do proletariado*, dadas suas ressonâncias autoritárias, por *domínio do proletariado*. O poder dos trabalhadores, por fim, deveria ser sancionado por: a) consenso popular verificado mediante eleições livres que ratifiquem periodicamente a vontade majoritária pelo socialismo; b) manutenção da democracia política em todos seus níveis; c) uso do Parlamento com objetivos socialistas; d) e exercício da violência exclusivamente contra os ativistas reacionários<sup>398</sup>. A república democrática parlamentar é, portanto, a forma imodificável de Estado para o dirigente do SPD. A partir do Estado democrático a própria ideia de revolução perde sentido posto que o projeto passa a ser transformar a estrutura econômico-social capitalista, não a superestrutura política.

A réplica de Lenin encontra-se em dois importantes textos: no arquiconhecido *A revolução proletária e o renegado Kautsky*<sup>399</sup>, escrito no mesmo ano que a brochura de Kautsky, e no informe apresentado no Congresso da Terceira Internacional, realizado em março do ano seguinte, em Moscou, publicado sob o título *A democracia burguesa e a democracia proletária*<sup>400</sup>. Tais textos tornam ainda mais evidente as noções leninianas de democracia e ditadura e sua interpretação das formas políticas.

Em *A democracia burguesa e a democracia proletária*, o marxista russo rechaça os argumentos mais correntes que tendem a condenar abstratamente a ditadura e a defender também de maneira abstrada a democracia. Segundo ele, estes argumentos se baseiam na ideia

<sup>397</sup> Kautsky, Karl. “A ditadura do proletariado”, cit., p. 57.

<sup>398</sup> Salvadori, Massimo. **Kautsky e la rivoluzione socialista**. Milão, Feltrinelli, 1976, p. 235.

<sup>399</sup> Lenin, Vladimir. “A revolução proletária e o renegado Kautsky”. In: Kautsky, Karl/Lenin, Vladimir. **A ditadura do proletariado / A revolução proletária e o renegado Kautsky**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

<sup>400</sup> Lenin, N. **Democracia burguesa y democracia proletaria**. Madrid, Editorial-América, 1920.

da existência de “democracia em geral” e de “ditadura em geral”, sem deixar claro as formas concretas em que se estabelecem. Ao se apresentar de tal maneira a questão, se coloca a largo do ponto de vista de classes e se adota o ponto de vista indiferenciado “da nação inteira”, o que equivale a burlar “a doutrina da luta de classes” e permitir que os socialistas, segundo ele, “passem para o campo da burguesia”<sup>401</sup>.

Lenin postula taxativamente que não existe nenhum país capitalista que tenha construído ou possa construir uma democracia em geral, ou seja, uma democracia universal. Nos países capitalistas apenas são possíveis democracias burguesas. Do mesmo modo, não existe “ditadura em geral”, mas tão somente formas concretas de ditadura. No caso da Rússia, o que se estabeleceu foi a ditadura da classe oprimida, a do proletariado sobre os opressores, sobre a burguesia e os latifundiários, com o objetivo de aniquilar a resistência que ofereceria às transformações econômicas e políticas.

Lenin afirmava ainda que a democracia liberal é um regime de governo que pressupõe o funcionamento regular do parlamento como órgão de representação política da classe dominante. O Parlamento representa o domínio da classe dominante que, junto à burocracia estatal, define a política de Estado. De modo que a defesa da democracia burguesa sob o pretexto de defender a democracia em geral e o libelo lançado contra a ditadura do proletariado sob a forma de protesto contra a ditadura em geral equivale “a uma simples traição do socialismo, a uma verdadeira deserção para o campo da burguesia, à negação do direito do proletariado fazer *sua* revolução, e, enfim, a uma defesa do reformismo burguês”<sup>402</sup>.

O debate entre Lenin e Kautsky revela duas formas de se conceber a democracia: uma burguesa, liberal; outra proletária, ligada ao conceito de poder popular. Para os liberais, “a democracia se realiza com o sufrágio universal sobre a base da propriedade”; para os socialistas, “a democracia se realiza apenas se transferida a um plano social”, como apontou Salvadori. Na ótica socialista, para que se transfira a um plano social, a democracia deve se dar por um processo capaz de abolir a propriedade privada, quebrar a resistência das classes adversárias, destruir as formas institucionais burguesas e penetrar com cada vez mais força no controle do processo produtivo. O poder bolchevique e a criação de um novo instituto democrático, os soviets, fizeram com que o posicionamento quanto ao problema histórico da democracia – isto

---

<sup>401</sup> Lenin, N. **Democracia burguesa y democracia proletaria**, cit., p. 32.

<sup>402</sup> Lenin, N. **Democracia burguesa y democracia proletaria**, cit., p. 34.

é, a escolha entre as duas formas de democracia, ou parlamentar ou popular – fosse colocado na ordem do dia.

Entre os comunistas italianos, Gramsci foi aquele, segundo Salvadori, que enxergou com mais acuidade a necessidade de escolha no dilema entre as duas formas de democracia, e apresentou concepções que se afastam completamente daquelas defendidas pelos membros do PCI nos anos 1950 e 1960. A concepção gramsciana se alicerça inteiramente nas teorizações leninistas, como assevera Salvadori:

Gramsci descobriu no soviete russo um exemplo de valor universal /.../. A originalidade de Gramsci esteve em sua atenção à produção industrial. Partiu da profunda convicção de que a revolução só poderia triunfar se o partido revolucionário se demonstrasse capaz de transformar as massas levando-as à vontade de se tornar classe dirigente. Mas, posto que a classe trabalhadora era socialmente uma unidade na fábrica, que na fábrica o capital tinha seu centro real de poder, e que para um classe se converter em classe dominante não só teria que ser capaz de derrubar a velha máquina, mas também substituí-la por uma nova, era na fábrica onde a classe trabalhadora ganhava ou perdia a batalha. Assim é como o “Conselho de Fábrica se converte no modelo do Estado proletário”<sup>403</sup>.

Em um artigo no *Ordine Nuovo*, de maio de 1919, Gramsci afirma: “O fato essencial da revolução russa é a instauração de um tipo novo de Estado: o Estado dos Conselhos”. Alguns anos mais tarde, em polêmica com o socialista Treves, acrescenta que “não existe uma democracia em geral; existem duas democracias: uma burguesa e outra operária, que se excluem reciprocamente, que não podem existir simultaneamente no mesmo país”<sup>404</sup>.

Gramsci opôs à democracia dos cidadãos a democracia das massas operárias organizadas nos sovietes. O que significa dizer que Gramsci não vê contradição na relação entre ditadura e liberdade, posto que toda aparente contradição é sempre resolvida pelo novo instituto político criado durante a Revolução Russa: “aquela ditadura que confia à história e defende os

---

<sup>403</sup> Salvadori, Massimo. “De la comuna al estalinismo: origines y crisis del sovietismo”. In: Magri, Lucio; Salvadori, Massimo; Foa, Lisa. **Via parlamentaria o vía consejista**. Barcelona, Editora Anagrama, 1977, pp. 60-61.

<sup>404</sup> Gramsci *apud* SALVADORI, Massimo L. **Gramsci e il problema storico della democrazia**. Torino, Einaudi Editore, 1973, p. 8.

institutos da nova democracia é a base de uma mais ampla liberdade, porque impede que minorias sectárias restaurem com violência a velha ordem”<sup>405</sup>.

Tem-se portanto que o ponto de partida para Gramsci sempre foi a universalidade da experiência soviética, como suporte para se pensar a revolução na Itália. Os conselhos são instrumentos de organização de toda a classe operária, sem o caráter restritivo que possuem o partido e o sindicato. Os conselhos funcionam assim como instrumento de educação para a democracia operária na medida em que são eleitos pelos operários de todas fábricas. Diferentemente da participação sindical, enquanto os trabalhadores comparecem enquanto assalariados, nos conselhos a classe operária substitui a direção da burguesia e assume a gestão do processo produtivo<sup>406</sup>.

Mas, neste momento nos interessa sobretudo a crítica que Gramsci faz ao parlamentarismo. Esta crítica também se coloca do ponto de vista da universalidade. Opondo-se aos autores que buscam inspiração em Gramsci para postularem uma via democrática-parlamentar para o socialismo, como defende Salvadori, Gramsci insistiu sempre em sua aversão ao parlamentarismo (aversão presente constantemente nos *Quaderni* e não apenas no período conselheira, portanto).

O parlamentarismo é assim contestado em suas duas manifestações: na sua forma de tipo de Estado e na sua forma traduzida para o interior dos partidos comunistas. A propósito desta última forma, Gramsci esteve a todo momento contra Trotsky, julgando suas posições como indisciplinadas e condenando-as como expressões de um “parlamentarismo negro”. O “parlamentarismo negro” de Trotsky, ao organizar as forças da oposição interna russa, é considerado como “índice de funcionamento alternativo ao centralismo democrático como método que regula a vida interna de um partido”<sup>407</sup>.

Na sua forma de tipo de Estado, o parlamentarismo e o tipo de eleição que ele comporta são, para Gramsci, um “terreno propício para a demagogia”, que atua em sentido contrário à reforma intelectual e moral das massas. À demagogia parlamentarista e ao regime burocrático, Gramsci contrapõe um novo tipo de regime representativo que “promova o autogoverno” e no qual “as eleições venham não sobre ‘programas genéricos e vagos, mas sobre trabalho concreto e imediato’, um trabalho ‘ativo e responsável’. É a defesa de um método antiburocrático de se gerir o poder, que tem sua base na ‘reivindicação popular da elegibilidade de todos os cargos’<sup>408</sup>. Resta claro que Gramsci adere à visão antiliberal e antiparlamentar de democracia e que se move no interior da problemática soviética.

---

<sup>405</sup>SALVADORI, Massimo L. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p. 10.

<sup>406</sup> Coggiola, Osvaldo. “Bolchevismo, Gramsci, Conselhos”. In: Dias, Edmundo Fernandes et al.. **O Outro Gramsci**. São Paulo, Editora Xamã, 1996, p. 204.

<sup>407</sup>SALVADORI, Massimo L. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p.59.

<sup>408</sup>SALVADORI, Massimo L. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p.59.



A escolha de Gramsci, obviamente, entre parlamentarismo e soviétismo, entre partido empenhado em transformar do interior a máquina estatal herdada do Estado burguês e partido voltado ao objetivo de destruir esta máquina, em uma palavra, entre socialdemocracia e comunismo, não deixa dúvidas<sup>409</sup>.

/.../

Sua escolha entre valores da democracia proletária e valores da democracia burguesa é clara e indiscutível /.../ As interrogações nascem no momento em que, dada como certa esta escolha, se passa aos problemas do *funcionamento* dos institutos da nova democracia e do partido revolucionário<sup>410</sup>.

Gramsci defende que o partido de governo – que age, do ponto de vista dos fins, com base num “sistema totalitário” – reprime os fins heterogêneos também com a violência, colocando uma política de *domínio* em ato contra os adversários, domínio que é sinônimo de ditadura e que leva a cabo uma política de democracia em relação com os grupos aliados e afins, numa estratégia considerada como de hegemonia. A ditadura é exercida sobre os grupos não assimiláveis ao projeto revolucionário estratégico enquanto a hegemonia é exercitada junto aos grupos assimiláveis a este projeto. Tal projeto já estaria colocado por Gramsci tanto na sua concepção da relação entre Conselho/Partido nos anos 1919-1920 quanto na relação entre Comitês operários-camponeses/Partido nos anos 1924-1926.

Entretanto, a concepção de democracia proletária de Gramsci, enfrentou um dramático dilema – dilema que não era estranho nem a Lênin nem ao movimento comunista internacional –, o de ter colocado em marcha uma revolução que dera o poder ao partido comunista, mas num país em que as massas, por uma série de condicionamentos histórico-sociais, não conseguiram realizar o autogoverno: “Ter uma ideia de democracia proletária sem que isto pudesse concretamente se realizar foi uma fonte de contradições dramáticas”, assevera Salvadori<sup>411</sup>.

A teoria democrática de Gramsci é, portanto, uma teoria política identificada com o autogoverno e não uma ideologia democrática, um movimento político favorável aos valores abstratos da democracia “em geral” ou da democracia “universal”. Nesse sentido, a sua fórmula lapidar “o conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário”, deve ser interpretada como uma denúncia aos limites de qualquer outra ditadura que não seja tomada nos quadros da

<sup>409</sup>SALVADORI, Massimo L. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p.61.

<sup>410</sup>SALVADORI, Massimo L. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p.62.

<sup>411</sup>SALVADORI, Massimo L. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p.64.

ditadura do proletariado. Ao mesmo tempo, a frase torna claro que a estratégia para se conquistar a hegemonia não é o “alargamento” dos institutos próprios à democracia liberal, mas a subversão da ordem constituída.

Em nenhum momento Gramsci teria defendido que a complexidade da sociedade civil e do Estado no Ocidente levaria à renúncia do sistema da ditadura do proletariado e ao abandono *in limine* da estratégia de guerra de movimentos. Não se pode afirmar portanto que, por ser mais ingente a tarefa no Ocidente, seria preciso construir um discurso novo sobre o Estado e sobre os componentes sociais do bloco histórico. Do mesmo modo, a complexidade da situação no Ocidente não é suficiente para que se adjudique ao projeto de hegemonia no Ocidente a noção de que é necessário se afastar do sistema de ditadura em direção à construção de um sistema “polimórfico” e “democrático” de alianças. Pelo contrário. Todo o discurso de Gramsci vai no sentido de afirmar a dificuldade suplementar de se alcançar no Ocidente os mesmos resultados conseguidos pelos revolucionários russos. Dificuldade suplementar que deve ser suprida por um conceito mais maduro e complexo de ditadura de proletariado e não com a evicção de seus pressupostos. Em suma, o problema no qual Gramsci estava enredado era o de “superar todos os obstáculos que a complexidade da sociedade burguesa no Ocidente colocava com a criação de uma ‘aristocracia operária com os seus anexos de burocracia sindical e de grupos socialdemocratas’, à *bolchevização* do proletariado e, com o persistir de forças ‘democráticas’, a uma política de alianças que esteja de acordo com a criação de um ‘bloco histórico’ revolucionário”<sup>412</sup>.

#### *Estado e estratégia democrática: entre guerra de movimento e guerra de posição*

A proposição segundo a qual Gramsci teria tirado a guerra de movimento do horizonte estratégico nos países de capitalismo avançado – assumida pelos comunistas italianos de maneira implícita nos anos, 1950 e 1960, e de maneira explícita nos anos 1970 e 1980 – está fortemente ligada à uma determinada interpretação do conceito de Estado, pretensamente derivada de Gramsci. A interpretação que ganhou força era a de que o Estado no ocidente adquirira configuração diversa, o que exigiria, em consequência, uma estratégia política diversa. Esta estratégia implicaria em um processo contínuo e reformista de desagregar as bases

---

<sup>412</sup>SALVADORI, Massimo L. **Eurocomunismo e socialismo soviético: problemi attuali del Pci e del movimento operaio**. Torino, Einaudi Editore, 1978, p. 23.

sociais de apoio do Estado burguês. Tal caminho de desagregação do Estado burguês já teria sido aberto na Itália no período entre a guerra de libertação nacional, compreendida enquanto luta pela democracia, e a proclamação da Constituição, como expresso na *Declaração Programática* do VIII Congresso do PCI. A classe operária, na leitura dos comunistas italianos sobre a história italiana do pós-guerra, foi aquela que sustentou as vitórias constitucionais contra os ataques da Democracia Cristã e dos governos centristas de De Gasperi e Scelba. A Constituição italiana seria assim o resultado das lutas sucessivas da classe operária e de seus aliados. Atualizar e defender as vitórias inscritas constitutivamente tornou-se assim o modo pelo qual a classe operária pode avançar em direção ao seu objetivo de classe, o socialismo.

Essa impostação traz implícita a ideia de que às relações de produção não correspondem diretamente uma determinada superestrutura jurídico-política. Por isso, para os comunistas, era possível conciliar, conforme argumenta Sassoon, o predomínio do modo de produção capitalista com uma Constituição que contivesse elementos democráticos avançados e socialistas. Togliatti, em um dos seus artigos pré-congressuais de 1956, defende neste sentido que:

Non vi è dubbio che lo Stato italiano ha oggi una Costituzione che, applicata nella lettera e nello spirito, consente profonde trasformazioni di un certo carattere socialista. Questo è conseguenza della lotta che vi è stata e dei contrasti tuttora esistenti nel paese. Il nostro Stato parte dalla insurrezione del '45, parte cioè da una grande spinta popolare che ha restaurato le libertà democratiche e consentito ai partiti dirigenti del movimento popolare, mantenendo la propria unità sino al 1947, di scrivere nella Costituzione alcuni principi democratici avanzati e persino socialisti. La contraddizione è nelle cose e si risolverà non con parole ma attraverso all'azione. L'Italia è oggi uno Stato in cui continua a governare la borghesia ma, in pari tempo, è uno Stato in cui si è introdotto un elemento contraddittorio profondo, che indica e apre la via a una grande lotta delle masse per riuscire a trasformare le strutture stesse dell'ordinamento economico e sociale.

Mesmo que dominem as relações de produção capitalista, mesmo que persista a subsunção real do trabalho ao capital, Togliatti compreende que alguns importantes elementos da superestrutura jurídico-política podem apontar para uma construção socialista da sociedade italiana. A rigor, observa-se portanto uma determinada cisão entre as relações de produção

existente, mesmo que a restauração capitalista estivesse em curso na Itália<sup>413</sup>, e os elementos da forma estatal. Essa visão recupera a posição assumida no imediato pós-guerra: o objetivo imediato do PCI não era uma revolução socialista, mas uma “democracia progressiva” – em 1958 renomeada como “democracia de tipo novo” – que aplainasse o terreno em direção ao socialismo. Não há portanto solução de continuidade em relação às posições dos comunistas italianos entre 1944-1947: permanece a defesa de que se avança para o socialismo no âmbito das formas democráticas e da legalidade parlamentar. No *Rapporto all’VIII congresso*, Togliatti, na defesa de que a Constituição era uma importante conquista do povo italiano, argumenta que:

La classe operaia non è ancora riuscita a conquistare la direzione politica dello Stato. Ha però avuto il dominio del movimento popolare da cui questo Stato è uscito, e questo Stato ha una Costituzione che lo proclama ‘fondato sul lavoro’ e afferma la necessità di quelle trasformazioni economiche e politiche che sono necessarie per rinnovare la società nazionale e muoverla nella direzione del socialismo.

Questo è un risultato originale della lotta delle classi quale si è svolta nel nostro paese. Il rispetto e l’applicazione della Costituzione diventa così il terreno su cui si scontrano le forze del rinnovamento socialista e le forze della reazione<sup>414</sup>.

Como se nota, a mudança é de forma, mas não de substância. A visão de que a classe trabalhadora não está em condições de conquistar de imediato a direção política do Estado é a mesma da “svolta di Salerno”, do imediato pós-guerra e da estratégia de “democracia progressiva”. É evidente que, para se pensar a transição socialista nestes marcos, a concepção de Estado precisa ser revisada. Nos anos subsequentes, particularmente no IX e no X congressos, cada vez mais se apresenta e é sempre melhor definida a ideia de que se é possível alterar a natureza de classe do Estado.

Em seu *Rapporto all’IX Congresso*, em 1960, Togliatti sustenta que em seu país, onde predomina o controle da economia por grandes monopólios capitalistas e no qual estes mesmos monopólios são capazes de se assenhorar de uma significativa parte do aparelho de

---

<sup>413</sup> Nas palavras de Lucio Magri, Togliatti em seu relatório, por mais que reconhecesse as mudanças no campo tecnológico e na organização do trabalho, repropunha a imagem de um capitalismo monopolista fechado em si mesmo: “uma imagem ainda adequada à realidade das coisas, mas apenas se olhássemos para a traseira do trem em movimento, sem levar em conta a força e a direção da locomotiva que o puxava” (Cf. Idem. **O Alfaite de Ulm**, cit. P. 140).

<sup>414</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto all’VIII Congresso del Partito comunista italiano”, cit., p. 57.

Estado, era necessário que a democracia assumisse um conteúdo novo através de novas formas de intervenção na vida econômica. Para tornar-se uma “democracia de tipo novo”, seria necessário que se avançasse na atualização dos grandes traços democráticos lançados pela Constituição, quando falava sobre ser o Estado italiano fundado sobre o trabalho: ampliar os direitos dos trabalhadores, assegurar uma existência livre e digna para todos os cidadãos, promover a paridade salarial das mulheres, estender os direitos de assistência social, garantir a função social da propriedade e a reforma agrária, através da desapropriação das grandes empresas monopolísticas ou de interesse geral e da participação dos trabalhadores na gestão das empresas.

Ao se colocar a questão no campo da luta pela atualização/efetivação da Constituição, encontra-se novamente o problema caro à tradição marxista do nexo entre as lutas pelas reformas que conjugue as reivindicações imediatas aos objetivos socialistas. No que concerne aos comunistas italianos, em que sua estratégia se afastaria daquela reformista típica do marxismo da II Internacional? Segundo Togliatti, os comunistas italianos defendem a realização de “medidas e reformas” que devem constituir “um conjunto orgânico e único. Nisto está a diferença entre a nossa posição e aquela /.../ das velhas correntes reformistas do socialismo italiano. Os seus objetivos permaneceram fragmentos desconexos, que não investiam de modo radical nas estruturas econômicas e políticas”<sup>415</sup>.

A diferença, para Togliatti, está portanto naquilo que Gruppi resumiu como a *ação reformista* e a *luta revolucionária por reformas*. A luta pelas reformas no socialismo italiano antigo carecia para ele de organicidade e de ligação entre uma reforma e outra e entre as transformações políticas que deveriam ser seguidas por mudanças econômicas. Não se coloca mais os clássicos “objetivos intermediários” do reformismo, mas a luta por “reformas de estrutura”, ou seja, conquistas permanentes, casamatas que anunciavam uma perspectiva socialista. Nesse sentido, no *Rapporto all’IX Congresso*, ele afirma:

Sappiamo benissimo che una nazionalizzazione, o questo o quell’intervento dello Stato per un razionale sviluppo economico, o una estensione delle autonomie politiche, o un maggior benessere per i lavoratori non cambiano ancora la natura del regime e della società in cui viviamo. Cambiano però qualcosa, e possono cambiare molto del modo come si sviluppa la lotta delle masse lavoratrici per conquistarsi il nuovo livello di benessere e una nuova dignità, per avere una parte nuova nella

---

<sup>415</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto all’IX Congresso del Partito comunista italiano”, cit., p.

direzione della vita sociale, e quindi per modificare tutti i rapporti di forza tra le masse operaie e popolari e le classi sfruttatrici. Ed è questa avanzata, sono i successi che noi chiamiamo, e che di fatto è, marcia verso il socialismo. **La natura dell'ordinamento cambierà radicalmente solo quando saremo riusciti a cambiare le classe dirigenti della società e dello Stato** (grifos nossos)<sup>416</sup>.

Por seu turno, o *Rapporto all'X Congresso*, de 1962, indica o caminho para mudança na classe dirigente e do bloco no poder e sua consequente mudança na natureza do Estado democrático:

La natura di classe dello Stato sappiamo qual è, nè viene modificata perchè si approvi una o più nazionalizzazioni. La stessa nostra Costituzione, che non è una Costituzione socialista, non ha cambiato la natura dello Stato. Questo ragionamento però è ancora astratto. Per renderlo concreto si deve scendere all'esame del modo come è formato e organizzato l'attuale blocco di potere delle classi dirigenti e della possibilità e del modo di trasformarlo con una avanzata di natura politica. I governi di fronte popolare, prima della guerra, cambiavano la natura dello Stato? In astratto no, in concreto aprivano una nuova prospettiva politica e sociale. Si tratta di vedere se, partendo d'alla attuale struttura statale, muovendosi sul terreno di quel'organizzazione democratica alla quale partecipano oggi le grandi masse popolari, realizzando le profonde riforme previste dalla Costituzione, sia possibile sviluppare un movimento e ottenere risultati tali che modifichino l'attuale blocco di potere e creino le condizioni di un altro, del quale le classi lavoratrici facciano parte e nel quale possano conquistare la funzione che a loro spetta. **È evidente che nell'acettare tale prospettiva, che è quella di una avanzata verso il socialismo nella democrazia e nella pace, noi introduciamo il concetto di uno sviluppo graduale, nel quale è assai difficile dire quando, precisamente, abbia luogo il mutamento di qualità. Ciò che prevediamo è, in paesi di capitalismo sviluppato e di radicata organizzazione democratica, una lotta che può estendersi per un lungo periodo di tempo e nella quale le classi lavoratrici combattono per diventare le classi dirigenti e quindi aprirsi la strada al rinnovamento di tutta la struttura sociale**(grifos nossos)<sup>417</sup>.

A via democrática e pacífica prepara portanto *molecular e gradualmente* o salto de *qualidade*. O salto de qualidade tem seu fundamento na mudança da estrutura econômica da

<sup>416</sup> Togliatti, Palmiro. "Rapporto all'IX Congresso del Partito comunista italiano", cit., p.

<sup>417</sup> Togliatti, Palmiro. "Rapporto all'X Congresso del Partito comunista italiano", cit., p.

sociedade e na crise do sistema do capital monopolista, mas o agente principal da mudança é a luta política. Em síntese: o que caracteriza o salto de qualidade é assim a crise política de um bloco de poder que tem o capital monopolista como classe dirigente e sua substituição no Estado por um outro bloco de poder hegemônico pela classe trabalhadora em aliança com as outras classes populares. Ao conquistar o poder, o novo bloco de poder ao leme do Estado coloca a possibilidade de uma mudança na natureza do Estado, conforme se depreende de seu último escrito, o Memorial de Yalta, de 1964:

una piú profonda riflessione sul tema della possibilità di una via pacifica di accesso al socialismo ci porta a precisare che cosa noi intendiamo per democrazia in uno Stato borghese, come si possono allargare e quali siano le forme piú efficaci di partecipazione delle masse operaie e lavoratrici alla vita economica e politica. **Sorge così la questione della possibilità di conquista di posizioni di potere, da parte delle classi lavoratrici, nell'ambito di uno Stato che non ha cambiato la sua natura di Stato borghese e quindi sai possibile la lotta per una progressiva trasformazione, dall'interno, di questa natura.** In paesi dove il movimento comunista sia diventato forte com da noi (e in Francia), questa è la questione di fondo che oggi sorge nella lotta politica. Ciò comporta, naturalmente, una radicalizzazione di questa lotta e da questa dipendono le ulteriori prospettive (grifos nossos)<sup>418</sup>.

Para Togliatti, a necessidade da conquista de “posições de poder” se evidenciava pelos processo de “concentração monopolística” em curso no Ocidente, que fortalecem “as bases objetivas de uma política reacionária” contra as quais “a unidade de todas as forças socialistas” é uma “imprescindível necessidade”. Nos países de capitalismo avançado, acrescentou o secretário-geral do PCI, precisamos de um “plano geral de desenvolvimento econômico”, que coordene “as reivindicações imediatas da classe operária com as reformas de estrutura (nacionalizações, reforma agrária, etc)” para se opor ao planejamento capitalista, que deve ser entendido como “uma nova forma de se avançar para o socialismo”. Por isso, também “a luta pela democracia /.../ vem assumir um conteúdo diferente /.../ mais ligado à realidade da vida econômica e social”<sup>419</sup>.

<sup>418</sup> Togliatti, Palmiro. “Promemoria sulle questioni del movimento operaio internazionale e della sua unità”. In: VV. AA. **Teoria e politica della via italiana al socialismo**: I testi principali della elaborazione del PCI dalla Dichiarazione programmatica del 1956 al discorso sull’austerità. Roma, Editori Riuniti, 1979, pp. 209-210.

<sup>419</sup> Togliatti, Palmiro. “Promemoria sulle questioni del movimento operaio internazionale e della sua unità”, cit., p. 207.

A defesa do “plano geral de desenvolvimento econômico” e da “ampliação das nacionalizações” que se apresenta aqui é, portanto, o recurso à contínua extensão da intervenção estatal na vida econômica, o que transferiria para o interior do Estado as principais contradições da sociedade, tornando-o um *locus* privilegiado de disputa, quando não pela burguesia e pelo proletariado, pelo menos pelos grandes monopólios, de um lado, e pela “aliança das forças progressistas”, de outro.

Essa é, em síntese, a estratégia togliattiana de conquista de “posições de poder”, que elide o sentido gramsciano de “guerra de posição” e se aproxima da “estratégia de esgotamento” kautskyana, isto é, que compreende a transição socialista como cerco ao Estado no sentido de conseguir ocupar espaços e funções decisivos capazes de mudar a natureza do poder estatal.

Na Itália, em particular, essa estratégia requeria, de um lado assumir a *questão nacional*, até suas últimas consequências e, de outro, reivindicar os objetivos democráticos como consignas do proletariado em suas alianças com as outras classes. O proletariado, ao assumir os interesses e reivindicações de seus aliados, que representam a maioria da população, formaria uma vontade coletiva nacional-popular verdadeiramente unitária<sup>420</sup>. Ao assumir tal vontade-coletiva nacional, o proletariado italiano se colocaria novamente à frente do processo de modificação “revolucionária” porém “gradual” da sociedade.

A negação da natureza de classe (mesmo que implícita) das instituições políticas forjadas no capitalismo, de um lado, e a afirmação de que nos regimes democráticos e no interior do capitalismo a classe trabalhadora é capaz de construir sua hegemonia e avançar em um projeto de transformação social, de outro, implica portanto na assunção de um caráter neutro dos aparelhos estatais (repressivos e ideológicos) e na noção de que a democratização da sociedade civil e do Estado pode ser alcançado em plena sociedade capitalista antecipando a sociedade socialista futura.

Em outras palavras: a maneira como os comunistas italianos passam a apresentar o Estado, por mais que afirmem se distanciar da visão instrumental apresentada pelos social-democratas, não os afasta como desejavam das balizas colocadas por estes. Em sentido contrário dos seus desideratos, a sua concepção de Estado, por mais que reivindicassem a tradição comunista que se estende de Lenin a Gramsci, descola-se desta em direção à estratégia

---

<sup>420</sup> Togliatti, Palmiro. “O leninismo no pensamento e na ação de Gramsci”. In: Idem. **Antonio Gramsci**. Lisboa, Seara Nova, 1975, pp.206-207.



neorreformista de ocupação de espaços no aparelho governamental e nas casas representativas como momento decisivo do processo de transição. Agrega apenas ao antigo reformismo a tese de que a classe trabalhadora deve se constituir enquanto bloco de poder através de uma trama de alianças que lhes coloquem em condição de se apresentar no Estado enquanto classe dirigente.

Tendo em vista que os comunistas italianos reivindicam os conceitos de Estado e a estratégia de guerra de posição a partir das indicações que teriam sido deixadas por Gramsci, neste momento de nossa exposição se torna indispensável demarcar os contornos desses conceitos para tentarmos apresentar as implicações diversas que eles possuem.

Como vimos no início dessa seção, Togliatti, em um texto pré-congressual de 1958, defendeu que o Estado democrático e constitucional italiano é “um estado no qual um elemento contraditório profundo foi introduzido”. A presença desse elemento contraditório abriria “o caminho para uma grande luta das massas para transformar as próprias estruturas da ordem econômica e social”. Tem-se, portanto, uma impoção que traz em si a ideia de uma cisão entre estrutura e superestrutura, de uma visão não orgânica da relação entre sociedade civil e sociedade política.

Em sentido contrário, como postula Bianchi, Gramsci apresenta o Estado, nos *Quaderni del Carcere*, como “a expressão, no terreno das superestruturas, de uma determinada forma de organização social da produção”<sup>421</sup>. Três trechos da sua obra carcerária dão suporte a esta afirmação. Já no primeiro caderno escrito no cárcere, o marxista sardo afirmava: “Para as classes produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado não é concebível mais que como forma concreta de um determinado sistema de produção”<sup>422</sup>. Em Gramsci, portanto, a produção e a reprodução da vida material continuam a ser o fator primário do desenvolvimento histórico. Mas estava claro também para ele que, como afirma no oitavo caderno, “a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”<sup>423</sup>. Nesse sentido que mais adiante, no décimo caderno, com o propósito de evitar qualquer reducionismo economicista, ele escreve uma segunda versão para sua nota do primeiro caderno, sublinhando que: “Se bem que seja certo que para as classes produtivas fundamentais (burguesia capitalista e proletariado moderno) o Estado não seja concebível mais que como

---

<sup>421</sup> Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci**: Filosofia, História e Política. São Paulo, Alameda, 2008, p. 173.

<sup>422</sup> Gramsci, Antonio *apud* Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci**, cit., p. 173.

<sup>423</sup> Gramsci, Q8, 182, p. 1051.

forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, não é dito que a relação entre meios e fins seja facilmente determinada e assuma o aspecto de um esquema simples e óbvio a primeira vista”<sup>424</sup>.

É importante destacarmos dois pontos fundamentais da análise gramsciana sobre o Estado que sobressaem nesses trechos. O primeiro ponto diz respeito, em consonância com o caráter de classe delimitado por Marx e Engels, ao fato de que o Estado é a forma concreta do poder de “uma classe que é dominante econômica e politicamente ao mesmo tempo”<sup>425</sup>, o que traduz a máxima leniniana de que a política é *expressão concentrada da economia*. O segundo ponto refere-se à necessidade de compreender a relação entre o sistema econômico e a superestrutura jurídico-política como uma totalidade orgânica, como uma relação dialética complexa que não permite ver o Estado como mero epifenômeno do sistema econômico, isto é, a superestrutura como um reflexo mecânico das relações econômicas estruturais, como fizera o marxismo mecanicista. Portanto, mesmo que seja impensável tratar adequadamente o Estado sem compreendê-lo como *forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção*, as relações entre o Estado e o mundo econômico deve ser compreendido de maneira não esquemática e simplista. Na obra gramsciana, portanto, como advoga Bianchi:

O desenvolvimento da economia e da política encontram intimamente vinculados e marcados por influências, ações e reações recíprocas, pelas lutas que protagonizam as classes em presença e suas formas superestruturais no terreno nacional e internacional. Reconhecer esses vínculos não implica admitir que as transformações no mundo econômico provoquem uma reação imediata que modifique as superestruturas, ou vice-versa<sup>426</sup>.

Ademais, na linha seguida por Gramsci, as instituições têm o sentido de perenizar a ordem social dominante, contudo, ele nega a possibilidade de conceber o Estado como mera “vontade dos dominantes”, de modo que o Estado passa a ser principalmente compreendido por ele “como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo”<sup>427</sup>. Entretanto, é importante sublinhar que, para esta expansão ser

<sup>424</sup> Gramsci, Antonio *apud* Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci**, cit., p. 174.

<sup>425</sup> Gramsci, Antonio. “Quaderno 1, §150”. In: Gramsci, Antonio. **Quaderni del carcere** (a cura de Valentino Gerratana). Vol. I. Torino: Einaudi, 1975, p. 132.

<sup>426</sup> Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci**, cit., p. 175.

<sup>427</sup> Gramsci, Antonio. “Quaderno 13, §17”. In: Gramsci, Antonio. **Quaderni del carcere** (a cura de Valentino Gerratana). Vol. III. Torino: Einaudi, 1975, p. 1584.

efetiva, o Estado não pode aparecer como organismo desse grupo voltado a realização dos interesses do grupo beneficiado<sup>428</sup>. Ele deve se apresentar como “expansão universal – expressão de toda a sociedade –, por meio da incorporação à vida estatal das reivindicações e interesses dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na ordem vigente”<sup>429</sup>.

O Estado capitalista portanto tem como função potencializar e garantir a expansão máxima da classe dominante/dirigente, tanto salvaguardando as condições para a apropriação do sobreproduto do trabalho como garantindo as condições para a sua reprodução e legitimação. Para sua maior eficácia, tem necessariamente que aparecer como neutro, como articulador do conjunto da sociedade, como síntese do todo social e acima das contradições de classes, reduzindo estas contradições a conflitos a serem resolvidos principalmente no campo político-institucional.

A tradição marxista, tendo como pressuposto do devir histórico a luta de classes, concebe o Estado de maneira geral como a instância de uma determinada formação social que concentra, desenvolve, representa, aplica ou impõe os interesses gerais de uma específica classe dominante ou frações dessa classe. Gramsci, ao lado de Lênin, é um dos principais pensadores dessa abordagem, e nos seus escritos encontraremos frutíferos esforços no sentido não apenas de desmistificar a concepção burguesa de separação estanque entre Estado e sociedade civil, mas também o desenvolvimento de uma nova concepção de Estado que nos ajuda a aprofundar a compreensão da complexa relação entre força e consenso, coerção e consentimento, armas e ideologia, relação que explica e fundamenta o desenvolvimento e a consolidação de um dado bloco histórico numa época específica.

Nessa linha que Gramsci desenvolverá a sua teoria do Estado ampliado ou Estado integral, isto é, do Estado como unidade articuladora da coerção e do consenso, portanto produtor da organização/desorganização da totalidade da sociedade. Tal teoria será apresentada nos *Quaderni* através das já clássicas fórmulas: “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encorajada de coerção” e “Estado (no sentido integral): ditadura + hegemonia”.

Em contraposição às teses que tendem a estabelecer uma distinção entre Estado (sociedade política) e sociedade civil, Gramsci desenvolve, conforme a interpretação canônica

---

<sup>428</sup> Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci**, cit., p. 175.

<sup>429</sup> Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci**, cit., pp. 175-176.

de Buci-Glucksmann, *dois momentos da articulação do campo estatal*: o Estado enquanto momento de coerção, em sentido estreito e unilateral, e o Estado em sentido ampliado, ou integral:

Em um sentido estreito o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura da de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. A *dominação* de classe se exerce através do aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas essa função coercitiva é inseparável de um certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar a adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares<sup>430</sup>.

A definição de Estado integral/ampliado, ao trazer para o cerne do Estado o papel adaptativo-educativo – Estado como local de produção do consentimento –, afasta claramente a noção reducionista de Estado como aparelho meramente coercitivo-repressivo. O Estado assim não se apresenta como uma máquina externa às relações sociais, mas as articula em torno de um ponto preciso. Será sobretudo através dos seus aparelhos de hegemonia que o Estado organizará a dominação de classe para “superar sua própria base estreita” e organizar “o consenso de uma ampla camada da população em torno de sua política”<sup>431</sup>.

E quais seriam, afinal, tais aparelhos de hegemonia? Como alguns exemplos, poderíamos apontar as igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa. Estes aparelhos têm como função, como aponta Bianchi, “articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes. Esse conjunto de organismos, entretanto, não é socialmente indiferenciado. Os cortes classistas e as lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns aos outros”<sup>432</sup>.

O Estado é assim, por excelência, o meio de *produção, consolidação e reprodução* da hegemonia, que opera e se efetiva articulando coerção e consenso. Assim, todo processo social que se relaciona às mesmas *produção, consolidação e reprodução* daquela hegemonia possui funções estatais ou é a manifestação do Estado em seu sentido ampliado, de Estado que

---

<sup>430</sup>Buci-Glucksmann, Christine. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, pp. 127-128.

<sup>431</sup>Buci-Glucksmann, Christine. **Gramsci e o Estado**, cit., p. 147.

<sup>432</sup>Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci**, cit., p. 179.

extende para a sociedade civil<sup>433</sup>. Deve-se ter presente, portanto, como faz Losurdo, que, em Gramsci, a sociedade civil é também Estado<sup>434</sup>. Ao trazer a ideia de Estado ampliado para a sociedade civil, Gramsci localiza também nestes elementos de coerção<sup>435</sup>. Não cabe portanto a leitura simplista/reducionista e extremamente recorrente de localizar no Estado o momento exclusivo da coerção, como tampouco na sociedade civil o local exclusivo de se construir o consentimento.

No autor dos *Cadernos* a sociedade civil é, portanto, um momento do “Estado ampliado”, um espaço no qual se consubstanciam relações de poder, mesmo que seja um espaço munido de autonomia relativa em relação à “sociedade política”, isto é, ao “Estado coerção”. Gramsci, pois, recusa o dualismo que contrapõe a sociedade civil ao Estado: a sociedade civil não é um todo indiferenciado, é, antes, um conjunto marcado por profundos antagonismos de classe, portanto, um dos principais teatros da luta entre as classes em que se apresentam acerbas contradições sociais e espaço onde se afirmam projetos classistas antagônicos<sup>436</sup>. Vale dizer: “a sociedade civil é um momento da superestrutura político-ideológica, condicionada ‘em última instância’ pela base material da sociedade”<sup>437</sup>.

Tal ampliação do Estado se apóia em dois processos estreitamente ligados: o que uniu frações da classe dominante politicamente, ou seja, que consolidou a burguesia como classe; e o que uniu essa classe dominante ideológica e materialmente à sua “base de massa”, ou sua “base histórica”<sup>438</sup>. Ora, a dominação burguesa na sociedade capitalista teve, historicamente, a formação e consolidação dos modernos Estados nacionais como elemento capital da construção do novo bloco histórico, possuindo na revolução francesa seu modelo clássico. A função histórica da criação dos Estados nacionais fora justamente a unificação da

<sup>433</sup> Gramsci, em Q. 8, § 179, p. 1049, afirma que “todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa repressiva e negativa é a atividade estatal mais importante nesse sentido, mas na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes”.

<sup>434</sup> Cf. Losurdo, Domenico. **Antonio Gramsci dal liberalismo al “comunismo critico”**. Roma, Gamberetti, 1997, pp. 191-192. Vale dizer que esta concepção de que o conjunto da sociedade civil pode ser também “estatalizado” encontra suporte na seguinte afirmação de Gramsci sobre o “indiferente jurídico”: “Quistione del «diritto», il cui concetto dovrà essere esteso, comprendendovi anche quelle attività che oggi cadono sotto la formula di «indifferente giuridico» e che sono di domínio della società civile che opera senza «sanzioni» e senza «obbligazioni» tassative, ma non per tanto esercita una pressione collettiva e ottiene risultati obbiettivi di elaborazione nei costumi, nei modi di pensare e di operare, nella moralità ecc.” (Q. 13, § 7, p. 1566).

<sup>435</sup> Sobre a presença da coerção na sociedade civil ver Bianchi. **O laboratório Gramsci**, cit., pp. 190-198.

<sup>436</sup> Dias, Edmundo Fernandes. “Hegemonia: racionalidade que se faz história”. In: Dias, Edmundo et alli. **O Outro Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996, pp. 66-68.

<sup>437</sup> Liguori, Guido. “Estado e sociedade civil de Marx à Gramsci”. In: **Revista Novos Rumos**, Ano 21, Nº 46. São Paulo, 2006, p. 49.

<sup>438</sup> Buci-Glucksmann, Christine. **Gramsci e o Estado**, cit., p. 147.

burguesia e/ou de suas frações hegemônicas num espaço territorial específico e a padronização das condições legais e econômicas nas quais essa burguesia pudesse alcançar seu desenvolvimento no sentido mais amplo, não apenas econômico-produtivo, mas também ético-político, ou seja, da difusão de uma nova concepção de mundo e da criação e consolidação de normas de conduta adequadas a ela.

A tarefa da classe trabalhadora não pode ser outra. É necessário, para que se torne classe dirigente, que desagregue esta base histórica da sociedade burguesa e para tanto é fundamental não apenas praticar uma política de alianças, mas através dessa política de aliança desagregar a base histórica do Estado burguês. Como defende Buci-Glucksmann, “desagregar estes vínculos é praticar uma *linha de massa*”<sup>439</sup>.

Para avançar em sua linha política é fundamental em Gramsci a análise política das relações de força. A análise da política em Gramsci, como afirma Bianchi, é crucial pois “serve para justificar uma atividade prática, indicando aqueles pontos nos quais a **força da vontade** deve concentrar suas energias, maximizando seus resultados. Sua teoria do era, portanto, não só uma teoria para explicar sua longevidade, mas também uma teoria para explicar suas crises e as condições para a superação da forma estatal presente”<sup>440</sup> (grifos nossos).

As condições para a constituição e para atuação dessa vontade dão-se na luta e através da análise das relações de força vigentes na sociedade. Como Gramsci procede essa análise? Através da identificação de momentos ou graus nessas relações de força. Esses momentos seriam então:

- A) relações de forças sociais diretamente ligadas à estrutura baseada no grau de desenvolvimento das forças produtivas, ou o que Gramsci chama de "realidade rebelde: ninguém pode modificar o número de empresas e de seus empregados, o número das cidades com sua dada população urbana, etc."
- B) a relação das forças políticas, que avalia o grau de autoconsciência e organização alcançado pelos vários grupos sociais (econômico-corporativo, de solidariedade de interesses dos membros de um mesmo grupo social no campo econômico, e de superação do círculo corporativo para a consolidação de um projeto verdadeiramente hegemônico que abranja um plano mais “universal”.

<sup>439</sup> Buci-Glucksmann, Christine. **Gramsci e o Estado**, cit., p. 147.

<sup>440</sup> Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci**, cit., p. 199.

C) a relação de forças militares (técnico-militares e político-militares).

Qual a importância da análise das relações de força nesses três níveis? Segundo Gramsci, são análises que não devem se constituir como fim em si mesmas, mas que adquiririam significado para se construir uma atividade prática, uma iniciativa da vontade política. À moda de um estudo tático-estratégico do terreno e das condições do combate, tais análises determinariam os pontos mais vulneráveis do inimigo, passíveis de sofrer uma ação eficaz da vontade política organizada, ou nas palavras de Gramsci, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões, etc."<sup>441</sup>.

Toda essa análise da relação das forças políticas e sociais ocorre, evidentemente, no ambiente da hegemonia da classe burguesa e de suas frações, hegemonia que se leva a cabo por meio de uma complexa interação entre os mecanismos da força e do consenso. Fazendo alusão ao centauro maquiavélico, à reflexão segundo a qual um Príncipe deve saber usar tanto a força quanto as leis, ou seja, saber ser tanto animal quanto homem, Gramsci desvela o funcionamento da hegemonia da classe dominante por meio do Estado. No âmbito da construção social do consenso, a hegemonia, ou seja, "a estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às trincheiras e as fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas parcial o elemento do movimento que antes constituía toda a guerra, etc"<sup>442</sup>.

A guerra de posição, nesse sentido, deve ser interpretada como uma situação que não é escolhida pelas classes subalternas, mas imposta pela relação de forças em questão. Ou seja, num momento histórico-político em que vigora fortemente na população, bem como nas instituições da sociedade civil, o consenso e a aceitação da legitimidade seja da concepção de mundo e dos valores burgueses, seja da forma de produção e de apropriação da riqueza social vigentes. Interpretando o conceito de guerra de posição de Gramsci, defende Galastri que:

Não é possível escolher a tática da guerra de posição; os partidos, sindicatos, movimentos sociais e outras formas de expressão política das classes subalternas não

---

<sup>441</sup>Gramsci, Antonio. "Quaderno 13, §17", cit, p. 1588.

<sup>442</sup> Gramsci, Antonio. "Quaderno 13, §7", cit, pp. 1566-1567.

podem optar por ela. A guerra de posição se estabelece como resultado das circunstâncias apresentadas acima. Fora delas, o que existe é o desequilíbrio de forças a favor de uma das partes, e a outra não faz senão "sofrer" uma preponderante "guerra de movimento" conduzida pela parte mais forte, contra a qual se tenta constantemente organizar a resistência, ou seja, contra iniciativas, contragolpes, que não se fazem pela manutenção de "posições", mas pela tentativa permanente de concentrar forças e empreender investidas precisas contra aspectos específicos da dominação<sup>443</sup>.

Neste momento, não surtiria efeito um eventual assalto organizado às forças e instituições do Estado em seu sentido estrito, ou mais exatamente, a tomada do poder político nos moldes da Revolução de Outubro. Restaria às classes subalternas, ou à suavanguarda, o combate defensivo, de resistência, ou nas palavras de Gramsci, de posição.

O problema ocorre quando esse tipo de assimilação do conceito de Gramsci – como fizeram Togliatti e os comunistas italianos – o eleva à condição de estratégia geral da classe trabalhadora, que implica em resistir à dominação burguesa por meio dos próprios aparatos institucionais criados pela burguesia, ou seja, a guerra de posição interpretada como uma proposta de resistir por meio das instituições civis e estatais construídas pela ordem capitalista ou por seu próprio complexo de "trincheiras e fortificações"<sup>444</sup>, como se as "trincheiras" do proletariado apenas pudessem ser as mesmas que as burguesas:

Assim interpretado, o conceito de "guerra de posição" transforma movimentos táticos conjunturais em estratégia geral para a luta de classes, propiciando, no melhor dos casos, a consolidação da tática inimiga da revolução passiva, oferecendo em sacrifício as classes subalternas ao transformismo puro e simples. Em outras palavras, a classe "separada" ("scissa") não pode se utilizar dos meios institucionais da velha sociedade, sob pena de empreender sua própria desagregação como classe "separada"<sup>445</sup>.

<sup>443</sup>Galastri, Leandro. "Hegemonia e violência política: um estudo sobre direção, coerção e subversão". In: **VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)**. Lima, 2015, p. 6.

<sup>444</sup>Cf. Gramsci, Q. 3, § 49, p. 333: "Cosa si può contrapporre, da parte di una classe innovatrice, a questo complesso formidabile di trincee e fortificazioni della classe dominante? Lo spirito di scissione, cioè il progressivo acquisto della coscienza della propria personalità storica, spirito di scissione che deve tendere ad allargarsi dalla classe protagonista alle classi alleate potenziali: tutto ciò domanda un complesso lavoro ideologico, la prima condizione del quale è l'esatta conoscenza del campo da svuotare del suo elemento dimassa umana".

<sup>445</sup>Galastri, Leandro. "Caminhos do bloco histórico: um debate sobre a presença de Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere". Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/caminhos-do-bloco-historico-um-debate-sobre-a-presenca-de-.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/caminhos-do-bloco-historico-um-debate-sobre-a-presenca-de-.pdf), p. 6.



A estratégia gramsciana consistiria então, na construção de uma concepção de mundo própria entre as classes subalternas, e essa concepção de mundo própria, essa ideologia própria, não pode ser construída a partir do interior das instituições da hegemonia burguesa. Para Edmundo Dias, "a ideologia aparece como elemento constituidor do real; assim, o primeiro momento da emancipação seria a libertação ideológica, a construção da visão de mundo dos trabalhadores"<sup>446</sup>.

Ora, a construção da visão de mundo dos trabalhadores é exatamente a luta pela construção de sua própria hegemonia diante das classes aliadas, uma luta contra a hegemonia vigente. Num momento clássico do Caderno 13 com relação à definição de hegemonia, prossegue Gramsci:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a desordem e a confusão nas fileiras adversárias<sup>447</sup>.

Em realidade, nesse passo fica claro que Gramsci não abandona a estratégia da guerra de movimento para o Ocidente, mas sim considera que é necessário, nos países avançados, uma diversão relação entre guerra de posição e guerra de movimento. A questão fundamental, para Gramsci, está no fato de que a formação de partidos bolcheviques no Ocidente encontra obstáculos bem maiores do que na Rússia, a qual não apresentava antes da guerra "as grandes organizações de trabalhadores que caracterizaram todo o período europeu da II Internacional"<sup>448</sup>. Enquanto na Rússia o braço sindical vinha unido ao braço político dos

<sup>446</sup>Dias, Edmundo Fernandes. "Hegemonia: racionalidade que se faz história", cit., p. .

<sup>447</sup> Gramsci, Q. 13, § 25, p. 1638.

<sup>448</sup> Gramsci *apud* Salvadori, Massimo. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p. 249.

partidos e, ambos, perseguiram os mesmos objetivos revolucionários, no Ocidente a “divisão do trabalho” entre sindicatos e partidos apresentava os seguintes obstáculos à luta revolucionária: 1) “o fato de que ‘no campo sindical desenvolveu-se com ritmo sempre mais intenso a tendência reformista e pacifista; isto é, desenvolveu-se de maneira sempre intensa a influência da burguesia sobre o proletariado’; 2) “o fato, complementar, que ‘nos partidos políticos a atividade se deslocou sempre para o campo parlamentar em direção às formas que não se distinguem daquelas da democracia burguesa’”<sup>449</sup>.

Deve-se se sublinhar portanto que quando Gramsci teoriza sobre os “dois caminhos”, isto é, um caminho para o Ocidente e outro caminho para o Oriente, ele pretende demonstrar as dificuldades e as tarefas adicionais para a transição onde “em qualquer abalo do Estado imediatamente se descobria uma poderosa estrutura da sociedade civil”. Não há portanto um abandono da guerra de movimento, mas o reconhecimento de que nas sociedades ocidentais a “poderosa estrutura da sociedade civil” com suas “trincheiras e fortificações” reforçadas constitui-se como um campo de luta que requer apenas parcialmente “o elemento do movimento que antes constituía toda a guerra”.

As dificuldades complementares e distintas apresentadas no Ocidente e corretamente assimiladas por Gramsci não podem levar a considerar que a estratégia deva ser também diversa àquela russa: na teorização gramsciana, “a tarefa é organizar os partidos ocidentais em sentido bolchevista e tendo em vista uma estratégia bolchevista, superando os obstáculos da maior dificuldade”<sup>450</sup>.

Salvadori defende com justeza que é uma verdadeira distorção imaginar que “uma das implicações da tentativa gramsciana de desenvolver o leninismo, com base na consciência da diversidade entre Oriente e Ocidente, seja nada menos do que ‘deixar de lado’ a teoria leniniana do Estado e o objetivo da ditadura proletária”. Em conclusão, pode-se afirmar que para Gramsci:

*o sistema da hegemonia é alusivo ao sistema da ditadura, entretanto pode existir um sistema de ditadura incapaz de exprimir-se em termos de hegemonia, enquanto a hegemonia deve inserir-se como especificidade de uma ditadura capaz de resolver em conjunto tanto o momento do domínio sobre as classes adversárias como o momento da direção sobre as classes aliadas e seus grupos afins (itálicos do original)*<sup>451</sup>.

<sup>449</sup> Salvadori, Massimo. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p. 249.

<sup>450</sup> Salvadori, Massimo. **Gramsci e il problema storico della democrazia**, cit., p. 249.

<sup>451</sup> Salvadori, Massimo. **Eurocomunismo e socialismo sovietico**, cit., 1978, pp. 30-31.

O erro está, portanto, em não considerar que, para Gramsci, hegemonia é “a mesma coisa que ditadura, porém de uma ditadura que (eis o ponto decisivo) não deve ser ditadura de uma força política sem capacidade de direção sobre as forças econômico-sociais indispensáveis para fazer funcionar de modo novo a produção material e intelectual”<sup>452</sup>. É nessa direção que Gramsci teria elevado sua célebre fórmula à condição de princípio geral de ciência política: “A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”. O que Gramsci entende, porém, é que *a força sozinha não é suficiente*. Mais que isso, o uso da força descuidando da hegemonia é sinal de imaturidade histórica por parte de quem pretende fundar um novo Estado.

A conclusão categórica de Salvadori, pelo que expomos, nos parece portanto a mais próxima à teoria do Estado e da hegemonia em Gramsci:

Existe, certamente, um sistema hegemônico burguês fundado no modo de produção capitalista e expresso no Estado democrático-burguês; segundo ele, deve existir também um sistema hegemônico fundado na superação do modo capitalista e expresso naquele Estado que organiza, para as classes e para os grupos pertencentes ao “bloco histórico revolucionário”, formas de “democracia proletária” e, para as classes e para os grupos hostis ao Estado operário, formas de controle e de repressão baseadas na violência. O que parece, sem dúvida, inaceitável para Gramsci, é uma concepção de Estado como expressão “geral” de democracia tal qual objetivada no sistema liberal-representativo<sup>453</sup>.

A democracia no processo de transição socialista está para Gramsci ligada à questão da formação de um novo bloco histórico revolucionário, seja nos países orientais seja nos países ocidentais. A democracia, entendida não como democracia em geral mas como democracia proletária, tem como tarefa constituir o partido revolucionário como meio para dirigir as forças sociais “subalternas” e assim recolher as forças necessárias para destruir os falsos ídolos que ainda povoam à consciência dos grupos subalternos aliados da classe operária. O marxismo gramsciano se apresenta como elemento de completa distinção e separação em relação a todas outras concepções e como uma visão de democracia que se constitui internamente ao bloco histórico que deve levar a cabo o processo de transição.

---

<sup>452</sup>Salvadori, Massimo. **Eurocomunismo e socialismo soviético**, cit., 1978, p. 27.

<sup>453</sup>Salvadori, Massimo. **Eurocomunismo e socialismo soviético**, cit., 1978, p. 31.

Togliatti e os comunistas italianos, por seu turno, como procuramos demonstrar, miravam à democratização do Estado existente como parte da estratégia socialista para o Ocidente. Compreendiam ser possível fazer do Estado democratizado o instrumento para uma crescente planificação da economia e progressivo controle desde baixo das instituições, como fica claro no seu *Rapporto al X Congresso*, em 1962:

Il problema centrale rimane quello di stabilire uno stretto legame organico tra la lotta per la democrazia e la lotta per il socialismo. È nostro compito difendere le istituzioni democratiche, fare della democrazia la causa della classe operaia, chiamare le masse popolari alla mobilitazione e alla lotta contro ogni tentativo di degenerazione razionaria e autoritaria, con la lotta delle masse sconfiggere tutti questi tentativi e liberare l'Europa dai residui regimi fascisti. È allo stesso tempo nostro compito sviluppare la democrazia, dare agli istituti democratici un contenuto economico e sociale adeguato alle condizioni odierne. In questo sta il valore delle riforme della struttura economica, delle nazionalizzazioni, dei tentativi di pianificazione e programmazione statale<sup>454</sup>.

A estratégia neorreformista do Partido Comunista Italiano coloca assim no centro do seu projeto construção de novos nexos entre socialismo e democracia a luta pelas reformas de estrutura. As reformas de estrutura seriam a base da planificação e da democratização crescente da sociedade italiana e os colocaria no caminho em direção ao socialismo.

### *5.3. Atualização da Constituição e reformas de estrutura no centro da estratégia de “via italiana para o socialismo”*

A questão das reformas estruturais como centro da estratégia da “via italiana para o socialismo” já havia sido colocada no imediato pós-guerra, no período 1944-1946. Porém, ela apenas apresentará seu desenvolvimento mais avançado quase vinte anos depois, após o XX Congresso do PCUS, sobretudo no período do governo de centro-esquerda na Itália, entre 1962 e 1964. Em sua retomada da discussão sobre a “via italiana”, em seu relatório ao VIII Congresso

---

<sup>454</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto al X Congresso del Partito comunista italiano”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984, p. 659.

em 1956, Togliatti já colocara as reformas estruturais no cerne do projeto comunista italiano, deixando claro se tratar de um momento positivo de sua estratégia e não um artifício meramente tático:

La nostra lotta per delle riforme di struttura /.../ è uno dei principali punti di arrivo della ricerca di una nostra via di sviluppo verso il socialismo nelle condizioni attuali. Sarebbe errato confondere la rivendicazione di queste riforme con quelle che un tempo chiamavamo rivendicazione transitorie, cioè parole d'ordine da lanciarsi nel momento di una crisi rivoluzionaria acuta e destinate solo a dirigere le masse popolari verso la lotta per il potere, parole d'ordine, quindi, destinate a consumarsi rapidamente nel corso stesso di questa lotta. Le riforme di struttura sono un obiettivo positivo, che noi vogliamo realizzare e che è realizzabile nelle condizioni attuali della lotta politica<sup>455</sup>.

Mas como distinguir as reformas de estrutura das reformas parciais? Togliatti responde no mesmo relatório que:

Una riforma diventa “di struttura” solamente quando questa o altre misure di lotta contro il grande capitale monopolistico siano parte integrante di un'**azione continua**, di una lotta incessante, che venga condotta con decisione, da grandi organizzazioni politiche e di massa, con l'appoggio di una parte notevole dell'opinione pubblica, per imporre, pur nelle condizioni attuali, una politica economica che sia a favore dei lavoratori e del ceto medio (grifos nossos)<sup>456</sup>.

Ele advoga ainda que as reformas de estrutura “não são o socialismo”, mas são uma via de “transformação das estruturas econômicas que abre a estrada para avançar em direção ao socialismo”. Deve-se assim notar que as reformas estruturais são pensadas como método de transição gradual, como via de acesso ao socialismo nos países de capitalismo avançado. Defende-se, portanto, como fizeram os socialdemocratas, uma transformação por dentro das instituições estatais e democráticas postas. O caminho italiano se distingue, segundo o PCI, por acreditarem que naquele momento, de maneira diversa do período do velho reformismo, a

<sup>455</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto all’VIII Congresso del Partito comunista italiano”, cit., p. 210-211.

<sup>456</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto all’VIII Congresso del Partito comunista italiano”, cit., p. 211.

classe trabalhadora e suas organizações nos países avançados encontravam-se em condições de se tornar uma força nacional. Essa nova função nacional que a classe operária adquirira lhe dava a capacidade de produzir uma nova relação entre a luta revolucionária e as instituições democráticas tradicionais<sup>457</sup>.

A tarefa fundamental que se colocava era atualizar o sentido antimonopolista que estava presente na Constituição italiana. O terreno constitucional seria aquele que permitiria à classe operária urdir as alianças mais amplas capazes de constituir o bloco de poder necessário ao encetamento daquelas reformas. Mais uma vez se faz necessário citar, pelo seu caráter exemplar, a *Declaração Programática do VIII Congresso*. Nela vem escrito que:

I comunisti dichiarano /.../ che non sono mai stati e non sono fautori della violenza per la violenza... La insurrezione armata è un atto a cui la classe operaia e il popolo possono essere costretti dalla patente violazione della legalità e dal ricorso alla violenza da parte delle classi dirigenti capitalistiche nella difesa ostinata dei loro privilegi e per distruggere la democrazia. **Le condizioni odierne sono tali che la violenza di queste classi si può essere impedita dalla attiva adesione della schiacciante maggioranza della popolazione agli istituti democratici, dalle riforme delle strutture economiche, dalla lotta di massa dei lavoratori.** Gli istituti democratici possono venire sviluppati con base effettiva di un regime che, facendo fronte ai tentativi sovvertitori dei gruppi monolitici e tagliando le basi del loro potere, avanzi verso il socialismo... Il regime parlamentare, il rispetto del principio della maggioranza liberamente espressa, il metodo definito dalla Costituzione per assicurare le maggioranze si formino in modo libero e democratico sono non soltanto compatibili con l'attuazione di profonde riforme sociali e con la costituzione di una società socialista, ma agevolano e assicurano, nelle condizioni di oggi, la conquista della maggioranza da parte dei partiti della classe operaia, il contatto e la collaborazione con altre forze sociali e politiche, l'avvento di una nuova classe dirigente, in seno alla quale la classe operaia sia la forza determinante. **Il Parlamento può e deve esercitare una funzione attiva sia per la trasformazione in senso democratico e socialista del paese, sia in una nuova società socialista, a condizione che accanto ad esso possano e debbano svilupparsi forme di democrazia diretta che assicurino gli ulteriori sviluppi e la superiorità della democrazia socialista. In particolare non esiste nessun principio che escluda la pluralità di partiti nel paese e al potere durante la costruzione di una società socialista e il libero confronto tra le differenti ideologie.** I rapporti di questi partiti e dei gruppi sociali che essi rappresentano saranno determinati dalle condizioni dello

---

<sup>457</sup> Gruppi, Luciano. "Lo Stato nella via italiana al socialismo". In: **Socialismo e Democrazia**, cit., p. 685.

sviluppo generale e dalla innegabile forza di attrazione che il socialismo esercita su tutti i ceti di lavoratori. **Alla classe operaia e al popolo italiano si apre il compito storico di procedere alla costruzione del socialismo attraverso una via nuova rispetto al modo come si è realizzata la dittatura del proletariato in altri paesi, attuando la direzione indispensabile della classe operaia attraverso nuove alleanze e nuove collaborazioni, nel rispetto del metodo democratico, spezzando le resistenze e le insidie dei nemici della libertà e del progresso sociale**<sup>458</sup> (grifos nossos).

Três pontos são decisivos nessa declaração: a adesão do povo italiano dirigido pela classe operária aos institutos democráticos e as reformas estruturais teria o condão de evitar o recurso a violência, portanto, quanto mais avançar a consciência democrática do povo italiano, mais se tornaria evitável o recurso aos expedientes de força; tal adesão aos métodos institucionais, mais adequados ao desenvolvimento democrático italiano, teria posto por terra o método da ditadura do proletariado; e, por fim, o Parlamento jogaria portanto um papel ativo, na medida em que refletiria essa nova consciência popular, assumindo o protagonismo do processo de lutas por transformações sociais. As reformas de estrutura passam assim a ter um sentido mais amplo, não podendo ser compreendidas pelos seus termos e efeitos econômicos. Elas precisam ser vistas ao nível econômico porém coligado ao seu grau de intervenção política, como Togliatti defende em seguida, no X Congresso do PCI (1962):

Debbono essere introdotte delle riforme nella struttura economica, per rendere possibile uno sviluppo economico democratico, cioè tale che porti alla soluzione più rapida possibile dei problemi oggi così acuti e al superamento degli squilibri attuali. Per questo bisogna lottare contro il predominio degli odierni grandi gruppi monolistici.

Abbiamo sempre affermato che quest'opera di rinnovamento non si può attuare se non con l'intervento dello Stato e sotto la sua direzione<sup>459</sup>.

---

<sup>458</sup>VV. AA. **La via italiana al socialismo**: estratti dai rapporti e dalle tesi dai Congressi del PCI (1945-1979). Varese, Aurora, 1982, pp. 122-123.

<sup>459</sup>Togliatti, Palmiro. "Rapporto al X Congresso del Partito comunista italiano". In: Idem. **Opere 1956-1964**, cit., p. 670.

Togliatti assume desse modo que a estratégia política centrada nas reformas estruturais não pode deixar de colocar como crucial o problema do Estado e a possibilidade de constranger o Estado a agir em favor da classe trabalhadora e contra os interesses do grande capital monopolístico. O Estado democrático italiano não seria assim por princípio um “comitê executivo para gerir os negócios dos grandes monopólios italianos”, mas sim um espaço a ser disputado com os grandes monopólios capitalistas para que se pudesse dar a direção política de interesse da classe operária e demais grupos subalternos, uma direção que deveria se conformar com base nos institutos do planejamento democrático e da nacionalização progressiva dos monopólios.

Ao proceder dessa maneira, o secretário-geral intenta tomar uma posição que lhe afastasse das proposições do reformismo adotado pelo governo de centro-esquerda que se formava na Itália. Vale dizer que, em julho de 1960, se encerra o breve governo de Fernando Tambroni. A Democracia-cristã buscara avançar em um plano de reformas que excluía do governo os socialistas e se apoiara nas direitas neofascista e monarquista. As intensas agitações populares deram vida curta a este governo, que já nos seus primeiros dias, teve o afastamento de todos os ministros que compunha a ala à esquerda da DC. A aliança com a direita se fechou a partir daí e é formado um novo governo. Da queda de Tambroni em 1960 até meados de 1962, se prepara o governo que vai ser conhecido como de centro-esquerda: uma aliança orgânica entre a DC e o PSI. Em 1963, Aldo Moro assume a presidência do Conselho de Ministros, pela DC, tendo na vice-presidência o socialista Pietro Nenni.

O novo governo de centro-esquerda, que exclui o PCI, lança de imediato o novo projeto de “reformas estruturais”, com o claro objetivo de constranger o PCI a aceitar sua plataforma<sup>460</sup>. A posição que se encontrava o PCI era, portanto, extremamente delicada. Não aceito em um governo de centro-esquerda e tendo seu projeto, pelo menos propagandisticamente, defendido pelo governo Moro-Nenni, necessitava demonstrar em que, na prática, sua estratégia se diferenciava daquela da centro-esquerda.

Em termos gerais, quais eram, pois, as propostas de programação e de reformas da centro-esquerda? Entre 1960 e 1963, no confronto entre as principais forças políticas e

---

<sup>460</sup> No XXXIV Congresso del Psi, em 1961, Riccardo Lombardi proclamava: “Noi, al di fuori della riforma strutturale, democratica e socialista della società italiana, non abbiamo altro da fare”. (Cf. Lombardi. “Intervento al XXXV Congresso del Psi”, ottobre 1963, in **Scritti politici**, a cura di S. Colarizi, Venezia, 1978, 1, p. 39



intelectuais que disputavam em campo aberto o debate sobre os temas da programação para além do PCI, foram apresentadas respostas diversas, entre elas<sup>461</sup>:

a) o programa do Ministro do Orçamento de Amintore Fanfani (1962-1963), Ugo La Malfa, do PRI, que, como solução geral para os desequilíbrios da economia italiana, propunha instrumentos e objetivos de uma programação democrática para a economia baseada em uma *política de rendas* que fosse capaz de assegurar altas taxas de crescimento global e eliminar os desequilíbrios existentes no sistema produtivo;

b) o projeto do Relatório de Pasquale Saraceno, apresentado no *I Convegno nazionale di studio della Democrazia Cristiana*, de 1961, que requeria um ação estatal positiva não apenas através da determinação de uma demanda adicional à do mercado, mas sobretudo por meio da criação de incentivos com a criação de uma economia externa à iniciativa privada (leia-se, um setor estatal produtor e não apenas comprador);

c) as *Ideias para programação econômica*, dos economistas socialistas Giorgio Fua e Paolo Sylos-Labini, que defendiam como soluções para os três grandes desequilíbrios econômicos (entre Norte e Sul, entre agricultura e indústria e, por fim, entre os níveis artificialmente altos do consumo monopolista e os baixos níveis de consumo basilares e sociais) a adoção de medidas como a plena ocupação dos recursos para conseguir o mais alto nível de renda e remuneração possível, a realização de uma melhor distribuição territorial das atividades produtivas (para evitar as migrações e os desequilíbrios populacionais), a intensificação do desenvolvimento de alguns consumos e serviços essenciais, etc.

d) o projeto de Antonio Giolitti, antigo membro do PCI, que abandonara o partido depois dos eventos de 1956 e passara a compor o PSI, sendo Ministro do Orçamento do governo Moro (1963-1964). O *Piano Giolitti*, como condições gerais para modernização do país, propunha a eliminação das deficiências nas condições de habitação e planejamento urbano, a progressiva instauração de um sistema de segurança social e de adequação das infraestruturas e das dotações na saúde, na educação, pesquisa científica etc; e, como plano das atividades produtivas, propunha a eliminação das diferenças entre zonas atrasadas e zonas avançadas, a realização de uma substancial paridade entre a produtividade na agricultura e aquelas atividades

---

<sup>461</sup> Cf. Canelli, Paolo. "Strutture dell'economia e politica economica". In: **Critica Marxista**. Anno 22. No. 4-5. Roma, Riuniti, 1984, pp. 97-99.

não agrícolas, a diminuição das posições de controle privado do mercado e a modernização e racionalização do comércio e consequentemente a redução dos custos de distribuição.

No campo teórico-político, entre 1962 e 1964, a atuação de Togliatti será no sentido de demonstrar a distinção entre a organicidade das reformas estruturais propostas pelos comunistas e a setorialidade e parcialidade das reformas propostas pelo governo e intelectuais de centro-esquerda. No caso dos comunistas, segundo o secretário-geral do PCI, as reformas estruturais faziam parte da estratégia de via italiana para o socialismo que implicava na elevação da classe operária à função de classe dirigente capaz de imprimir através de um programa de intervenção estatal, programação e nacionalização um novo curso à economia italiana, retirando-a do controle dos grandes grupos monopolistas capitalistas. Já a centro esquerda, ao invés de um projeto de programação, intervenção e direção da economia, apresentara, na visão togliattiana, um projeto restrito que propunha nada além de uma “racionalização do capitalismo de monopólios” em benefício destes mesmos monopólios e em detrimento dos interesses gerais da população italiana.

Para Togliatti, em sua crítica lançada ao “paternalismo católico” da esquerda democrata-cristã (representada por Moro e Fanfani) e ao “velho reformismo” dos socialistas italianos (capitaneados por Nenni), o componente central do reformismo seria a tendência a cancelar da sua visão estratégia a necessidade de superar o capitalismo e de construir o socialismo. Em suas palavras: “o vazio radical do reformismo está no fato que, em todas as situações, tende sempre a esquecer e cancelar o objetivo geral e final do movimento operário, que é a destruição do capitalismo com sua chegada ao poder e a construção do socialismo”<sup>462</sup>. Tratava-se portanto de caminhar pela trilha das reformas mas sem recair no reformismo.

As reformas, segundo ele, no cerne de uma estratégia “revolucionária”, no momento em que se encontrava a sociedade italiana, passavam a ter outro significado por isso a necessidade de lhes dar uma outra direção. Tal fase era marcada por dois componentes: de um lado, por uma crise profunda nas estruturas do capitalismo italiano; de outro por um novo e específico caráter do movimento operário.

Dove poi esistono ordinamenti democratici, come da noi, che si reggono sulla presenza e combattività di un forte movimento popolare democratico e rivoluzionario,

---

<sup>462</sup> Togliatti, Palmiro. “Comunismo e riformismo”. In: Idem. **Opere 1956-1964**, cit., p. 632.

la via del riformismo non può essere presa senza affrontare riforme tali che incidano, piú o meno profondamente, nella struttura stessa del capitalismo. I socialdemocratici italiani non fecero del riformismo sino a che collaborarono nei governi centristi<sup>463</sup>.

Segundo Togliatti, um verdadeiro compromisso com as reformas passa necessariamente por enfrentar as estruturas do capitalismo monopolista italiano. Todavia, para não colocar o PCI em condição de isolamento e assim permitir que a DC alcançasse seu objetivo, ele apresenta aquilo que seriam os pontos de evolução nas posições do governo de centro-esquerda. Ele reconhece, por exemplo, que o Congresso da DC, ocorrido em Nápoles em 1962, avançara ao reconhecer a necessidade de intervenção estatal na vida econômica. Porém isto não apenas era insuficiente como ainda era um resultado da consciência antifascista e democrática que avançara no povo italiano. A questão que se colocava, para ele, era que a intervenção estatal na vida econômica defendida pela DC não era de “natureza tal a limitar e romper o poder do grande capital monopolístico”; era apenas concebida como um “instrumento de racionalização econômica”, que não incidiria sobre esse poder. Neste sentido, conclama os democratas-cristãos à uma “svolta à sinistra”.

Deste modo, Togliatti defende que ao adotar tal giro à esquerda, os democratas-cristãos e os socialistas italianos sairiam do campo da proposição de “medidas empíricas”, como aquelas apresentadas por Aldo Moro, no Congresso de Nápoles, e passariam a um campo mais orgânico, no qual adotariam um planejamento democrático capaz de renovar as estruturas econômicas da sociedade italiana.

A crítica à “tese da racionalização” é essencialmente uma polêmica contra o reformismo que ele considerava abstrato e tendente a manter os grandes grupos monopolistas na condição de domínio e direção da sociedade italiana. O dirigente comunista italiano considerava o projeto reformista e de intervenção econômica da centro-esquerda um tipo de estratégia interclassista que não se comprometia a enfrentar a raiz dos grandes problemas da sociedade italiana e assim permitia o crescimento acelerado do capital monopolista em seu país. A “racionalização” do capitalismo italiano era, segundo ele, um projeto utópico que não levava em consideração a verdadeira natureza do desenvolvimento capitalista. A organicidade das reformas de estrutura propostas pelos comunistas viria portanto de sua capacidade de propor

---

<sup>463</sup> Togliatti, Palmiro. “Comunismo e riformismo”. In: Idem. **Opere 1956-1964**, cit., p. 633.

objetivos politicamente determinados e não apenas agir com propostas meramente quantitativas, que agiam apenas nos efeitos das estruturas e não ao nível das próprias estruturas.

Em um de seus últimos artigos, *Capitalismo e Riforme di struttura*, publicado no *Rinascita* em 4 de julho de 1964, ele afirmará que a estrutura do capitalismo italiano, por formação e tradição histórica e pelos endereços dados pelas consecutivas políticas econômicas, condicionou o processo de acumulação italiano à “estreiteza e falta de desenvolvimento de metade do território nacional”, à “superabundância de mão de obra” e, com isso, a “um nível tremendamente baixo dos salários”, tudo isso através da “intervenção artificial do Estado em favor dos grupos privilegiados e em detrimento de toda a coletividade” (protecionismo, caras aquisições, política tributária etc)<sup>464</sup>. Sem modificar o padrão monopolista de acumulação não seria possível avançar no processo de transformação social profunda que exigem as grandes massas trabalhadoras, de modo que as reformas episódicas, corretivas e parciais suplantariam as reformas estruturais profundas:

Questo è dunque, per ora, il nostro punto di arrivo e il nostro punto di partenza. Una valida e profonda riforma delle strutture non si può ottenere se si crede di potervi arrivare senza una lotta politica che contesti il predominio economico del vecchio ceto dirigente capitalistico<sup>465</sup>.

Para Togliatti, portanto, as reformas de estrutura não significariam um simples ajustamento às estruturas do sistema capitalista, mas sua superação em nível econômico e político. As reformas deveriam ser capazes de realizar de maneira, mesmo que gradual, uma profunda e irreversível mudança nas estruturas do poder econômico e político capitalistas. Nesse sentido, que Rossana Rossandra fala da “natureza orgânica” das reformas de estrutura, assim como Togliatti falou sobre o seu caráter de “ação contínua”. As reformas não são portanto um conjunto de medidas para alcançar o socialismo, mas sim meios cruciais mediante os quais os objetivos socialistas vão sendo atualizados. Em 1962, ele estava convicto que dada a atuação fase de “crise profunda das estruturas capitalistas”, a via das reformas não poderiam se

---

<sup>464</sup> Togliatti, Palmiro. “Capitalismo e riforme di struttura”. In: **Togliatti da Salerno a Yalta: vent’anni di lotta politica** negli articoli di Rinascita. Editrice L’Unità, 1984, p. 282.

<sup>465</sup>Togliatti, Palmiro. “Capitalismo e riforme di struttura”, cit., p. 284.

apresentar senão como suficientes para incidir “mais ou menos profundamente na própria estrutura do capitalismo”<sup>466</sup>.

A questão que se colocava a partir dessas considerações sobre a necessidade inadiável das reformas de estrutura era a de qual princípio político deveria presidir os critérios diretivos das reformas. Segundo Sassoon, o princípio a guiar as reformas não poderia vir se não da análise da conjuntura e do conseqüente isolamento do principal inimigo, i. é., o capital monopolista italiano. Togliatti sustentava que em todos os países capitalistas os monopólios conseguiram controlar o Estado, reduzindo-o a um pouco mais que um dócil instrumento em suas mãos. O objetivo do capitalismo monopolista de Estado era o de por “fim ao regime democrático, ou reduzi-lo a uma forma ressecada e morta”<sup>467</sup>, como conseguira fazer na Itália. Desse modo, a linha política da reformas estruturais não pode ser outra senão uma linha antimonopolista. O nexó entre as reformas de estrutura e a estratégia de alianças será derivado da necessidade de colocar em prática a linha política antimonopolista:

il carattere antimonopolistico della politica dell Pci stabilisce al tempo stesso il tipo di riforme di struttura che il partito deve proporre e indica quale sia il nuovo blocco storico da costruire, un blocco che dev'essere composto dalle varie classi e ceti non monopolistici. **È questa caratteristica che permette ai comunisti italiani di affermare che la loro politica risponde all'interesse nazionale, definito con l'interesse di una collettività potenzialmente antimonopolistica**<sup>468</sup>.

As reformas estruturais, para responder aos interesses nacionais da situação italiana, precisariam apresentar três elementos fundamentais: a) enfrentar o caráter corporativista e obreirista no interior do movimento operário e apresentar o programa comunista como componente unificador de uma estratégia de aliança que reúna todos os setores sociais com exceção do capital monopolista; b) eliminar as bases do fascismo (ou seja, o grande capital monopolista e sua aliança com os latifundiários), de modo que o projeto comunista se apresente como fase conclusiva da revolução democrática italiana iniciada com a Resistência; c) por fim, avançar na luta pela democracia como um momento crucial de transição do

<sup>466</sup>Togliatti, Palmiro. “Comunismo e riformismo”, cit., p. 634.

<sup>467</sup>Togliatti, Palmiro. “Rapporto al IX Congresso del Partito comunista italiano”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984, p. 431.

<sup>468</sup>Sassoon, Donald. **Togliatti e la via italiana al socialismo**, cit., p 258.

capitalismo para o socialismo, de modo que as reformas estruturais se configurem como momento fundamental de transformação no sentido de reestruturação das estruturas econômicas e políticas. Desse modo, as reformas de estrutura se apresentam como estratégia da “via italiana para o socialismo”, que para se efetivar era necessário construir uma ampla rede de aliança sociopolítica em um programa *nacional, antifascista e socialista* com a classe trabalhadora no centro e os vários estratos da classe média, inclusive as pequenas empresas, em posição periférica.

O caráter antimonopolista das propostas e do programa apresentado pelo PCI, finalmente desempenharia um papel central na estratégia de construção de um bloco histórico que teria como consequência natural a política de aliança com as classes médias. As medidas de contraposição e de limitação dos grandes monopólios, na estratégia comunista, servem para “lançar pontes” entre o proletariado e a grande massa de pequenos e médios proprietários e artesão afetados pela concorrência desleal produzida por um sistema econômico afetado por sérios estrangulamentos:

La classe operaia e il Partito comunista comprendono e fanno propri i problemi dell'artigiano, del piccolo e medio imprenditore che la politica governativa e ostacoli oggettivi tendono ad escludere dal mercato dominato dai monopoli e a sottomettere in ogni caso /.../ al dominio e agli interessi di ristretti gruppi. Esiste oggi una prima larga base oggettiva di incontro, collaborazione e alleanza non solo con i piccoli e medi produttori rurali ma anche con i ceti medi urbani nella lotta contro i grandi monopoli. Le riforme della struttura economica che noi proponiamo e che sono nella direzione del socialismo non significano distruzione dei ceti medi, fine di ogni iniziativa individuale e imposizione di una pianificazione burocratica e di un piatto egualitarismo. /.../ La esistenza di una sfera di piccola impresa piccola e media non solo non può compromettere, in condizioni che sono oggi del tutto diverse, la edificazione di una nuova società, ma può facilitarla consentendo che avvenga nel pieno dispiegamento di tutte le energie produttive.

Passando do programa para ação política, quais foram as reformas estruturais efetivamente propostas para os comunistas italianos? Em que estas reformas apontavam para uma construção do socialismo? O maior problema para encontrar uma resposta satisfatória para estas questões está no caráter indistinto em que elas aparecem nos diversos textos e documentos

produzidos no período. Tal caráter diz respeito à não separação entre as reformas conjunturais e àquelas tendentes à efetiva erradicação do grande capital monopolista.

No sentido em que as reformas deveriam apresentar um “giro à esquerda” (“svolta à sinistra”) e, portanto, representar um ataque ao capital monopolista, Togliatti defende uma relação diferente de medidas na evolução dos seus textos. Em 1956, no relatório do VIII Congresso, as reformas seriam: a) a liberdade da classe operária e medidas aptas a confrontar o problema do desemprego; b) o início de uma reforma agrária geral; c) a aplicação do início de algumas reformas de estrutura na indústria, entre as quais a nacionalização do setor de energia elétrica; d) a introdução do ordenamento regional em toda a Itália; e) por fim, a introdução de um sistema geral de seguridade social.

No texto *Passare dai programmi all'azione per una effettiva svolta a sinistra*, de fevereiro de 1962, uma outra série de medidas é apresentada por Togliatti. Buscando se distanciar dos projetos reformistas dos socialistas e democratas cristãos, ele afirmava a necessidade de implementar medidas de redistribuição da renda em favor das classes trabalhadoras, de nacionalizar os setores elétricos e açucareiro, de criar um plano para industrialização do *Mezzogiorno*, de avançar na reforma democrática da escola e do setor radiotelevisivo.

O *Rapporto al X Congresso*, de dezembro do mesmo ano, apresenta de maneira mais genérica suas propostas de reforma: a) “política de paz e ação concreta pela distensão e pela coexistência pacífica”; b) “desenvolvimento econômico democrático e luta contra o grande capital monopolista”; c) “articulação e desenvolvimento dos entes autônomos no âmbito do Estado democrático”; d) “reforma agrária, terra para quem a trabalha”; e) “participação de todo o povo, através da articulação democrática, na direção e controle da economia e da vida política”; f) “renovação e progresso em todos os campos da vida nacional”; g) e, sobretudo, “bem estar social, liberdade, justiça social e cultura para as massas populares, para os explorados e deserdados e chegada do povo à direção do país”<sup>469</sup>.

É importante dizer que se trata de uma lista de medidas sem dúvida extremamente respeitável. Inobstante, não é nada fácil ver algo nessas propostas que indiquem um tipo de “ação contínua” em direção ao socialismo, ou a possibilidade de negarem “estruturalmente” a dominação do capital ou até mesmo de se constituírem em um movimento “orgânico” de

---

<sup>469</sup> Togliatti, Palmiro. “Rapporto al X Congresso del Partito comunista italiano”. In: Idem. **Opere 1956-1964**, cit., p. 674.

transformação social. Tornava ainda mais difícil vislumbrarem que dimensão tais medidas, em boa parte já realizadas pela social-democracia dos países nórdicos, colocariam os italianos no caminho do socialismo.

Em outros termos: como seria possível identificar se estas reformas seriam estruturais, ou seja, capazes de destruir os fundamentos capitalistas, ou conjunturais, i.é., apenas repostas empíricas e imeditas como as do governo de centoesquerda? Qual o critério para estabelecer que estas reformas conduziriam ao socialismo? Togliatti e os comunistas italianos não oferecem qualquer indicação. Na ausência de resposta, acreditamos que, se depreende tacitamente das diversas alternativas reformistas e neorreformistas históricas, elas precisam apresentar os componentes defendido por Przeworsky, em *Capitalismo e Social Democracia*. Segundo o cientista político polonês, as reformas precisam se demonstrar: “(1) irreversíveis, (2) cumulativas em seus efeitos, (3) conducentes a novas reformas, (4) e orientadas para o socialismo”<sup>470</sup>. Pela forma em que foram apresentadas não é tarefa simples compreender como poderiam se constituir enquanto irreversíveis, tampouco resta claro como os seus efeitos seriam cumulativos e conducentes à inserção de novas reformas orientadas no sentido da transição do capitalismo para o socialismo.

Vale dizer, em primeiro lugar, que a experiência da social-democracia no mundo demonstrou que as reformas podem ser reversíveis, completa ou parcialmente, por mais avançadas que sejam, como no caso dos países nórdicos. Em segundo, é importante também recordar que historicamente elas não se demonstraram enquanto cumulativas, mesmo que não fossem revertidas: o avanço na nacionalização das empresas por exemplo, não implicou necessariamente em sua gestão democrática por parte dos trabalhadores. Em terceiro, nem todas as reformas conduzem a novas reformas: em diversas situações, vitórias salariais e referentes às condições de trabalho dos operários e camponeses, por exemplo, não foram seguidas por outras reformas, pelo contrário, muitas vezes significou o insulamento corporativo de estratos do movimento operário. Por fim, mesmo que as reformas apresentem todas os componentes anteriores (irreversibilidade, cumulatividade e condutibilidade) como afirmar que elas estão conduzido ao socialismo e não a uma forma de capitalismo com mais “controle” e “organização”? Para responder a essa questão é necessário que se tenha um sentido claro do que seja o socialismo.

---

<sup>470</sup>Przeworsky, *Capitalismo e Social Democracia*, p. 282.



Os comunistas italianos vão desenvolver, sobretudo a partir de 1956, uma visão do socialismo como sinônimo de planejamento e centralização estatal. Todos os defensores das reformas de estrutura colocaram com convicção que as estratégias das reformas de estrutura envolviam um processo de progressivo planejamento estatal. Assim colocavam em relevo o duplo caráter que o processo reformista precisava conter: à mobilização e ao controle de baixo devem ser acompanhados por uma ação governativa pelo alto. Segundo os comunistas italianos, esta era a condição necessária para descrever uma reforma de natureza estrutural e cumulativa. Diferente da socialdemocracia europeia do pós-segunda guerra, este é o traço realmente distintivo dos teóricos reformistas italianos.

A socialdemocracia europeia defendia um Estado empenhado em realizar as reformas através de uma legislação que pressupunha uma cidadania eminentemente passiva, na qual o processo decisivo permanecia nas mãos dos administradores públicos. Os destinatários das reformas permaneciam distantes não apenas do controle direto como também da própria delegação de poderes, restritas aos pleitos eleitorais. Em sentido contrário, os comunistas italianos defendiam que as reformas precisavam ter uma natureza participativa para alcançarem os efeitos cumulativos desejados. Para tanto, era extremamente necessário uma mudança na forma de Estado, que deveria abandonar sua feição liberal e se constituir enquanto um real Estado democrático. A propósito do projeto de programação comunista, afirmou Gambilonghi:

La programmazione però, nella visione comunista, non è un fatto esclusivamente economico, ma è anche squisitamente politico. **Investe cioè l'organizzazione delle strutture dello Stato, il rapporto tra governanti e governati, tra cittadini e processi economici. Problema principale, per una programmazione che voglia essere per l'appunto democratica, diventa quello di rompere con la concezione classica dello Stato liberale, concezione tale da fare dell'apparato statale una struttura centralistico-burocratica, corruttrice della natura dello Stato nel senso di uno «scadimento della funzione delle assemblee elettive», e dunque incapace di mettersi in relazione con le esigenze espresse dalla società civile. Tale politica di piano esige un profondo rinnovamento dell'ordinamento statale, il quale permetta di realizzare «un'attiva partecipazione delle masse al potere reale».** L'unica articolazione della programmazione in grado di venire incontro a queste esigenze, risulta essere quella basata su istituzioni regionali ed autonomie locali. I contenuti del piano dunque, lungi dall'essere il risultato di decisioni assunte in sede

tecnico-amministrativa, devono essere determinati nell'ambito delle sedi legislative democraticamente elette<sup>471</sup>.

A natureza participativa de uma reforma, no entanto, não apresenta qualquer garantia de sua irreversibilidade, não apresenta também nenhum conteúdo econômico no sentido de construção do socialismo, de negação da autoridade do capital sobre o trabalho no processo produtivo. É importante ressaltar que as leis de desenvolvimento capitalista se concretiza na historicidade do real. As contradições da visão distributivista-aliancista de Togliatti e dos comunistas italianos apreentam-se, sobretudo, no fato de que a imediaticidade das conquistas materiais enquanto horizonte estratégico da luta dos trabalhadores levam a negação do antagonismo classista fundamental: a subordinação do capital ao trabalho no processo produtivo, onde nasce a hegemonia do capital. O deslocamento das lutas sociais para o campo institucional, como é característica do pensamento reformista e neorreformista, conduz necessariamente à naturalização e ao ocultamento dessa contradição.

Não se trata de negar a importância das lutas institucionais da classe trabalhadora. A democracia política permitiu importantes conquistas sociais e políticas para a classe trabalhadora e demais classes subalternas. No entanto, essas lutas, descoladas de um horizonte classista e socialista, levam, como apontou Edmundo Dias, à subsunção da luta dos movimentos sociais à esta institucionalidade, que recalca/anula os antagonismos, conduzindo “à perda da perspectiva de classe” e “realizando assim, ainda que contraditoriamente, a integração ativa das classes subalternas à ordem do Capital”.

Pensar o projeto de transformação social no interior da institucionalidade capitalista, negando a possibilidade revolucionária abstratamente, implica afirmar a neutralidade das instituições, aceitar a possibilidade de que, nelas e por elas, seja possível alterar a natureza de classe do Estado. Fazer esta crítica não significa, contudo, recusar-se a lutar no interior do campo institucional. Diferente disto está a absolutização do institucional e o abandono da postura antagonista. Não se trata de uma questão de quantidade (melhoria das posições diferenciais no interior da institucionalidade), mas de qualidade (o embate hegemônico)<sup>472</sup>.

---

<sup>471</sup>Gambilonghi, Mattia. “Governare lo sviluppo: il PCI e la programmazione economica negli anni sessanta”. In: **Materialismo storico**. Nº 1, Vol. 2, 2017, p. 30.

<sup>472</sup>Dias, Edmundo Fernandes. “Gramsci e a política hoje”. In: **Universidade e Sociedade**. Ano XI, nº 27, junho de 2002, p. 141.

Ao se deslocar da esfera da produção para o da circulação, propondo um socialismo do planejamento e distributivista, sem contestar o controle do capital sobre o processo de produção, mas tão somente os efeitos deletérios da integração monopólica do capital, Togliatti e os comunistas italianos não foram capazes de formular estratégias de superação da ordem do capital. Passaram da discussão sobre a exploração capitalista para o campo da distribuição de benefícios sociais e de reformas parciais. Não foram capazes de demonstrar como a programação democrática e as reformas de estrutura se coligavam a um projeto de efetiva transição para o socialismo. E não o fizeram pela sua completa inviabilidade. Como afirmou Mandel:

Mas a eventualidade mais provável, aquela que corresponde à experiência real da ‘programação económica’ de todos os países imperialistas dos últimos decênios (a da França, a da Holanda e da Grã-Bretanha, nomeadamente), é de que a realidade da propriedade dos meios de produção, do direito e do poder dos capitalistas de dispor das máquinas e da força de trabalho, limita extremamente toda a incidência e toda a eficácia da ‘programação económica’. O essencial dos grandiosos planos fica-se pelo papel. Na prática, só é realizado o que esteja de acordo com o interesse do grande capital, o que ‘arredonde’ e complete os seus próprios projectos de investimento e beneficie (directa ou indirectamente) a rentabilidade. É, repetimos, o único meio de evitar, *em regime capitalista*, que o ‘sector privado’ não desfaça sistematicamente o que o ‘sector público’ inicia laboriosamente (e lentamente, e burocraticamente). Isto porque é um ‘sector público’, administrado por um *Estado burguês*.

Em regime capitalista, por razões estruturais, toda a ‘programação económica’ não pode ser mais do que ‘supletiva’ da atividade das empresas privadas e, antes de mais, dos trusts e dos monopólios. Fazer entrever algo o contrário aos trabalhadores é enganá-los deliberadamente<sup>473</sup>.

O último texto de Togliatti, o Memorial de Ialta, seu relatório sobre a situação comunista a ser apresentado à Krushev, em nada se afastará dessas impositões. A linha política apresentada em Salerno, por mais que tenha ganho matizes mais fortes, sobretudo após 1956, continuará apresentando uma visão distributivista e aliancista de socialismo. O *Memorial* retorna aos temas já aquiescidos no interior do PCI, dando apenas mais coerência às suas orientações neorreformistas e colocando mais abertamente a necessidade de se colocar em discussão a concepção leninista de Estado.

---

<sup>473</sup>Mandel, Ernest. *Crítica do Eurocomunismo*, cit., p. 201.

O Memorial de Ialta será apenas o testemunho final de um desenho concebido, mesmo que não de maneira orgânica, desde Salerno. Ele fecha o arco de vinte anos nos quais Togliatti atuou politicamente para transformar um partido stalinista em um partido neorreformista, socialdemocrático, com o objetivo de manter ou acrescer sua participação junto às massas.

## À Guisa de Conclusão

A aplicação de uma estratégia neorreformista, como procuramos demonstrar, foi a marca da atuação de Togliatti nos vinte anos analisados neste trabalho. No período de 1944-1945, a perspectiva estratégica era aquela da democracia progressiva, que buscava realizar “a destruição do fascismo”, cortar assim todas as raízes que poderiam levar a Itália a repetir aquelas experiências. A democracia progressiva era compreendida como aquelas que organizaria “um governo do povo e para o povo e na qual todas as forças sãs do país teriam o seu lugar, podendo afirmar-se e avançar em direção à satisfação de todas suas aspirações”.

Do ponto de vista estratégico, o sucesso dessa alternativa exigia que fossem concretizadas duas perspectivas: nos termos togliattianos, era necessário, de um lado, “a democratização completa do país” e a “democratização dos próprios conservadores italianos”<sup>474</sup>. Evidente que a não realização de uma perspectiva não a invalida. Relações de força desfavoráveis podem jogar contra esta realização e se torna necessário mais ainda lutar para modificar estas relações de força.

Todavia, a não realização dessas prospectivas pareciam não levar em consideração a própria dinâmica do desenvolvimento objetivo do capitalismo italiano e do desenvolvimento subjetivo da própria classe dirigente italiana. Se as classes dirigentes italianas, ou seja, as burguesias e os latifundiários (conservadores e monopolistas) não se “democratizaram” ou “modernizaram”, não parece ter sido por serem atrasadas culturalmente ou míopes politicamente. Para elas, a questão essencial estava na reconstrução da economia italiana e das instituições que deveriam garantir sua hegemonia. Nesse sentido, agiram de maneira consequente. A reestruturação capitalista do final dos anos 1940 e início dos anos 1950 e o *boom* de crescimento dos anos do “milagre econômico” são provas irrefutáveis disso. Quando a via para manter a ordem e alcançar seus objetivos era a de aliança como os partidos de esquerda, era a de construir a colaboração com os movimentos organizados da classe operária, como nos anos dos CLN’s e dos governos de coalizão tripartido, elas o fizeram; quando os partidos e as organizações da classe trabalhadora apareciam como obstáculo à plena implantação de seus objetivos, prepararam e operaram a ruptura.

---

<sup>474</sup>Rinascita, agosto de 1946.

Deixando de lado as fórmulas políticas elaboradas em seguida, como a genérica de “governo democrático das classes trabalhadoras” (VIII Congresso) e a não menos abstrata fórmula da “democracia de tipo novo”, toda a política dos comunistas italianos se concentrará, sobretudo após o XX Congresso do PCUS e do seu VIII Congresso, no objetivo de “controle democrático dos monopólios” como elemento central de uma “programação democrática”.

Este último objetivo dos comunistas italianos, avançado sobretudo nos anos 1960, não parece ser mais consistente do que os do imediato segundo pós-guerra. De fato, ele foi fixado na tentativa de superar a hipótese do capitalismo em putrefação, partindo de uma visão imediatista segundo a qual, sendo insuperável o sistema econômico-social e político capitalista, os monopólios passam a ser os principais inimigos e precisam ser colocados sob a tutela das forças socialistas em aliança, restabelecendo a ideia de que um tipo de capitalismo de livre concorrência, disposto a operar segundo os interesses das grandes massas e salvaguardando os interesses das pequenas e médias empresas, seria possível. Esquecia-se assim, ou pretendia-se olvidar, que as fase monopolista do capitalismo não é uma “degeneração”, mas uma fase necessária do processo de reprodução do capital, uma solução lógica do próprio capitalismo, de modo que se torna um absurdo postular um capitalismo sem a presença dos monopólios, um capitalismo sem que os monopólios, em consequência, exerçam fundamental espaço nas decisões dos governos e dos parlamentos.

A imposição do controle democrático dos monopólios não se sustenta, pois, nem mesmo do ponto de vista político, tida como estratégia global do partido: um controle dos monopólios requeria tal mutação nas relações de força, tal salto qualitativo, que em uma situação de tamanha eventualidade, que o movimento operário não se furtaria a colocar a questão de uma batalha frontal, em uma perspectiva de tomada do poder.

Dada a inconsistência dessas perspectivas, Togliatti e o PCI não poderia ter se encontrado em situação diferente: demonstraram a completa passividade em relação aos governos de centro-esquerda, propagando listas de reformas que ou eram absorvidas na prática ou aclimatadas pelos programas até mesmo da DC. Foi nessa direção que os democratas cristãos agiram declaradamente para isolar e debilitar os comunistas, por um lado, e assumirem suas imposições como orientações programáticas, políticas e ideológicas, pelo menos no papel, por outro.

Na realidade, nos governos de centro-esquerda, começaram a amadurecer e emergir as maiores contradições dos comunistas. A sua prospectiva era já há algum tempo reformista. Após a morte de Togliatti, na segunda metade dos anos 1960 e na primeira metade dos anos

1970, ao emergir movimentos de massas de diversas naturezas, mas todos caracterizados, nos momentos mais altos de confrontação, por um grande dinamismo e capacidade de incidir sobre as relações de força, nos planos econômico, político e social, o PCI se insere nestes movimentos mas não é capaz de lhes dar uma direção e uma perspectiva de conjunto, tampouco consegue impor sua hegemonia, permanecendo sempre excluído da função de governo, desejada pelo secretário-geral desde os anos que lança a plataforma do partido novo. Nisso reside toda sua fraqueza, não obstante todos os êxitos eleitorais conseguidos com o passar dos anos.

Será para superar estes impasses que Enrico Berlinguer projetará a estratégia do “compromisso histórico”. Mas esta estratégia não apresentava nada de realmente novo em relação às impositões togliattianas nos anos aqui estudados. Berlinguer continua a reclamar, em linhas gerais, a impositão togliattiana de gradual transformação reformista. A ideia de “democracia progressiva” é substituída pela ideia de “ressaneamento e renovação democrática” de toda a sociedade e do Estado, única maneira de “criar a partir de agora as condições para uma sociedade e um Estado socialistas”.

Pelo contrário, ele assume ainda de maneira mais clara a adaptação dos comunistas italianos ao horizonte burguês ao abraçar impertinente a política de austeridade enquanto parte de seu programa e ao ver no mercado, na empresa e no lucro uma função positiva “mesmo no quadro de uma economia que se desenvolve sob uma vontade pública democrática”. Não por outra razão, o marxista belga Ernest Mandel, advogou duramente que, de todos os partidos comunistas, o PCI foi o que “mais longe foi na via de adaptação às necessidades conjunturais da ‘sua’ burguesia, aquele que representa o mais vincado papel de salvador do regime do seu país, quando mortalmente ameaçado”<sup>475</sup>.

---

<sup>475</sup>Mandel, Ernest. *Crítica do Eurocomunismo*, cit., p. 195.

## Referências bibliográficas

### Obras de Togliatti:

Togliatti, Palmiro, “Considerazioni preliminari”. In: **L’Unità**, Roma, 2 de Julho de 1948.

Togliatti, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

Togliatti, Palmiro. “Avanti, verso a la democrazia”. In: **Critica Marxista**. Anno 22. N. 4-5. Roma, Editori Riuniti, 1982.

Togliatti, Palmiro. “La politica di unità nazionale dei comunisti”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Per la liberta d’Italia, per la creazione di un vero regime democratico”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Classe operaia e partecipazione al governo”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Istruzioni per l’insurrezione di tutto il popolo”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “I compiti del partito nella situazione attuale”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti Palmiro. “Il partido nuovo”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “I compiti del partito nella situazione attuale”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti. “Il partito comunista nella lotta contro il fascimo e per la democrazia”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Rapporto al V Congresso del Partito comunista italiano”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.



Togliatti, Palmiro. “Nuovo corso”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “I problemi economici”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Le elezioni alla Costituente e l’unità dei partiti operai”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Por uma constituição democrática e progressiva”. In: Idem. **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Editora Ilha, 1980

Togliatti, Palmiro. “La rottura dell’unità democratica”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “A proposito di socialismo e democrazia”. In: **Togliatti da Salerno a Yalta: vent’anni di lotta politica negli articoli di Rinascita**. Editrice L’Unità, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Nossa luta pela democracia e pelo socialismo”. In: Idem. **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Editora Ilha, 1980.

Togliatti, Palmiro. “O leninismo no pensamento e na ação de Gramsci”. In: Idem. **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Editora Ilha, 1980.

Togliatti, Palmiro. “Piano di lavoro”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984

Togliatti, Palmiro. “Dichiarazioni di Togliatti a l’Unità sul soggiorno nell’URSS e sulla situazione italiana”. In: **L’Unità**. Ano XXVIII, N. 49, 28 de fevereiro de 1951.

Togliatti, Palmiro. “Rapporto al VII Congresso del Partito Comunista Italiano”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Per un accordo tra comunisti e cattolici per salvare la civiltà umana”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Per un nuovo indirizzo della politica italiana”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “I problemi di fondo”. In: Idem. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. **Socialismo e Democracia: Obras escolhidas – 1944/1964**. Apresentação, seleção e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Editora Ilha, 1980.

- Togliatti, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1978.
- Togliatti, Palmiro. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “Il XX Congresso del Partito comunista dell’Unione Sovietica”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “L’intervista a ‘Nuovi argomenti’”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “La via italiana al socialismo”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “Rapporto all’VIII Congresso del Partito comunista italiano”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “Il leninismo nel pensiero e nell’azione di A. Gramsci”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “L’alternativa democratica, il PCI, le ‘terze forze’”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “Rapporto al IX Congresso del Partito comunista italiano”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “La visione marxista dello sviluppo tecnico-industriale”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “Lenin e il nostro partito”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “A proposito di socialismo e democrazia”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “Capitalismo e riforme di struttura”. In: **Togliatti da Salerno a Yalta: vent’anni di lotta politica negli articoli di Rinascita**. Editrice L’Unità, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “Diversità e unità nel movimento operaio e comunista Internazionale”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.
- Togliatti, Palmiro. “Comunismo e reformismo”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Sulla ‘svolta del centro-sinistra’”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Rapporto al X Congresso del Partito comunista italiano”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “La concezione marxista el partito politico della classe operaia”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Conclusioni alla V Conferenza di organizzazione del Partito comunista italiano”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Appendice: Aprire al popolo italiano la via che porta alla democrazia e al socialismo”. In: Idem. **Opere 1956-1964**. Volume VI. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Togliatti, Palmiro. “Gramsci e o Leninismo”. In: **Antonio Gramsci (Seleção de textos e organização de Ernesto Ragioneri)**. Editora Seara Nova, Lisboa: 1975.

### **Obras gerais:**

Accornero, Aris. **Gli anni’50 in fabbrica**. Bari, De Donato editore, 1976.

Accornero, Aris (a cura di). **Problemi del movimento sindacale in Italia (1943-1973)**. Annali. Anno Sedicesimo (1974-1975). Milano, Feltrinelli, 1977.

Agosti, Aldo. “Salerno’44: i dubbi di Togliatti”. In: **Unità**. Roma, 28 de Outubro de 1991.

\_\_\_\_\_. **Storia del Partito Comunista Italiano (1921-1991)**. Roma-Bari, Laterza, 1999.

\_\_\_\_\_. **Bandiere rosse: un profilo storico dei comunismi europei**. Roma, Editori Riuniti, 1999.

Amendola, Giorgio. **Gli anni della Repubblica**. Roma, Editori riuniti, 1976.

Anderson, Perry. “As idéias e a ação política na mudança histórica”. In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, Clacso, 2007.

Balibar, Étienne. **Sur la dictature du prolétariat**. Paris, François Maspero, 1976.

Bambirra, Vania. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1993.

Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell'Italia Republicana: La costruzione della democrazia: dalla caduta del fascismo agli anni cinquanta**. Volume primo. Torino, Einaudi editore, 1994.

Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell'Italia Republicana: La trasformazione dell'Italia: sviluppo e squilibri**. Volume secondo. Torino, Einaudi editore, 1995.

Barbagallo, Francesco. “La formazione dell'Italia democratica”. In: Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell'Italia Republicana: La costruzione della democrazia: dalla caduta del fascismo agli anni cinquanta**. Volume primo. Torino, Einaudi editore, 1994.

Bettelleim, Charles & Chavance, Bernard. “O stalinismo como ideologia do capitalismo de Estado”. In: Naves, Márcio (org.). **Análise Marxista e Sociedade de Transição**. Campinas-SP, IFCH-Unicamp, 2005.

Bianchi, Alvaro. **O Laboratório Gramsci: Filosofia, História e Política**. São Paulo, Alameda, 2008.

Bianchi, Alvaro. “O primado da política: revolução permanente e transição”. In: **Outubro**

Bocca, Giorgio. **Palmiro Togliatti**. Tomo secondo. Roma-Bari, Editori Laterza, 1977.

Bottiglieri, Bruno. “Tra Pella e Vanoni: la politica economia degli ultimi governi De Gasperi”. In: *Storia Contemporanea*. Anno XV. N° 4. Bologna, Il Mulino, Agosto 1984.

Braghin, P; Mingione, E.; Trivellato, P.. “Per una analisi della struttura di classe dell'Italia contemporânea”. In: **La critica sociologica**. No. 30. Roma, s/e, 1974.

Braghin, Paolo. “Introduzione”. In: **Inchiesta sulla miseria in Italia (1951-1952):** Materiali della Commissione parlamentare a cura di Paolo Braghin. Torino, Einaudi editore, 1978, p. XV).

Braz, Marcelo. **Partido e Revolução: 1848-1989**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.

Buci-Glucksmann, Christine. **Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Canelli, Paolo. “Strutture dell'economia e politica economica”. In: **Critica Marxista**. Anno 22. No. 4-5. Roma, Riuniti, 1984

Caprara, Massimo. **L'attentato a Togliatti: 14 luglio 1948: Il PCI tra insurrezione e programma democratico**. Venezia, Marsilio Editori, 1978.

Carocci, Giampiero. **Storia d'Italia dall Unità ad Oggi**. Milano, Feltrinelli Editore, 1986.

Cerroni, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982.

Chiarante, Giuseppe. **Con Togliatti e con Berlinguer: Dal tramonto del centrismo al compromesso storico (1958-1975)**. Roma, Carocci editore, 2007.

\_\_\_\_\_. **La Democrazia cristiana: Dal partito popolare agli anni del potere**. Roma, Editori Riuniti, 1980.

Chiocchi, Antonio. "Operai e democrazia: Premesse ed effetti dell'autunno caldo". In: **Società e Conflitto**. No 37/38. [http://www.cooperweb.it/societaeconflitto/operai\\_68.html](http://www.cooperweb.it/societaeconflitto/operai_68.html). 2008.

Cicchitto, Fabrizio (a cura di). **L'influenza del comunismo nella storia d'Italia: Il PCI tra via parlamentare e lotta armata**. Roma, Rubbettino Editore, 2000.

Claudín, Fernando. **A crise do movimento comunista**. 2 volumes. São Paulo, Global, 1985-1986.

Colarizi, Simona. **Storia del novecento italiano**. Milano, RCS Libri, 2007.

\_\_\_\_\_. **Storia politica della Repubblica: Partiti, movimenti e istituzioni(1943-2006)**. Roma-Bari, Editori Laterza, 2010.

\_\_\_\_\_. **Biografia della Prima Repubblica**. Roma-Bari, Editori Laterza, 1996.

Curiel, Eugenio. **Classi e generazioni nel secondo Risorgimento**. Roma, Edizioni di cultura sociale, 1955

\_\_\_\_\_. **Scritti 1935-1945**. 2 v. (A cura di Filippo Frassati). Roma, Riuniti, 1973.

Dedijer, Vladimir. **A batalha que Stalin perdeu**. Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1971.

De Marchi, Edoardo; La Grassa, Gianfranco; Turchetto, Maria. **Per una teoria della società capitalística: La critica dell'economia politica da Marx al marxismo**. Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1994.

Deutscher, Isaac. **Stalin: uma biografia política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

Deutscher, Isaac. **Ironias da História: Ensaio sobre o comunismo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

Dias, Edmundo Fernandes. "Hegemonia: racionalidade que se faz história". In: Dias, Edmundo et alli. **O Outro Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996.

Dias, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo, Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

Dias, Edmundo Fernandes. “Gramsci e a política hoje”. In: **Universidade e Sociedade**. Ano XI, nº 27, junho de 2002.

D'Onofrio, Edoardo. “Il problema della direzione collegiale nel PCI”, in **Rinascita**, n. 10, 1953, pp. 628-632

Eley, Geoff. **Forjando a Democracia**: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2005.

Engels, Friedrich. “Principios del comunismo”. In: **Del Socialismo Utopico al Cientifico**. Buenos Aires, Latauro, 1946.

Fabris, Mariarosaria. “Aqueles trens vindos do Sul”. In: **Revista de Italianística da USP**. Nº. 18. São Paulo, 2009.

Foa, Vittorio. **Per una storia del movimento operaio**. Torino, Einaudi Editore, 1980.

Foa, Vittorio. **Questo Novecento**: un secolo di passione civile. La politica come responsabilità. Torino, Einaudi editore, 2012.

Fornaro, Federico. **L'anomalia reformista**: Le occasioni perdute della sinistra italiana. Venezia, Marsilio Editori, 2008.

Galastri, Leandro. “Caminhos do bloco histórico: um debate sobre a presença de Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere”. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/caminhos-do-bloco-historico-um-debate-sobre-a-presenca-de-.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/caminhos-do-bloco-historico-um-debate-sobre-a-presenca-de-.pdf)

Galastri, Leandro. “Hegemonia e violência política: um estudo sobre direção, coerção e subversão”. In: **VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)**. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/291972444\\_Hegemonia\\_e\\_violencia\\_politica\\_um\\_estudo\\_sobre\\_direcao\\_coercao\\_e\\_subversao](https://www.researchgate.net/publication/291972444_Hegemonia_e_violencia_politica_um_estudo_sobre_direcao_coercao_e_subversao). Lima, 2015. p. 6.

Galli, Giorgio. **Dal bipartitismo imperfetto alla possibile alternativa**. Società editrice Il Mulino, 1975.

\_\_\_\_\_. **Storia Del PCI: il Partito comunista italiano** – Livorno 1921, Rimini 1991. Milano, Kaos Edizioni, 1993.

\_\_\_\_\_. **I partiti politici italiani (1943-2004)**. Milano, Rizzoli Libri, 2006

Gambilonghi, Mattia. “Governare lo sviluppo: il PCI e la programmazione economica negli anni sessanta”. In: **Materialismo storico**. N° 1, Vol. 2, 2017.

Gambino, Antonio. **Storia del dopoguerra: Dalla liberazione al potere Dc**. Bari, Editori Laterza, 1988.

Gerratana, Valentino. “Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo”. In: Lubomír Sochor et al.. **História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Ginsborg, Paul. **A History of Contemporary Italy: society and politics (1943-1988)**. London, Penguin Books, 1990.

Ginsborg, Paul. **Storia d'Italia 1943-1996: Famiglia, società, Stato**. Torino, Einaudi editore, 1998.

Gramsci, Antonio. **Quaderni del carcere** (a cura de Valentino Gerratana). 4 vol. Torino: Einaudi, 1975.

Gualtieri, Roberto. **Togliatti nel suo tempo**. Roma, Carocci editore, 2007.

Guerra, Adriano. **Comunismi e comunisti**. Dalle “svolte” di Togliatti e Stalin del 1944 al crollo del comunismo democratico. Bari, Edizioni Dedalo, 2005.

Gruppi, Luciano. **Socialismo e democrazia**. La teoria marxista dello Stato. Milano, Edizioni del Calendario, 1969.

\_\_\_\_\_. **Togliatti e la via italiana al socialismo**. Roma, Editori Riuniti, 1974.

\_\_\_\_\_. “Introduzione”. In: Togliatti, Palmiro. **Opere**. Volume V. A cura di Luciano Gruppi. Editori Riuniti, 1984.

Hobsbawn, Eric (org.). **História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Holzer, Jerzy. **El comunismo en Europa: Movimiento político y sistema de poder**. Madrid, Siglo XXI, 2000.

Kautsky, Karl. “A ditadura do proletariado”. In: Kautsky, Karl/Lenin, Vladimir. **A ditadura do proletariado / A revolução proletária e o renegado Kautsky**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

Kogan, Norman. **L’Italia del dopoguerra**: storia politica dal 1945 al 1966. Bari, Laterza, 1968.

Krushev, Nikita. “Informe Secreto al XX Congreso del PCUS”. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/khrushchev/1956/febrero25.htm>. Acesso em 03/07/2015.

Lanzardo, Liliana. **Classe operaia e partito comunista alla Fiat**: La strategia della collaborazione: 1945-1949. Torino, Einaudi editore, 1974.

Lenin, N. **Democracia burguesa y democracia proletaria**. Madrid, Editorial-América, 1920.

Lenin, V. I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo, Editora Hucitec, 1979.

Liguori, Guido. “Togliatti, de Gramsci a Yalta”. In: **Estudos de Sociologia**. Araraquara, 18/19, 2005.

Liguori, Guido. “Estado e sociedade civil de Marx à Gramsci”. In: **Revista Novos Rumos**, Ano 21, Nº 46. São Paulo, 2006.

Liguori, Guido. “Togliatti: o intérprete e o tradutor”. In: **Roteiros para Gramsci**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

Losurdo, Domenico. **Antonio Gramsci dal liberalismo al “comunismo critico”**. Roma, Gamberetti, 1997.

Magnani, Marco. “Alla ricerca di regole nelle relazioni industriali”. In: Barca, Fabrizio (a cura di). **Storia del capitalismo italiano dal dopoguerra a oggi**. Roma, Donzelli editore, 1997.

Magri, Lucio. **Il sarto di Ulm**. Una possibile storia del Pci. Milano, Saggiatore, 2011.

Maitan, Livio. **Per una storia della IV Internazionale**: la testimonianza di un comunista controcorrente. Roma, Edizioni Alegre, 2006.

Mammarella, Giuseppe. **Il Partito comunista italiano (1945/1975)**: Dalla liberazione al compromesso storico. Firenze, Vallecchi Editore, 1976.

\_\_\_\_\_. “Il Partito comunista italiano”. In: Pasquino, Gianfranco (a cura di). **La politica italiana: Dizionario Critico (1945-1995)**. Roma-Bari, Editori Laterza, 1995.

Mandel, Ernest. **Crítica do Eurocomunismo**. Lisboa, Editora Antídoto, 1978.



- Márek, Franz. “Socialismo soviético e rivoluzione mondiale in Stalin”. In: **Storia del marxismo contemporaneo**. Volume settimo. Milano, Feltrinelli editore, 1981.
- Márek, Franz. “A desagregação do stalinismo”. In: Badaloni, Nicola et al.. **História do Marxismo: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Martorano, Luciano. Burocracia e Socialismo. Campinas, Dissertação de Mestrado – IFCH – Unicamp, 2001.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.
- Marx, Karl. **Guerra Civil na França**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- Medvedev, Roi. “O socialismo num só país”. In: **História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS e a construção do socialismo**. São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- Medvedev, Roy. **Staline et le stalinisme**. Paris, Edition Albin Michel, 1979
- Mészáros, István. **Para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2009.
- Mondaini, Marco. **Do stalinismo à democracia: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2011.
- Mordenti, Raul. **Gramsci e la rivoluzione necessaria**. Roma, Editori Riuniti, 2007.
- Mori, Giorgio. “L’economia italiana fra la fine della seconda guerra mondiale e il ‘secondo miracolo economico’ (1945-1958)”. In: Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell’Italia Republicana: La costruzione della democrazia: dalla caduta del fascismo agli anni cinquanta**. Volume primo. Torino, Einaudi editore, 1994.
- Narinskij, Michail M. “Togliatti, Stalin e la Svolta di Salerno”. In: **Studi Storici**. Nº 33, jul.-set., 1994.
- Naves, Márcio (org.). **Análise Marxista e Sociedade de Transição**. Campinas-SP, IFCH-Unicamp, 2005.
- Netto, José Paulo. “Stalin: elementos para uma aproximação crítica”. In: Stalin, Joseph. **Política**. Organizador da coletânea José Paulo Netto. São Paulo, Ática, 1982.
- Opat, Jaroslav. “Do antifascismo aos ‘socialismos reais’: as democracias populares”. In: Hobsbawn, Eric (org.). **História do Marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Pasquino, Gianfranco (a cura di). **La politica italiana: dizionario critico: 1945-95**. Roma-Bari, Editori Laterza, 1995.

Pellicani, Luciano. **Gramsci, Togliatti e il PCI: Dal moderno Principe al post-comunismo**. Roma, Armando Editore, 1990.

Pepe, Adolfo. **Il Sindacato nell'Italia del'900**. Messina, Rubbettino Editore, 1996.

Petri, Rolf. "Dalla ricostruzione al miracolo econômico". In: Sabbatucci, Giovanni & Vidotto, Vittorio (a cura di). **Storia d'Italia**. Volume 5: La Repubblica (1943-1963). Roma-Bari, Editori Laterza, 1997.

Pinzani, Carlo. "L'Italia nel mondo bipolare". In: Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell'Italia Reppublicana: La trasformazione dell'Italia: sviluppo e squilibri**. Volume secondo. Torino, Einaudi editore, 1995.

Pistillo, Michelle. **Giuseppe Di Vittorio: 1944-1957**. Roma, Editori Riuniti, 1977.

\_\_\_\_\_. "Togliatti e la 'Svolta di Salerno'". In: **Critica Marxista**. N. 5. Roma, Editori Riuniti, Settembre-Ottobre, 1994.

Pombeni, Paolo. "I partiti e la politica dal 1948 al 1963". In: **Storia d'Italia: La Repubblica**. Volume 5. Roma-Bari, Editori Laterza, 1997.

Provasi, Giancarlo. **Borghesia industriale e Democrazia Cristiana: sviluppo econômico e mediazione politica dalla Ricostruzione agli anni'70**. Bari, De Donato editore, 1976.

Pugliese, Enrico. "Gli squilibri del mercato del lavoro". In: Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell'Italia Reppublicana: La trasformazione dell'Italia: sviluppo e squilibri**. Volume secondo. Torino, Einaudi editore, 1995.

Quazza, Guido. **Resistenza e storia d'Italia: Problemi e ipotesi di ricerca**. Milano, Feltrinelli Editore, 1978.

Rodrigues, Robério Paulino. **O Colapso da URSS: Um estudo das causas**. São Paulo, Tese de Doutorado – USP, 2006.

Romero, Federico. "Gli Stati Uniti in Italia: il Piano Marshall e il Patto atlantico". In: Barbagallo, Francesco (coord.). **Storia dell'Italia Reppublicana: La costruzione della democrazia: dalla caduta del fascismo agli anni cinquanta**. Volume primo. Torino, Einaudi editore, 1994.

Salvadori, Massimo. **Gramsci e il problema storico della democrazia**. Torino, Einaudi Editore, 1973.

Salvadori, Massimo. **Kautsky e la rivoluzione socialista**. Milão, Feltrinelli, 1976.

Salvadori, Massimo. “De la comuna al estalinismo: origines y crisis del sovietismo”. In: Magri, Lucio; Salvadori, Massimo; Foa, Lisa. **Via parlamentaria o vía consejista**. Barcelona, Editora Anagrama, 1977

Salvadori, Massimo. **Eurocomunismo e socialismo sovietico**: Problemi attuali del Pci e del movimento operaio. Torino, Einaudi, 1978.

Salvadori, Massimo. “A crítica marxista ao stalinismo”. In: **História do Marxismo**: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS e a construção do socialismo. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

Sannino, Antonio. “Le forze di polizia nel secondo dopoguerra (1945-1950)”. In: **Storia Contemporanea**. Ano XVI, N° 3. Bologna, Il Mulino, 1985.

Santomassimo, Giuseppe. “La virtù repubblicana di Togliatti”. In: **Il Manifesto**, 31 ago.2004.

Sassoon, Donald. **Togliatti e la via italiana al socialismo**. Il Pci dal 1944 al 1964. Torino, Einaudi Editore, 1980.

\_\_\_\_\_. **Cien años de Socialismo**. Barcelona, Edhasa, 2001.

Sbarberi, Franco. **I comunisti italiani e lo stato**: 1929-1945. Milano, Feltrinelli Editore, 1980.

Scoppola, Pietro. **La repubblica dei partiti**: Evoluzione e crisi di un sistema politico (1945-1996). Bologna, Società editrice il Mulino, 2000.

Setta, Sandro. **L'uomo qualunque(1944-1948)**. Roma-Bari, Editori Laterza, 2005.

Silva Francesco. “I fattori dello sviluppo: ‘il miracolo’ economico italiano”. In: Accornero, Aris (a cura di). **Problemi del movimento sindacale in Italia (1943-1973)**. Annali. Anno Sedicesimo (1974-1975). Milano, Feltrinelli, 1977.

Silva, Rafael Afonso da. **Dilemas da Transição**: um estudo crítico da obra de Lenin de 1917-1923. Campinas-SP, Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH-Unicamp, 2007.

Smith, Denis Mack. **Storia d'Italia dal 1861 al 1997**. Roma-Bari, Editori Laterza, 2005.

Soddu, Paolo. **L'Italia del dopoguerra (1947-1953)**: una democrazia precaria. Roma, Editori Riuniti, 1998.

Sotelo, Ignacio. **Del Leninismo al Estalinismo**: Modificaciones del marxismo en un medio subdesarrollado. Madrid, Editorial Tecnos, 1976.

Spriano, Paolo. **La sinistra italiana nel dopoguerra**, Bologna, Il Mulino, 1974.

\_\_\_\_\_. **Storia del Partito comunista**. La resistenza. Togliatti e il partito nuovo. Vol. 5. Torino, Einaudi Editore, 1976.

\_\_\_\_\_. **I comunisti europei e Stalin**. Torino, Einaudi Editore, 1983.

\_\_\_\_\_. “O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947”. In: Hobsbawn, Eric (org.). **História do Marxismo**: o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Stalin, Joseph. **Discours sur le Plan Quinquenal**: rapport politique au Comité Central du XVIe Congrès du Parti Communiste Russe du 28 mai 1930. Paris, Librairie Valois, 1930.

Tobagi, Walter. **La rivoluzione impossibile**: L'attentato a Togliatti: violenza politica e reazione popolare. Milano, Il Saggiatore, 2009.

Tonet, Ivo & Nascimento, Adriano. **Descaminhos da Esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo, Alfa-Ômega, 2009

Turone, Sergio. **Storia del sindacato in Italia**: dal 1943 al crollo del comunismo. Roma-Bari, Editori Laterza, 1992

Vittoria, Albertina. **Storia del PCI**: 1921-1991. Roma, Carocci editore, 2007.

VV. AA. **La via italiana al socialismo**: estratti dai rapporti e dalle tesi dai Congressi del PCI (1945-1979). Varese, Aurora, 1982.

VV. AA. **Teoria e politica della via italiana al socialismo**: I testi principali della elaborazione del PCI dalla Dichiarazione programmatica del 1956 al discorso sull'austerità. Roma, Editori Riuniti, 1979.

Zangheri, Renato. **Agricoltura e contadini nella storia d'Italia**: discussioni e ricerche. Torino, Einaudi editore, 1977.